

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

PEDRO EVÂNIO RESENDE CRISTINO JÚNIOR

**Política, Religião e Educação: relações de poder em Garanhuns
(1955-1957)**

Recife
2016

PEDRO EVÂNIO RESENDE CRISTINO JÚNIOR

**Política, Religião e Educação: relações de poder em Garanhuns
(1955-1957)**

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Linha de Pesquisa Cultura e Memória como requisito parcial para titulação de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres
Montenegro

Recife
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C933p Cristino Júnior, Pedro Evânio Resende.
Política, religião e educação : relações de poder em Garanhuns (1955-1967) / Pedro
Evânio Resende Cristino Júnior. – 2016.
172 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de
Pós-graduação em História, 2016.
Inclui Referências.

1. História. 2. Política – Garanhuns (PE). 3. Religião – Garanhuns (PE). 4.
Educação – Garanhuns (PE). I. Montenegro, Antonio Torres (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-024)



Pedro Evânio Resende Cristino Júnior

**"Política, Religião e Educação:
relações de poder em Garanhuns (1955-1957)"**

Dissertação apresentada ao
**Programa de Pós-Graduação em
História** da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para a
obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **30/08/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Presidente (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela
Membro Titular Externo (Colégio de Aplicação/UFPE)

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio
Membro Titular Externo (Colégio de Aplicação /UFPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Agradecimentos

Agradeço à Elba Maria Vasconcelos Jatobá (minha mãe) e Pedro Evânio Resende Cristino (meu pai) por todo carinho e apoio que me deram não somente neste momento, mas ao decorrer de toda minha vida. A meu tio André Luiz Vasconcelos Jatobá por todo carinho e atenção. A minha companheira Suzana de Araújo Silva não somente por seu amor carinho e dedicação, mas também por todas as horas que esteve ao meu lado, me escutou falar sobre este trabalho, assim como, suas leituras e sugestões. Com todo meu carinho agradeço-lhes.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, sempre pontual, acessível, sincero e de uma leitura mais do que atenta. A Prof. Dra. Regina Beatriz Neto pela leitura atenta e por ter aceito participar de minha qualificação. Ao Prof. Dr. Flávio Weinstein, que infelizmente só assisti uma aula, mas que é de uma compreensão e humanismo imensuráveis, agradeço por ter aceito participar da qualificação e da defesa assim como suas preciosas sugestões. Ao Prof. Dr. Pablo Porfírio e ao Prof. Dr. Márcio Ananias também pelas leituras atentas e sugestões mais que pertinentes.

Agradeço também secretaria do PPGH do CFCH nas pessoas de Sandra Regina Albuquerque e Patrícia Campell, sempre atenciosas, prestativas e metódicas que nunca tardaram a resolver qualquer problema mesmo em períodos de greves e manifestações. Pessoas mais que eficientes, que antes sequer de surgirem dúvidas com relação à questões burocráticas sempre recebíamos (nós discentes do PPGH) um e-mail bem humorado e com uma quantidade de informações que não deixava espaço para dúvidas.

Não posso também deixar de agradecer a Irmã Teresinha Correia Araújo que me deu acesso a boa parte da documentação sobre Dom Francisco Expedito Lopes que foi utilizada neste trabalho. Sua generosidade é tamanha que fotocopiou para mim vários documentos, indicou-me livros contou-me sobre as outras pessoas que já tinham lhe procurado para pesquisar sobre o assassinato de Dom Francisco Expedito Lopes, indicou-me seus trabalhos, emprestou-me alguns livros e outros me deu. Agradeço-lhe também por todas as horas de conversa nas quais explicou-me como escreveu seu livro e quais documentações utilizou, assim como suas explicações sobre a personalidade de Dom Francisco Expedito Lopes (com quem conviveu pessoalmente) e também dos relatos que soube da personalidade de seu assassino o padre Hosana de Siqueira. Agradeço-lhe não somente pela essencial ajuda neste trabalho, mas também pelo carinho e atenção que me foram dados.

Também agradeço aos funcionários do Colégio Mons. Ademar da Mota Valença e da Instituição das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima por toda prestatividade e carinho que me foram dados.

Agradeço também ao Mons. Alexandre de Melo Castanha Neto pelo acesso aos arquivos da Cúria Diocesana de Garanhuns, sem essa documentação este trabalho seria extremamente comprometido, agradeço-lhe também pelo tempo e atenção dadas em longas conversas onde retirou-me diversas dúvidas sobre questões referentes a direito canônico, da documentação existente e como a mesma estava organizada na Cúria Diocesana de Garanhuns.

Também agradeço ao octogenário padre Gabriel Hofstede que recebeu-me em sua casa onde aceitou ceder-me entrevista. Um relato mais do que rico que infelizmente não coube neste trabalho, devido ao recorte temporal, mas que com certeza aproveitarei em futuras pesquisas. Agradeço-lhe também por seu gentil ato de doar o livro, de sua autoria, *Histórias que eu conto aos 80*.

Não deixo de agradecer também a todos os funcionários que me auxiliarem no levantamento documental: no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns e no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Agradeço também aos colegas de mestrado Felipe Genú e Felipe Ayres pelas leituras atentas e contribuições.

Não deixo de agradecer também ao CNPQ pela concessão da bolsa de estudos.

Resumo

O presente trabalho analisa as relações de poder consolidadas entre instituições educacionais – confessionais e particulares –, a religião tendo como foco central a Igreja Católica – também existem análises acerca da Igreja Presbiteriana – e a política partidária; tendo maior enfoque como estas relações foram construídas, consolidadas e solidificadas no município de Garanhuns-PE durante o período de 1955 à 1957. Dividido em três partes; a primeira versa sobre a Diocese de Garanhuns durante o bispado de Dom Francisco Expedito Lopes que iniciou em 1955 e terminou com em 1957 quando o mesmo é assassinado pelo padre Hosana de Siqueira; na segunda parte tem-se uma análise de como se davam as relações institucionais a Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns e os Colégio Diocesano de Garanhuns, Colégio Santa Sofia e Colégio Presbiteriano XV de Novembro; enquanto que a terceira parte são abordadas questões políticas partidárias que ajudam a compreender determinadas práticas em Garanhuns que acabaram por culminar na tentativa de assassinato de Abdias de Noronha Branco (candidato a vice prefeito de Garanhuns em 1955) e na revolta de estudantes que despejaram lixo e atearam-lhe fogo na frente da casa do vereador Fausto Souto Maior, assim como apedrejaram a mesma residência. Os casos aqui analisados demonstram como religião, política e educação estavam imbricados em Garanhuns entre os anos de 1955 à 1957.

Palavras Chave: História. Política – Garanhuns (PE). Religião – Garanhuns (PE). Educação – Garanhuns (PE).

Abstract

The present work analyzes the consolidated relations of power between educational institutions - confessional and private -, religion having as central focus the Catholic Church - there are also analyzes about the Presbyterian Church - and party politics; Having a greater focus as these relations were built, consolidated and solidified in the municipality of Garanhuns-PE during the period from 1955 to 1957. Divided into three parts. The first is about the Diocese of Garanhuns during the bishopric of Don Francisco Expedito Lopes, which began in 1955 and ended in 1957 when he was assassinated by priest Hosana de Siqueira. The second part there is an analysis of how the institutional relations were given to the Garanhuns City Council and the Colégio Diocesano de Garanhuns, Colégio Santa Sofia and Colégio Presbyterian XV de Novembro. The third part deals with partisan political issues that help to understand certain practices in Garanhuns that culminated in the assassination attempt of Abdias de Noronha Branco (candidate for vice mayor of Garanhuns in 1955) and the revolt of students who dumped garbage and They set fire to him in front of the house of the councilman Fausto Souto Maior, just as they stoned the same residence. The cases here analyzed demonstrate how religion, politics, and education were embedded in Garanhuns between the years 1955 and 1957.

Keywords: History. Politics – Garanhuns (PE). Religion – Garanhuns (PE). Education – Garanhuns (PE).

Índice de Abreviaturas e Siglas

AIB	Ação Integralista Brasileira
Alepe	Assembleia Legislativa de Pernambuco
CMVG	Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns
IFPB	Igreja Fundamentalista Presbiteriana do Brasil
IPB	Igreja Presbiteriano do Brasil
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
OVS	Obra das Vocações Sacerdotais
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Liberal
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
TRE-PE	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
UDN	União Democrática Nacional
UEG	União Estudantil de Garanhuns

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura da Diocese de Garanhuns 1953	30
Figura 2: Estrutura da Diocese de Garanhuns em 1958	31
Figura 3: Fracasso do Comunismo na Rússia.....	55
Figura 4: Escravos e Catacumbas na URSS	55
Figura 5: Problemas que os Cientistas Ateus não Conseguem Solucionar	55
Figura 6: O Diabo Zomba.....	55
Figura 7: Ateísmo Pitoresco	55
Figura 8: O Comunismo Ateu Investe Contra a Religião.....	56
Figura 9: Oposição Absoluta Entre a Doutrina da Igreja e o Marxismo	56
Figura 10: Perón Não Tem Palavra	57
Figura 11: A Liberdade Crucificada	59
Figura 12: O Que Cada Um Deve Saber	60
Figura 13: Inauguração do Ginásio do Arraial	68
Figura 14: Benção na inauguração do Ginásio do Arraial	69
Figura 15: Benção a sala do Ginásio do Arraial.....	69
Figura 16: TRIBUNAL ECLESIASTICO DE JUSTIÇA	74
Figura 17: Estrutura Educacional Brasileira Durante a Década de 1950	76
Figura 18: Página 03 da Resolução N° 96/1955.....	85
Figura 19: RESOLUÇÃO N° 198/1956.....	87
Figura 20: PARECER da RESOLUÇÃO N° 198/1956	88
Figura 21: A Luz do Quinze, Ano I, Número 2.....	95
Figura 22: A Resistência, Ano I, N° 6	111
Figura 23: Ficha de Apoio à Candidatura de Getúlio Vargas.....	130
Figura 24: Osvaldo K. Zaidan em Entrevista	136
Figura 25: Posse do Prefeito Francisco Figueira e do Vice-Prefeito Abdias Branco	138
Figura 26: Garanhuns Libertada.....	139
Figura 27: Candidato José Cardoso da Silva.....	158

Índice de Fotografias

Fotografia 1: Entrega das Chaves Simbólicas da Cidade	19
Fotografia 2: Homenagens Frente ao Palácio Episcopal	21
Fotografia 3: Posse de Dom Francisco Expedito Lopes	22

Índice de Tabelas

Tabela 1: Representação Partidária na Câmara dos Deputados 1950	99
Tabela 2: Representação Partidária no Senado 1950.....	99
Tabela 3: Vereadores Eleitos 1955 por Coligação - Pernambuco	125
Tabela 4: Coligações Partidárias em 1955 - Pernambuco	125
Tabela 5: Prefeitos Eleitos por Coligação 1955 – Pernambuco.....	126
Tabela 6: Nº de Coligações para eleição de Prefeitos - Pernambuco 1955.....	126
Tabela 7: Composição das Comissões Parlamentares de 1947	134
Tabela 8: Votação em Garanhuns - Assembleia Legislativa de Pernambuco 03 de outubro de 1954	144
Tabela 9: Quociente Partidário das Eleições para Assembleia Legislativa de Pernambuco 1954	145
Tabela 10: Eleição Municipal de Garanhuns 1955.....	147
Tabela 11: Eleições para Vice-Prefeito de Garanhuns 1955.....	147
Tabela 12: Vereadores Eleitos em Garanhuns 1955	147
Tabela 13: Vereadores Mais Votados em Garanhuns 1955.....	148

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Eleições para Governador de Pernambuco 1954 - Total	106
Gráfico 2: Eleições para Governador de Pernambuco 1954 - Recife	106
Gráfico 3: Eleições para Governador 1954 - Garanhuns	106
Gráfico 4: Resultados para Governador de Pernambuco 1954: Pernambuco, Recife e Garanhuns.....	107
Gráfico 5: Eleições para Presidente 1955 - Pernambuco	115
Gráfico 6: Eleições para Presidente 1955 – Recife	115
Gráfico 7: Gráfico 6: Eleições para Presidente 1955 - Garanhuns.....	116
Gráfico 8: Comparativo de votos em para Presidente 1955: Pernambuco, Recife e Garanhuns.....	116
Gráfico 9: Eleições para Vice Presidente 1955 -Pernambuco	122
Gráfico 10: Eleições para Vice Presidente 1955 - Recife	122
Gráfico 11: Eleições para Vice Presidente 1955 - Garanhuns.....	122
Gráfico 12: Comparativo de votos para Presidente 1955: Pernambuco, Recife e Garanhuns.....	123
Gráfico 13: Vereadores Eleitos por Partido - Pernambuco.....	124
Gráfico 14: Prefeitos Eleitos Pernambuco em 1955	126
Gráfico 15: Candidatos a Vereador Garanhuns 1955.....	149

Sumário

Introdução	14
CAPITULO 1: Religião.....	18
1.1 A Posse do Quinto Bispo de Garanhuns.....	18
1.2. Formação de Francisco Expedito Lopes.....	23
1.3. Breve História da Diocese de Garanhuns.....	29
1.4. A Cruzada de Horror e Ódio.....	31
1.5. O Medo e o Anticomunismo como Estratégias de Dominação	44
1.5.1. O Conservadorismo da Imprensa Católica em Garanhuns.	49
1.6. Articulações de um Bispo Assassinado.	64
CAPITULO 2: Educação	76
2.1. Relações dos Colégios Confessionais de Garanhuns com a Política.	76
2.2. As Bolsas Escolares.....	88
2.3. Ideologia Educacional: Homens para Política e Mulheres para o Lar.....	94
Capítulo 3: Política	99
3.1. Conjunturas da Eleição para Governador de Pernambuco em 1954	99
3.2. O Resultado das Eleições para Presidente da República de 1955.....	114
3.3. O Resultado das Eleições para Vice Presidente da República de 1955.	122
3.4. Eleições Municipais de Garanhuns 1955: Marcas da Violência.....	143
3.5. Ganhar as Eleições não Basta.....	154
Considerações Finais	166
Bibliografia.....	168

Introdução

O presente trabalho é um estudo sobre as relações de poder consolidadas entre instituições educacionais – confessionais e particulares –, a religião tendo como foco central a Igreja Católica – também existem análises acerca da Igreja Presbiteriana – e a política partidária; tendo maior enfoque como estas relações foram construídas, consolidadas e solidificadas no município de Garanhuns-PE durante o período de 1955 à 1957.

Ao analisar os documentos contidos na Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns (CMVG), principalmente nos: Livros de Ata; ofícios remetidos e recebidos; e petições – que circularam pela referida instituição – e comparando-os com artigos publicados em diversos jornais e documentos produzidos pela Diocese de Garanhuns, foi constatada uma sólida rede de influência entre o clero (principalmente na figura do bispo Dom Francisco Expedito Lopes e do Monsenhor Ademar da Mota Valença) e os representantes do poder público em Garanhuns. A consolidação destas redes de poder constituíam-se principalmente através de benefícios pecuniários e homenagens que os representantes do poder público cediam aos Colégio Diocesano de Garanhuns, Colégio Santa Sofia e ao Colégio Presbiteriano XV de Novembro.

Em contrapartida estas instituições influenciavam de forma direta e indireta nos pleitos eleitorais, vide a quantidade significativa de vereadores eleitos no pleito de 1955 que eram membros dos corpos docentes e ex-discentes das referidas instituições de ensino. É importante salientar que durante a década de 1950 não era permitido o voto de analfabetos, assim tendo maior influência os posicionamentos dos corpos docentes e das instituições educacionais perante a população que tinha direito ao voto. No que concerne a este tipo de orientação do eleitorado não pode deixar de ser considerado que a Diocese de Garanhuns tinha seu próprio jornal *O Monitor* e que o Colégio Presbiteriano XV de Novembro também produzia seu jornal *A luz do Quinze*, que debatiam e buscavam orientar seus leitores em questões políticas, morais e sociais.

Outra questão que está no cerne deste trabalho são as análises eleitorais do município de Garanhuns, realizadas através da comparação documental das Atas do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), artigos de diversos jornais e das atas da CMVG. Essa parte do estudo demonstra que nas eleições municipais de 1955 há uma tentativa de assassinar o candidato a vice-prefeito Abdias de Noronha Branco (que acabou sendo eleito). O prefeito eleito (pela mesma coligação, UDN-PSP) Francisco Figueira, que devido ao estado de terror

existente na cidade não se encontrava na mesma, no dia final da apuração e parte em viagem ao Rio de Janeiro, que segundo o mesmo, só voltaria ao município em cerca de dez dias.

Os posicionamentos dos membros do clero em Garanhuns, no período aqui pesquisado, se enquadram no que Marinwaring (2004) denomina de *neocristandade*, uma vertente da Igreja Católica marcada pelo: anticomunismo, antimodernidade e antiprotestantismo. Estes combates existentes na *neocristandade* se inserem em um contexto maior, o da Guerra Fria, onde os EUA e parcelas da Igreja Católica buscavam consolidar sua política de combate ao comunismo no Brasil, através do que ficou conhecido como *romanização*¹.

Os fenômenos da *neocristandade* e da *romanização* não somente aparecem em obras que priorizam análises a partir do macro, um exemplo disto é a obra de Rodeghero (2003) cujo título é bastante simbólico *O diabo é vermelho*, nesta a autora analisa como o clero no Rio Grande do Sul se comportou perante questões políticas e sociais durante o período de 1945 à 1964, ou seja, da destituição de Getúlio Vargas de ditador até a instauração da ditadura civil e militar instaurada em 1964. De grande relevância também é o trabalho de Montenegro (2010) que aqui destaca-se suas análises referentes a como a Igreja Católica, principalmente através de padres, influenciava na forma de pensar dos trabalhadores rurais e de como isso influía nas relações trabalhistas. Dados relevantes que o autor aborda são os concernentes as documentações analisadas que versam sobre as décadas de 1950 e 1960 nas quais revelaram que “(...) outras trilhas através das quais foi sendo criada, naquele período, uma verdadeira cruzada contra o comunismo, que unia as classes médias e as elites econômicas e políticas do Brasil, associadas à política americana, à Igreja Católica e ao aparato militar.” (Idem, ibidem, p. 137).

Para compreender as conjunturas políticas e sociais no Brasil e em Pernambuco, principalmente no que concerne os embates entre o PSD e UDN, a obra de Souza (1990), Hippolito (2012) e Pandolfi (1984) foram imprescindíveis neste trabalho. As duas primeiras adotam uma análise macro, onde Souza (1990) escreve sobre as diversas rupturas e continuidades existentes na política brasileira entre os anos de 1930 à 1964. Hippolito (2012) tem como foco de sua escrita a atuação do PSD e seus principais membros durante os anos de 1945 à 1964. Enquanto Pandolfi (1984) tem como objetivo central de sua pesquisa analisar as

¹ Como escreve Silva: “O processo de Romanização (...) ocorre simultaneamente ao pontificado do papa Pio IX, que condenou o mundo moderno, tanto na encíclica *Quanta Cura* quanto no *Syllabus*, seu complemento. As Congregações, as novas Ordens aqui chegaram, ou as antigas Ordens que estava sendo restauradas, passaram a atuar no espírito que a Sé Romana emanava naquele período, um espírito conservador, reacionário ao mundo moderno, acesso às inovações. A Romanização trouxe consigo o espírito reacionário, ou conservador, que experimentava a Igreja Católica na Europa.” (2003, p. 96).

influências políticas em Pernambuco durante os anos de 1937 até 1958, período este que contempla o início e fim da ditadura que ficou conhecida como Estado Novo (1937 à 1945) até o colapso da influência política do PSD em Pernambuco, que a autora toma como marco, o entre anos de 1955 à 1958. Embora as três autoras trabalhem com determinadas datas como marcos históricos, as mesmas deixam bastante claro em sua escrita, que processos como o fim da ditadura iniciada em 1937 e finda em 1945, não reestruturaram as dinâmicas políticas e sociais de forma abrupta, mas são marcadas por modificações e continuidades.

Vasta é a produção historiográfica que aborda as relações entre a Igreja Católica e a política, porém são escassos os trabalhos que analisam estas relações de poder em Garanhuns, até mesmo é pequena a produção historiográfica sobre Garanhuns. O primeiro trabalho aqui destacado é o de Cavalcanti (2009), que trata da ameaça comunista em Pernambuco, mas tendo como centro de seu estudo o município de Garanhuns entre os anos de 1958 à 1964. Quando o autor analisa as eleições municipais de 1958 consta uma grande influência da Liga Eleitoral Católica (LEC) no referido município. E a LEC tinha como maior meio de difusão de seus posicionamentos o jornal *O Monitor*, como escreve o próprio autor: “Nas eleições de 1958, parte das autoridades católicas de Garanhuns investiu pesado no jogo eleitoral tentando impedir a vitória dos candidatos comunistas na cidade.” (Idem, ibidem, p. 111).

De suma importância é o estudo realizado sobre Garanhuns por Moraes (2012), cujo recorte temporal é entre os anos de 1935 à 1942, que escreve sobre as querelas políticas envolvendo parcela do clero de Garanhuns e membros dos corpos docentes dos Colégio Diocesano, Santa Sofia e Colégio XV de Novembro, que tinham aderido à Ação Integralista Brasileira (AIB). Em sua dissertação, o autor demonstra através de uma rica análise documental como membros do clero, que eram integralistas, combateram através de textos escritos no jornal *O Monitor*, integrantes da Loja Maçônica Mensageiros do Bem², muitas vezes rotulando os maçons de comunistas, assim como combatendo os comunistas ou aqueles que assim o eram chamados. Este trabalho ajuda a compreender melhor o perfil de alguns personagens como Monsenhor Ademar da Mota Valença, diretor e professor do Colégio Diocesano de Garanhuns que integrou os quadros da AIB secção Garanhuns e que durante o período da pesquisa aqui desenvolvida continuava exercendo grande influência nas questões políticas do município.

Este estudo contém três capítulos. O primeiro está dividido em seis tópicos e um subtópico que tratam respectivamente: da posse de Dom Francisco Expedito Lopes como quinto bispo da Diocese de Garanhuns; da infância e formação do mesmo; um breve histórico da

² Esta Loja foi a primeira instaurada no município de Garanhuns.

Diocese de Garanhuns e como ela se encontrava estruturada administrativamente; da cruzada de horror e ódio que o referido bispo desencadeia em Garanhuns contra os jogos; das formas de combate ao comunismo perpetradas pela Igreja Católica; e das conjunturas e repercussões do assassinato do bispo pelo padre Hosana.

No capítulo dois dividido em três partes, trata: das relações existentes entre os três únicos colégios do município de Garanhuns, que eram confessionais (dois católicos e um protestante), com a CMVG, onde essa instituição pública concede diversos benefícios pecuniários e homenagens aos colégios confessionais existentes no município; o segundo tópico, trata das concessões de bolsas escolares e discussões que ocorreram na CMVG com relação a educação no município de Garanhuns; e no último, é apresentada uma discussão acerca de como as ideologias existentes no Colégio Presbiteriano XV de Novembro que defendia uma separação clara entre o papel a ser exercido pelos homens e mulheres, os primeiros devendo se preparar para o exercício da política e negócios enquanto cabia as mulheres aprender economia doméstica e cozinhar para melhor poder cuidar do lar.

O terceiro capítulo está dividido em cinco partes: a primeira trata das conjunturas políticas no Brasil e em Pernambuco que ajudaram a eleger o general Cordeiro de Farias à governador do estado de Pernambuco e os resultados das apurações de tais eleições em Pernambuco, Recife e Garanhuns; o segundo e terceiro tópicos, de estrutura análoga ao primeiro, tratam das eleições para presidente e vice-presidente da República ocorridas em 1955; o quarto trata das eleições municipais de Garanhuns em 1955 para prefeito, vice-prefeito e vereadores que foram marcadas por violências; e por último é abordada a questão das dificuldades de governabilidade que o prefeito eleito Francisco Figueira enfrentou, pela razão de que a maioria da legislativo municipal de Garanhuns eleita pertencer ao partido de oposição, assim como as diferentes mobilizações da classe operária e estudantil de Garanhuns que exerceram influência perante a bancada majoritária na CMVG no intuito de fazer com que o prefeito tivesse condições de governar. Para conseguir estes objetivos os estudantes chegaram a depredar, jogar e incinerar lixo na frente da casa do vereador Fausto Souto Maior (líder da bancada majoritária).

Quem percorrer a leitura ao longo desta dissertação poderá constatar como instituições religiosas e públicas entrelaçam interesses públicos com privados – em alguns casos constituindo práticas de fisiologismo –, mas também encontrará resistências e denúncias de personagens corajosos que não coadunavam com tais ações.

CAPITULO 1: Religião

1.1 A Posse do Quinto Bispo de Garanhuns

Em 11 de fevereiro de 1955 Dom Francisco Expedito Lopes tomou posse como quinto bispo da Diocese de Garanhuns. Tendo ampla cobertura no jornal *O Monitor*, que pertencia a mesma Diocese. A edição de 19 de fevereiro de 1955, do referido jornal, é dedicada a posse do novo bispo.

O evento faustoso tem início na cidade de Caruaru, onde foi formada uma comitiva para recepcionar e acompanhar Dom Francisco Expedito Lopes até Garanhuns. Fizeram parte desta: Dom Paulo Hipólito (bispo de Caruaru), Dom Raimundo de Castro Silva (bispo de Oeiras) e padre Edgar Caricio, não pertencendo ao clero Raimundo Clemente, Colimério Gomes, Manuel Gouvêa e Hercilio Gerino³.

“À entrada da Cidade, Mons. Ademar Valença, representando o Exmo, Sr. Vigário Capitular e o Dr. Celso Galvão que abrindo as portas da Cidade, receberam em nome de Garanhuns o Ilustres antistite.”⁴ Padre Ademar da Mota Valença também era professor e diretor de uma das principais instituições de ensino do município (Colégio Diocesano de Garanhuns), assim como se envolveu diretamente com a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁵, durante as décadas de 1930 e 1940. Por sua vez Celso Galvão, foi prefeito de Garanhuns praticamente todo o período da ditadura do Estado Novo, com apoio direto de Agamenon Magalhães.

³ **Grandiosas Manifestações Marcaram a Posse De D. Expedito** in: *O Monitor*. Ano XXII – Garanhuns, 19 de fevereiro de 1955 – Nº 5, p. 01.

⁴ Idem, Ibidem.

⁵ A atuação da AIB em Garanhuns será melhor abordada mais à frente neste trabalho.

Dom Francisco Expedito Lopes que nunca havia estado em Garanhuns logo em seu primeiro dia recebe das mãos do prefeito as chaves simbólicas da cidade, como pode ser visto na Fotografia 1.

Fotografia 1: Entrega das Chaves Simbólicas da Cidade



O Sr. Prefeito, Dr. Celso Galvão, à altura da Difusora local, faz a entrega ao ilustre Prelado das chaves simbólicas da cidade. Achavam-se presentes, ali, o mundo oficial além de numerosas famílias da nossa sociedade.

Fonte: *O Monitor*. Ano XXII – Garanhuns, 19 de fevereiro de 1955 – Nº 5, p. 01

Não menos relevante que a entrega das chaves simbólicas da cidade é a preocupação dos membros do jornal *O Monitor* em registrar o momento, assim como a forma de organização destes registros.

Houveram preocupações estéticas e narrativas na Fotografia 1. A única pessoa que aparece no enquadramento da mesma e que não pertence ao clero é o prefeito. É possível realizar essa distinção pelo trajar dos homens.

Contudo a legenda da fotografia é complementar e indispensável para compreensão do sentido que os produtores do jornal quiseram obter dos leitores, por isso leia-se a legenda: “O Snr. Dr. Celso Galvão, à altura da Difusora local, faz a entrega ao ilustre Prelado das chaves simbólicas da cidade. Achavam-se presentes, ali, o mundo oficial além de numerosas famílias da nossa sociedade.”⁶

Após a leitura da legenda é possível saber que a ação registrada na fotografia era a entrega das chaves simbólicas da cidade e que não somente estavam presentes o prefeito e membros do clero mais também o que os produtores do jornal chamam de “o mundo oficial” e “numerosas famílias da nossa sociedade.” Embora as mulheres e crianças não fossem bem

⁶ Idem, ibidem.

vindas para aparecer no enquadramento da fotografia, elas ficaram registradas de forma conotativa na legenda, através do conceito de família.

Quanto a vaga expressão “mundo oficial” é possível compreender quais eram seus membros, na medida em que se lê a extensa matéria intitulada: **Grandiosas Manifestações Marcaram a Posse De D. Expedito**, que ocupa praticamente toda capa e tem sua continuação na página 06 de *O Monitor*. Leia-se um de seus trechos:

(...) Um grandioso cortejo de automóveis passou pelas principais artérias conduzindo o Sr. Bispo até à Avenida Santo Antônio, onde desceu do carro, recebendo as homenagens do Mons. Vigário Capitular, do Clero, Autoridades e dos pequenos Seminaristas. Uma grande multidão estacionada ao longo da Avenida, aplaudia e aclamava delirantemente D. Expedito. A banda de Música tocava uma de suas bonitas marchas. O Colégio Diocesano e o Colégio Santa Sofia, uma representação do Colégio de Bom Conselho, à entrada do Palácio saudaram efusivamente o novo Pastor

Na sacada principal do Palácio, onde se encontravam Dr. Elpídio Branco, Representante do Sr. Governador General Cordeiro de Farias; Prefeito Municipal; Dr. Lito de Azevedo, Juiz de Direito de Garanhuns; Dr. Délio de Souza Valença, Promotor Público; Tenente Manuel Acácio Leite, Delegado; Sr. Pedro Galvão, Coletor Estadual, os Vereadores Luiz Pereira Júnior, Presidente da Câmara, Dr. Uzaze Canuto, Sr. Aloisio Souto Pinto, Sr. Francisco Epaminondas de Barros; Dr. Valderedo Veras, Dr. Giovani Lima (...) em nome do povo e da Cidade – Dr. Mário de Souza Mattos, ilustrado membro do Corpo Docente dos nossos Colégios, proferiu tocante oração, saudando o nosso querido Prelado.⁷

No supracitado, a concepção de uma sociedade hierarquizada continua. Genericamente são apresentadas mais algumas homenagens do clero seguidas pelas do Colégio Diocesano de Garanhuns e do Colégio Santa Sofia, que na narrativa são apresentados como um corpo unívoco enquanto que o Colégio de Bom Conselho é tratado de forma fragmentária, pois o texto é explícito de que este enviou uma representação.

O “Palácio” que o texto se refere é o Palácio Episcopal, local onde Dom Francisco Expedito Lopes passaria a residir. Como pode ser lido no segundo parágrafo da citação anterior os produtores de *O Monitor* fizeram questão de registrar nominalmente as pessoas que estavam na sacada do Palácio Episcopal, sendo estas compreendidas como uma parcela do “mundo oficial”.

Esta parcela do “mundo oficial” é apresentada de forma hierárquica. O primeiro a ser citado é Elpídio Branco: deputado estadual, líder do Partido Social Democrático (PSD) na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe), e como contido no texto citado, estava representando o governador do estado de Pernambuco Cordeiro de Farias. Elpídio Branco era um dos políticos mais influentes em Garanhuns, nas eleições de 1954 ele foi o deputado estadual mais votado no referido município.

⁷ Idem, ibidem.

O segundo é o prefeito Celso Galvão, que não é citado nominalmente por já ter sido anteriormente em dois momentos, na abertura das portas da cidade e na entrega das chaves simbólicas da cidade. Em seguida são citados os membros da classe jurídica, o delegado, o coletor estadual, o presidente da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns (CMVG) e demais membros do poder legislativo presentes. Por fim é citado o orador Mário de Souza Matos professor dos Colégios Diocesano de Garanhuns e do Colégio Santa Sofia. Mário de Souza Matos era ex-prefeito de Garanhuns e também se envolveu diretamente na AIB seção Garanhuns.

A importância dada à estas pessoas não se restringiu a linguagem escrita, pois o momento foi registrado fotograficamente, como pode ser visto na Figura 2.

Fotografia 2: Homenagens Frente ao Palácio Episcopal



Fonte: *O Monitor*. Ano XXII – Garanhuns, 19 de fevereiro de 1955
– Nº 5, p. 06

Como na Fotografia 1, somente homens podem ser vistos nesta, mas também é importante analisar a posição do enquadramento da Fotografia 2. Ela não foi tirada de forma em que o Palácio Episcopal aparecesse de forma frontal, mas o enquadramento é lateral o que possibilita ver nitidamente a fachada principal do Colégio Santa Sofia ao fundo. Já na legenda desta fotografia consta: “Dr. Mário Matos, em nome do povo e da Cidade, profere, na sacada do Palácio, expressiva e eloquente oração, saudando D. Expedito Lopes.”⁸

⁸ Idem, ibidem.

O momento da posse aconteceu na Catedral de Garanhuns, com altar “adornado de lírios”, coros e hinos religiosos. Este momento também ganha registro fotográfico, mas desta vez somente Dom Francisco Expedito Lopes aparece, ver Fotografia 3.

Fotografia 3: Posse de Dom Francisco Expedito Lopes



Fonte: O Monitor. Ano XXII – Garanhuns, 19 de fevereiro de 1955 – Nº 5, p. 01

Na legenda da Fotografia 3 consta: “No esplendor e majestade da liturgia Sagrada, S. Excia. Dom Expedito Lopes, revestido de suas vestes pontificais, celebra o santo Sacrifício da Missa.”⁹ Tanto a Fotografia 3, quanto sua legenda ressaltam o caráter faustoso que se deu à posse do quinto bispo de Garanhuns.

Ainda com relação as festividades da posse de Dom Francisco Expedito Lopes como quinto bispo de Garanhuns, há o registro dos presentes em sua primeira missa que foi em comemoração à festa de Nossa Senhora de Lurdes. Boa parte do clero de Garanhuns esteve presente, estando como “(...) Presb. Mons. Callou, como Diáconos Pe. Pedro Hodes e Pe. Hossana Siqueira. Ministros do Altar: Mons. Ademar Valença e Pe. Antônio Barbosa. A estação do Evangelho, proferiu bela e oportuna Oração Congratulatória o Exmo. e Revdmo. Sr. Bispo de Caruarú Dom Paulo Hipólito. (...)”¹⁰

Também esteve presente o padre Acácio Alves, dirigindo o coro; enquanto o padre Edgar Caricio cuidava da transmissão da missa através da Rádio Difusora local. Não obstante,

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Idem, ibidem.

além do clero também assistiram esta missa “(...) Autoridades, Ação Católica, Colégios e grande número de fiéis (...)”¹¹

Além das homenagens citadas houveram mais duas, o Colégios Diocesano ofereceu um almoço e o Santa Sofia um jantar para o bispo empossado, onde Mons. Ademar da Mota Valença proferiu discurso representando o primeiro colégio e Mário de Souza Matos idem com relação ao Santa Sofia.

Como já foi colocado tanto Mons. Ademar da Mota Valença quanto Mário de Souza Matos foram membros de destaque e atuantes na vida política e educacional de Garanhuns. É relevante notar que ambos foram os representantes escolhidos para se pronunciarem em nome dos referidos colégios, isto nos dá uma noção de quanto se misturavam em Garanhuns as relações entre educação, política e religião.

Desta forma, a posse de Dom Francisco Expedito Lopes foi um acontecimento marcado pela produção de um discurso cujo objetivo era controlar, selecionar, organizar e distribuir um certo número de procedimentos (Foucault, 2011). Acontecimento difundido através do jornal da Diocese de Garanhuns, *O Monitor*, que na organização do discurso estabelece pontes entre as instituições religiosa, política e educacional, relações estas que serão analisadas de forma mais aprofundada no decorrer deste trabalho.

1.2. Formação de Francisco Expedito Lopes.

No estado do Ceará, no sítio Jerusalém situado na Vila de Meruoca pertencente ao município de Sobral, nasceu à 08 de julho de 1914 Francisco Expedito Lopes¹². Seu pai Edésio Pereira Lopes era pedreiro, enquanto sua mãe Noema Cordeiro Lopes era costureira, ambos provenientes de Santana do Acarau – CE se casaram quando Edésio tinha 28 anos e Noema 19 anos. Deste casamento nasceram 09 filhos na seguinte ordem: Josa, Francisco Expedito, Ana Suzete, João, Eurico, Cleomar, Zélia, Maria Ildecé e Teresinha. Para tanto só

(...) se criaram cinco, como acontecia com a maioria das famílias daquele tempo. Geralmente nasciam mais de dez filhos, mas muitos não resistiam às intempéries da pobreza, das secas, das doenças infantis, não havia os mesmos cuidados com vacina. Não havia Hospitais. Quando havia um médico, era um para várias cidades. E só havia um Posto de Saúde. Então se criaram apenas Expedito, João, Suzete, Ildecé e Terezinha. (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 17)

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Certidão de Nascimento.

Em 1917 a família se muda para a cidade de Sobral no Ceará. Em Sobral, Francisco Expedito Lopes inicia seus estudos no Grupo Professor Arruda onde “(...) era muito calmo, dedicado e desde cedo demonstrou interesse pelos estudos e pelas atividades da Igreja. Aos sete anos era coroinha”¹³

Segundo Romeu Peréa¹⁴, primeiro a escrever um livro sobre Expedito Lopes, em 1957, registra que Francisco Expedito Lopes provinha de uma família pobre (PERÉA, 1957). Seus pais católicos fervorosos, batizam seu recém nascido no dia 22 de agosto de 1927 na Paróquia de Meruoca cujo vigário era o Padre Francisco Leopoldo Fernandes e os padrinhos Anselmo Cordeiro e Izabel Pereira¹⁵.

Quando tinha 11 anos de idade o jovem Francisco Expedito Lopes foi encaminhado pelo padre Ferreira Gomes ao Seminário Menor¹⁶ em 02 de fevereiro de 1925. Mas foi o então bispo de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota que assumiu as despesas pelos seus estudos através das Obras das Vocações Sacerdotais. Por conta disto “(...) ele não tinha férias das aulas. Ficava do Seminário para a Casa do Bispo a trabalho, ajudando na portaria, na secretaria, na limpeza, na liturgia.” (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 22) Assim é que entre os anos de 1925 a 1931 Francisco Expedito Lopes frequentou o Seminário menor. Em fevereiro de 1932, aos 17 anos, Francisco Expedito Lopes passa para o Seminário da Prainha¹⁷, localizado na cidade de Fortaleza, onde permaneceu até 1935. Durante este tempo foi convidado à elaborar um jornal semanal que circulava dentro do Seminário cujo nome era *Pasquim*, este de cunho humorístico “relatando os acontecimentos mais jocosos” (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 21). Lá também estudou filosofia e fez o primeiro ano do curso de teologia¹⁸.

Em junho de 1936 viaja para Roma onde termina seus estudos teológicos na Pontifícia Universidade Gregoriana. Aos 24 anos, em 30 de outubro de 1938, Francisco Expedito Lopes recebe sua ordenação sacerdotal em Roma. No dia 31 de outubro de 1938, celebra sua primeira missa na Catacumba de São Calisto, em Roma. Ainda durante sua estadia em Roma doutora-se em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana no mês de julho de 1941.

¹³ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: SÍNTESE DA VIDA-MORTE – PROCESSO DE CANONIZAÇÃO.

¹⁴ Em 1957 Romeu Peréa pertencente a ordem carmelita era capelão do presídio especial do estado e ex. professor das faculdades de filosofia do Recife e Pernambuco. (PERÉA, 1957)

¹⁵ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Livro Batismo – Meruoca, nº 18 f. 109 v.

¹⁶ O Seminário Menor é onde se realizam os primeiros anos de estudo para os seminaristas católicos que pretendem ser ordenados sacerdotes da Igreja Católica. Para ingressar no seminário menor são aceitos jovens entre 11 e 17 anos.

¹⁷ Por este também passaram “grandes vultos da História da Igreja do Ceará e do Brasil, como Pe. Cícero, Dom Helder Câmara, Dom Eugênio Sales (...)” (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 26)

¹⁸ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Koinonia **ONTEM & HOJE IRMÃS MISSIONÁRIAS DE N.S. DE FÁTIMA DO BRASIL**. 2 de julho de 1997.

Segundo relatos de suas irmãs Terezinha e Suzete “(...) Expedito nunca se preocupou de fazer subir a família. Ele gostava de ser filho de pobre.” (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 21) Durante seu período em Roma. “Seria normal que tivesse arranjado alguma coisa para ajeitar a casa, mas isso não fazia parte das preocupações dele. Ele não se preocupava com bens materiais nem para si, nem para sua família. Seus pais foram pobres a vida inteira.” (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 21)

Em pleno período da ditadura do Estado Novo¹⁹, em 02 de outubro de 1941 retorna o então padre Francisco Expedito Lopes para cidade de Sobral que na época estava sob o bispado de Dom José Tupinambá de Frota. Em 1942 assume o cargo de Secretário do Bispado, o que corresponde atualmente ao cargo de Chanceler da Cúria. Nesta função começou a pôr em prática sua formação em Direito Canônico:

(...) redigindo os documentos da Diocese e fazendo os despachos da Cúria Diocesana, como dispensas, nomeações, provisões, licenças, delegações, as comunicações com a Santa Sé. E tudo isto ele fazia com precisão porque era bom “latinista” e naquele tempo todos estes documentos eram redigidos em latim. Para Roma principalmente. De lá não vinha e para lá não ia nada não fosse num bom latim. (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 33)

Durante este tempo o Padre Francisco Expedito Lopes exerceu as atividades de “Secretário do Bispado, Professor do Seminário, Capelão e Professor do Colégio Sant’Ana, onde foi assistente da Juventude Estudantil Católica (JEC)”²⁰ Também fundou a Ação Católica na cidade de Sobral e trabalhou como assistente eclesiástico da Ação Católica; ainda foi chanceler e diretor do arquivo diocesano, reitor do Seminário de Sobral e redator do periódico *Correio da Semana*.²¹ Como professor do Seminário, lecionava as disciplinas de Italiano e Ação Católica, que segundo:

Dom Francisco Austragésilo de Afogados da Ingazeira disse que foi aluno de Pe. Expedito e que a disciplina era “Ação Católica”. Ele era assistente espiritual da Ação Católica e ele mesmo dava essa disciplina, preparando os futuros padres para assistentes desse movimento que foi tão forte nas décadas de 50 e 60 (...) (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 34)

¹⁹ No clima da Segunda Guerra Mundial o então capitão e integralista Olímpio Mourão Filho elabora o Plano Cohen que versava sobre um suposto golpe comunista. Este suposto plano foi amplamente divulgado na imprensa e na rádio oficial através do programa *A Hora do Brasil*. Assim o Congresso Nacional aprova o Estado de Guerra e em 1937 é instaurada uma ditadura que só iria terminar em 1945. Este período ditatorial ficou conhecido como Estado Novo. Para maiores informações ler: **Fonte bibliográfica inválida especificada.** e **Fonte bibliográfica inválida especificada..**

²⁰ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: SÍNTESE DA VIDA-MORTE – PROCESSO DE CANONIZAÇÃO.

²¹ Para estas e outras informações ler: **Dicionário Biográfico do Episcopado Brasileiro** in: *A Cruz*. Ano XXXIV. Num. 1.833 de 27 de abril de 1952, p. 02.

Segundo Correia Araújo (et al., 2011), o movimento da Ação Católica se dividia em: “JAC, JEC, JIC, JOC e JUC, respectivamente Juventude Agrária, Estudantil, Independente, Operária e Universitária” (Idem, *idibem*, p. 34)

Ao estender nossa compreensão ao macro é constatado por Mainwaring (2004), que a Igreja Católica no Brasil passa a ter o ano de 1916 como um marco para o modelo da neocristandade; com a Carta Pastoral a Olinda, do então arcebispo de Recife e Olinda Dom Sebastião Leme. Modelo este:

(...) que atingiu seu apogeu de 1930 a 1945, quando Getúlio Vargas era presidente. A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos (...). Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo.” (Idem, *ibidem*, p. 43)

Um exemplo deste conservadorismo da Igreja Católica no Ceará é uma pequena matéria publicada no periódico católico *A Cruz*:

Em reunião da Ação Católica no Ceará, o arcebispo metropolitano, d. Antonio Lustosa, declarou, categoricamente, que não consentirá que se ministre o ensino religioso ou que a Ação Católica de qualquer modo colabore nos colégios particulares secundários onde o regime fôr o de co-educação, abertamente condenado pela Igreja. “*Ipsa facto*”, a A. C. não poderá recomendar esses colégios à família católica cearense.²²

As preocupações com relação à formação do laicato e do clero eram voltadas para construir uma ideologia conservadora, que apoiasse Getúlio Vargas e combatesse o comunismo, assim como, formar maior número de sacerdotes, pois:

(...) avanço do comunismo no continente latino americano, de uma perspectiva internacional, não era apenas preocupação do governo dos EUA. A Igreja Católica, mais propriamente o Vaticano, por intermédio do papa Pio XII, publicou na década de 1950 a encíclica *Fidei Donum*, que tinha como um dos seus objetivos o trabalho missionário de evangelização e combate ao comunismo, ao espiritismo e ao protestantismo, inicialmente em terras africanas e, posteriormente, também na América Latina. (...) As dioceses de diversos países da Europa foram convidadas a colaborar nesta cruzada, enviando padres para os continentes em que havia escassez de vocações sacerdotais. (MONTENEGRO, 2010 p. 95)

Francisco Expedito Lopes, mesmo não sendo um estrangeiro, teve sua formação bastante marcada por influências externas, pois o então bispo de Sobral Dom José Tupinambá da Frota à quem Francisco Expedito Lopes esteve subordinado desde os 11 anos de idade até ingressar no Seminário Maior em Fortaleza, também tinha tido parte de sua formação em Roma. Entre os dois havia uma diferença à qual chama atenção das irmãs Cândida, Mirtes e Terezinha, pois como elas mesmas escrevem sobre a formação de Francisco Expedito Lopes em Roma:

A família, que havia ficado em Sobral, esperava com profunda fé. Nem entendia por que estudar em Roma, tão longe, por tanto tempo, se tantos outros padres já se tinham ordenado estudando apenas em Fortaleza-CE. Quem tinha estudado em Roma era

²² **EXCELENTE MEDIDA** in: *A Cruz*. Ano XXIV. Num. 6 de 08 de fevereiro de 1942, p. 3.

Dom José Tupynambá da Frota, mas este era um Conde, era de família muito rica. Os pais tinham recursos para formar todos os filhos fora do país. Mas... “Expedito, por que seria? Será que ia ser bispo também? Só Deus sabia.” (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 p. 31)

Independente se o padre Francisco Expedito Lopes se tornaria bispo, fato é que sua formação estava alinhada com a orientação do papa Pio XII, nomeada de neocristandade.

Francisco Expedito Lopes exerce suas atividades como padre durante 10 anos até o momento em que a Santa Sé, sob o papado de Pio XII, nomeia-o em 30 de agosto de 1948 primeiro bispo da recém criada diocese de Oeiras no estado do Piauí. Sua sagração como bispo ocorre no dia 12 de dezembro de 1948, na catedral de Sobral – CE. E é o mesmo Dom José Tupinambá de Frota, bispo de Sobral, que colocou sob sua tutela o menino de 11 anos, Francisco Expedito Lopes, no seminário de Sobral, que sagrava-o bispo, sendo os consagrantes Dom Aureliano Mattos, bispo de Limoeiro do Norte e Dom Luiz Marelin, bispo de Caxias no Maranhão.

Segundo o relato do padre Davi Ângelo Leal²³ a primeira preocupação de Dom Francisco Expedito Lopes foi conhecer todo território da diocese “(...) visitando-a toda por mais de uma vez, andando a cavalo, em velhos e desconjuntados caminhos de prefeituras, em jipes ou em balsas descendo o rio Paraíba.”²⁴ Padre Davi Ângelo registra que Dom Francisco Expedito Lopes ficou “deveras impressionado com a ignorância do povo e organizou centros catequéticos em todos os lugares visitados.”²⁶ Ainda segundo o referido padre, quando Dom Francisco Expedito Lopes assumiu à recém criada diocese haviam somente quatro padres distribuídos nas cidades de: Oeiras, Floriano, Jeromenha e Picos.

Durante os seis anos em que permaneceu como bispo de Oeiras Dom Francisco Expedito Lopes fundou centros das Obras das Vocações Sacerdotais, que segundo o Direito Canônico, especificamente no Cân. 233:

§ 1. Incumbe a toda a comunidade cristã o dever de fomentar as vocações, para que se proveja suficientemente em toda a Igreja às necessidades do sagrado ministério; em especial têm este dever as famílias cristãs, os educadores, e de modo peculiar os sacerdotes, sobretudo párocos. Os Bispos diocesanos, a quem principalmente incumbe cuidar de promover as vocações, instruem o povo que lhes está confiado acerca da importância do ministério sagrado e da necessidade de ministros na Igreja, e suscitam e apoiem iniciativas para promover vocações, especialmente por meio de obras com essa finalidade.

§ 2. Os sacerdotes, e especialmente os Bispos diocesanos, mostrem-se também solícitos, para que os homens de idade mais madura que se julguem chamados aos

²³ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: **TRAJETÓRIA DE DOM EXPEDITO LOPES NA DIOCESE DE OEIRAS-PIAUI**. Dom Expedito Lopes, 05 abril de 1987. Padre Davi Ângelo Leal.

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ No Piauí não existe rio Paraíba e sim Parnaíba.

²⁶ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: **TRAJETÓRIA DE DOM EXPEDITO LOPES NA DIOCESE DE OEIRAS-PIAUI**. Dom Expedito Lopes, 05 abril de 1987. Padre Davi Ângelo Leal.

ministérios sagrados, sejam prudentemente auxiliados com palavras e obras e se preparem convenientemente para eles. (PAULO II, 1983 p. 40)

As Obras das Vocações Sacerdotais se referem à formação do clero. Mas existe uma informação no relato do padre Davi Ângelo Leal, pois segundo o mesmo quando Dom Francisco Expedito Lopes funda centros das Obras das Vocações Sacerdotais busca apoio das Congregações Religiosas e pede “(...) a ajuda de Padres, o que não conseguiu.”²⁷ Uma explicação pode ser encontrada no relato do padre Davi Ângelo Leal, que em suas próprias palavras define Dom Francisco Expedito Lopes como tendo sido

(...) muito rigoroso quanto as festas religiosas, ordenando aos vigários que não as fizessem onde não houvesse jogos, danças e outros movimentos profanos.

Algumas foram mesmo suspensas, delas tradicionalíssimas, como a de Nossa Senhora da Conceição da Bocaina, a de Nossa Senhora de Mercês de Jaícos, a de Nossa Senhora de Nazaré e do Piauí e a de Nossa Senhora Aparecida de Bertolândia. Era muito exigente igualmente relativamente modas exageradas na Igreja recusando os sacramentos a pessoas mal vestidas.²⁸

De acordo com as informações supracitadas é notório que Dom Francisco Expedito Lopes foi um sacerdote que seguia os preceitos conservadores da neocristandade. Este conservadorismo por vezes se mostrou perigoso tanto para si quanto para aqueles que o rodeavam. Ainda no relato do padre Davi Ângelo Leal encontramos escrito em negrito como aqui se segue: **“Eu Padre Frota dele ouvindo suas determinações, acabei a festa de Santo Inácio, Dezenas de anos, sofrendo séria tentativa de morte. Igualmente, na sede, ficando frente ao revolver ameaçador.”**²⁹ O porquê de tamanha violência frente a proibição de tais festas é uma questão à ser estudada de forma mais cautelosa em futuras pesquisas.

O primeiro bispo de Oeiras estava preocupado com questões vinculadas a moralidade, festas religiosas e com a educação. Por isso ele trouxe para Oeiras as:

(...) filhas de Santa Tereza, em 1951 para o patronato Nossa Senhora de Fátima de Oeiras, em 1952, as irmãs mercedárias do Brasil para fundarem o Educandário Santa Joana D’arc. De Floriano. Foi a Teresinha [Teresina] mais de uma vez e uma vez ao Rio de Janeiro, no sentido de conseguir a abertura de um ginásio em Oeiras, o que conseguiu em 1952, começando com 60 alunos. Ele mesmo foi o seu primeiro **diretor e professor de Português, Latim e História**, no primeiro ano de funcionamento.³⁰

Estas foram as principais ações que encontrou-se registro durante o período que Dom Francisco Expedito Lopes exerceu seu bispado em Oeiras. Em 24 de agosto de 1954 ele foi transferido para Diocese de Garanhuns.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ Idem, ibidem.

³⁰ Idem, ibidem.

1.3. Breve História da Diocese de Garanhuns.

A Diocese de Garanhuns foi criada pelo papa Bento XV através da bula³¹ *Archidioecesis Olindensis et Recifensis*³²³³, sendo assim desmembrada da Arquidiocese de Olinda e Recife no dia 02 de agosto de 1918. Segundo a própria Diocese de Garanhuns³⁴, tal desmembramento foi realizado em decorrência da expansão da Igreja Católica; pois a jurisdição da Arquidiocese de Olinda e Recife abrangia todo o Nordeste do Brasil.

“A idéia da criação da Diocese de Garanhuns foi do Monsenhor Afonso Pequeno.”³⁵ E foi aceita pelo “(...) então Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra.”³⁶

Em sua fundação constava sob a jurisdição da Diocese de Garanhuns quinze paróquias: Garanhuns (sede), Águas Belas, Água Preta, Barreiros, Belém de Maria, Bom Conselho, Canhotinho, Catende, Correntes, Lagoa dos Gatos, Palmares, Palmeira, Panelas, Quipapá e São Bento do Uma.

O primeiro bispo da Diocese de Garanhuns foi Dom. João Tavares de Moura, eleito em 3 de julho 1919 pelo Papa Bento XV; o segundo foi Dom Manuel Antônio De Paiva; o terceiro Dom Mário De Miranda Vilas Boas; o quarto Dom Juvêncio Britto e o quinto Dom Francisco Expedito Lopes³⁷.

Porém no ano de 1953 a diocese de Garanhuns passa à ter sob sua jurisdição dezoito municípios: Água Preta, Águas Belas, Angelim, Barreiros, Bom Conselho, Canhotinho, Catende, Correntes, Garanhuns, Jurema, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Maraial, Palmares, Panelas, Quipapá e São Bento do Una. E no ano de 1958 aumentando sua jurisdição para dezenove municípios, sendo que, enquanto o município de São Bento do Una deixa de fazer parte de sua jurisdição passam à fazer parte os municípios de Cupira e Joaquim Nabuco³⁸.

³¹ Bulas papais são para Igreja Católica Apostólica Romana documentos que tratam de questões de fé, assuntos jurídicos ou administrativos que são expedidos pela Chancelaria Apostólica que tem o selo do papa.

³² ACTA APOSTOLICAE SEDIS COMMENTARIUM OFFICIALE ANNUS XII I - VOLUMEN XII I Annus XIII - Vol. XIII 3 Ianuarii 1921 Num. 1. p. 464, 465. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/aas/documents/AAS-13-1921-ocr.pdf> acessado em 06/03/2016

³³ Através desta mesma bula papal também foram criadas as Dioceses de Nazaré da Mata e Pesqueira.

³⁴ Disponível em: <http://www.diocesegaranhuns.org/novo/historico.php> acessado em 11/ 03/2016

³⁵ Idem, Ibidem.

³⁶ Idem, Ibidem.

³⁷ Idem, Ibidem.

³⁸ Anuário Estatístico de Pernambuco. Estado de Pernambuco – Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Ano XV. Recife – 1955.

Iremos nos deter mais no que concerne ao município de Garanhuns. Assim sendo, vejamos alguns dados referentes à organização da Igreja Católica em Garanhuns nas Figuras 1 e 2:

Figura 1: Estrutura da Diocese de Garanhuns 1953

Diocese de Garanhuns					
1953					
Nº Total de Paróquias	Nº Total de Sacerdotes	Templos			
23	45	Nº Total Catedrais	Nº Total Matrizes	Nº Total Igrejas	Nº Total Capelas curadas e comuns
Garanhuns	Garanhuns	0	23	37	192
4	19		Garanhuns	Garanhuns	Garanhuns
			4	1	20

Fonte: 1Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco. Estado de Pernambuco – Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Ano XV. Recife – 1955, p. 214

Figura 2: Estrutura da Diocese de Garanhuns em 1958

Diocese de Garanhuns						
1958						
Associações Religiosas (AS)		Nº Total de Sacerdotes	Templos			
Nº Total de AS	Nº Total de Associados		Nº Total Matrizes	Nº Total Outras Igrejas	Nº Total Capelas Públicas	Nº Total Capelas Semi Públicas
124	39.424	48	21	5	73	73
Garanhuns	Garanhuns	22	Garanhuns	Garanhuns	Garanhuns	Garanhuns
29	7.413		4	0	7	9

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco. Estado de Pernambuco – Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Ano XV. Recife – 1955, p. 214

Nas duas figuras acima notamos um crescimento tanto do clero quanto dos templos católicos, mas um dado que chama bastante à atenção é o referente ao número de Associações Religiosas e seu respectivo número de membros. Embora não se tenha encontrado um levantamento anterior análogo ao realizado em 1958 é relevante notar que tal influência da Diocese de Garanhuns basicamente se deu durante o bispado de Dom Expedito Lopes, que atuou como bispo diocesano de Garanhuns entre 10 de fevereiro de 1955 a 03 de julho de 1957. Durante seu bispado em Garanhuns Dom Francisco Expedito Lopes construiu seminários e OVS, que eram instituições voltadas a formação de futuros sacerdotes da Igreja Católica. Nos estatutos das OVS era estabelecida uma hierarquia dos membros, ficando acima os membros que mais contribuíssem financeiramente com as OVS. Estas questões serão melhor analisadas no tópico 2.2.

1.4. A Cruzada de Horror e Ódio.

No tópico 1.2. consta que Dom Francisco Expedito Lopes enquanto bispo de Oeiras por vezes adotou uma postura conservadora e até mesmo inflexível. Inclusive chegando ao

ponto de tais posturas não somente afetarem-lhe como a outros que os rodeava, como registrado pelo padre Frota.

Tomemos como ponto de partida as próprias palavras de Dom Francisco Expedito Lopes em sua décima Carta Circular

Que os sacerdotes no púlpito, os jornalistas na imprensa, os radialistas através de seus microfones, as autoridades com o seu prestígio, a policia com seus meios de repressão, os professores nas suas catedras e os pais no recesso do lar, tôdos na medida de suas possibilidades se esforcem por inspirar horror e odio ao jôgo.³⁹

No tópico anterior, onde estão expostos alguns fragmentos das articulações de forças que os políticos buscavam com Dom Francisco Expedito Lopes, através do comparecimento à sua posse, homenageando-o de diversas formas. Uma questão à ser levantada é: o que Dom Francisco Expedito Lopes poderia ganhar em troca?

Como podemos ler no trecho supracitado Dom Francisco Expedito Lopes não se conformou com um poder meramente ilustrativo, ou seja, para o novo bispo de Garanhuns não bastavam palavras elogiosas ou pompa, era necessário obediência e ações práticas. Neste caso, obediência para com relação aos preceitos morais e ação prática para que no cotidiano o jogo fosse reprimido de todas as formas, inclusive com a utilização do horror e do ódio.

O poder de Dom Francisco Expedito Lopes se encontra em sua capacidade e eficiência, como articulador de forças, em prol daquilo que ele considerava como hediondo; neste caso o jogo.

Porém Dom Francisco Expedito Lopes não somente conclama para à cruzada contra o jogo através de uma ordem injustificada. Ele apresenta um conjunto de argumentos, no intuito de provar *a verdade e justiça* destas ações de guerra; inclusive recorrendo ao discurso de autoridade, ao citar S. Antonio como crítico dos males provenientes do jogo.

Combatamos o jogo, que sobre ser a fonte ubérrima de um sem numero de vicios e viveiro de misérias, corrompe o caráter, fomenta a indolencia e precipita o homem em todos os delitos. O jogo, escreveu alguem, é viveiro de todas as miserias fisicas e morais, pois arruina a saude de suas vitimas, engraquece-lhes o caráter, embrutece a conciencia, esvasia-lhes a bolsa, arruna-lhes o crédito desmorona-lhes o lar, suga-lhes as mais nobres energias, estimula as mais vis paixões e fomenta o alcoolismo. É em derredor dos mármoreos luxuôsos dos grandes cassinos ou sobre os balcões encardidos das baiúcas escuras que se aprende o roubo, a trapaça, a mentira, a blasfemia, o ódio e não raro, se forjam os crimes mais horripilantes. Já, S. Antonio se referia a 21 males oriundos deste objeto vicio. O principal e o mais lamentavel é a aversão ao trabalho, do qual o jogador se exime na esperança de ganhos fáceis e Vultuosos, obtidos fortuitamente sem esforço algum. O jogo é o meio de vida dos preguiçosos e vencidos na vida, daqueles que não se sentido com coragem para engrentar as Vicissitudes da existencia Vão procurar nas rodadas da roleta, no lance dos dados ou nas côres das cartas um meio de vida sem trabalho. Nada deveria envergonhar e humilhar mais a um homem do que o dinheiro mal adquirido no jogo, dinheiro ganho fraudulentamente,

³⁹ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: CARTA CIRCULAR Nº 10. Garanhuns, 31 de julho de 1956. Expedito, Bispo Diocesano.

sem trabalho e sem autorização legal, dinheiro ensopado das lágrimas de tantas mães e esposas desditosas, dinheiro tinto de sangue e enegrecido pelas disventuras de tantas Cores.⁴⁰

Depois de adjetivar negativamente o jogo e os jogadores, com amplo leque de ações, práticas e sentimentos; como o alcoolismo, crimes e a indolência, o bispo busca delimitar e inculcar uma determinada moralidade, que as pessoas devem compartilhar. Para concretizar seus ensinamentos, ele utiliza os sentimentos como armas, como no caso da vergonha que se deve ter ao obter lucros através dos jogos. O bispo parte para uma guerra psicológica, onde os sentimentos das pessoas são os espólios mais preciosos.

É neste contexto que podemos ler as seguintes palavras condenatórias ao jogo escritas por Dom Francisco Expedito Lopes:

(...). Por todas essas razões é que já no Imperio Romano o jogo era condenando e perseguido. A partir de Carlos Magno até Luiz XV, dificilmente se encontra na França um monarca que não tenha punido com leis bem severas os jogadores e promotores do jogo. Na Inglaterra chegou-se até mesmo condenar-se a loteria. (...) Só Deus poderá avaliar a responsabilidade desses criminosos promotores do jogo e seus comparsas, verdadeiros empresários do vício e do crime, que como abutres sociais se locupletam com a podridão moral e a miséria de suas infelicitadas Vítimas. (...) deixamos aqui nosso angustiado apelo a todos os homens de boa Vontade por uma cruzada de esclarecimento e repressão contra o jogo, e seus maléficos efeitos.⁴¹

Independente de todas as diferenças e de todos os anacronismos que se possa encontrar temporal e espacialmente, em uma comparação entre: um império, uma monarquia e uma democracia (como se estava vivendo no Brasil em 1956) os exemplos eram válidos, para o bispo. É intrínseco neste discurso uma *verdade* universalmente válida na qual somente “Deus poderá avaliar”. Nesta forma de raciocinar não existe diferenciação de: valores em diferentes sociedades e diferentes épocas.

O bispo também se fez valer da legislação vigente sob os jogos:

Também entre nós o jogo, jurídica e legalmente, é condenado e proibido, consoante o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 Outubro de 1941. O capítulo VII da Lei das Contravenções Penais relativo ao referido Decreto, dispõe o seguinte: “Art. 50. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele. Pena-prisão simples de três meses a um ano, e multa de dois a quinze contos de reis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos móveis e objetos de decoração local... “1º. A pena é aumentada de um terço se existe entre os empregados ou participa do jogo pessoa menor de dezoito anos.” 3º. Consideram-se jogos de azar: a) o jogo em que o ganho e a perda dependam exclusivamente ou principalmente da sorte: b) as apostas sobre corridas de cavalos fóra do hipódromo ou local onde sejam autorizados: c) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.” Esta é a letra da proibição, são estas as penalidades cominadas aos transgressores. Mas como vai acontecer entre nós, todo fica reduzido ao papel, pois, vivemos em um país, onde as leis são promulgadas, mas por via de regra não são executadas. E assim é que não obstante a proibição do jogo e a cominação de punições tão severas para os contraventores e empresários de tavolagem, a jogatina campeia

⁴⁰ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: CARTA CIRCULAR Nº 10. Garanhuns, 31 de julho de 1956. Expedito, Bispo Diocesano.

⁴¹ Idem, *ibidem*.

impunemente em nosso meio. Quem não vê aqui e alí, em plena atividade, essas nefandas s de vícios e de crimes, que não as casas e bancas de jôgo? Agumas descaradamente abertas sobre às Vistas benevolas das autoridades obrigadas por ofício a reprimir a jogatina. Outras cautelosamente disfarçadas lá pelo interior de um café ou casa de pasto, quando não dispersas pelos angulos das casas alegres de meia agua de um cabaré, para que os zelosos guardas da lei possam menos escandalosamente fazer vistas grossas às infrações. Isto para não aludir aos casos de indecentes venalidades, com que se aviltam aqueles que envés de coibir a jogatina auferem dela pingues lucros, não só com ela potuando mas até mesmo a explorando. Só Deus poderá avaliar a responsabilidade desses criminosos promotores do jôgo e seus comparsas, verdadeiros empresários do vicio e do crime, que como abutres sociais se locupletam com a podridão moral e a miseria de suas infelicitadas Vitimas.⁴²

Como pode ser lido acima o bispo não se limita em citar a legislação vigente sobre o jogo, ele também critica como ela só funciona no papel na medida em que denuncia as autoridades públicas que além de não fiscalizar devidamente estas contravenções, muitas vezes (nas palavras do bispo) são cúmplices nestas atividades.

Analisado o discurso de Dom Francisco Expedito Lopes, falta saber de seus efeitos práticos. Quais pessoas responderam ao chamado de sua cruzada, e com quais armas guerrearam?

Para responder tais questionamentos será analisado à terceira reunião ordinária da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns, realizada no dia 14 de agosto de 1956. Nesta ata encontra-se registrado que o vereador José Cardoso apresenta um requerimento para que “esta casa envie ao Sr. Bispo Diocesano, uma moção de aplausos, pela campanha desenvolvida pelo mesmo na cidade, contra a jogatina desenfreiada (...)”⁴³ Em seguida o vereador:

Uzaze Canuto, que com sua conhecida capacidade oratória, faz uma importante apreciação da materia em discussão, apreciando o jogo em nosso meio, tanto na parte moral como social seus malefícios e suas consequencias no seio do povo, defendeu a tese de que a unica maneira em que se podia corrigir esta prática, seria, educar o povo ou a regulamentação do jogo.⁴⁴

Este discurso do vereador Uzaze Canuto não teve suas palavras registradas assim como ele as pronunciou, elas nos chegam através de um filtro que seleciona e sintetiza; os livros de ata da CMVG em sua maior parte é escrito em terceira pessoa, em poucos trechos pode ser encontrado discursos em primeira pessoa e estes geralmente assim estão por solicitação de algum dos vereadores.

Por mais que haja uma tentativa de conciliar os posicionamentos do bispo com os do vereador Uzaze Canuto, como no supracitado, através de uma crítica comum ao jogo, as ações objetivadas por ambos são diferentes. Enquanto o bispo escreve sobre proibição, repressão e

⁴² Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: CARTA CIRCULAR Nº 10. Garanhuns, 31 de julho de 1956. Expedito, Bispo Diocesano.

⁴³ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 59, 60, 61 e 62.

⁴⁴ Idem, ibidem.

ódio, com relação ao jogo, o vereador Uzze Canuto fala em educar a população, caso tal não surta os efeitos desejados que se passe para a regulamentação do jogo. Porém o jogo de palavras continua quando se tem registrado que o vereador Uzze Canuto “Exaltou a feliz iniciativa de sua Excia. Revma. D. Francisco Expedito Lopes, por intermedio de uma circular que tinha sido distribuída a casa um dos Snrs. Vereadores.”⁴⁵ Aqui encontramos uma denúncia e uma crítica veladas através do elogio feito ao bispo: estas se constituem na ação coercitiva do bispo ao enviar cópias de sua carta circular as casas dos vereadores, assim fazendo com que estes não pudessem passar alheios aos assuntos abordados na referida carta. Isto se constitui numa forma de coerção à qual o vereador Uzze Canuto ao tecer elogios à ação do bispo também o denuncia.

Neste momento é que os vereadores Antonio Sarmiento de Pontes, José Florencio Filho (PDC) e José Cardoso da Silva aparteiavam o discurso do vereador Uzze Canuto (UDN) apoiando-o, porém o conteúdo dos apartes não foi registrado.

Dentro desta discussão o próximo a pedir o uso da palavra foi o vereador Raimundo de Moraes (PSP):

(...) que se manifesta contrário ao requerimento, dizendo-o inoportuno, pois que nesta casa estava para apoiar, qualquer iniciativa que fosse tomada contra o jogo, contanto que a mesma fosse dirigida a autoridades, como Juiz de Direito, Governadores do Estado ou o Ministro da Justiça.⁴⁶

Raimundo de Moraes (PSP) busca uma solução prática do problema levantado pelo bispo ao discordar do requerimento, pois ao enviar moção de aplausos ao bispo pela sua campanha iniciar-se-ia um processo cíclico já que à decima carta circular do bispo tinha como intuito mobilizar diversos setores da sociedade civil, inclusive à sociedade política.

É possível interpretar uma certa inconformidade com a ação do bispo, por parte do vereador Raimundo de Moraes (PSP), pois ele além de não citar o bispo como uma autoridade ele também é contra o requerimento de enviar uma moção de aplausos para o mesmo, isto significando que o citado vereador não considerava o bispo uma autoridade.

Para tanto é importante atentar que o vereador Raimundo de Moraes (PSP) não apresenta um requerimento para que sejam enviados ofícios as autoridades por ele mesmo citadas. O que nos leva a entender que o referido vereador não estava de acordo com a campanha do bispo.

Esta mesma linha de pensamento pode ser encontrada no discurso do vereador Elias de Barros (PRT), pois quando este pede a palavra:

(...) faz uma importante oração a respeito do jogo, sua prática e as funestras consequências em Virtude da mesma, exaltou a formidável campanha iniciada nesta

⁴⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 59, 60, 61 e 62.

⁴⁶ Idem, ibidem.

cidade pelo Sr. Bispo Diocesano, a qual era motivo de todo seu apoio e sua atenção. Entretanto fazia restrições ao requerimento na parte em que o mesmo se refere as autoridades públicas.

Como pode ser lido acima o vereador Elias de Barros (PRT) tece críticas ao jogo e exalta à iniciativa do bispo, mas há um “entretanto” em seu discurso. Este “entretanto” que diz respeito ao não acionamento das autoridades públicas é uma forma de não dar resolução ao problema.

É nesta mesma linha de pensamento que o vereador Uzze Canuto (UDN):

(...) apresenta a mesa uma emenda ao requerimento em discussão, para que seja suprimida no mesmo o “considerado” que diz, “com o beneplácito das autoridades”, justifica sua decisão, em virtude de achar que a intenção do Vereador José Cardoso e os demais signatarios do requerimento era homenagear o Sr. Bispo Diocesano, portanto era inoportuno aqueles dizeres.⁴⁷

Tanto esta emenda como o requerimento são aprovados por unanimidade. Nenhum vereador ousou reprovar este requerimento, seus discursos podem ter discordado de algum ponto, mas não ao ponto de rejeitar o requerimento apresentando.

Depois da votação, as discussões acerca da décima carta circular do bispo ainda se prolongaram. O vereador José Florencio Filho (PDC) disse que “(...) a circular distribuída aos membros desta Câmara não tinha sido feito pelo Sr. Bispo”⁴⁸, mesmo que estas não tenham sido entregues pessoalmente pelo bispo foi sob seu comando.

Logo após as palavras do vereador José Florencio Filho (PDC), Raimundo de Moraes solicita que a carta circular seja transcrita em ata, no que é atendido, o que demonstra sua compreensão quanto à importância dos registros em ata.

A questões levantadas pelo bispo continuam no dia 23 de agosto de 1956, onde encontra-se registrado uma ofício de Dom Francisco Expedito Lopes em agradecimento pelas homenagens que lhe foram prestadas.

Se houve espaço para dúvidas quanto ao posicionamento contrário do vereador Raimundo de Moraes quanto à cruzada do bispo, nesta sessão estas dúvidas não mais encontrarão espaço. Pois o vereador José Florencio Filho (PDC):

(...)apresentou a Mesa um requerimento de sua autoria e firmado ainda por mais dois Vereadores, no sentido desta casa enviar memorandos aos Exmos. Snrs. Governador do Estado e Secretarias da Segurança Pública, apelando aos mesmos, afim proibir o jogo de azar em todo o Estado, especialmente nesta cidade, o referido requerimento, foi justificado com sobejas razões e dado pelo Sr. Presidente para a Ordem do Dia.⁴⁹

Quando posto em discussão na ordem do dia o vereador Raimundo de Moraes (PSP) se pronuncia contrário:

⁴⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 59, 60, 61 e 62

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 74.

(...) alegando a inoportunidade do mesmo, sobre o qual fez diversas considerações embora fosse contra o jogo e saber dos males produzidos pelo mesmo, entretanto, o jogo era uma coisa que se fazia de livre e espontânea vontade, e quem o praticava sabia a que estava se expondo. Em sua oração, foi aparteado pelos Vereadores, José Cardoso e José Florencio Filho. Em votação foi rejeitado por maioria.

Quando posto em votação o requerimento do vereador José Florencio Filho (PDC) ele foi rejeitado pela maioria. O que demonstra que a maioria dos vereadores não estava alinhada com a forma que o bispo estava combatendo os jogos de azar.

Mesmo após padre Hosana assassinar Dom Francisco Expedito Lopes com três tiros à queima roupa, por outros motivos não vinculados ao jogo em Garanhuns, a cruzada contra o jogo continuou e com mais força. Porém não vamos nos deter aqui ao assassinato do bispo, este é um assunto para o próximo tópico.

No dia 20 de julho de 1957 há relatos das ações repressivas perpetradas em nome da cruzada de Dom Francisco Expedito Lopes. No sábado anterior à esta data em que ocorreu uma forte ação repressiva em Garanhuns, o vereador Antonio Sarmiento de Pontes (PRT) se inscreve para falar na reunião do dia seguinte, pois disse que não poderia deixar de registrar o citado acontecimento “(...) insólito e degradante (...), por parte de um oficial do Exército chamado Coronel Braulio Guimarães, que procurando fechar uma casa de jogos, tinha cometido tamanha arbitrariedade, que deixou estarecido os habitantes da Suiça Pernambucana”⁵⁰

Neste momento surge mais uma ramificação deste problema, que é a luta pelo poder político em Garanhuns, existente entre o deputado estadual Elpidio Branco (PSD) e o prefeito Francisco Figueira (UDN-PSP). Esta tensão emana nas palavras do suplente de vereador Fausto Souto Maior⁵¹ (PRT):

(...) que se manifestou dizendo que sabia que o jogo era uma contravenção, e que era da atribuição da polícia, e do poder judiciário, a sua punição, no entanto achava condenável a maneira como o Sr. Secretario da Segurança Pública tinha procedido nesta cidade, atitude que certamente merecia um protesto. Salientou que era contrário a qualquer manifestação neste sentido partida desta Casa, uma vez que o representante desta terra na Assembléia Legislativa do Estado Dep. Elpidio Branco a estas horas estava tomando providencias neste sentido. Ressaltou que o Vereador Antonio Sarmiento de Pontes, durante os acontecimentos tinha se portado como um verdadeiro representante do povo, portanto merecia toda nossa admiração e acatamento.

O vereador Fausto Souto Maior (PRT) tenta fazer como que a CMVG não tome nenhuma providência deixando que tudo seja resolvido pelo deputado Elpidio Branco (PSD). Isto é uma forma de diminuir o poder de representação da câmara municipal de Garanhuns frente ao do deputado Elpidio Branco, pois ao analisar as palavras do vereador Fausto Souto

⁵⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 01.

⁵¹ No capítulo 3 também são analisadas outras ações do vereador Fausto Souto Maior (líder da maioria na CMVG) que assume através de um golpe e tenta – juntamente com sua bancada – obstruir o governo do prefeito Francisco Figueira por conta das diretrizes estipuladas pelo deputado Elpidio Branco.

Maior (PRT) notamos que por ele os vereadores de Garanhuns não poderiam tomar nenhuma deliberação que não fosse alinhada como o referido deputado.

Porém o vereador Pedro de Souza Lima que pertencia a UDN discorda dos posicionamentos do vereador Fausto Souto Maior do PRT, pois quando no uso da palavra:

(...) se manifestou salientando que o requerimento em apreço para ele era um tijolo quente, e que deixava de tomar parte naquele caso por considera-lo briga de uma família que não lhe pertencia. Ressaltou que o jogo era uma contravenção e devia ser punido, e que deixava de tomar parte naquele caso por considerá-lo briga de uma família que não lhe pertencia. Ressaltou que o jogo era uma contravenção e devia ser punido, e todas aquelas pessoas que foram presas se encontravam naquele ambiente, portanto propicio a esses acontecimentos e que as medidas drásticas tomadas pelo Secretário da Segurança Pública tinha sido para opinar uma contravenção e um crime, achava assim, que as alegações do Vereador Antonio Sarmiento de Pontes, não justificavam.⁵²

Não foi possível constatar qual seria esta briga entre famílias à qual o vereador Pedro de Souza Lima se referia, mas ao analisar a conjuntura compreendemos uma indisposição dos vereadores que não pertenciam ao PRT, em apoiar os posicionamentos do vereador Fausto Souto Maior, líder da maioria na câmara municipal.

Frente aos argumentos apresentados pelo vereador Pedro de Souza Lima (UDN) o vereador Antonio Sarmiento de Pontes (PRT) responde que “(...) o requerimento em apreço apenas protestava pela maneira arbitrária e violenta como a repressão foi feita, de fato o jogo era uma contravenção porém era tolerado pelas autoridades policiais.”⁵³ Nesta fala compreende-se que o jogo funcionava indiscriminadamente e com o beneplácito das autoridades públicas. Porém vendo à gravidade de defender abertamente uma contravenção o vereador Antonio Sarmiento de Pontes (PRT) termina sua fala dizendo que desejava se manter alheio ao caso.

O vereador Uzaze Canuto vai ainda mais além em suas palavras, primeiro ele reafirma seu posicionamento favorável à regulamentação do jogo, também que o requerimento em discussão tinha suas razões, visto que “(...) o Secretario da Segurança Pública tinha de fato exorbitado de suas funções, querendo fazer uma repressão ao jogo. Salientou que as autoridades eram os únicos culpados pela jogatina existente, que tiravam proveitos disso.”⁵⁴ Mas quem seriam estas autoridades que tiravam proveitos das jogatinas? Continuemos analisado os posicionamentos dos demais vereadores.

⁵² Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 05, 06, 07 e 08.

⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁴ Idem, ibidem.

Aloisio Souto Pinto (UDN) diz que “(...) sua opinião era conhecida não era contra nem favorável a jogos, no entanto o seu ponto de vista na discussão do caso em apreço era alheiar-se, pelo que solicitava da presidência sua retirada na ocasião da votação.”⁵⁵

Já o vereador Raimundo de Moraes (PSP) toma posicionamento mais veemente e parte em defesa do prefeito, nas palavras do mesmo:

(...) desde ontem que tinha estado de ouvidos cheios de boatos e mexericos em que se diziam que alguém tinha saída desta cidade e ido a Caruaru falar com o Sr. Secretário da Segurança Pública e feito com que o mesmo tivesse vindo aqui e praticado o que praticou, fez um protesto pelas insinuações neste sentido, dirigido a sua pessoa e o Sr. Prefeito, afirmou que repelia com veemência, tendo invocado sua dignidade e sua coragem de homem, contra estes sabujos da rua que investiam contra sua pessoa, já por varias vezes até usavam cartas anonimas que tinham dado motivos até a tentativa de agressões a sua pessoa. Adiantou que o Sr. Secretario da Segurança Pública pertencia a um governo que ele combatia como era que ele tinha ligações com o mesmo a ponto de trazer-lhe para fazer policiamento nesta cidade, e que como homem digno não pedia homenagens a ninguém. Adiantou que não se alhejava ao assunto, e que tinha ponto de vista a defender, não entrava em apreciações policiais, porque considerava todos iguais, portanto dados a violencia. Adiantou que o Coronel Francisco Figueira não era homem que se prestasse a fatos desta natureza que queriam lhe imputar; quanto ao requerimento salientou que era contra pelo fato de não constar no mesmo o nome das pessoas atingidas.

O jogo era uma questão séria na cidade de Garanhuns, chegando haver ameaças anônimas ao vereador Raimundo de Moraes, segundo o mesmo, por uma suposição de que ele, como representante da bancada governista na CMVG, teria denunciado a questão das jogatinas irregulares ao Secretário de Segurança Pública do Estado, o coronel Bráulio Guimarães. Porém Raimundo de Moraes nega que fez a denúncia, mas quando o requerimento (que tinha por objetivo censurar as prisões executadas pelo coronel Bráulio Guimarães, consideradas pela maioria dos vereadores como extremamente violentas) o referido vereador diz que somente era favorável ao requerimento, caso os nomes das pessoas que foram presas fossem divulgados, o que era uma forma de denunciar os envolvidos nos jogos.

Já o vereador Elias da Silva Barros (PTN) se manifestou favorável ao requerimento, mas com restrições quanto a parte de se comunicar com o governador, pois era da opinião que este “era um caso que devia ficar somente nesta casa. Salientou que tanto nesta Casa como em qualquer lugar onde tenha oportunidade de estar sempre trabalhou e trabalhará pela paz.”⁵⁶ Nesta fala levantamos duas questões, a primeira: é uma tentativa de abafar o caso, deixando o assunto somente no âmbito da CMVG; já a segunda remonta ao medo da violência já que o mesmo necessitava trabalhar pela paz. E o mesmo vereador acrescenta “que caso não fosse possível modificar-se o requerimento na parte aludida, ele ficaria alheio ao assunto”⁵⁷.

⁵⁵ Idem, Ibidem.

⁵⁶ Idem, ibidem.

⁵⁷ Idem, ibidem.

O próximo a se pronunciar sobre este assunto foi o vereador Geraldo Calado (PDC) relatando:

ter sido ele um daqueles que permaneceram na delegacia junto aos presos na noite do sábado, até a saída da última, e tinha presenciado com revolta a maneira como tinham sido feita aquela violência policial. Portanto era com prazer que estava de acordo com o requerimento. Adiantou que fosse feita uma emenda no mesmo fazendo alusão ao número de pessoas que foram presas.⁵⁸

Estas sugestões foram acatadas pelo vereador Fausto Souto Maior (PRT) e Antonio Sarmiento de Pontes (PRT), depois disso o presidente da câmara suspendeu a sessão por 10 minutos para que o mesmo fosse redigido. Quando posto em votação os vereadores Elias de Barros (PRT), Aloisio Souto Pinto (UDN) e Uzzae Canuto (UDN) solicitam ao presidente da câmara para se retirarem do recinto, para que não tomassem parte na votação.

Esta atitude dos vereadores que mesmo tendo suas opiniões a respeito do assunto, preferiram estar ausentes no momento da votação, se não demonstra medo por parte dos mesmos com relação ao jogo em Garanhuns no mínimo emana receio.

São relevantes as declarações de voto que ocorreram, como a do vereador Pedro de Souza Lima (UDN): “Voto contra o requerimento por não ter a finalidade de protestar contra a prisão de elementos que ali se encontravam simplesmente apreciando o jogo de Snooker, mas protestando pelo fechamento de uma casa de jogos-proibidos”⁵⁹

Não foi possível ter acesso ao requerimento aprovado, pois o conteúdo de seu texto não foi anexado em ata, assim como não foi encontrado o mesmo nos arquivos da câmara municipal de Garanhuns, porém ao analisar o voto do vereador Pedro de Souza Lima (UDN) é relevante notar que o requerimento aprovado foi em protesto pelo fechamento de uma casa de jogos, o que pela legislação vigente era proibido. Em outras palavras a maioria dos vereadores de Garanhuns votaram um requerimento em protesto a ação do Secretário de Segurança do Estado, coronel Bráulio Guimarães, por ter feito cumprir a legislação vigente.

Já o vereador José Cardoso votou favoravelmente “à emenda e com restrições quanto ao requerimento, por que sou contrário as violências e as arbitrariedades cometidas pelo Sr. Secretário da Segurança Pública, até com aqueles que frequentavam a casa de jogo por diversão.”⁶⁰

O último vereador que declarou seu voto foi Raimundo de Moraes (PSP). Sua declaração de voto apresenta um resumo dos acontecimentos:

Coerente com o meu ponto de vista, já bastante conhecido nesta Casa, posso aqui expor as razões e os motivos que constituem o fundamento de meu voto, ao requerimento

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*.

em que se pretende envolver a Câmara dos Vereadores, nos acontecimentos resultantes do fechamento de uma casa de jogos, situada em plena Avenida Sto. Antonio, nesta cidade. Entendo que a Câmara Municipal, tem uma finalidade mais alta, qual seja a de, em função da representação popular, trabalhar pelo engrandecimento do município, elevando ainda o nível do seu povo, através da instrução e das realizações de utilidade para a Comuna, em face da administração pública Municipal, nunca devendo disso se afastar para se tornar veículo de elogios baratos, como já se tem feito nesta Casa, a determinado Delegados de Polícia do Município, através de requerimentos que tiveram o meu voto contra. E, por assim entender, acho que as censuras, as críticas e os protestos não fundamentados, como é o caso do requerimento, em que se pretende protestar contra atos do Coronel Bráulio Guimarães, que, na qualidade de Secretário da Segurança Pública do Estado, fechou uma casa de tavolagens, onde se estavam infringido abertamente a Lei das Contravenções, não devem ter andamento nesta Câmara dos Vereadores, a menos que os seus autores indiquem claramente as pessoas que foram constrangidas, em face do ato praticado, pessoalmente, pelo chefe de polícia do Estado de Pernambuco, fechando a casa de jogos e tornando efetiva a apreensão de todo o material ali encontrado e destinado a exploração das várias modalidades de como o jogo se apresenta, contaminando os bons costumes base da formação moral das futuras gerações. Por tão fortes motivos e tão seguras razões, voto contra.⁶¹

É importante saber que a Avenida Sto. Antonio está localizada no centro da cidade. Nesta avenida é onde se encontra a catedral de Garanhuns, assim como o Palácio Episcopal local de grande concentração comercial. O delegado de polícia que o vereador Raimundo de Moraes (PSP) cita é Antonio Lins Falcão que em entrevista ao Diário de Pernambuco afirma:

Não me encontrava presente em Garanhuns na noite em que o coronel secretário da Segurança realizou uma <<batida>> contra o jogo. No entanto, fui informado de que naquela noite nada menos de 175 pessoas foram prêsas e autoadas em flagrante, sendo conduzidas para esta Delegacia. No entanto, horas depois todas se encontravam em liberdade. Sei bem que muita gente aqui entrou armada e saiu da mesma forma, sem que fossem sequer revistadas. Não acompanhei o inquérito, o que foi feito pelo sub-delegado, mas sei que o mesmo já foi remetido para a Justiça, onde se encontra correndo o seu ritmo legal. Quanto o jogo, posso afirmar que no momento se encontra fechado em toda a cidade.⁶²

É relevante notar que o Secretário de Segurança do Estado de Pernambuco, coronel Bráulio Guimarães escolheu uma data em que o delegado de Garanhuns, Antonio Lins Falcão, não estava presente na cidade. Isto reforça a argumentação de Dom Francisco Expedito Lopes que o jogo ocorria em Garanhuns com anuência das autoridades da cidade.

Uma versão complementar é apresentada pelo jornalista Ulisses Peixoto (jornalista e correspondente do Diário de Pernambuco) onde através de telegrama envia o seguinte texto ao Diário de Pernambuco:

<<Continua repercutindo nesta comuna a ação empreendida pelo coronel Bráulio Guimarães, secretário da Segurança do Estado, na noite do dia 19, depredando materiais de jogo de azar no bilhar de propriedade do sr. Jorge Pessoa e prendendo cerca de 173 pessoas, muitas das quais estavam jogando bilhar. Ontem, na reunião da Câmara Municipal, o vereador da corrente do deputado Elpidio Branco, Antonio Lira, protestou veementemente dizendo que foi <<um ato insólito as cenas de vandalismo

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² **GARANHUNS – PARAISO DO JOGO** in: DIARIO DE PERNAMBUCO – RECIFE – SEXTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1957, p. 12 e 18.

praticadas contra a sociedade garanhunense, pois muitas pessoas foram presas sem culpa, outras que estavam jogando bilhar, ou fazendo necessidades fisiológicas>>, No mesmo sentido falou o vereador do PSD, Fausto Souto Maior que declarou: <<O jogo é uma contravenção, porém foi munito severa a ação do coronel Bráulio e que se o povo que lá se encontrava não fosse ordeiro, fatos desagradáveis poderiam ter acontecido>>. Afirmou ainda que o secretário da Segurança encontrou jogos de azar, todavia, praticou atos violentos. Disse ainda que seu chefe, o dep. Elpídio Branco estava senhor da situação e que ia tomar providências junto ao governo do Estado>>⁶³

O número dado pelo correspondente Ulisses Peixoto diverge um pouco do fornecido pelo delegado de Garanhuns, Antonio Lins Falcão, porém ambos não afirmam de forma peremptória que os números são exatos. Para tanto o que Ulisses Peixoto relata não está em desacordo do que analisado no livro de atas.

A partir deste momento o Diário de Pernambuco começou a investigar mais a fundo à questão do jogo em Garanhuns e em texto afirma que as declarações do delegado de Garanhuns, tenente Antonio Lins Falcão, são mentirosas:

As declarações do tenente Antonio Lins Falcão, no entanto, foram desmentidas pelas vistas que realizamos, à noite, em diferentes setores da cidade, surpreendendo e documentando a franca jogatina que impera em toda parte. Nas ruas Júlio Brasileiro, Oliveira Lima e Rui Barbosa, nada menos de dez fotografias foram batidas no interior das casas, quando nossa reportagem surpreendeu até soldados de polícia jogando <<pif-paf>> com parceiros animados. Nos foi impossível documentar a jogatina da avenida Santo e Santos Dumont, porque quinze minutos após termos iniciado o nosso <<raid>>, as fontes de informações do <<sindicato>> do jogo funcionaram maravilhosamente, acarretando o fechamento geral dos <<cassinos>> clandestinos e livres de Garanhuns. Mas as foto conseguidas falam mais alto do que qualquer outra narrativa de nossa parte.⁶⁴

Agora temos uma outra classificação dada ao jogo em Garanhuns: “sindicato”. O “sindicato do jogo” era pautado pela violência, com as ameaças recebidas pelo vereador Raimundo de Moraes e as várias pessoas armadas estarem presentes em tais jogatinas. Tal classificação dá uma compreensão de organização e se realmente existia um “sindicato” do jogo em Garanhuns ele era protegido por parcela dos vereadores e membros da segurança pública de Garanhuns que no mínimo faziam vistas grossas.

Fortalece o argumento de que as autoridades públicas em Garanhuns eram lenientes ao jogo a entrevista de Carlos Alberto Marinho, juiz da 2ª vara de Garanhuns, cedida ao Diário de Pernambuco quando declara o seguinte:

<<Que me conste, nunca ninguém foi processado em Garanhuns pela prática do jogo>> (...) <<No processo que está sendo movido contra os contraventores presos pelo secretário de Segurança, em virtude de uma <<batida>> realizada em casas de jogo desta cidade, apenas três nomes figuram. E’ este o primeiro processo instaurado contra o jogo. Já procedemos ao interrogatório dos contraventores encontrando-se

⁶³ **REPERCURSÃO EM GARANHUNS** in: DIARIO DE PERNAMBUCO – RECIFE – QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1957, p. 14.

⁶⁴ <<RAID>> **NOTURNO CONTRA OS ANTROS DE JOGO** in: DIARIO DE PERNAMBUCO – RECIFE – SEXTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1957, p. 12.

agora o processo na fase da defesa prévia. O mesmo prosseguirá normalmente até o seu término>>⁶⁵

Ainda na mesma reportagem se há registrado que:

(...) o dr. Aristides Valença, promotor público, disse-nos que pedira o arquivamento do processo, em virtude das grandes falhas que o mesmo apresentava em sua fase inicial, inclusive não tendo sido nomeados os defensores para os acusados. O juiz Carlos Alberto Marinho, no entanto, indeferiu o pedido do promotor e restaurou o processo, desfazendo as irregularidades existentes inicialmente.⁶⁶

Ou seja, encontra-se outra tentativa de não levar adiante os processos com relação ao jogo em Garanhuns, também é relevante notar que dos 175 presos somente 3 estavam respondendo processo.

Depois do levantamento realizado pelo *Diario de Pernambuco*, em Garanhuns, especificamente no distrito de São João, os exemplares do referido jornal, foram tomados do jornaleiro “(...) que os conduzia no trem da Rêde Ferroviaria, por elementos ligados á exploração do “jôgo” naquela localidade e imediatamente inutilizados a fim de não serem vendidos na cidade”⁶⁷ Este evento demonstra que as pessoas que organizavam jogos em Garanhuns além de ter proteção policial e política constituíam um grupo violento⁶⁸.

A questão do jogo também gerou uma indisposição entre o deputado Elpidio Branco e o coronel Bráulio Guimarães, para isso vamos ao noticiado no dia 25 de novembro no jornal *Ultima Hora*:

(...) o chefe político de Garanhuns era o líder do bloco governista na Assembléia. E este líder, o notório sr. Elpidio Branco, tomou-se de ardores civícos e foi dizer, da sua tribuna, que o coronel secretário de Segurança era um “palhaço”. E explicou porque: em Pernambuco se jogava em tôda parte e êle só fôra fechar o jôgo em Garanhuns. No fim, porém tudo ficou acomodado. O líder do Govêrno continuou líder, e o coronel permaneceu chefe de Polícia. Quando lhe perguntaram se ia desfechar uma campanha contra o jôgo respondeu que sim... depois de liquiadar com o lenocínio e o meretrício⁶⁹

Esta indisposição entre o Elpidio Branco e Bráulio Guimarães só foi resolvido com a intervenção do governador Cordeiro de Farias que mediu a paz entre os dois.

⁶⁵ **SÓ EXISTE UM PROCESSO CONTRA JÔGO NA HISTORIA DE GARANHUNS** in: DIARIO DE PERNAMBUCO – RECIFE – SEXTA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1957, p. 12.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ **CONTRAVENTORES DO JÔGO IMPEDIRAM A CHEGADA DOS EXEMPLARES DO “DIARIO”, EM GARANHUNS** in: DIARIO DE PERNAMBUCO – RECIFE – SABADO, 10 DE AGOSTO DE 1957, p.

⁶⁸ Como Dom Francisco Expedito Lopes denuncia que vários assassinatos surgiam nestas casas de jogos é possível que parte deste grupo, envolvido na organização dos jogos em Garanhuns, também estivessem envolvidas no que foi nomeado por diversas matérias do Diário de Pernambuco como: *Sindicato da Morte*, que envolvia assassinos de aluguel do estado de Alagoas e Pernambuco. Em Garanhuns “*O Braz*” é bastante conhecido como um bar que funcionava como casa de jogos e ponto de referência para encomenda de assassinatos. Esta é uma questão ainda inexplorada e que necessita de pesquisas detalhadas.

⁶⁹ **Enfraquecimento de Etelvino** in: Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 25 de Novembro de 1957, p. 11.

Este caso demonstra o poder de articulação que Dom Francisco Expedito Lopes tinha como bispo diocesano de Garanhuns, pois mesmo não encontrando apoio das autoridades públicas locais para reprimir o jogo este o foi, mesmo que momentaneamente, feito por outros. Além do mais notamos fortes receios por parte dos vereadores de Garanhuns para não se pronunciarem contra as palavras do bispo. De forma geral este caso é um demonstrativo do poder de articulação que o bispo tinha na cidade de Garanhuns e fora dela.

1.5. O Medo e o Anticomunismo como Estratégias de Dominação

Já existe uma ampla produção sobre a utilização do medo como uma estratégia de lutas políticas, principalmente desenvolvidas no programa de pós-graduação em história da UFPE sob a orientação do historiador Antonio Torres Montenegro. Segundo o referido historiador, as lutas dos trabalhadores por seus direitos trabalhistas e de cidadãos foram transformadas “(...) por grande parte da imprensa e por diversas instituições da sociedade civil em um grande medo (...). Assim de forma gradativa eram elaboradas as condições que justificariam a ruptura do pacto constitucional.” (MONTENEGRO, 2008 p. 24)

E a construção deste medo se deu em grande parte pela Igreja Católica, que através da Encíclica *Fidei Domun* envia padres para o Brasil no intuito de barrar o avanço comunista, principalmente no setor do campo. No intuito de combater o latifúndio e as diversas formas de exploração que provinham deste sistema, as Ligas Camponesas adotam como estratégia à utilização de elementos do discurso religioso, visto que a população destas regiões eram bastantes ligadas a fé, no intuito de alerta-las e mobiliza-las. Segundo *A Cartilha do Camponês*, publicada em 1960, as relações entre os religiosos e o latifúndio são descritas da seguinte maneira:

‘Deus castiga aquele que se rebela contra ele. Se um é rico e outro é pobre, se um tem terra e outro não, se um deve trabalhar com a enxada para dar o ‘cambão’ e outro se mantém e se enriquece com o fruto desse ‘cambão’, se um vive num palácio e o outro numa palhoça, é porque Deus quer. Quem se rebela contra isso, se rebela contra Deus. Sofre os castigos do céu: peste, guerra e fome. E quando morre vai para o inferno. O pobre deve ser pobre para que o rico seja rico. O mundo sempre foi assim. E há de ser sempre assim. É Deus quem o quer... Assim fala o latifundiário ao camponês. Usa o nome de Deus para assustar-te. Porque tu crês em Deus. Porém esse Deus do latifundiário não é teu Deus. Teu Deus é manso como um cordeiro. Se chama Jesus Cristo. Nasceu em um estábulo. Viveu entre os pobres. Se rodeou de pescadores, camponeses, operários e mendigos. Queria a liberdade de todos eles. Dizia que a terra devia ser de quem trabalha. E o fruto era comum. São suas as seguintes palavras: ‘É mais fácil um camelo passar por um buraco de uma agulha, que um rico entrar no reino dos céus’. Porque afirmava essas coisas foi crucificado pelos latifundiários do seu tempo. Hoje seria fuzilado. Ou o internariam num asilo de loucos. Ou seria preso como comunista. Escuta bem o que te digo camponês. Se um padre ou pastor te fala em nome de um Deus que ameaça o povo com peste, guerra e fome, raios e trovões e

o fogo do inferno, saiba que esse padre ou esse pastor são servos do latifúndio e não um ministro de Deus. (A Cartilha do Camponês in: MONTENEGRO, 2008, p. 25, 26)

Como bem interpreta o autor, a cartilha supracitada, tem uma linguagem simples e direta que possivelmente era lida em voz alta “(...) em face da tradição oral do cordel em todo o Nordeste, e também do grande número de analfabetos, deve ter causado um forte impacto, entre muitos trabalhadores.” (Idem, ibidem, p. 26) Em detrimento das críticas diretas feitas aos patrões, padres e pastores.

A utilização da literatura de cordel como estratégia de luta, assim como, as ressignificações de conceitos como céu e inferno, para despertar os trabalhadores rurais sob regime de exploração também são confirmados por Francisco Julião, que segundo Santiago (2001, p. 23):

A poesia popular, percebeu Julião, não tinha conteúdo político, mas era dotada de “um acentuado caráter ideológico”. Nela aparecia sempre a luta do rico contra o pobre, do camponês contra o latifundiário, do fraco contra o forte. Era a manifestação cultural ideal para os trabalhos das Ligas. “O poeta camponês, para despistar, transplanta o cenário da peleja. A Luta de Manoelão do Paraná com o Seringueiro do Norte é uma história que se passa no Nordeste, mas o poeta a coloca noutra região”. Personagens constantes dos folhetos, os cangaceiros apareciam neles como heróis que os camponeses gostariam de imitar, segundo Julião. “Todos eles deixaram uma tradição que é grata ao camponês – tomar do rico para dar ao pobres. Lampião (nos folhetos), quando conquistava uma cidade, prendia o delegado, o prefeito, o coletor de imposto, libertava os presos, abolia as dívidas, dividia com os miseráveis o dinheiro da coletoria e da prefeitura e dava esmolas às instituições de caridade”. Um dos mais famosos folhetos produzidos no Nordeste, A Chegada de Lampião no Inferno, é analisado por Julião como “um exemplo típico de literatura e caráter ideológico”. Segundo ele, o inferno aí descrito – com vigia, cerca, portão, depósito de algodão, vidraça e casa de ferragens – não é outra coisa senão “a fazenda do latifundiário”. Lampião, por sua vez, “representa o próprio camponês que deseja conquistar tudo aquilo”. Outro combate célebre na literatura de cordel, A Eleição de Lúcifer e a Posse de Lampião, evidenciaria “a revolta dos camponeses contra as eleições”. A maioria deles não votava, porque não havia ainda o direito do analfabeto ao voto. Os que votavam o faziam quase sempre seguindo a recomendação do coronel do lugar. Em A Eleição... Lampião contesta o resultado de um pleito no inferno e sai matando todos os diabos que encontra pela frente, findando por tomar posse do governo. “A idéia de inferno”, dizia Julião, “o camponês sempre associa a de latifúndio”.

Como podemos analisar, estava havendo uma tentativa de desconstrução do sentimento de medo, medo existente por conta dos mundos fictícios, construídos pelas religiões cristãs através de conceitos de céu, inferno e purgatório.

Outro importante trabalho para compreender a questão da construção do medo como forma de ação política e social é apresentado por Porfírio (2009), quando analisa o já referido documentário *Brazil – The Trobled Land*, em suas tessituras o autor demonstra como:

A opinião pública norte-americana a cada dia recebia um volume crescente de informações sobre essa região. Matérias jornalísticas e documentários eram exibidos na imprensa mostrando, geralmente, a pobreza das pessoas e indicando que aquela situação era muito favorável para a ocorrência de um processo revolucionário, o qual findaria com a instalação de um regime comunista. Em uma sociedade atemorizada com os caminhos trilhados pela Revolução Cubana e que se via as voltas com um forte

movimento anticomunista, a idéia de que se poderia deflagrar outra revolução na parte sul do continente americano despertava a atenção de várias pessoas. (Idem, ibidem, p. 49)

O autor vai além e passa a descrever parte do roteiro que a jornalista norte-americana Helen Jen Rogers, que trabalhava na empresa de televisão ABC, fez para produzir o referido documentário. Onde um dos pontos que chama à atenção é quando encontra com Francisco Julião que sugere: “[...] em vez [de] visitarem os pontos chic da Cidade, deviam ir para Ilha de Xié para verem o povo e as crianças de Xié ali, morrem de fome à culpa do Governo e que o povo por este motivo, deviam unir-se e seguir o exemplo de Fidel Castro (...)”⁷⁰

Segundo Porfírio (2009), a Ilha de Xié era uma das regiões pobres do sul da cidade do Recife, onde as moradias ficavam a beira do mangue e quando no período de chuvas a região ficava alagada, assim deixando desabrigados muitos de seus moradores.

A jornalista segue Francisco Julião até o referido local filmando e fotografando. O que para o autor gera:

(...) um forte efeito de verdade. Para além das matérias veiculadas no *The New York Times*, agora setores da sociedade dos Estados Unidos poderiam ver as imagens da pobreza da região Nordeste do Brasil, assim como ouvir Francisco Julião, quando o mesmo afirmava a alguns trabalhadores de Pernambuco que esses deviam se organizar para seguirem o exemplo de Cuba e de Fidel Castro. (Idem, ibidem, p. 51)

É nesta conjuntura que vem ao Brasil Edward Kennedy, irmão do então presidente dos EUA, para o nordeste, especificamente para Pernambuco. No intuito de procurar uma solução para aquele estado de miséria que poderia desencadear uma revolução, assim como nos moldes de Cuba.

Ao visitar os camponeses do Engenho Galiléia, realiza das seguintes perguntas: “(...) quantos filhos você tem? Seus filhos estão na escola? Que pretendo fazer com seu filho quando ele crescer? Qual o seu partido político? Qual solução que você acha melhor para o seu problema: a de Julião ou a do Governo?” (Idem, ibidem, p. 55). Neste aspecto o historiador interpreta estes questionamentos como uma forma compreender qual formação teriam os futuros jovens provenientes daquela região e qual ameaça estes poderiam representar posteriormente.

A partir destas análises é possível compreender como a exploração e a miséria destas populações eram resignificadas como uma potencial ameaça comunista e não com uma questão de exploração perpetrada pelos oligarcas do latifúndio.

Outro trabalho de extrema relevância para compreender como o medo foi utilizado como ferramenta política é o de Cavalcanti (2012) que ao analisar como este sentimento foi

⁷⁰ Transcrição da ocorrência nº 54, 23 de fevereiro de 1961. Coleção Francisco Julião – Prontuário Dops. Mp 01. FUNDAJ in: PORFIRIO, 2009.

utilizado para propagar o anticomunismo em Garanhuns, sendo constituída uma representação destes como indivíduos perigosos “(...) de maneira gradativa por jornais, em circulação na cidade, por parte da Igreja Católica e de autoridades civis e policiais.” (Idem, ibidem, p. 53).

Um exemplo para melhor compreender como a Igreja Católica interferia diretamente na política em Garanhuns, apresentado pelo historiador supracitado, é o do jantar oferecido pelo prefeito, recém eleito em 1959, Aloisio Souto Pinto, que convida o então bispo Dom Adelino Dantas e o comunista Gregório Bezerra⁷¹. Leia-se as tessituras do autor sobre este caso:

Em seu trabalho de campanha política pelos municípios distantes do Recife, Gregório chegou a Garanhuns. Em uma de suas estadas na cidade, ele foi convidado para a cerimônia de posse do prefeito eleito da cidade que tinha recebido o apoio dos comunistas locais. Sua presença no banquete oferecido ao prefeito local provocou alguns incidentes, conforme consta nos relatos da delegacia de polícia local.

Um conflito teria se instaurado quando o bispo diocesano de Garanhuns, Dom Adelino Dantas, se recusou a participar da cerimônia, ao saber que naquele recinto havia a presença de comunistas, principalmente de Gregório Bezerra. Após iniciada a celeuma, o delegado havia se colocado em defesa da segurança, pois para ele, aquele líder comunista representava um perigo e uma ameaça, por isso imediatamente revista Gregório, pois este podia está portando alguma arma. Frustrado por não encontrar nenhuma arma, o delegado informou à Secretária de Segurança do estado que Gregório Bezerra estava na cidade há vários dias, hospedado na casa do alfaiate Amaro Costa. (...). Dom Adelino alegou que os responsáveis pela organização da cerimônia não foram sinceros com ele, pois deviam tê-lo informado acerca da presença daquele comunista. Em razão disso iria se retirar e como fora convidado, podia faltar ao convite. Mesmo recebendo apoio de algumas pessoas defendendo que era Gregório que devia se retirar, o bispo com o então prefeito, Francisco Figueira, que passaria o cargo a Aloísio Pinto, se retiraram, após repudiarem a presença do líder comunista naquele recinto. (CAVALCANTI, 2012, p. 127, 128)

Contudo em Garanhuns esta não foi a única ocasião em que membros da Igreja Católica se utilizaram do medo como uma forma de exercer poder. Como no caso de uma petição do padre Adriano Back⁷² enviada à CMVG, solicitando autorização para construção da Igreja Matriz localizar-se-ia no bairro do Arraial, especificamente na Avenida Djama Dutra.

⁷¹ Gregório Lourenço Bezerra, nasceu em Panelas (Agreste de Pernambuco) em 13 de março de 1900. Aos seus quatro anos já trabalhava na lavoura de cana-de-açúcar, quando aos seus sete anos morre seu pai e aos nove sua mãe, foi quando partiu para Recife. Trabalhou como carregador de bagagens, jornalista e ajudante de obras. Só veio à se alfabetizar depois de sua primeira prisão, em decorrência de seu apoio à Revolução Bochevique de 1917, quando aos 22 alista-se no exército e aos 25 aprende ler e escrever. Em 1930 ingressa no PCB e em 1935 participa do movimento militar promovido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) que foi rotulada de “intentona comunista” quando foi novamente preso pela morte do tenente José Sampaio Xavier e por ter ferido o também tenente Aguinaldo Oliveira de Almeida, sua sentença foi de 28 anos de prisão. Não obstante, com fim da ditadura do Estado Novo foi anistiado e se elegeu como deputado federal constituinte em 1946, pelo estado de Pernambuco através da legenda do PCB, sendo o parlamentar mais votado de Pernambuco. Em 1946 o PCB é posto na ilegalidade e em 1948 seu mandato é cassado. Quando em 1964 é desferido o golpe que depôs o presidente João Goulart e instaurou nova ditadura no Brasil Gregório Bezerra tenta organizar uma resistência armada junto aos camponeses, para defender os governos de João Goulart e de Miguel Arraes (governador de Pernambuco na época), com isto é brutalmente torturado, sendo amarrado na traseira de um jipe e arrastado pelas ruas de Recife. Para maiores informações sobre Gregório Bezerra ler: (BEZERRA, 1979), (BEZERRA, 1980), (CHERINO, 1996) e (BRITO, 2015).

⁷² Embora seu nome seja Adrianus Gerardus Backx, nos livros de ata seu nome é escrito como Adriano Back. Aqui será adotada a nomenclatura registrada nas atas, por entender que era assim que este padre era assim conhecido em Garanhuns. Nascido em 26 de julho de 1917 na cidade de Steebergen, Holanda, ele ingressou na

Para compreender o que aconteceu é importante analisar os acontecimentos do dia 24 de fevereiro de 1955, onde uma ampla discussão é iniciada na CMVG, quando o vereador Fausto Souto Maior devolve a documentação da petição do padre Adriano Back e “diz ter constatado disparates na emenda de autoria do vereador Aloisio Souto Pinto(...)”⁷³ O disparate do qual o vereador Fausto Souto Maior fala é um substitutivo que foi proposto pelos vereadores Aloisio Souto Pinto e Alvaro Brasileiro Vila Nova a emenda proposta, na petição, pelo vereador Antonio de Pontes, que tinha uma redação vaga. Este substitutivo, diferente da emenda, deixava claro que à Câmara estava dando licença para que o padre construísse a Igreja Matriz do bairro do Arraial⁷⁴.

Desejando que à doação do terreno fosse efetivada, o vereador Fausto Souto Maior, tenta ludibriar aos demais membros da Câmara ao jogar com a verdade, argumentando que: “(...) o Padre não pede a doação do terreno porém uma licença para construção de uma Matriz.”⁷⁵ Realmente o padre Adriano Back em sua petição não pedia a doação do terreno, mas sim uma licença como amplamente debatido entre os vereadores.

O vereador Raimundo de Moraes que conhecia a fundo as estratégias utilizadas para aprovar, reprovar, acelerar ou postergar uma determinada matéria, e sendo ele contra a doação do terreno, argumenta que era “(...) desnecessária toda aquela papelada desde que se trata de uma licença e não de uma doação.”⁷⁶ O vereador Luiz Pereira Júnior que corroborava com o posicionamento de Raimundo de Moraes, explica que tal solicitação deveria ser feita ao prefeito, pois este tipo de deliberação cabia exclusivamente ao chefe do executivo municipal.

Compreendendo que sua estratégia não estava surtindo o efeito desejado, Fausto Souto Maior argumenta que: “(...) o Padre não só deseja servir o povo do arraial com a construção da Matriz, como também, embelezar a cidade.”⁷⁷ E fala “(...) que espera a aprovação unânime da Câmara a emenda de autoria do vereador Antonio de Pontes.”⁷⁸

Com o decorrer dos debates o vereador Raimundo de Moraes argumenta que:

Congregação do Santíssimo Redentor (C.Ss.R.) em 1940, sendo ordenado sacerdote em 1946. O então padre Adriano Back vem para o Brasil em 1945 e em 22 de dezembro deste mesmo ano estabelece-se em Garanhuns. A vinda do padre Adriano Back ao Brasil remete a história da própria congregação Redentorista no Brasil, pois em 1933 ocorreu a primeira tentativa de instalar uma Comunidade Redentorista no Nordeste, em Salvador, porém a iniciativa não vingou. Contudo em 1947 foi criado o Centro Missionário de Garanhuns, pois na época a congregação não podia aceitar paróquias. Além do padre Adriano Back constituíram a primeira comunidade Redentorista em Garanhuns os padres Joaquim Van Dongen, Miguel Radermacher e Inácio Fenstra.

⁷³ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 8.

⁷⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 9.

⁷⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 10.

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ Idem, ibidem.

⁷⁸ Idem, ibidem.

(...) quando nas capitais e grandes cidades se processa o afastamento de prédios para o alargamento de avenidas, em Garanhuns, procura-se entravar o progresso com fechamento de avenidas e praças. No caso de licença so compete ao prefeito do município a dar. Apreciando o documento de autoria do vereador Antonio de Pontes, (...) o mesmo não está esclarecido, deixando inúmeras interpretações. (...) não estou contra a igreja mas sim, contra uma pretensão do padre.⁷⁹

Após tais argumentos está registrado em ata que Raimundo de Moraes foi bastante apartado pelos vereadores Antonio de Andrade, Antonio Pontes e Fausto Souto Maior, mas infelizmente não há o conteúdo destes apartes.

Quando a matéria é posta em votação o vereador Fausto Souto Maior pede que seja feita nominalmente, como forma de pressionar os vereadores a votarem favoravelmente a emenda do vereador Antonio de Pontes, que tinha redação aberta a interpretações. Assim todos os vereadores votaram favoravelmente com exceção de Raimundo de Moraes que vota contra e declara seu voto da seguinte maneira:

Voto contrário a emenda do vereador Antonio de Pontes, exatamente porque veio ao plenário em forma de parecer, pois somente uma comissão assim se poderia pronunciar. Além disso, o autor não esclareceu, nos itens apresentados, o que realmente desejava que fosse feito pela Câmara de Vereadores. Mantenho meu ponto de vista, em face das razões mesmo do pedido feito pelo Padre Adriano Back, que apenas pleiteia licença para construir um edifício no meio da avenida Djalma Dutra. Ao meu ver escapa ao Poder Legislativo do Município, poderes, para deliberar a respeito de um assunto que é da competência do Poder Executivo Municipal.⁸⁰

Não obstante, para que uma deliberação deste tipo fosse encaminhada para que o prefeito promulgasse ou não era necessário ser aprovado em duas votações, e caso fosse reprovada na primeira ou na segunda votação, por unanimidade ou maioria, só poderia retornar à CMVG na próxima legislatura.⁸¹

É importante saber que em outubro de 1955 iriam ocorrer as eleições para prefeito, vice-prefeito, sub-prefeitos (dos distritos) e vereadores. E a Igreja Católica, em Garanhuns, tinha grande influência perante o eleitorado, basta saber, que pela constituição vigente não era permitido o voto dos analfabetos e as três principais instituições de ensino de Garanhuns, como será melhor debatido no capítulo 2, eram: o Colégio Diocesano, o Colégio Santa Sofia ambos vinculados a Igreja Católica e o Colégio XV de Novembro pertencente a congregação Presbiteriana.

1.5.1. O Conservadorismo da Imprensa Católica em Garanhuns.

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 11.

⁸¹ Estas informações foram retiradas do Regimento Interno da CMVG que se encontra nos arquivos da referida instituição.

Na sua décima carta circular Dom Francisco Expedito Lopes começa tecendo elogios ao papa Pio XI ao escrever: “Tem se falado da onipotência da imprensa; grande é a expressão mas não é tão grande quanto a coisa mesma. Diremos até que esta expressão não é suficiente para manifestar a realidade”⁸²

Porém o bispo lamenta “(...) que essa onipotência da imprensa bem longe de contribuir para o bem, tem, muito pelo contrário, concorrido para ocasionar tantos males aos indivíduos e a sociedade.”⁸³ E continua:

(...) uma tal imprensa sem ética e não raro falta de qualquer senso de responsabilidade é aceita com aplausos e recebida com ansiedade, a imprensa católica continua à margem, onerada de dívidas e malsinada por aqueles mesmos que teriam obrigação de contribuir para a manutenção e difusão da boa imprensa.⁸⁴

Neste ponto é relevante compreender que o bispo já estava dividindo de forma maniqueísta à imprensa, onde a católica seria considerada a “boa”. Na concepção de Dom Francisco Expedito Lopes os católicos tinham por obrigação comprar e ler os jornais da imprensa católica, assim como deveriam ser censurados os periódicos que não estivessem alinhados com os posicionamentos da Igreja Católica. O mesmo, afirma peremptoriamente: “Ajudar o jornal católico é um dos grandes deveres de qualquer católico compenetrado de sua fé; aquele que não compreende esta obrigação poderá ser católico talvez bom, mas não está à altura de seu tempo e muito menos de sua missão.”⁸⁵ Para concluir cita as palavras do papa Pio X: “Em vão construireis igrejas e edificareis obras majestosas se não cuidares da boa imprensa”⁸⁶.

Nestes discursos compreende-se a preocupação tanto dos papas quanto do bispo em fomentar um controle moral, político e ideológico através da “boa” imprensa que serviria como guia para os cristãos, direcionando ou até mesmo formando a opinião de seus leitores.

Dom Francisco Expedito Lopes prepara seu campo de batalha psicológico, para incutir o medo em seus fiéis, citando o patrono dos jornalistas, S. Francisco de Sales:

O grande perigo hoje é a difusão de infames libelos e da má imprensa. E o remédio eficaz é a fundação de uma imprensa católica de tal forma que as réplicas não se façam esperar e possam descer à arena com vantagem e rebater com êxito as provocações dos apóstolos do erro.⁸⁷

⁸² Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Pio XI in: Carta Circular nº14, Expedito Bispo Diocesano, Garanhuns 22 de setembro de 1956.

⁸³ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Carta Circular nº14, Expedito Bispo Diocesano, Garanhuns 22 de setembro de 1956.

⁸⁴ Idem, ibidem.

⁸⁵ Idem, ibidem.

⁸⁶ Idem, ibidem.

⁸⁷ Idem, ibidem.

Com isto o bispo assevera que “Amanhã êsses templos, colégios e instituições de caridade poderão ser arrazados pelos nossos inimigos se o povo continua a ser envenenado por uma certa imprensa que constitue o alimento predileto de nossa infelicitada geração.”⁸⁸ Essa crítica do bispo era diretamente direcionada tanto ao clero quanto aos colégios católicos existentes na cidade. Quanto aos inimigos, estes eram os comunistas.

1.5.1.1. O Anticomunismo da Imprensa Católica

Uma série de artigos, a maioria reportagens internacionais, foram escritas e publicadas no jornal da diocese, *O Monitor*, um destes era intitulado **Visão Cristã e o Comunismo**:

(...) o conceito cristão do homem é ativo, o homem é livre; mas o conceito do comunista é um animal social obediente, cuja mais alta função é realizar o Plano Quinquenal.

O homem para o comunismo não é um espírito livre, uma personalidade, mas, sim, função de um processo social, material.

O que é principal e primeiro no Comunismo é o Partido e o Partido controla o Estado. (...).

Em 1931, quando lady Astor se encontrou com Stalin, perguntolhe à queima roupa: “Por quanto tempo ainda vai o Sr. continuar matando gente?” Apanhado desprevenido, êle respondeu: “Por tanto tempo, quanto for necessário”;

Por tudo isso o Comunismo, na verdade, deve ser chamado de o ópio do povo. E não somente, tornando o homem passivo, isto é, inerente, mas o é também, martirizando-lhe a natureza, tentando quebrar o molde em que Deus o vasou e expulsar dele a humanidade pela força, como Pilatos, flagelando o Cristo, tentou expulsar d’Ele a divindade.

Mas o comunismo adormece a razão. Ele diz ao homem que não procure uma causa para êste mundo, que não pergunte por que uma ação má enche a consciência de remorso e uma ação boa a enche de paz. Diz ao homem que lhe basta para ser um cidadão do Estado Comunista ter um estômago e duas mãos; por outras palavras diz ser êle um animal econômico a amontoar riqueza para o Estado e a morrer depois como uma besta.

Os govêrnos do mundo estão fechando o cerco àqueles que negociam com narcóticos e muito em breve os povos inteligentes do mundo darão sua atenção ao mal feito pelo ópio, que vem da Rússia e da propaganda comunista.

Esse ópio já arruinou milhões de pessoas na Rússia, mas não se deve permitir que arruíne o mundo.

A guerra do Comunismo contra a religião continuará, não num plano intelectual, mas num plano muscular e militar. Vimos os comunistas proscreverem a religião na Rússia, desterrarem seus cleros; vimo-lo fecharem as igrejas do México; vimo-los crucificarem padres na Espanha, abrirem os túmulos de Religiosas e espalhar os seus restos diante das portas da catedral; lemos a sua literatura sem-Deus. Mas tudo o que vimos fazer não nos convenceu de que não há Deus. Eles apenas nos convenceram de que há Demônios!⁸⁹

No texto acima não somente é feita uma série de diferenciações entre os comunistas e os cristãos, vinculando a imagem dos primeiros a de reveladores dos Demônios, assassinos sem sentimentos que agem como bestas. Está série de imagens associadas aos comunistas não é

⁸⁸ Idem, *ibidem*.

⁸⁹ **Visão Cristã e o Comunismo** in: *O Monitor*, Garanhuns, 16-4-1955, p. 3.

menos relevante do que o ataque ao presidente Juscelino Kubistchek, pois o Plano Quinquenal era o principal programa de governo de Juscelino Kubistchek. Mas é importante ressaltar que a URSS durante o período Stalinista também aplicou um programa de governança, para planificar a economia, chamado Plano Quinquenal, que teve seu primeiro termino em 1928 como resalta Reis (2014, p. 148). Mas como pode ser lido no texto o Plano Quinquenal é compreendido no artigo como o objetivo dos comunistas, materialistas que desejam acumular riquezas materiais.

É relevante que o referido jornal vincula a imagem de Juscelino Kubitschek e do seu principal projeto de governo com o comunismo. O que demonstra que à linha editorial do jornal *O Monitor* estava contra o referido governo.

Porém a guerra contra o comunismo travada no jornal *O Monitor*, considerado pelo bispo “uma preciosa e venerada relíquia recebida de nosos antecessores (...) que tem sido (...) a sentinela indormida e corajosa em prol da grandeza de nossa terra e nossa gente.”⁹⁰ Não somente estava direcionada à Rússia ou à Juscelino Kubitschek. O Comunismo era apresentado para além de uma ameaça contra a mente e a fé, pois também o era através de perseguições ao clero, como pode ser lido na matéria intitulada **PERSEGUIÇÕES RELIGIOSAS NOS PAISES COMUNISTAS**. O texto inicia da seguinte forma:

O clero católico romano está desaparecendo lentamente nos países comunistas além da Cortina de Ferro, declarou recentemente o sr. Adolf Kindermann, professor do Seminário Católico-Romano de Koenigstein, em Hesse.

Estudioso das condições religiosas na Europa Oriental, o professor Kindermann disse que, nos últimos 5 anos, não houve ordenação de sacerdotes nos países comunistas e que, na maioria desses países, os seminários católicos romanos foram fechados.

Disse ainda que dez bispos foram mortos na Rumânia, sete bispos foram mortos e três deportados na Checoslováquia, dez foram aprisionados na Polônia e três na Hungria.. Milhares de padres católicos checos foram recentemente deportados para campos soviéticos de trabalho forçado na Geórgia e no norte de Cáucaso, segundo informações divulgadas pelo serviço de refugiados católicos em Viena.⁹¹

No supracitado existe outra forma de combate ao comunismo, que vai além dos ataques aos dogmas da Igreja Católica. São denunciados casos de assassinatos e perseguições ao clero. Na mesma edição e página de *O Monitor* se encontram outras matérias como: **A China e a Conversão em massa para a Igreja**, onde é transcrito o relato de um suposto missionário canadense, que segundo a mesma matéria foi expulso da província de Shangai, China. A este missionário que não tem seu nome revelado na matéria são atribuídas as seguintes palavras: “No dia em que os comunistas abandonarem a China, haverá conversão em massa para a Igreja.

⁹⁰ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Carta Circular nº14, Expedito Bispo Diocesano, Garanhuns 22 de setembro de 1956.

⁹¹ **PERSEGUIÇÕES RELIGIOSAS NOS PAISES COMUNISTAS** in: *O Monitor*, Garanhuns, 26 de fevereiro de 1955, p. 01.

(...). Os chineses não só enchem, mas abarrotam as igrejas. Em Shangai a graça de Deus flui como em rios...”⁹²

Esta construção dos cristãos como mártires e salvadores, na luta contra o comunismo, não para somente nas denúncias de assassinatos e perseguições. Na matéria intitulada **O Cristianismo e o Credo Vermelho** há um discurso atribuído ao estadista coreano Syngmam Rhee onde consta-se o seguinte:

O cristianismo tem contribuído para nos livrar do comunismo, mais que a intervenção da O.N.U. e do exército americano. Só o cristianismo é capaz de vencer o comunismo. Sômente quando a fé num Paraíso Supraterreno se fizer mais forte que a expectativa de um terrestre, é que os povos terão superado o perigo vermelho. Para isso serão necessários cristãos, cristãos que, primeiro procurem o reino de Deus e só depois, o proveito próprio.⁹³

Como pode ser lido acima, o discurso de autoridade é utilizado, na medida em que as palavras escolhidas são a de um estadista, segundo o jornal. Além disso é importante ter atenção quanto a relevância dada ao cristianismo na luta contra o comunismo, ele é apresentado como mais eficaz do que a Organização das Nações Unidas (ONU) e do que as intervenções militares dos EUA.

Seria um erro analisar a matéria supracitada de forma isolada, sem levar em consideração a que está ao seu lado, que se intitula **Prestigiemos Sempre a Boa Imprensa!** Nesta, o texto se inicia com uma defesa da “boa imprensa” para manter a tranquilidade e harmonia social entre os povos, assim como há escrito sobre a necessidade de abdicação de uma vida cômoda e repleta de prazeres em detrimento da vida voltada ao “Único Deus” tido como ente supremo “sinônimo da perfeita alegria e da real felicidade”⁹⁴. A defesa da “boa imprensa” é apresentada da seguinte forma: “Na boa palavra escrita, há um poder que é capaz de transformar os corações humanos, libertá-los do materialismo, e conduzi-los ou reconduzi-los ao bom caminho do qual fascinadamente estavam transviados.”⁹⁵

Nesta matéria é apresentado um exemplo hipotético, onde a figura central é a de um pai de família que regressa ao lar fatigado, pelo trabalho cotidiano e contrariado por algum problema. Depois de construir este cenário continua o texto:

É neste momento oportuno que a boa palavra escrita deve penetrar na mente agitada, aliviá-la, e tranquilizar o coração revoltado do homem. Quantas vezes, num momento abrasado deste, tal leitura mais agita a mente e mais revolta o coração humano.

⁹² **A China e a Conversão em massa para a Igreja** in: *O Monitor*, Ano XXII – Garanhuns, 26 de fevereiro de 1955 – nº 6, p. 01.

⁹³ **O Cristianismo e o Credo Vermelho** in: *O Monitor*, Ano XXII – Garanhuns, 26 de fevereiro de 1955 – nº 6, p. 03.

⁹⁴ **Prestigiemos Sempre a Boa Imprensa!** in: *O Monitor*, Ano XXII – Garanhuns, 26 de fevereiro de 1955 – nº 6, p. 03.

⁹⁵ Idem, ibidem.

Na verdade, se aí, o indivíduo encontra palavras ou frases desalentadoras, contrárias aos bons costumes cristãos, palavras ou frases pessimistas que só realçam o mal, sua mente trabalha ainda mais confusa.

Se ao contrário, no lugar de tais palavras ou frases inimigas do bem, destruidoras da harmonia e conselheiras do mal, o indivíduo encontrasse boas palavras amigas e alentadoras sua mente por certo aos poucos tornar-se-ia menos carregada das contrariedades da vida, e seu coração por certo, mais resignado com as lutas de todo o dia.

Porque, se nas horas críticas de nossa vida, nos distrairmos com alguma boa leitura, e nesta encontrarmos conselhos salutares, êstes vão à nossa mente, penetram em nosso coração, nos animam e nos ensinam a dominar o espírito revoltado pelas lutas da vida. (...) ⁹⁶

Na matéria supracitada, primeiro se desfere um ataque ao materialismo e é realizada uma exaltação da contemplação divina; depois é construída uma situação hipotética, onde o homem ao invés de se revoltar e lutar contra as situações que lhe afligem deve realizar o inverso. Deve seguir os preceitos cristãos para combater as “frases inimigas do bem, destruidoras da harmonia e conselheiras do mal (...)” ⁹⁷. Na compreensão apresentada pelo texto o homem deve deixar de lado aquilo que lhe contrarie, dominando seu “espírito revoltado pelas lutas da vida.”

Esta construção do comunismo como uma ameaça para religião continua nas páginas de *O Monitor*, na matéria intitulada **Lutas Religiosas na China**:

Hong Kong, colônia britânica e pôrto de embarque, tem sido testemunha da luta mais feroz contra o catolicismo. Mais de 90% dos missionários foram expulsos da China. De 1947 para 1952 as cifras caíram de 5.496 missionários, entre sacerdotes, irmãos leigos e religiosas, para 723. Desapareceram, portanto, 4.773 missionários, sendo que alguns por morte natural, outros por violência, e a maioria, enfim, expulsos pelo governo vermelho. ⁹⁸

A construção discursiva do anticomunismo existente no jornal supracitado não se dá apenas no âmbito dos combates de ideias, pois as acusações de desaparecimentos de religiosos graças a violência e expulsões aparecem como uma ferramenta de denúncia e combate a “ameaça vermelha”.

E as matérias voltadas para o combate ao comunismo se tornam uma constante nas páginas de *O Monitor*. Porém, somente os títulos de tais já constituem material o suficiente para analisar o anticomunismo da Diocese de Garanhuns. Aqui serão reproduzidas algumas imagens de títulos e subtítulos, para melhor dimensionar os efeitos visuais que os produtores do jornal buscavam obter através da formatação das fontes utilizadas.

⁹⁶ Idem, ibidem.

⁹⁷ Idem, ibidem.

⁹⁸ **Lutas Religiosas na China** in: *O Monitor*, Ano XXII – Garanhuns, 12 de março de 1955 – nº 6, p.

Figura 3: Fracasso do Comunismo na Rússia



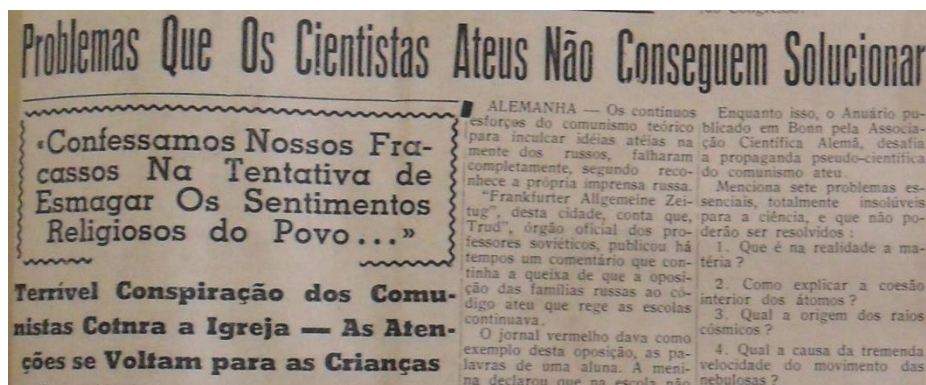
Fonte: O Monitor, Ano XXII - Garanhuns, 23 de abril de 1955, nº 14, p. 01

Figura 4: Escravos e Catacumbas na URSS



Fonte: O Monitor, Ano XXII - Garanhuns, 23 de abril de 1955, n. 14, p. 01

Figura 5: Problemas que os Cientistas Ateus não Conseguem Solucionar



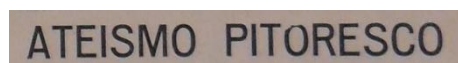
Fonte: O Monitor, Ano XXII - Garanhuns, 30 de abril de 1955, n. 15, p. 01

Figura 6: O Diabo Zomba



Fonte: O Monitor, Ano XXII - Garanhuns, 02 de julho de 1955, p. 05

Figura 7: Ateísmo Pitoresco



Fonte: O Monitor, Ano XXII - Garanhuns, 02 de julho de 1955, p. 05

Figura 8: O Comunismo Ateu Investe Contra a Religião



Fonte: *O Monitor*, Ano XXII - Garanhuns, 06 de agosto de 1955, n. 29, p. 01

Figura 9: Oposição Absoluta Entre a Doutrina da Igreja e o Marxismo



Fonte: *20 Monitor*, Ano XXIII - Garanhuns, 27 de agosto de 1955, n. 32, p. 01

Como pode ser lido nas Figuras de 3 à 9, os produtores do jornal *O Monitor* não apenas utilizaram a palavra escrita como ferramenta para impactar os leitores. A fonte posta em letras garrafais e em negrito servia também como método de chamar à atenção e incutir o medo nos leitores, através de impactos visuais. Porém é necessário não confundir as intencionalidades dos produtores do referido jornal com os modos de ler e a interpretação de cada leitor⁹⁹.

A “guerra santa” que a Diocese de Garanhuns estava travando contra o comunismo, através de seu jornal, ia além da China, Rússia e URSS. As críticas recaíam também nos países que não estavam sob governos que almejavam o comunismo, como pode ser observado no artigo: **No Meio das Perseguições, Crescem As Esperanças Da Santa Igreja Católica na Argentina**, que se trata da reprodução de uma carta enviada ao centro radiofônico Franciscano, remetida de uma cidade argentina:

Cidade X, 12 de janeiro de 1955.

Meu estimado Padre,

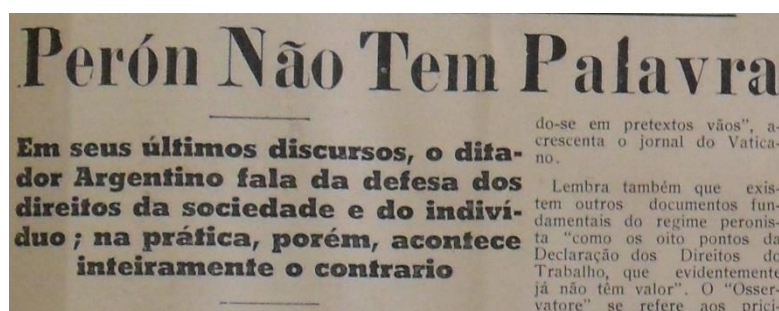
Acabo de receber sua carta mui atenciosa de 29 do mês passado. Na Argentina não mais existe noticiário católico. Os sacerdotes continuam a pregar dos púlpitos a verdade católica, mas por toda parte nota-se um movimento geral de laicização. Procura-se impedir a ação dos católicos. As emissoras e jornais católicos foram fechados. As imagens da Virgem e dos santos foram em geral retirados das repartições públicas e estabelecimentos oficiais. Falsos sacerdotes procuram desprestigiar o clero, dando escândalos de toda sorte, sem que intervenham as autoridades públicas. Os diários oficiais do governo difamam os leitores católicos e os membros do clero. Entretanto, às ocultas, fôlhas impressas e mimeógrafo, são distribuídas pelos católicos, a fim de esclarecer a verdade, abstendo-se todavia de criticarem o governo. Dessa forma, muitos católicos abandonaram postos de importância, negando-se a sancionar leis como a do divórcio. Em se tratando do divórcio, registrou-se um fato

⁹⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre as diferenças existentes entre autor, texto impresso, formas de leitura e as diferentes formas de apropriação dos textos pelos leitores, ver: Roger Chartier – a força das representações: história e ficção. João Cezar de Castro Rocha (Org.). Chapecó, SC: Argos, 2011.

de alta significação: O Senador Velazco, falecido recentemente, antes de expirar pediu para se reconciliar com a Igreja. Este senador aprovara a lei do divórcio.¹⁰⁰

Entre os anos de 1946 e 1955 a Argentina vivia uma experiência populista¹⁰¹ sob o governo de Juan Domingo Perón que governou fornecendo “concessões materiais significativas ao movimento trabalhista organizado e anticomunismo aos militares” (PEREIRA, 2010 p. 101). Para tanto a Igreja Católica era veementemente contra Juan Domingo Perón, como consta em outras matérias de *O Monitor*, como pode ser visto na Figura 10:

Figura 10: Perón Não Tem Palavra



Fonte: *Perón Não Tem Palavra* in: *O Monitor - Garanhuns*, 28 de maio de 1955 - nº19, p. 1

O artigo é um comentário de outro artigo, publicado no jornal *Observatore Romano* que circulava no Vaticano, demonstrando assim à força das articulações que Dom Francisco Expedito Lopes mantinha com a Santa Sé. No mesmo artigo:

Com palavras de Juan Peron, o “*Observatore Romano*” refuta e condena a campanha que está sendo desenvolvida contra a Igreja pelo regime peronista.
(...)

O Chefe que se considera Mensageiro de Deus está perdido, disse (...) o presidente argentino [*segundo o jornal, com relação a Igreja Católica*]. “Abusa da autoridade, não respeita o próximo e desdenha do povo. Este é o sinal de que seus dias estão contados”.

Comentando estas palavras, o “*Osservatore*” diz que houve muitas mudanças na Argentina desde 1951; mudanças pelas quais o Estado é responsável e não a Igreja. “Eles (os peronistas) zombam da constituição, apoiando-se em pretextos vãos”, acrescenta o jornal do Vaticano.

Lembra também que existem outros documentos fundamentais do regime peronista “como os oito pontos da Declaração dos Direitos do Trabalho, que evidentemente já não têm valor”. O “*Osservatore*” se refere aos princípios relativos à família, que estavam contidos na referida Declaração, e que a recente lei peronista que introduz o divórcio contraria.¹⁰²

¹⁰⁰ **No Meio das Perseguições, Crescem As Esperanças Da Santa Igreja Católica na Argentina** in: *O Monitor*, Ano XXII – Garanhuns, 26 de fevereiro de 1955 – nº 6, p. 1.

¹⁰¹ Neste contexto entende-se populismo como um “(...) postulado da homogeneidade das massas populares, o Populismo se diferencia radicalmente não só dos movimentos de classe, como também dos movimentos interclassistas. O interclassismo não nega, de fato, a diferenciação de classes, embora tente conciliá-las. O Populismo, ao invés, a ignora. Para o Populismo, a divisão é entre o povo e o “não-povo”.” (BOBBIO, 1998 p. 981 e 982)

¹⁰² **Perón Não Tem Palavra** in: *O Monitor - Garanhuns*, 28 de maio de 1955 - nº19, p. 1, grifo meu.

Segundo Pereira (2010), o então coronel Juan Domingo Perón em decorrência do golpe de Estado ocorrido em 1943 “tornou-se chefe do Departamento Nacional do Trabalho, cargo que ele usou para construir o apoio sindical que mais tarde o levaria à presidência, nas eleições realizadas em fevereiro de 1946.” (Idem, Ibidem, p. 184). Sendo o mesmo reeleito em 1951, porém em 1955 o presidente é destituído através de um golpe “(...) que uniu a maioria do alto-comando das forças armadas, a Igreja Católica e as elites agrárias e financeiras” (Idem, ibidem, p. 101). Após estes acontecimentos, nos governos posteriores da Argentina a preocupação central daqueles que faziam parte do aparato de segurança nacional, deixou de ser o comunismo para dar lugar ao peronismo.

Ao analisar os textos publicados em *O Monitor* é notória uma ampla preocupação da Igreja Católica, com a difusão de sua “boa imprensa”, não tratando apenas de questões locais, mas também de todos os lugares que a Sé Romana achasse que era de sua pertinência. O estudo atento destes dados levam a concluir que a Igreja Católica não estava somente combatendo o comunismo mais também estava procurando intervir diretamente nas políticas dos Estados que não estivessem alinhados com sua política.

Rodeghero (2003), demonstra como também no Rio Grande do Sul a Igreja Católica se preocupou com a difusão de sua “boa imprensa” e adotou uma postura combativa contra à:

(...) imprensa *inimiga* (...) aquela que não fosse de orientação católica, sendo colocado num mesmo patamar as revistas, os livros e os jornais que tratassem de temas religiosos, do espiritismo ou do protestantismo; ou que discutissem assuntos políticos, como comunismo e anarquismo ou, ainda, que se ocupassem com o lazer, por isso, classificados como *imorais*. (Idem, ibidem, p. 127)

Contudo, no texto aqui citado, referente a Argentina que foi publicado em *O Monitor*, é latente não somente a preocupação com a difusão da imprensa católica, mas também com relação à laicização que estava ocorrendo no referido país. A retirada de objetos católicos das repartições públicas e aprovação de leis que iam contra os preceitos católicos são registrados como um sério problema. O que demonstra que a Igreja Católica não queria somente orientar seus fiéis, mas também controlar os mecanismos de Estado

E estes controles eram obtidos na medida em que era formada uma rede de relacionamentos através da formação de uma classe política e dos eleitores, como discutido no tópico anterior, incutindo-lhes a moralidade e os preceitos da Igreja Católica. Porém esta não era a única estratégia de combate, pois o medo também era usado como arma de batalha. Neste aspecto é bastante simbólica uma charge publicada em *O Monitor*, no dia 2 de abril de 1955, que pode ser vista na Figura 11.

Figura 11: A Liberdade Crucificada



Fonte: *O Monitor*, Ano XXII – Garanhuns, 2 de abril de 1955 – nº 11, p. 1.

Na Figura 11, pode ser observado como é comparada à liberdade, representada pela Estátua da Liberdade (um dos principais símbolos dos EUA), sendo crucificada pela Foice e o Martelo, símbolos do comunismo. Nesta charge há uma vinculação da representação de Jesus Cristo sendo crucificado com os valores de liberdade e dos EUA, enquanto os ateus materialistas que são os comunistas aparecem simbolicamente como os carrascos.

Os produtores de *O Monitor*, se preocuparam em colocar ao lado da charge um artigo intitulado: **O Papa é Rico?**

Não é raro ouvir de certos protestantes e de outros inimigos da Igreja que o Papa é o maior rico do mundo. As suas vestes, os utensílios que lhe servem, o seu palácio, tudo é do bom e do melhor. E tantas criaturas famintas a morrerem por falta de sustento...

Pena é que os que assim falam nunca viram o Papa nem visitaram o Vaticano, nem tão pouco entraram nos aposentos do Santo Padre a examinar o que existe ali. Aliás, estaria o Papa em pleno direito, se estivesse cercado de certa pompa. Afinal, que se diria de um presidente da República que se vestisse à moda de um camponês modesto? Pois muito mais do que o presidente da república, muito superior em dignidade, é o Papa, pois ele é o Papa pois ele é o representante direto de Jesus Cristo. Quanto é superior o espiritual ao material, tanto é o Papa ao chefe de governo num país. O que acontece, porém, é que na maioria dos casos os Papas renunciam ao seu direito e vivem pobremente. Somente os que gozam da intimidade de Pio XII sabem que simplicidade e frugalidade passa a vida o chefe da Igreja Católica. Só Deus sabe quanta solicitude sente o Papa pelas necessidades dos pobres e faminto! Só Deus sabe da generosidade com que ele sempre auxilia os necessitados! Está portanto, na hora de abandonar calúnias contra o Papa e o papado.¹⁰³

No artigo supracitado é feita uma defesa do Papa de acusações que ele seja rico e não se importa com a miséria existente no mundo, argumentando que os detratores do referido

¹⁰³ **O Papa é Rico?** in: *O Monitor*, Ano XXII – Garanhuns, 2 de abril de 1955 – nº 11, p. 1.

nunca estiveram pessoalmente com o mesmo, assim como, somente quem poderia julgá-lo era Deus.

Leve-se em consideração que existem fortes indícios de que os posicionamentos do jornal *O Monitor* não estavam tendo a repercussão desejada por seus mentores, pois escreve Dom Francisco Expedito Lopes sobre as dificuldades financeiras do jornal:

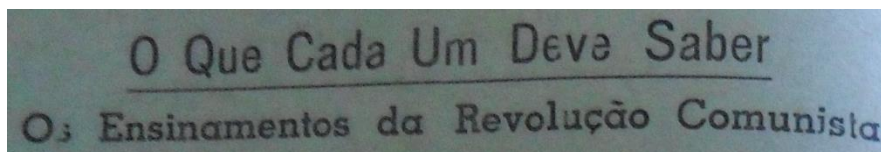
(...) tão angustiante situação só nos resta apelar para a generosidade e espírito de compreensão de nossos diocesanos, sacerdotes e fiéis em geral, no intuito de se promover uma campanha pela melhor aceitação e difusão de nosso órgão diocesano em todas as paróquias e lares católicos, realizando o lema tantas vezes repetido: “nenhuma família católica sem um jornal católico”. Será possível que em meio de nossa família diocesana constituída de muitos milhares de católicos, que infelizmente contribuem diariamente com três ou quatro cruzeiros para manutenção de algumas folhas que ridicularizam nossa religião e conspurcam os princípios de nossa fé, não se encontrem alguns poucos milhares que estejam dispostos a gastar dois cruzeiros por semana com o seu jornal?¹⁰⁴

O bispo não cita o jornal que estava à detratar a Igreja Católica, porém o jornal *A Resistência* realizava diversas críticas à modificação da linha editorial de *O Monitor*, por este se envolver em questões político partidária.

A diocese também mantinha um programa na Rádio Difusora de Garanhuns, chamado do A Voz da Diocese que ia ao ar segundas, quartas e sextas.

Porém não somente em *O Monitor* podem ser encontradas referências ao anticomunismo católico. Na revista *Era Nova* que pertencia ao Grémio Cultural Celso Vieira (organização que funcionava na cidade de Garanhuns) e estava sob orientação dos padres redentoristas, segundo pronunciamento do vereador Geraldo Calado¹⁰⁵, apresenta uma matéria que ocupa praticamente toda página 2, cujo título pode ser lido na Figura 12.

Figura 12: O Que Cada Um Deve Saber



Fonte: Arquivos da APEJE: *O Que Cada Um Deve Saber* in: *ERA NOVA*, nº1, Garanhuns, julho de 1956, p. 2

Leia-se alguns trechos da referida matéria:

Tudo o que o povo russo suportou durante os últimos trinta anos, revelou ao mundo as seguintes verdades:
O comunismo materialista, destrói, devasta e tira o sentido da vida, porque considera o homem uma máquina ou um animal faminto. Uma tal concepção leva à servidão e a sofrimentos indescritíveis.

¹⁰⁴ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Carta Circular nº14, Expedito Bispo Diocesano, Garanhuns 22 de setembro de 1956.

¹⁰⁵ Esta informação se encontra na ata da 9ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns. Para ver este referido discurso ler o Livro de Ata de 1957 entre as páginas 72 e 73.

Quem destrói a família, destrói os próprios fundamentos da sociedade e do Estado.

(...)

A luta de classes é uma guerra civil disfarçada, mais feroz e devastadora que uma guerra internacional. Quem a pratica em nome de uma classe é um traidor de sua pátria e leva o país à perdição.

A Revolução não é solução, mas o princípio da ruína. Ela devasta os homens e faz com que eles esqueçam os direitos e as leis. E o povo que esqueço o direito e as leis, acaba perdendo todos os seus direitos e, portanto, escravizado.

(...)

O comunismo não respeita a personalidade humana e não admite a iniciativa privada, porque hostiliza a liberdade do espírito e violenta a natureza humana. Por isso, só pode ser imposto pela força, pelo medo e pelo sangue, isto é, pelo terror.

O comunismo não admite a propriedade privada e transforma a todos em mendigos subjugados pelo partido comunista e pelo governo. Solapa, no povo, o desejo de trabalhar, o amor ao trabalho, por falta de estímulo, favorecendo assim, a preguiça, a venalidade e a rapinagem. Tudo isso, leva à ruína da cultura e da economia nacional.

(...)

Tais são os ensinamentos da revolução comunista, que não devemos esquecer.¹⁰⁶

Como pode ser lido há uma animalização dos comunistas, assim como outros elementos aparecem como à luta de classes sendo uma guerra civil que é pior do que guerras internacionais e o comunismo como uma doutrina que aliena e transforma os homens em escravos.

Este grupo de jovens também estavam ligados ao movimento integralista, pois em matéria intitulada “Vida do Centro Cultural Celso Vieira”, tem-se registrado como surgiu a referida entidade estudantil e algumas de suas atividades:

(...) numa noite de 21 de abril, um punhado de jovens do Brasil, respondiam ao insistente chamado de um grande brasileiro que trabalha – afim despertar a mocidade de hoje, para amanhã então, o Brasil ter homens à altura de conduzir uma pátria a seus superiores destinos. Esse grande brasileiro, Plínio Salgado, vem concretizando o seu sublime ideal, que é deixar um Brasil maior, presenteando aos jovens brasileiros essa grande quantidade de Centros Culturais espalhados por todo território nacional.

O Centro Cultura Celso Vieira, é um dos chamados “Águias Brancas””, que são ao todo quase seiscentos no Brasil (...).

No dia da fundação do “Celso Vieira”, dando início a nossa vida, nos estimularam com suas palavras os oradores: professor Mario Tavares, representando o Centro Cultural Oliveira Viana do Recife; o acadêmico Silvio Pessoa, sobre Celso Veira; a jovem professora Maria de Lourdes Gouveia, sobre Tiradentes, o “proto-Martir da Independência”; o professor Uzzae Canuto, mostrando a necessidade de apoiar iniciativas como esta; Rosa Maria Sales sobre a finalidade e necessidade de um Centro de Cultura; e o último orador da noite, Leovegildo Pereira Ramos, do Centro Cultura Jackson de Figueiredo de São Paulo, que expôs de maneira vibrante os mais diversos problemas que afligem o Brasil, sufocado seu progresso e desenvolvimento; falou sobre a necessidade de Centros Culturais, como nasceu a confederação dos Centros Culturais da Juventude etc. fazendo um apelo aos jovens para que viessem se unir aos que sonham com um Brasil maior e restaurado.

Vimos realizando, depois da fundação de nosso Centro, reuniões ordinárias aos domingos.

A primeira reunião, no dia vinte de Maio foi exclusivamente para explicação da finalidade, base doutrinária e necessidade desse Centro Cultural, através da palavra autêntica do Dr. Mario Matos e leitora de manifestos da CCCJ etc.

¹⁰⁶ Arquivos da APEJE: O Que Cada Um Deve Saber in: ERA NOVA, nº1, Garanhuns, julho de 1956,

É importante compreender que em 1945 a Ação Integralista Brasileira (AIB) cria o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1955 Plínio Salgado concorre às eleições presidenciais, pelo referido partido e membros deste buscam reestruturar as antigas atividades e simbologias da AIB. A revista *Águia Branca* era o órgão oficial da A Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ) que funcionavam como entidades extrapartidárias ligadas ao PRP¹⁰⁷.

A primeira reunião foi presidida por Mario Matos que tratou de explicar as finalidades e doutrina à ser seguida pelo Centro Celso Vieiras. Mario Matos foi um dos integralistas mais atuantes em Garanhuns durante as décadas de 1930 e 1940, como pode ser lido em Moraes (2012).

Porém o anticomunismo e as atividades do Centro Cultural Celso Vieira não se restringiram às suas reuniões aos domingos e na publicação de sua revista. Seus membros estavam também organizando, em 1956, um congresso estudantil à ser sediado em Garanhuns. Para isso solicitam à CMVG uma subvenção de Cr\$ 10.000,00. Porém o primeiro a se manifestar contrário é o vereador José Cardoso, argumentando que era contrário, pois:

(...) o Centro Celso Veira não era nada mais nada menos que a fracassada Ação Integralista, numa tentativa de se reorganizar, na qual estava, usando de diversos processos para isto, entre os quais um eram os centros de culturas. (...) não sou eu que ia contribuir para o levantamento daqueles que no tempo de guerra tinham sido espiões e traidores de nossa patria.¹⁰⁸

O vereador José Cardoso é o mesmo em que na reunião extraordinária da CMVG, realizada em 27 de dezembro de 1955 declara que somente o Partido Comunista poderia salvar o Brasil. Vamos compreender quais as situações que levaram o referido vereador à pronunciar tais palavras.

Na reunião de 27 de dezembro de 1955 era debatido à importação de milho que o presidente Juscelino Kubitschek estava para fazer dos EUA, o que gerou debates acalorados na Câmara Municipal de Garanhuns. Quem levou este assunto para pauta do dia foi o vereador José Cardoso para criticar “(...) o governo brasileiro pelo descaso a que estão relegados os nossos camponeses, achando que a falta de produção é pela ausência de amparo a lavoura por parte da administração pública.”¹⁰⁹ E passa à fazer elogios “(...) ao progresso da China”¹¹⁰. Neste momento o vereador Raimundo de Moraes entrevistou questionando de sobre qual “(...) qual

¹⁰⁷ Para mais informações sobre à reorganização da AIB, a *Águia Branca* e o CCCJ ler: (CHRISTOFOLETTI, 2010), (MORAES, 2012) e (SILVA, 2002).

¹⁰⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 128, 129.

¹⁰⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 159.

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 159.

das chinas o orador estava se referindo, se era a Vermelha Comunista ou a nacionalista.”¹¹¹ Com isso o vereador José Cardoso começa à tecer considerações de que o Brasil é dominado por turistas estrangeiros e o vereador Elias de Barros argumenta que todos os países realizam importações e que o presidente só estava assim fazendo, pois com as escassas chuvas ocorridas a colheita foi deficitária. E neste momento o vereador Raimundo de Moraes tece críticas à Elias de Barros dizendo que o mesmo só estava apoiando tal medida pela razão de ser grande produtor de milho, assim como, comerciante de cereais. Por fim conclui o vereador José Cardoso dizendo textualmente: “Sr. Presidente, srs. Vereadores: nesta altura dos acontecimentos está provado que só o Partido Comunista defende os interesses da massa, sendo a única solução para os problemas que aflingem o povo brasileiro e a nossa Pátria.”¹¹² E assim o foi registrado na ata, pois o vereador Raimundo de Moraes solicitou que assim o fosse feito.

Não obstante, na reunião seguinte, realizada no dia 29 de dezembro de 1955, o vereador José Cardoso pede para que fosse retirado da ata da sessão anterior à parte de seu pronunciamento ao qual dizia que somente o Partido Comunista poderia salvar o Brasil. Isso demonstrando o medo de que houvesse algum registro daquela sua fala, talvez o mesmo já tivesse se pronunciado à respeito porém como as atas da Câmara Municipal de Garanhuns eram escritas na maior parte dos casos em terceira pessoa, e os discursos dos vereadores resumidos vagamente com expressões como: “amplamente debatido”, “falou o orador a respeito do tema”, “teceu considerações sobre o assunto” etc. Desta forma limitando o acesso à quem posteriormente fosse consultar às mesmas. Em alguns casos excepcionais, como nos casos de declaração de voto, ou quando algum vereador solicitava que sua fala fosse transcrita de forma literal ou em casos como este do vereador José Cardoso era que se tinha o registro de forma literal.

Não conseguindo que seu pronunciamento fosse retirado das atas o vereador José Cardoso expressa sua inconformidade: “estranha a maneira pela qual o que consta em ata que o sr. Prefeito já tinha conhecimento do conteúdo da mesma.”¹¹³ É relevante notar que na época as reuniões da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns ocorriam em uma das salas do prédio da prefeitura, o que não dificultaria que as informações do que debatido no legislativo logo chegasse ao conhecimento do prefeito. Além disso é notório que o vereador José Cardoso, nesta época, de uma destas possibilidades: ele era comunista ou no mínimo tinha simpatia pelo que defendido pelos comunistas. Segundo Cavalcanti (2009, p. 47)

¹¹¹ Idem, ibidem, p. 159.

¹¹² Idem, ibidem, p. 159.

¹¹³ Idem, ibidem, p. 160.

A Delegacia Auxiliar de Polícia de Garanhuns demonstrava eficiência quando a atividade era vigiar os comunistas. No dia 06 de novembro de 1960 este órgão redigiu uma relação com o nome daqueles que eram apontados como pertencentes ao Partido Comunista da cidade. Nesta listagem encontrava-se o nome de José Cardoso, vereador da cidade de Garanhuns, à época, com seu endereço residencial e classificado como agitador comunista.

Os Cr\$ 10.000,00 solicitados pelo Centro Celso Vieira é relevante notar à forma como o vereador Petrônio Fernandes rebate os argumentos do vereador José Cardoso, pois dizia o primeiro que:

(...) o Centro Celso Vieira, era uma instituição literaria, que estava prestando inestimaveis serviços as letras desta terra, sendo no entanto digno das melhores atenções desta Casa, e como era do conhecimento público nada tinha de politica. Adiantou finalizando, que maiores traidores era aqueles que declaravam que num conflito armado entre o Brasil e a Russia, estariam ao lado da Russia.¹¹⁴

É improvável que o vereador Petrônio Fernandes não soubesse de que o Centro Celso Vieira não se tratava de uma tentativa de reorganização do movimento integralista, visto à força que o integralismo teve em Garanhuns durante as décadas de 1930 e 1940, inclusive com amplo apoio do irmão do então vereador Amilcar da Mota Valença, o diretor do Colégio Diocesano: padre Adelmar da Mota Valença. Não menos importante são as acusações que Petrônio Fernandes faz ao vereador José Cardoso ao argumentar que o maior traidor da pátria era José Cardoso por declarar que entre uma guerra entre Brasil e Rússia o referido ficaria à favor dos russos.

Nas discussões do poder legislativo de Garanhuns e nos periódicos de linha católica. Porém esta batalha para fornecer subvenções ao congresso estudantil organizado pelo Centro Celso Vieira foi ganha por estes, pois as verbas foram aprovadas.

A Igreja Católica não somente executou uma verdadeira cruzada contra o comunismo.

1.6. Articulações de um Bispo Assassinado.

Já existe uma considerável produção escrita, tanto em livros, jornais e revistas sobre as relações conflituosas entre o padre Hosana de Siqueira e Dom Francisco Expedito Lopes, cujo o primeiro acaba por assassinar o segundo. O padre que matou o bispo foi matéria de diversos jornais nacionais e internacionais.

Dentre os membros do clero que produziu livros a respeito deste caso Romeu Peréa pertencente a ordem carmelita, em 1958 escreveu *D. Expedito BISPO E MÁRTIR (Considerações em torno de um cadáver glorioso)*. O referido carmelita era o capelão do

¹¹⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 128, 129.

presídio especial do estado, onde ficou preso o padre Hosana de Siqueira. Porém diferente do que o título pode sugerir o autor deixa claramente escrito, que seu livro:

(...) não pretende ser uma biografia no estilo e dentro do gênero em que, de regra, as biografias são escritas. O seu fim é mais modesto: constitui uma série de considerações filosóficas-morais em torno de um cadáver, iniciadas quando o seu túmulo ainda estava aberto. (PERÉA, 1957 p. 3)

As considerações morais e teológicas mais aparecem do que o assassinato do bispo. É importante constatar as inúmeras comparações entre Dom Francisco Expedito Lopes e à morte de Jesus Cristo, inclusive no capítulo intitulado “NA CRUZ COM CRISTO”:

Não compreendem como ou por que Deus permitiu, na sua bondade infinita, aquela desgraça, ou descarregou aquele golpe para o que não estavam preparadas. Tão pouco querem saber-ou, então se esquecem de que o próprio Deus não poupou o seu Primogénito a-pesar de ser inocente. (...). Deus era Deus, é verdade, mas foi como Homem que sofreu, mesmo porque como Deus não poderia sofrer, embora como Homem merecesse pela união das duas naturezas na sua Pessoa santíssima. (...) E está aqui a explicação do sofrimento, pois este foi o meio indicado por Deus para restaurar o homem caído, e, por outro lado, este só se pode salvar aplicando-se os méritos de Cristo conseguidos á base dos maiores sofrimentos e mais inocente vítima, maior a sua purificação, ou mais completa a sua restauração. (Idem, ibidem, p. 63, 64)

Como pode ser lido acima Romeu Peréa não cita o nome do assassino do bispo, nem as circunstâncias de tal, porém exalta a forma como a salvação/restauração é obtida através do sofrimento. Neste discurso pode ser identificado uma forma de exaltar Dom Francisco Expedito Lopes como homem que se torna mártir através de seu sofrimento.

Esta construção narrativa é consolidada no epígrafe posto na introdução do livro do referido: “*Não sou eu quem deve ser lastimado: morro cumprindo o meu dever. De vós é que preciso ter piedade, padre: vós que trazeis armas contra o vosso bispo, vossa pátria e vossos juramentos.*” (Idem, ibidem, p. 11, grifos do autor). Segundo o autor, estas palavras não foram proferidas por Dom Francisco Expedito Lopes ao morrer, pertenciam à Bayard¹¹⁵, porém segundo o mesmo “(...) bem poderiam ter constituído o derradeira diálogo entre o bispo mártir e o padre sacrílego” (PERÉA, 1957 p. 11).

Neste primeiro livro já começa a ser construída uma imagem de Dom Francisco Expedito Lopes como um mártir, sendo exaltada a moral, o sacrifício e o perdão do bispo assassinado. Para tanto em 1959 o mesmo frei Romeu Peréa escreve outro livro, desta vez intitulado “*A Morte de Dom Expedito. Considerações em torno de um cadáver glorioso.*” também publicado pela Flos Carmeli. Neste livro novamente o bispo é exaltado e tomado como um exemplo a ser seguido pelos fiéis, retratado não como um mandatário, mas sim, como um verdadeiro guerreiro da Igreja Católica.

¹¹⁵ “BAYARD Pedro du Terrail, Senhor de Bayard (1476-1524), guerreiro francês a quem chamavam *Chevalier sans peur et sans reproche* (Cavaleiro sem medo e sem mácula). Seu nome passou a ser empregado como sinônimo de homem valente e leal.” (ALENCAR, 2010 p. 258)

A vítima, no nosso caso, foi um prelado que caiu não como um soberano desrespeitado, mas como um soldado que resiste no lugar que lhe confiaram. O assassino foi um sacerdote que, num momento infeliz, ergueu violentamente o seu braço contra aquele a quem devia obediência. Curvemo-nos com emoção ante a vítima, mas não atiremos pedras sobre o assassino. (PEREIRA, 1959 p. 141)

Na citação acima, mesmo exaltando a figura do bispo assassinado, o carmelita pede para que não sejam atiradas pedras sobre o assassino, que era um padre. Isto demonstra uma forma de proteger a instituição, pois este ato de jogar pedras é uma metáfora ao julgamento.

O terceiro livro escrito sobre este caso foi *A bala e a mitra: novos tempos e verdades antigas*, cuja primeira edição data de 1994. Este foi elaborado por Anna Maria Ventura de Lyra e César¹¹⁶, em seu livro a autora escreve que seu interesse pelo caso surgiu em 1981, quando estava fazendo o levantamento documental para escrever um ensaio biográfico de seu pai:

“Lira e César, Juiz de Caruaru”, relato da trajetória de meu pai, de retirante da seca de 1915 no sertão paraibano à presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco com demorada passagem pela comarca de Caruaru. Nesse entrechoque de fatos e episódios, vi-me diante dos “acontecimentos de Garanhuns”, assentados em relatório da comissão de inquérito presidida por meu pai. (CÉSAR, 2007 p. 15)

Segundo Moreira (2008, p. 104) “Ela, por ser filha de juiz, gozou do privilégio de levar o Processo Crime para casa e ficar com ele durante seis meses, consultando-o para a feitura do livro.” A autora realiza um amplo trabalho não se limitando à analisar os inquéritos, inclusive com o padre Hosana, com quem ela manteve contato através de cartas, insistindo para entrevista-lo. Porém o mesmo ignora-a por diversas vezes, por fim respondendo que não cederia entrevista pela razão de estar escrevendo sua versão da história.

Um ótimo trabalho comparando a primeira e a segunda edição do referido livro foi realizado por Moreira (2008), em decorrência de sua dissertação o autor entrevista Ana Maria César que relata para ele sua perplexidade perante as versões que as pessoas lhe davam:

(...) Chegando a dizer. Várias pessoas diziam assim: ‘Ah, eu sei o crime! O Bispo tava namorando com a amante do Padre!’ Isso várias pessoas me disseram. Isso foi, possivelmente, uma versão que partiu do próprio povo, do imaginário mesmo popular e cresceu, tomou rumo e tomou todo o espaço da outra versão, que é a verdadeira, que saiu nos jornais da época, mas que as pessoas preferem, talvez é, se ligar às fontes populares do que mesmo às fontes oficiais. Isso eu ouvi demais das pessoas, inclusive de pessoas de nível. Porque, quanto eu dizia que ia falar sobre o assunto, eles diziam: ‘Ah, eu sei!’ . Então, falavam isso. O interessante é que, durante o trabalho de pesquisa, eu não encontrei, nem mesmo nos três julgamentos, alguma coisa com relação a isso. Foi uma inverdade absoluta! Eu não sei como surgiu! Eu diria que foi o próprio inconsciente popular que criou e ela teve mais força que a própria versão oficial.¹¹⁷

¹¹⁶ Formada em direito pela Faculdade de Direito do Recife (atual UFPE) e em Letras Napolitanas pela Universidade Católica de Pernambuco A autora é filha do desembargador Amaro de Lira e César que na época foi quem coordenou a Comissão de Inquérito do referido crime.

¹¹⁷ Entrevista com Ana Maria César, autora do livro *A Bala e a Mitra*, editado em 1994, no Recife – PE, pelas Edições Bagaço. A entrevista deu-se em seu apartamento, na rua Apipucos, no bairro Apipucos, na capital pernambucana; no dia 23 de agosto de 2003. In: (MOREIRA, 2008 p. 105)

O autor continua a construção de seu texto analisando os processos de construção e divulgação do livro de Ana Maria César, relatando que o mesmo foi lançado no aniversário de falecimento do bispo, sendo distribuídos no dia da missa folhetos e santinhos. Para tanto mais à frente ele escreve sobre outro livro, desta vez escrito por Taíza Brito. Esta procurou o padre Hosana para entrevistá-lo e propôs escrever outro livro, contando sua versão da história, o padre concorda e é assinado um contrato e uma procuração lavradas em cartório para escrita do referido livro, mas o padre é assassinado¹¹⁸ antes da conclusão. Para tanto o livro de Taíza Brito apresenta uma versão benevolente com relação ao padre. Leia-se a parte em que ela escreve sobre o assassinato do bispo:

Naquela segunda-feira chuvosa de 1ª de Julho de 1957 o Padre Hosana de Siqueira e Silva (...) acorda com o coração apertado. Quase não conseguiu dormir durante a noite. Não se conformava com os últimos acontecimentos, que ameaçavam manchar sua reputação sacerdotal e de homem cumpridor de seus deveres. Tudo por conta de boatos surgidos dentro de sua própria paróquia (...). Pediu a Deus que o iluminasse e que tudo terminasse bem. Já tinha feito tantas tentativas na intenção de dissuadir Dom Expedito a ouvi-lo e a verificar ele próprio todas as denúncias e boatos que surgiam. (...). Tinha o coração acelerado e tentava arrumar os pensamentos. Bateu à porta do Palácio por três vezes seguidas. Suava muito. Já se passava das 18 horas e mais uma vez os anjinhos já tinham dito Amém na hora da Ave-Maria (...). (BRITO, 1998 pp. 17-20)

Por algumas páginas seguem descrições do estado emocional de padre Hosana antes de dar três tiros à queima roupa no bispo. Esta é uma escrita favorável ao padre.

Moreira (2008) realizar uma análise comparativa das diferentes versões construídas para o assassinato do bispo.

A principal contribuição aqui existente neste tópico é para melhor compreender qual à postura do clero sob o governo de Dom Expedito Lopes E qual relação existente entre estes padres e bispo com à política?

A história das três irmãs Araújo Corrêa se inter cruzam com a de Dom Francisco Expedito Lopes, quando elas estudavam no Colégio Sant'Ana no Ceará, onde se formaram no primeiro, segundo grau e magistério, e passaram à integrar a Ação Católica. Na época em que estudaram no referido colégio onde o então padre Francisco Expedito Lopes era seu capelão e lá fundou a Ação Católica sendo também seu assistente. Quando em 2 de fevereiro de 1956, já como bispo de Garanhuns, Dom Francisco Expedito Lopes convida às referidas irmãs para juntamente com ele fundar o Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima.

No mesmo ano monsenhor Ademar da Mota Valença constrói outra instituição de ensino pertencente à Diocese de Garanhuns, o Ginásio do Arraial, que posteriormente o doou para as Missionárias de Nossa Senhora de Fátima. Atualmente as referidas irmãs moram na

Fraternidade Mar da Galileia, construção que tem acesso tanto ao Memorial Dom Francisco Expedito Lopes quanto ao Colégio Mons. Ademar da Mota Valença (antigo Ginásio do Arraial). Não menos importante é notar outra demonstração de poder de mobilização e simbólico externados através das Figuras 13, 14 e 15.

Figura 13: Inauguração do Ginásio do Arraial



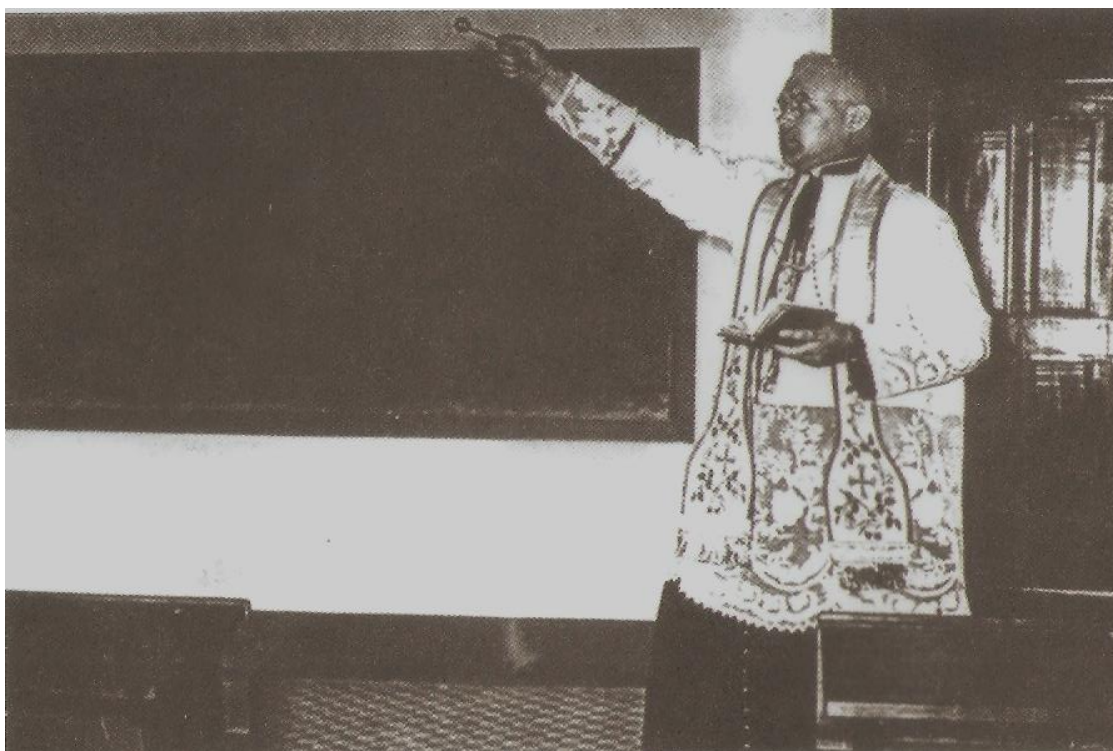
Fonte: Arquivo Memorial Dom Expedito Lopes

Figura 14: Benção na inauguração do Ginásio do Arraial



Fonte: Arquivo do Memorial Dom Francisco Expedito Lopes

Figura 15: Benção a sala do Ginásio do Arraial



Fonte: Arquivo do Memorial Dom Francisco Expedito Lopes

Ao analisar as Figuras 13, 14 e 15 é importante prestar atenção as indumentárias utilizadas, na Figura 13 é perceptível a preocupação dos presentes em estarem bem vestidos, os homens calça, terno e gravata; os rapazes vestidos de calça e camisa social; enquanto as meninas

e mulheres estão de vestido abaixo dos joelhos. Além da preocupação de estarem bem vestidos a Figura 13 demonstra o ar de formalidade em que foi realizada a inauguração do Ginásio do Arraial.

Já na Figura 14 novamente as vestimentas servem como elemento de formalidade e neste caso também como distinção social e hierárquica, pois os padres e o bispo não se vestem como os demais que não pertencem ao clero, o que também pode ser observado na Figura 13 onde as freiras com o véu cobrem à cabeça distinguindo-se das demais mulheres. Indispensável de analisar são as posições das pessoas na Figura 13, onde os homens estão concentrados ao centro no alto, enquanto as mulheres estão nas partes periféricas.

Não obstante, ao prestar atenção nas Figuras 14 e 15, as vestimentas refletem a hierarquia e o poder que existe na Igreja Católica, pois enquanto os padres usam uma batina preta sem adornos que apenas contrasta com seu colarinho branco, o bispo por sua vez usa uma veste branca cheia de adornos em bordado.

Ao analisar estas fotos também é relevante o próprio ato de fotografar; primeiro, na Figura 13 quem fotografou se utilizou de técnica panorâmica, batendo a foto do alto e limitando o campo de visão periférico ressaltando assim à quantidade de pessoas; já numa comparação entre as Figura 13, 14 e 15 o ato da escolha de quem fotografar é um demonstrativo das posições existentes na hierarquia da Igreja Católica. Como pode ser analisado na Figura 13 não há por parte de quem fotografou a intenção de focar numa pessoa, nesta os indivíduos praticamente somem frente à multidão; a lógica, o foco da fotografia é a entrada do Ginásio do Arraial e nela está centralizado o foco, onde as pessoas aparecem como ilustração da paisagem. Já na Figura 14 o foco é dado no clero, onde os padres e o bispo estão à benzer o colégio. E por último a Figura 15 é uma fotografia tirada de Dom Francisco Expedito Lopes só benzendo uma das salas de aula. Em outras palavras, as fotografias nos mostram que todos faziam parte da inauguração ao lado de fora do colégio, em seus corredores o clero e dentro da sala de aula somente o bispo. E como se à pessoa que fotografou estivesse realizando um trabalho de destilação. Além disso, suscita bastante à curiosidade de à posição das pessoas na Figura 13 foi deliberadamente pensada.

Agora que sabemos um pouco sobre à história, localização, e tutela dos arquivos vamos iniciar à análise dos problemas enfrentados pelo bispo, através da leitura de um texto escrito pelo padre Adriano Backx, escrito em decorrência do aniversário de morte de Dom Francisco Expedito Lopes:

PADRE ADRIANO BACKS
(Reitor e Vigário dos Redentoristas)

Dom Expedito tomou posse da Diocese de Garanhuns em 11 de fevereiro de 1955. Encontrou graves problemas a resolver, principalmente entre o Clero. Pôs mãos a obra, como lhe ditava a consciência. Quatro casos de Vigários indignos do cargo, ele conseguiu resolver. O quinto caso foi o Padre Hosana que reagiu descontroladamente e decidiu expressar com violência, o desacordo.

No dia 1º de julho de 1957, dia do Preciosíssimo Sangue de Jesus Cristo, após receber sua suspensão, foi à casa do BISPO, tocou a campainha, o Sr. João estava ocupado demorou a ir atender. O Sr. Bispo então foi atendê-lo. Ao abrir a porta recebeu a descarga de vários tiros. Dom Expedito avisa ao Sr. João que fora baleado a pede para ele chamar o Monsenhor Callou. O empregado sai e ele, sozinho vai para a Capela e cai no supedâneo do altar.

Ele se confessa com o Cura da Catedral e recebe a “Extrema Unção”. Logo depois removeram-no para o Hospital Dom Moura, situado em nossa Paróquia. Quando a notícia chegou ao nosso Convento, por volta das 7 horas, saímos depressa. Fui juntamente com Padre Victor e Padre Pitiá. Fomos os primeiros do Clero a prestar serviços ao Sr. Bispo. Era incrível a dura realidade. O Sr. BISPO atendido numa cama, rodeado de médicos, o peito a sangrar, varado de balas. Padre Victor teve ocasião de ficar muito tempo à cabeceira do Sr. Bispo e assim colheu várias frases belíssimas que nos revelaram uma VERDADEIRA ALMA DE APÓSTOLO.

Várias pessoas deram sangue, entre elas Padre Matias e eu. O que mais me impressionou foi que ele não pediu nada, nem se mostrava preocupado com alguma coisa temporal. Não pediu uma gota d’água, apesar da sede abrasadora que o devia estar devorando, conforme afirmou um dos médicos.

Repetia sempre: “SEJA FEITA A VONTADE DE DEUS”. Muitas vezes repetia o nome de JESUS. PERDOOU O PADRE VÁRIAS VEZES.

Pediu que nós Redentoristas, tomássemos conta da Paróquia de Quipapá e que fôssemos antes da 1ª sexta-feira do mês, para o povo não ficar sem assistência.

Uma auto-domínio impressionante, uma calma espantosa, um verdadeiro heroísmo em suportar as oito dolorosíssimas horas que durou, aproximadamente seu martírio, aproveitadas todas para REZAR, PERDOAR e edificar. (CORREIA ARAÚJO, et al., 2011 pp. 80, 81)

O texto supracitado do padre missionário redentorista holandês aguça à curiosidade, pois muito se tem escrito sobre o caso do padre Hosana, mas quem seriam estes outros quatro vigários indignos? Que contribuíam, para à lastimável situação (no julgamento do padre Adriano e do bispo) que se encontrava à Diocese de Garanhuns quando Dom Francisco Expedito Lopes assumiu? Pois após um ano de governo, o próprio bispo, consta que:

A ignorância religiosa do povo e o abandono espiritual em que se encontram os fiéis de numerosas paróquias é verdadeiramente desolador. O estado das matrizes e sobretudo da grande maioria das capelas é um tristíssimo atestado do descuido de zelo de seus párocos ou vigários. (...). Lugar houve que não via um Bispo, há mais de 30 anos.¹¹⁹

Agora é preciso lembrar que a Diocese de Garanhuns não se limitava ao município de Garanhuns, como já demonstrado no tópico 1.3, deste trabalho. As dificuldades de Dom Francisco Expedito Lopes iam além do caso do padre Hosana, um exemplo é o do padre Artur Silvestre, acusado de seduzir duas mulheres casadas, de ter “desonrado” uma moça e ter uma amante em Recife. Sob estas acusações o padre Artur Silvestre manda que o bispo prove e diga quem lhe estava acusando. Com isto Dom Francisco Expedito Lopes responde em tom nada conciliador:

¹¹⁹ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Extrato do Livro de Tombo, 1956.

Desafia-me apresentar os nomes de seus pretensos caluniadores. Sabe VRvma. que certas denúncias não podem ser levadas a juízo sem prejuízo de infâmia para as pessoas nelas implicadas. Mas estou certo que VRvma. ainda não esqueceu daquela pobre mulher casada, do sítio, a quem depois de ter dado a comunhão convidou para seu quarto e ali se trancou com ela por quase uma hora. Não se acorda das repetidas e criminosas intimidades com a doméstica, engomadeira e outras, que viviam pela sua casa, como daquela ocasião na que foi visto deitado brincando com duas delas em uma cama? E não venha a dizer que tais denúncias se escondem sob anonimato. Foram venerandos sacerdotes, algumas pessoas gradas e até familiares seus, obrigados alguns por um imperativo de consciência.¹²⁰

Compreende-se aqui a poderosa rede de informações que o bispo tinha montado para si. Rede essa que perpassava o clero, políticos e os fiéis. Como foi exposto anteriormente no caso em que o bispo enviou ofícios para CMVG e vereadores em particular, assim como, nos casos de sua posse e na cruzada contra os jogos.

Fora o caso do padre Artur Silvestre há mais dois casos nos registros: a) do padre Oriel Ramos, vigário de Aguas Belas. Este não queria ser transferido, como pode ser constado nas cartas que o mesmo escreveu para Dom Francisco Expedito Lopes, a primeira datada de 25 de maio de 1956 e a segunda de 29 de março de 1957. O padre Oriel Ramos expõe para o bispo seu desejo de não ser transferido, a não ser para “uma paróquia melhor”. Se assim não o fosse alegou não poder por conta dos: “compromissos de família me obrigam a certas despesas bem elevadas quase acima de um vigário pobre como sou.”; b) o do padre Barros que para fazer faculdade estava se afastando de sua paróquia, o bispo convoca o referido padre para uma reunião, mas este não comparece e Dom Francisco Expedito Lopes o remove de seu cargo de vigário inamovível. Com isso o padre responde da seguinte forma ao bispo:

Reflita na sua consciência de Bispo que nada terá a ganhar levando-me à desgraça quando tudo se pode resolver direitinho na caridade de Cristo e na paz da Igreja. Aguardo sua resposta. Diga-me o dia que é possível entender-me com V. Excia que irei de bom grado. Não vai pensar que quero criar casos. Apenas me defendo quando a isto tenho direito.¹²¹

Nesta carta é possível ver a revolta e insubordinação do padre em relação ao seu superior hierárquico. Marin (2009) desenvolve importante pesquisa sobre o assassinato de Dom Francisco Expedito Lopes que, segundo o autor, foi:

(...) um bispo com uma visão de mundo fundamentalmente eclesiástica a reclamar para a Igreja a condição de “sociedade perfeita”. Marcado pelo antimodernismo e pela apologética cristã, Expedito repte, como muitos um discusso apocalíptico sobre o mundo invadido pelas forlas do mal, pela apostasia e pela imoralidade. (Idem, ibidem, p. 174)

¹²⁰ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Carta de Dom Expedito Lopes ao Pe. Artur Silvestre, Garanhuns, 21.03.1957.

¹²¹ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: Fragmento da carta do padre Barros para Dom Expedito, sem data.

Também escreve que o referido bispo louva os usineiros “pelos serviços prestados à Igreja: manutenção de capelas, organização das festas religiosas, apoio material aos padres” (Idem, ibidem, p. 174) e cita visitas feitas a Usina Santa Teresinha (município de Água Preta), a Usina Frei Caneca e nos engenhos de Barreiros, em todos estes casos destacando os elogios que Dom Francisco Expedito Lopes fazia aos latifundiários pelo “cumprimento de sua missão, sobretudo naquilo que concerne ao catecismo e à assistência espiritual (...)” (Idem, ibidem, p. 174), destas regiões marcadas pela violência e exploração dos trabalhadores do campo.

O autor também cita os casos dos padres Barros e Oriel em termos semelhantes ao exposto acima e apresenta outros como o do padre Magno de Godoi que:

Muito vinculados à sua cidade natal, à qual muitas vezes seu horizonte se limitava, não hesitavam, quando necessário, em fazer uso desse vínculo no momento de uma desavença com um ou outro. Em uma carta de justificação endereçada a Dom Expedito, o vigário de Correntes, em conflito com o prefeito da cidade, chama a atenção para sua qualidade de *filho da terra*, permitindo que se supusesse como um defeito do edil o fato de ele não ser originário do local. (Idem, ibidem, p. 176, grifos do autor)

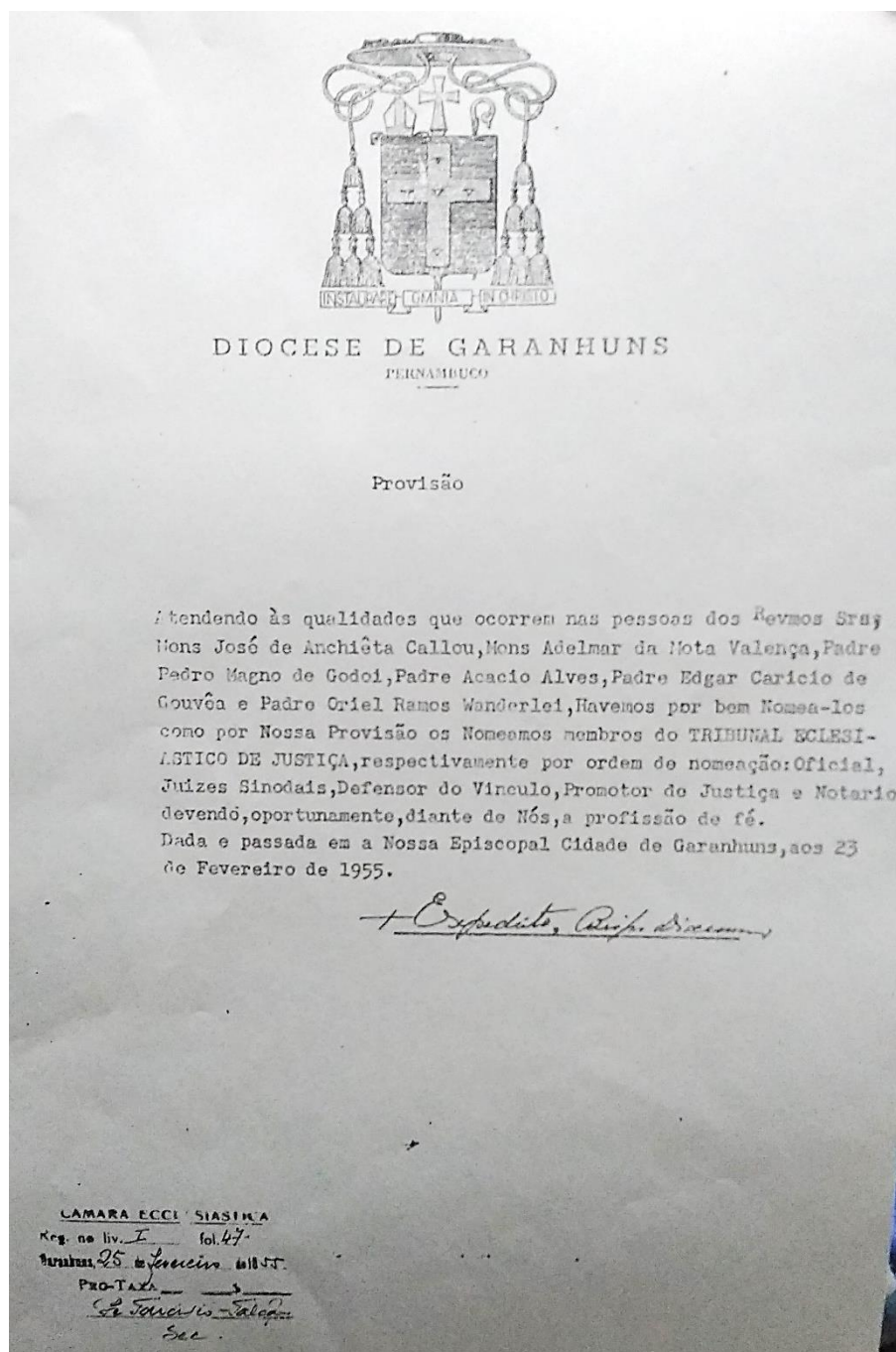
Para tanto o autor destaca que um dos principais problemas enfrentados pelo bispo foram os padres que estavam descumprindo com o celibato e que para descobrir “(...) esses assuntos delicados, percebe-se, ao longo da correspondência, que o bispo dispunha de uma sólida rede de informantes” (Idem, ibidem, p. 181).

Mas, Dom Francisco Expedito Lopes não só monta sólida rede de informantes como também se aproximou mais dos padres que atuavam em Garanhuns, principalmente os que atuavam nos colégios católicos, para lhe auxiliar, como pode ser lido no documento que falava sobre a composição do TRIBUNAL ECLESIASTICO DE JUSTIÇA, como pode ser lido na Figura 16.

A maioria dos padres que foram nomeados pelo bispo para compor o TRIBUNAL ECLESIASTICO DE JUSTIÇA, trabalhavam no jornal *O Monitor* ou no Colégio Diocesano. E não foram também encontrados registros de conflitos entre estes e o bispo, a não ser o padre Oriel Ramos, que não estava satisfeito em ser transferido e argumentava que só aceitaria uma melhor, mais próspera. No entanto ele não deu maiores trabalhos ao bispo.

Isto significa que Dom Francisco Expedito Lopes procurou por mais perto si, dar mais confiança, aqueles padres mais envolvidos na vida intelectual da cidade. Fosse através do ensino ou da imprensa. Demonstrando a valorização que o mesmo dava ao clero que fosse mais ativo na vida social das pessoas, assim como, era uma forma de estimular os demais a seguirem o mesmo exemplo.

Figura 16: TRIBUNAL ECLESIASTICO DE JUSTIÇA



Fonte: Arquivos do Memorial Dom Expedito Lopes

Como podemos ver Dom Francisco Expedito Lopes foi um exemplo de sacerdote da romanização, da neocrisandade. Inclusive em outras de suas cartas circulares o bispo condenava o espiritismo, proibia maçons de serem padrinhos e realizava condenações à “moral da atualidade”. Nem todos os seus subordinados seguiam à mesma trilha de seu bispo. O ponto ápice deste não alinhamento foi o do padre Hosana de Siqueira que chegou à matar seu bispo por ele não lhe ter permitido morar com sua prima e empregada e posteriormente com outra

empregada, visto as diversas acusações que recebia da quebra do celibato de padre Hosana, assim como outras questões de violência como ir armado para missa, (CÉSAR, 2007).

Em 2003 Dom Irineu Roque Scherer, 9º bispo de Garanhuns, reabriu o processo de canonização de Dom Francisco Expedito Lopes feito à pedido do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima. Em 2005 foi encerrado no Brasil o Tribunal Diocesano para canonização de Dom Francisco Expedito Lopes. Em 2006 Dom Irineu Roque Scherer juntamente com o Cardeal Dom José Saraiva Martins, então Prefeito da Congregação da Causa dos Santos, fizeram a entrega em Roma para o Tribunal Diocesano para que o processo de canonização de Dom Francisco Expedito Lopes tenha continuidade. Caso Dom Francisco Expedito Lopes, já nomeado em diversos livros, artigos de jornais e revistas como “o Bispo Mártir de Garanhuns” venha à ser reconhecido oficialmente como mártir pela Igreja Católica seu processo de canonização é acelerado. Desta forma ele se tornará um santo defensor da moralidade e dos bons costumes do clero, para igreja católica. Um elemento bastante simbólico é que o mesmo se encontra enterrado na Catedral de Santo Antônio em Garanhuns.

CAPITULO 2: Educação

2.1. Relações dos Colégios Confessionais de Garanhuns com a Política.

Como o próprio título deste tópico anuncia todos os colégios de Garanhuns, durante o período pesquisado, eram particulares e confessionais. Um era protestante, de linha presbiteriana o Colégio XV de Novembro, neste colégio também funcionavam dois internatos, um feminino e outro masculino, assim como admitia a coeducação, ou seja, admitia garotos e garotas. Por outro lado, os outros dois pertenciam Igreja Católica: Colégio Diocesano de Garanhuns (que pertencia e pertence a rede Salesiana) que não admitia a coeducação e que também tinha um internato masculino, neste somente ensinavam a garotos; enquanto o Colégio Santa Sofia (que pertencia e pertence a rede Damas) somente ensinava a garotas e também tinha um internato para as mesmas.

É necessário compreender que durante a década de 1950 a estrutura educacional brasileira era dividida em quatro níveis básicos e superior, como pode ser visto na Figura 17:

Figura 17: Estrutura Educacional Brasileira Durante a Década de 1950

Estrutura Educacional Brasileira Durante a Década de 1950									
Pré-escola		Escola primária		Ginásio		Colégio		Ensino superior	
Duração	Faixa Etária	Duração	Faixa Etária	Duração	Faixa Etária	Duração	Faixa Etária	Duração	Faixa Etária
3 anos	de 4 a 6 anos	4 anos	de 7 a 10 anos	4 anos	de 11 a 14 anos	3 anos	de 15 a 17 anos	Variável	Após 18 anos

É importante compreender que durante o período pesquisado (década de 1950), somente era obrigatório o ensino primário. E para o ingresso no ensino secundário era necessário realizar uma prova de admissão, além do mais o ensino secundário era dividido em dois ciclos o ginasial e o colegial, o primeiro era composto de um único curso enquanto o segundo compreendia dois cursos paralelos: o curso clássico e o científico, (BRASIL. Lei orgânica do ensino secundário. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.). Segundo a mesma lei em seu Art. 4º:

O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginasial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de

um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; na curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências.

Isso significa que o ensino colegial era uma preparação ao ingresso no ensino superior, como fica claro no mesmo Decreto-Lei em seu Art. 63:

Os exames de licença clássica e os de licença científica revestir-se-ão de caráter oficial. Serão processados nos colégios federais e equiparados e nos estabelecimentos oficiais de ensino superior, que para essa responsabilidade forem indicados por ato do Presidente da República, e prestados perante bancas examinadoras, compostas, sempre que possível, de elementos do magistério oficial e designadas pelo ministro da Educação.

O artigo supracitado também ajuda a compreender a importância dada aos colégios nesta legislação, pois para que uma instituição de ensino pudesse ministrar aulas e emitir diplomas no nível colegial era necessário a sua equiparação aos colégios federais, neste caso a referência era o Colégio Pedro II, que se localizava no Rio de Janeiro (então capital do Brasil). A equiparação, como afirma Kulesza (2011, p. 84) servia: “(...) como instrumento político do poder central para influenciar a educação secundária em todo território nacional.”

Compreendidas estas questões nota-se que estes colégios, principalmente em Garanhuns onde não haviam colégios públicos, eram espaços de formação de uma determinada elite.

Dos três colégios existentes em Garanhuns durante o período pesquisado o primeiro a ser elevado de ginásio para colégio foi o Colégio XV de Novembro, através do Decreto nº 18.453, de 24 de abril de 1945, promulgado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. O antigo Ginásio Diocesano de Garanhuns teve sua elevação ao status de colégio através do Decreto nº 24.283 de 30 de dezembro de 1947, promulgado pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. E o Ginásio Santa Sofia foi elevado pelo decreto nº 25.370, de 16 de agosto de 1948, também promulgado por Eurico Gaspar Dutra.

Para melhor compreender as relações entre estes colégios e a política é necessário analisar as atas da CMVG. Um dado que chama atenção é a quantidade de doações propostas na legislativo municipal e promulgadas pelo executivo (ambos de Garanhuns), destinadas para estas instituições de ensino privadas.

Neste momento política, religião e educação se misturam de forma intrínseca em Garanhuns. Para se ter uma ideia desta influência política começamos pelos colégios confessionais. Há registro que o Colégio Diocesano de Garanhuns vem compondo parte dos quadros políticos deste município desde à década de 1930 como escreve Moraes (2012), que diversos membros do corpo docente, do referido colégio (antigo ginásio), ingressou no movimento integralista, chegando a exercer cargos públicos como vereadores e prefeito.

Também é relevante que segundo informações contidas em Teixeira (2000, 2016) e os dados aqui levantados, todos os prefeitos de Garanhuns, com exceção de dois à três¹²², entre os anos de 1958 a até o fim da escrita deste trabalho¹²³ estudaram no Colégio Diocesano de Garanhuns, ou seja, entre quinze à treze mandatos para prefeito municipal de Garanhuns, somente dois ou quatro não foram exercidos por ex-alunos da referida instituição.

Essas informações são importantes para que se tenha noção do quanto à educação e a religião, principalmente quando estão solidamente ligadas, influenciam profundamente nas questões políticas. E muitas vezes as ações que nascem destas redes de relacionamentos entre a religião, o ensino e a política são constantemente naturalizadas (de forma intencional ou não).

Entre os anos de 1955 e 1958 à Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns concedeu diversas subvenções aos corpos discentes dos colégios: Diocesano, Santa Sofia e XV de Novembro que variaram entre Cr\$ 4.000,00 e Cr\$ 30.000,00 destinadas à “excursões culturais”. Enquanto isto, no mesmo período em que estas subvenções são realizadas, sérios problemas econômicos afligem os trabalhadores de Garanhuns, como no caso denunciado pelo vereador Raimundo de Moraes ao criticar o então prefeito Celso Galvão, por ter mal reassumido¹²⁴:

(...) a Prefeitura já rebaixou os salários dos operários que haviam sido equiparados ao salário mínimo (Cr\$ 40.00 diários) pelo prefeito substituto Sr. Aloisio Souto Pinto. Termina lançando um veemente protesto ao procedimento desumano do Sr. Celso Galvão.

Para ter um ponto de referência do quanto valiam estes valores na época, Cr\$ 30.000,00 foi suficiente para pagar a iluminação de todas as Vilas¹²⁵ que tinham serviço de luz elétrica, como consta na Resolução nº 237 de 20 de agosto de 1955 da CMVG que foi promulgada pelo poder executivo no Ato nº 2061 de agosto de 1955.

A análise comparativa destes dois dados (subvenções para “excursões culturais” e iluminação dos distritos) deixa bastante clara o que os vereadores de Garanhuns tomavam como prioridade.

Para melhor elucidar a situação dos distritos quanto à iluminação vamos analisar a tramitação da solicitação para telegrafar ao Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de

¹²² Não foi possível descobrir se o ex-prefeito Luiz Carlos de Oliveira (eleito em 2001 e reeleito em 2005) estudou no Colégio Diocesano de Garanhuns.

¹²³ O último prefeito que Teixeira (2016) se refere é Izaías Régis que ganha as eleições para prefeito de Garanhuns em 2012 e na últimas eleição de 2016 se reelege, sendo o atual prefeito de Garanhuns. Izaías Régis também é ex-aluno do Colégio Diocesano de Garanhuns.

¹²⁴ Por motivos de saúde o prefeito Celso Galvão tinha se afastado e assumiu a prefeitura o presidente da Câmara, o vereador Aloisio Souto Pinto.

¹²⁵ Na Resolução e Ato citados neste parágrafo os distritos são citados como vilas, porém os termos dentro deste contexto são análogos. Ao decorrer do texto será usado o termo distrito, pois é assim que aparece na maior parte das Atas da CMVG.

Pernambuco, onde o objetivo era pedir que fosse solucionado o problema da iluminação no distrito de São João. Para isso será analisada à 2ª reunião ordinária da 2ª reunião legislativa da CMVG, realizada em 11 de maio de 1955.

Na referida sessão o vereador Pedro de Souza Lima, apela para que seja enviado um telegrama ao Secretário de Viação de Obras Públicas, para solucionar o caso da iluminação do distrito de São João, por encontrar-se completamente no escuro. O vereador Uzze Canuto apoiou em sua solicitação através de discurso, porém o próximo que utilizou da palavra foi o vereador Fausto Souto Maior que discordando do vereador Pedro de Souza Lima e Uzze Canuto: “referiu-se ao benefícios prestados pelo deputado Elpidio Branco aos distritos de Garanhuns, com relação a sua iluminação.”¹²⁶ Quando termina seu discurso o vereador Raimundo de Moraes pede a palavra e comenta:

(...) dizendo que o caso não foi resolvido por falta do cumprimento do dever dos poderes constituídos e contínua falta de boa vontade do Sr. Secretario de Viação (...) No decorrer desta discussão surgiram apartes do vereador Luiz Pereira Junior que disse: se a prefeitura pagar os atrasados a empresa de São João, o gerente dos Serviços de Agua e Luz de Garanhuns, se compromete a sanar o mal; o vereador Pedro Lima diz que o Prefeito adiantara quatro meses da contribuição; o vereador João de Assis Moreno diz que não está de todo as escuras porque ele juntamente com a Associação Atlética de São João estão mantendo acesas quinze lâmpadas na rua principal; o vereador Antonio de Pontes afirma que o caso não foi ainda resolvido por falta de uma ordem do Secretario de Viação (...).¹²⁷

Quando posto em votação, o envio do telegrama foi aprovado por maioria.

Tendo uma compreensão elementar das prioridades e tensões existentes na CMVG, neste período pré-eleitoral, é importante atinar que não somente como as subvenções estavam emaranhadas as relações entre a política municipal de Garanhuns e os colégios confessionais. Um exemplo é quando no dia 12 de outubro de 1955 o vereador Raimundo de Moraes tece elogios ao diretor do Colégio Diocesano de Garanhuns, monsenhor Ademar da Mota Valença, e se refere as comemorações do aniversário da referida instituição e por sugestão do vereador Antonio de Andrade Melo:

(...) endossada pelo vereador Uzze Canuto, é aprovada pelo plenário a ida de uma comissão desta Câmara levar pessoalmente a satisfação da Casa ao Monsenhor Valença. Por esse motivo o sr. Presidente levanta a presente Reunião marcando outra para o dia seguinte, no local e horário de costume.¹²⁸

Além de homenagear monsenhor Ademar da Mota Valença os vereadores suspendem seus trabalhos para comparecer as festividades do Colégio Diocesano de Garanhuns.

¹²⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 36.

¹²⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 36, 37.

¹²⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 122.

Com relação ao Colégio Santa Sofia, mesmo que esse não fornecesse quadros políticos¹²⁹ em Garanhuns, era desta instituição que vinham à maioria das professoras do município. Outro dado que não pode ser desconsiderado é que o governo municipal só fornecia o ensino primário, pois não havia um colégio público na cidade, nem discussões acerca da construção, sequer, de um ginásio até o ano de 1957. Todo corpo docente das escolas urbanas e rurais no ano de 1955 era composto somente por mulheres¹³⁰.

Neste período não era permitido que os analfabetos votassem¹³¹, o que implicava uma distinção política dentro da sociedade por parte daqueles/as que eram alfabetizados/as. O próprio vereador Raimundo de Moraes na 14ª reunião ordinária da 3ª sessão Legislativa, realizada em 29 de agosto de 1957, faz comentários neste sentido quando se utiliza da tribuna para criticar o projeto do deputado federal Armando Falcão que objetivava ceder aos analfabetos o direito de votar. Nas palavras de Raimundo de Moraes:

(...) esta pretensão era um atentado a consciencia cívica da nacionalidade, salientando que diante disso não valia mais a pena se fazer o sacrificio de educar nossos filhos, uma vez que os analfabetos tem o mesmo direito que os alfabetizados. Ressaltou o perigo para a democracia que ora estavam vivendo, quando aparecia projetos desta natureza por aqueles que tinham o dever de zelar pelo aprimoramento dos regimens democráticos.¹³²

Esta foi uma das poucas ocasiões em que o vereador Fausto Souto Maior concordou, mesmo que parcialmente, com um projeto proveniente do vereador Raimundo de Moraes, pois:

(...) embora salientando que sendo aquele projeto apresentado na alta Câmara pelo Vice-Lider do P.S.D., partido a que pertencia nesta Casa, e para ser politico partidario não podia fazer uma manifestação direta neste sentido. Por isso a bancada do P.S.D., estava de acordo que constasse o protesto, ficando apenas nesta Casa. Em aparte o vereador Petronio Fernandes, pronunciou-se contrario, manifestando a sua repulsa ao projeto Armando Falcão.¹³³

¹²⁹ No período pesquisado (1955 à 1958), nenhuma mulher se candidatou em eleições no município de Garanhuns.

¹³⁰ Infelizmente os arquivos da prefeitura municipal de Garanhuns se encontram desfalcados entre os anos de 1952 e 1963 (fora outros períodos que não foi possível realizar levantamento) se encontram apenas os Atos de nº 1969 à 2131 que vão de 5 de janeiro de 1955 (pelo final da gestão de Celso Galvão) até 31 de dezembro de 1955 (período inicial do governo de Francisco Figueira). Nos Atos que tive acesso não houve nenhum homem nomeado para professor de Cadeira Urbana ou Rural, apenas mulheres. É importante ressaltar que diferente dos arquivos da Câmara Municipal de Garanhuns, onde seguindo os trâmites legais para ter acesso não encontrei nenhuma dificuldade, o mesmo não ocorreu nos arquivos da prefeitura. Procedendo dentro de todas as normas legais e burocráticas (assim como feito na Câmara), meu acesso aos arquivos da prefeitura foi bastante dificultado, todo levantamento que fiz nos arquivos da prefeitura fiz em um único dia, pois das outras vezes que voltei não mais tive acesso, mesmo estando dentro das normas legais.

¹³¹ Somente com a Constituição de 1988 os analfabetos obtém o direito de votar, embora que facultativo como o é para maiores de 70 anos. Mas manteve-os inelegíveis e inalistáveis, como nas constituições anteriores.

¹³² Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 90, 91.

¹³³ Idem, ibidem, p. 90, 91.

No entanto, o vereador Fausto Souto Maior não conseguiu o apoio de sua bancada para manter o protesto da CMVG somente dentro dela e o requerimento em protesto ao projeto do deputado Armando Falcão foi aprovado por maioria e enviado à Câmara dos Deputados.

Agora uma questão a se perguntar é: como os vereadores de Garanhuns poderiam conseguir apoio político do Colégio Santa Sofia e consequentemente de suas alunas e futuras professoras? Além de aprovar petição das alunas do curso pedagógico e de contabilidade do referido colégio, no valor de “Cr\$ 10.000,00, para financiar uma excursão cultural a Capital do Rio Grande do Norte”¹³⁴ que é aprovada com extrema agilidade, pois esta petição chega à CMVG no dia 22 de agosto de 1956 e é aprovada no dia 31 de agosto de 1956. Ou à aprovação de Cr\$ 30.000,00 para outra “excursão cultural”, desta vez para Fortaleza, a ser realizada pelas alunas do curso de contabilidade do Colégio Santa Sofia. Embora que esta petição tenha tido alguma resistência por parte do vereador Raimundo de Moraes, ao argumentar que “(...) esta Casa, concedendo o pleiteado estava abrindo um precedente para surgir outros pedidos desta natureza (...)”¹³⁵ e “que estas excursões que se diziam cultural, não passavam de passeios de turismo a custa da Prefeitura.”¹³⁶ Porém Raimundo de Moraes é apartado pelos vereadores:

(...)Antonio Sarmiento de Pontes, Uzaze Canuto que se manifestou favorável ao parecer, salientando que o vereador Raimundo de Moraes, pelo seu zelo no erário público, tinha escurecido a finalidade do Projeto em discussão. Ressaltou que estas excursões culturais estudantis, faziam parte do moderno programa pedagógico, e tinham especial importância na formação cultural da juventude.¹³⁷

No final desta que tinha sido à primeira discussão, foi aprovado por maioria. Esta petição também foi votada com agilidade, tendo sua aprovação no dia 29 de maio de 1957. Não vamos entrar em detalhes, mas em 28 de maio de 1957 também foi aprovada outra petição das alunas do curso de contabilidade e do pedagógico do Colégio Santa Sofia destinado à uma “excursão cultural” no valor de Cr\$ 30.000,00, desta vez destinada ao Rio de Janeiro.¹³⁸

Além destas subvenções destinadas à “excursões culturais” houve uma ampla discussão quanto à doação de um terreno pertencente ao patrimônio municipal, medindo 22 por 103 metros quadrados, numa das áreas mais valorizadas do centro da cidade, que a Câmara tinha autorizado ao poder executivo doar para o Colégio Santa Sofia através da resolução nº 46 de 10 de julho de 1953, mas que o poder executivo não tinha promulgado.

¹³⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 71.

¹³⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 11.

¹³⁶ Idem, ibidem, p. 11.

¹³⁷ Idem, ibidem, p. 11.

¹³⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1958, p. 112.

Para entender melhor vamos a ata da 7ª reunião legislativa da 2ª sessão ordinária da CMVG, realizada no dia 18 de maio de 1955. O vereador Alvaro Brasileiro¹³⁹ diz que em 1954 a madre superiora do Santa Sofia, Maria Pia, tinha requerido a CMVG o terreno supracitado, mas antes tendo entrado em acordo com o prefeito, para construir uma escola de agricultura.

Na referida escola estudariam as alunas do município. Porém a escola não é construída e o prefeito veta a doação feita pela câmara. Este veto do prefeito gerou críticas dos vereadores. Quando o projeto retorna a CMVG, o presidente da casa fez cair o veto. Segundo o vereador Alvaro Brasilerio o prefeito “negou-se a assinar a escritura do referido terreno e agora procura no sigilo conquistar a simpatia de alguns vereadores e quer construir, no referido terreno uma escola de corte e costura e uma Biblioteca Pública.”¹⁴⁰ O que gera revolta no citado vereador que continua seu discurso: “não é possível que treze homens, posso dizer independentes, baixem a cabeça diante de tal desmoralização. Se for necessario, darei os meus subsidios para custear um advogado para que as desmoralizações da Câmara pelo Prefeito não se reproduzam.” E neste momento o vereador Murilo d’Amorim diz que também doará os seus subsidios para tal fim.

É relevante analisar as razões da revolta dos vereadores supracitados, por conta do veto do prefeito à doação do terreno, numa das áreas mais caras do município. Para isso vamos ao dia 18 de maio de 1955 onde os debates acerca deste assunto continuam na 7ª reunião legislativa da 2ª sessão ordinária da CMVG.

Novamente em discussão a doação do terreno, na sessão de 18 de maio de 1955, Raimundo de Moraes utiliza-se da tribuna: “(...) fazendo-lhe ciente do interesse desta Casa de não permir a consumação de um fato que somente tem por finalidade desmoralizar uma resolução desta Câmara”¹⁴¹ O vereador Fausto Souto Maior concorda com Raimundo de Moraes e também sobre este caso diz: “A meu ver o prefeito não podia nem pode deixar de doar esse terreno. O que me estarrece é que o Prefeito quando muito, podia não executar, mas, vai alem quer se apoderar para construir.”¹⁴²

Depois o vereador Antonio de Andrade diz que, já tinha sido remetido ofício ao prefeito sobre este tema e por isso pediu o adiamento da votação até que o prefeito se pronuncie, no que foi aceito. Porém o vereador Uzaze Canuto diz que já tinha sido firmado um acordo entre o prefeito e o presidente da CMVG, no qual o prefeito tinha se comprometido doar o

¹³⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1958, p. 33, 34.

¹⁴⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1958, p. 33, 34.

¹⁴¹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 49

¹⁴² Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 50

terreno, por estes motivos ressalta Uzaze Canuto: “(...) não acredito no que o Prefeito diz, nem falando e nem escrevendo.”¹⁴³ e sugere um protesto da câmara ao prefeito, na forma de uma moção de solidariedade à madre superiora do Colégio Santa Sofia. E novamente o vereador Antonio de Andrade sugere que se acione a justiça, enquanto o vereador João de Assim Moreno sugere que a Câmara agisse antes do prefeito.

No dia seguinte, 23 de maio de 1955, na 10ª reunião legislativa da 2ª sessão ordinária da CMVG as discussões continuam quando o vereador Raimundo de Moraes se refere ao pedido de informação do vereador Alvaro Brasileiro. Diz Raimundo de Moraes:

(...) requero da mesa que seja votado o meu requerimento que ficou em pauta motivado por um requerimento de autoria do vereador Antonio de Andrade no sentido, de que se fosse deliberado qualquer coisa a respeito do mesmo quando o Prefeito se pronunciasse em torno do caso, o que não fez ate o presente momento.¹⁴⁴

O vereador João de Assis Moreno: “diz que o Prefeito não vai responder o requerimento. Indo a sua casa fiz ver o S. Excia que a Câmara estava desgostosa com a sua atitude. Ele respondeu que não podia da porque o terreno está valendo mais de duzentos mil cruzeiros.”¹⁴⁵ Assim o presidente da Câmara pede a palavra e explica o ponto de vista do prefeito, porém não consta em atas qual é este ponto de vista. Logo após o vereador Uzaze Canuto que argumenta: “(...) o Prefeito no principio negou dizendo que queria o terreno para fazer um curral de animais, depois, quando vetou, disse que era para fazer a escola Maria Digna.”¹⁴⁶ Quando intervem o vereador Raimundo de Moraes retificando o nome da escola, Antonieta Magalhães. Com isto o vereador Fausto Souto Maior pede vistas na lei que doou o terreno, enquanto o vereador Antonio de Andrade se posiciona contra o requerimento de Raimundo de Moraes (que pedia para adiantar a votação), pois desejava que tal só fosse votado quando o pedido de informações de Alvaro Brasileiro fosse respondido pelo prefeito, para tanto já tinha ficado claro que o prefeito não desejava responder.

A espera da resposta do prefeito sobre esta questão era uma forma de postergar a aprovação da doação. Por isto o vereador Antonio de Andrade exige o registror de seu voto contrário. Ainda tratando deste caso, Uzaze Canuto depois de pedir vistas no documento:

(...) diz que esta Casa não permite a consumação de um fato que vem desmoralizar este Poder porque dar a entender que a Câmara vai proibir. Causaria admiração eu ficar defendendo um Colegio de orientação religiosa diferente da minha, só defendo porque estou reparando a dignidade da Casa, outra não seria a atitude de um representante do povo. (...) O Prefeito católico que é não exista em contrariando a justiça desrespeitando as decisões desta Casa, se insurge contra um Colégio Católico. O que não fariam com o colegio que eu sou professor. Não estou me contemporizando

¹⁴³ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 50

¹⁴⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 55

¹⁴⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 55

¹⁴⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 55.

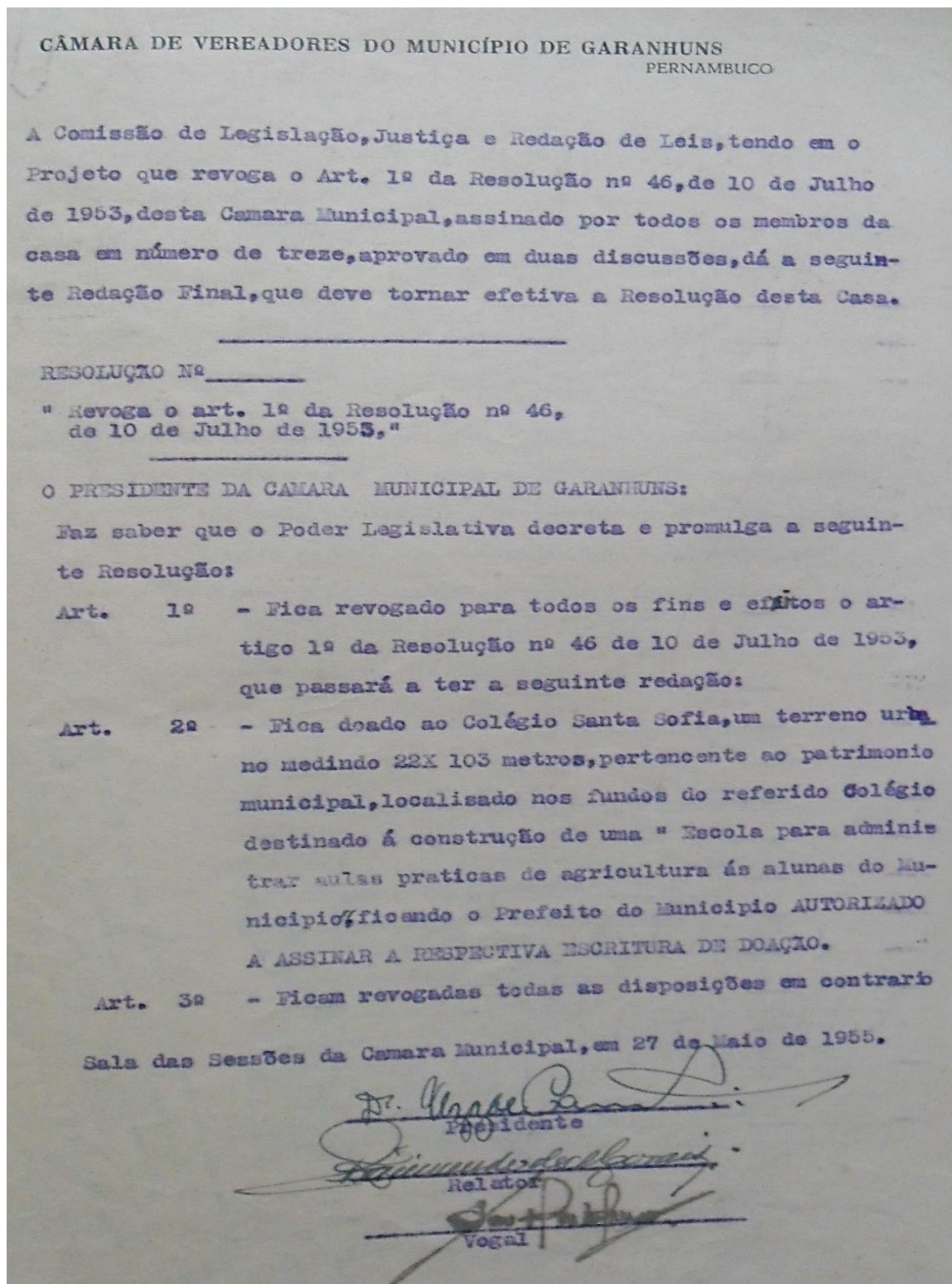
com o mal. Não estou vendo um caso religioso, estou defendendo a atuação desta Casa. Quero que fique patente meu protesto contra o Prefeito que se insurge contra um colegio que tantos beneficios tem prestados a Garanhuns. Estou contra os argumentos facciosos do Prefeito concluindo relata mais uma vez como o Prefeito agiu para negar o referido terreno e se refere a atitude do Prefeito excusando-se assinar a escritura dizendo que vai reunir os vereador amigos a cochichar no ouvido de cada um, querendo desmoralizar os vereadores. Com a palavra, o vereador Pedro de Souza Lima diz que sempre defendeu o Sr. Prefeito naquilo que julgou ser justo, porém, no caso presente, não posso deixar de protestar contra esta atitude, foi contra o veto. Referindo-se aos cochichos, não se enquadra a nenhum vereador, porque ele não tem propriamente amigos. No caso presente eu estou aqui com o meu protesto e não será de minha parte que terá apoio, por julgar igualmente como os outros acho que se quer fazer. (...) ¹⁴⁷

O vereador Uzaze Canuto faz questão de dizer que não é católico, mas sim protestante, assim como, tenta através do discurso afirmar que este não se trata de um caso religioso, ao mesmo tempo que tece críticas ao prefeito por ser católico e estar se insurgindo “contra um Colégio Católico”. Uzaze Canuto também afirma que o prefeito não faria isso com o colégio em que ele trabalhava, justamente por ser protestante ¹⁴⁸. Mesmo com todos os apartes, pedidos de vistas nos requerimentos e sugestões do prefeito, para construir escolas ou alguma instituição pública naquele terreno estipulado em mais de Cr\$ 200.000,00 a força da Igreja Católica e deste colégio em específico era tal que o prefeito não conseguiu apoio sequer de um vereador, porque mesmo com amplo debate sobre a doação do terreno, ela acabou aprovada por unanimidade na 12ª reunião legislativa da 2ª sessão ordinária da CMVG, realizada no dia 27 de maio de 1955. A redação ficou como pode ser lida na Figura 18:

¹⁴⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 57.

¹⁴⁸ Uzaze Canuto era professor do Colégio XV de Novembro, instituição privada pertencente à congregação Presbiteriana.

Figura 18: Página 03 da Resolução Nº 96/1955



Fonte: Arquivos da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns

Em 1957 Raimundo de Moraes sugere aos demais vereadores que a referida doação seja desfeita, porque o Colégio Santa Sofia não construiu a escola para a qual o terreno tinha sido doado, mas a mãe superiora envia ofício para Câmara alegando que a escola não foi

construída porque não necessitava de construção, visto que as aulas se dariam ao ar livre, convencendo assim os vereadores e mantendo a doação do terreno.

Com relação ao Colégio XV de Novembro, em 11 de outubro de 1956 chega a CMVG uma petição do diretor (Jule Spach) da referida instituição, pedindo uma subvenção de Cr\$ 10.000,00 também destinada a uma “excussão cultural” de seus discentes. Um dia depois já tinha sido aprovado por unanimidade em segunda e última votação. Novamente consta-se a celeridade para este tipo de subvenção.

Porém os vereadores de Garanhuns eram mais complacentes com os colégios católicos do que com o protestante. A primeira situação aqui posta em evidência é uma homenagem que o vereador Geraldo de Freitas Calado apresenta, através de quereimento na 7ª Sessão Extraordinária da CMVG, realizada em 11 de dezembro de 1956. A referida homenagem era destianda aos “concluintes dos cursos de Contabilidade e Professoras dos Colegios Diocesano e Sta. Sofia, desta cidade, dando-se ciencia desta decisão às famílias dos mesmos.”¹⁴⁹

Quando o requerimento foi posto em discussão o vereador Raimundo de Moraes, apresenta uma emenda, que extendia a homenagem aos: “(...) concluintes do Colegio 15 de Novembro e da Escola de Corte, Costura e Bordados, Antonieta Magalhães”.

O requerimento de homenagem, assim como sua emenda foram aprovadas. Contudo seria um erro deixar de perceber que o projeto original não incluía os/as discentes do Colégio XV de Novembro e da Escola de Corte, Costura e Bordados, Antonieta Magalhães.

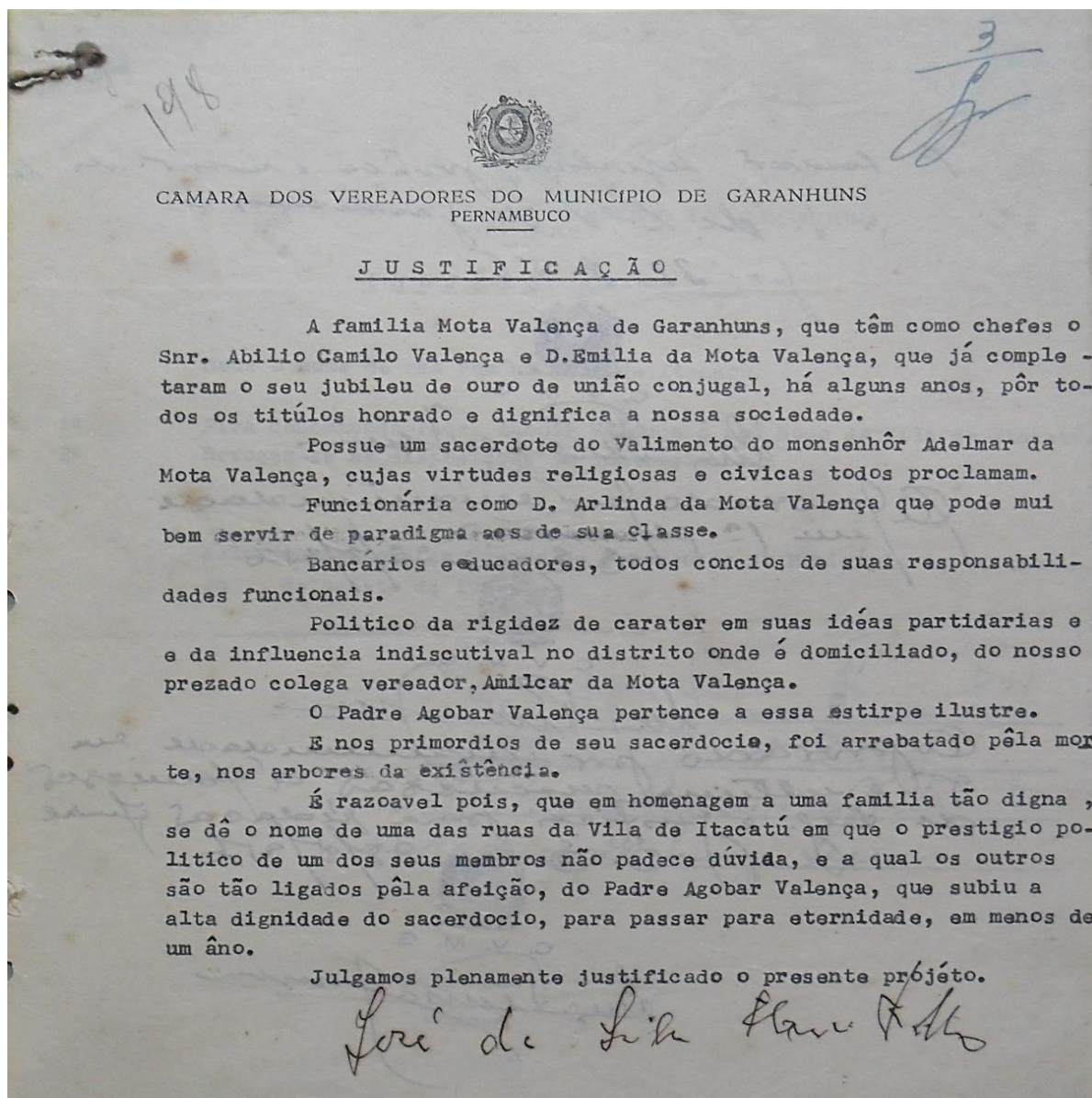
A realização destas homenagens, inclusive comunicando-se a cada família, pode ser interpretada como uma forma de estreitar laços políticos diretamente com os/as eleitores/as, compreendendo-se que nesta época analfabetos/as não votavam.

Outro dado relevante é que os diretores do Colégio XV de Novembro são citados nominalmente nos Livros de Ata da CMGV entre os anos de 1955 até 1958 em apenas uma sessão por conta do aniversário da referida instituição de ensino. Em contrapartida as diretoras do Colégio Santa Sofia e o Diretor do Colégio Diocesano além de serem citados nominalmente são homenageados, principalmente o diretor do último colégio citado, Mons. Ademar da Mota Valença, não uma única vez e sim diversas.

Homenagens institucionais, principalmente a pessoas físicas, podem ser uma forma de rastrear redes de sólidos relacionamentos, inclusive em bases familiares, como pode ser analisado no caso da nomeação de rua em homenagem ao padre Agobar Valença, vide a Figura 16.

¹⁴⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 134.

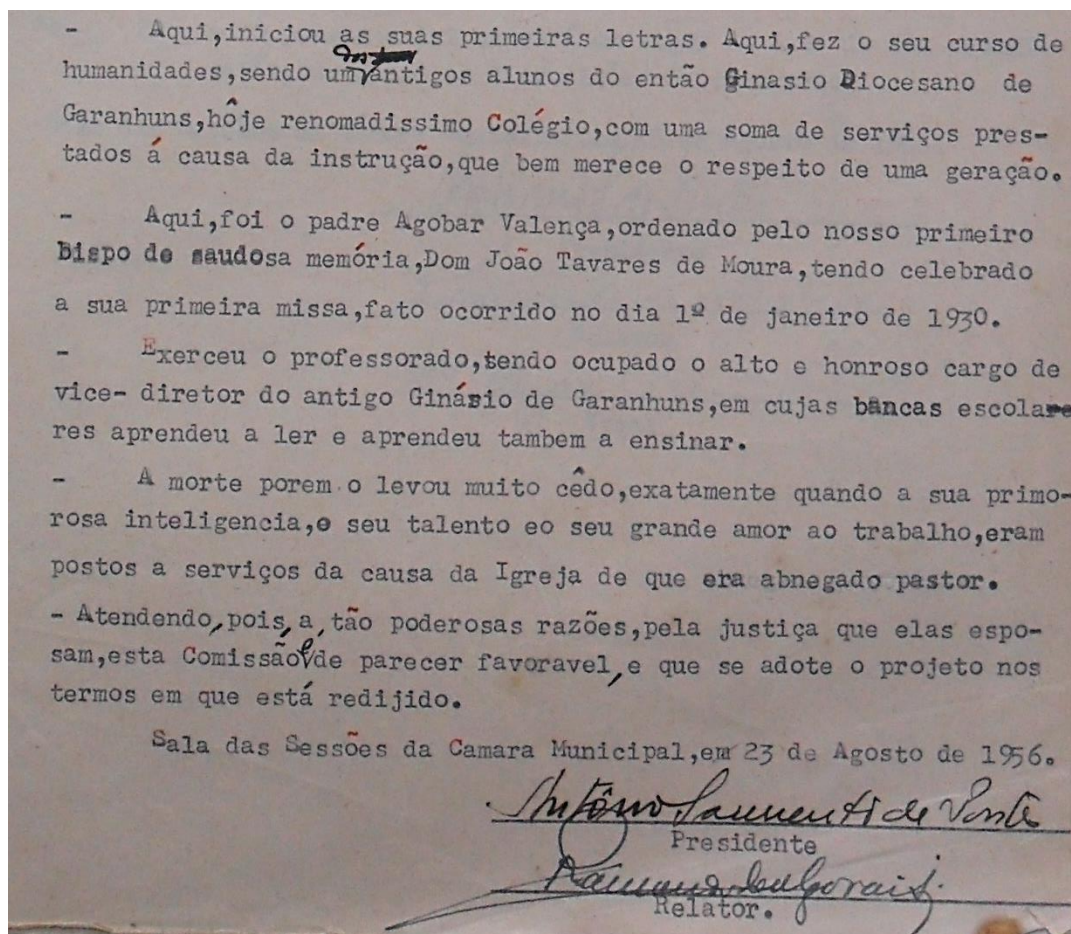
Figura 19: RESOLUÇÃO Nº 198/1956



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns

Como pode ser lido na Figura 19, a família Valença não somente tinha uma ampla rede de influência que se ramificava desde o clero, passando pelo setor educacional e jurídico, como também tal rede era exaltada pelos vereadores de Garanhuns. Embora a homenagem seja feita ao padre Agobar Valença ela também é destinada à toda família, ao Colégio Diocesano e à Igreja Católica, para isso leia-se um trecho do parecer:

Figura 20: PARECER da RESOLUÇÃO Nº 198/1956



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns

Como pode ser lido na Figura 20 é clara à exaltação feita à Igreja Católica e ao Ginásio de Garanhuns (que no período em que o parecer foi redigido já era Colégio Diocesano). Com estes dados já podemos ter uma noção de como eram construídas as relações de poder existentes entre a Igreja Católica e a política.

2.2. As Bolsas Escolares.

Logo quando assumiu a Diocese de Garanhuns (em 1955), uma das primeiras ações com que Dom Francisco Expedito Lopes se preocupou foi com a organização da Obra Filial da Pontifícia Obra das Vocações Sacerdotais (OVS), que tinha por finalidade a formação de novos membros do clero, leia-se alguns trechos de seu estatuto:

CAPÍTULO I FINS

Art. 1º - A Obra Diocesana das Vocações Sacerdotais filiada à Pontifícia Obra do mesmo nome, instituída em Roma pelo S. Padre Pio XII, tem por fim:

a) difundir em meio as famílias e classes sociais o interesse pelas vocações sacerdotais, divulgando o verdadeiro conhecimento da dignidade e necessidade do sacerdócio católico;

b) promover perene cruzada de orações, boas obras e sacrifícios pelo florescimento das vocações sacerdotais e santificação do clero;

c) angariar recursos financeiros para manutenção dos seminaristas pobres e prosseguimento das obras do Seminário Diocesano.

Art. 2º - A Obra das Vocações Sacerdotais (O.V.S.) é de instituição obrigatória em tôdas as Matrizes e Capelas desta Diocese, e sumamente desejada nos estabelecimentos de educação.

(...)

CAPÍTULO II DIREÇÃO

Art. 4º - A O.V.S. é dirigida em toda Diocese por um Conselho Diocesano, que funciona na sede Episcopal, sob a presidência do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, e consta de um Diretor, um Secretário e um Tesoureiro, bem como do Reitor,

(...)

CAPÍTULO III SÓCIOS E SUAS CATEGORIAS

Art. 12º - Podem ser sócios da O.V.S. todos os católicos de qualquer sexo ou idade.

Art. 13º - Os sócios são assim classificados:

a) *Efetivos* – os que contribuirão mensalmente para a O.V.S. com a oferta mínima de um cruzeiro (Cr\$ 1,00);

b) *Zeladores* – que se comprometendo rezar diariamente a “oração pelo Clero”, alistam 20 sócios efetivos e arrecadam as suas contribuições mensais;

c) *Benfeitores* – os que contribuirão com donativos mensais não inferiores a dez cruzeiros (Cr. 10,00), para o Seminário;

d) *Beneméritos* – os que prestam anualmente um auxílio de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00), para o Seminário;

e) *Perpétuos* – os que constituem uma Bolsa de estudos para um Seminarista pobre, no valor de cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00). Tais sócios têm direito a escolher o nome para a Bolsa que fundaram e a O.V.S. se compromete a lhes sufragar a alma com um trintário de Missas chamadas Gregorianas.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º - Todos os Centros da O.V.S. reunir-se-ão uma vez por mês, possivelmente no “Sábado do Sacerdote”, afim de tratarem dos interesses espirituais e materiais da referida Obra.

Art. 15º - Anualmente, no último domingo de maio, será celebrado o Dia Nacional das Vocações, precedido de um tríduo de pregações e orações; realizando-se também naquele dia uma Assembléia Geral da O.V.S., com o comparecimento de maior número possível de sócios e simpatizantes. Por essa ocasião o Diretor Diocesano apresentará o Relatório anual das atividades da Obra e entregará a bandeira da O.V.S. ao Centro “Campeão”, que a conservará enquanto não fôr por outro sobrepujado.

(...)

Art. 17º - Cada Paróquia deverá envidar todos os esforços no sentido de constituir, quanto antes, uma BOLSA DE ESTUDOS, de fundação perpétua, intitulada com o nome de seu próprio Padroeiro.

CAPÍTULO V FAVORES E VANTAGENS ESPIRITUAIS

Art. 18º - Mensalmente em tôdas as Paróquias, no “Sábado do Sacerdote”, será celebrada, às expensas do próprio Centro, uma missa por todos os sócios e benfeitores da O.V.S. da Paróquia.

Art. 19º - Diariamente os Seminaristas rezarão uma dezena do Terço e mensalmente oferecerão a Santa Missa e a Comunhão por todos os membros da O.S.V. – Os Sacerdotes formados com os auxílios da O.V.S. celebrarão no primeiro ano de sacerdócio dez Santas Missas pelos sócios, sendo cinco pelos vivos e as outras pelos mortos.

Art. 20º - Todos os sócios, observadas as devidas condições, poderão lucrar as indulgências e favores espirituais concedidos pelos Sumos Pontífices, de conformidade com o elenco em anexo.

Dados e passados nesta Nossa cidade e Cúria Diocesana de Garanhuns, aos dezenove dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e cinco.

† **Expedito, Bispo Diocesano**¹⁵⁰

Ao analisar os artigos: 13º, 17º, 18º, 19º e 20º consta-se uma hierarquização dos membros da OVS de acordo com à quantidade de dinheiro doado. Além do levantamento financeiro realizado para formação de um novo clero as OVS também serviam como um meio de elevar o prestígio de determinados membros da comunidade católica, de forma bastante prática, ao cita-los nominalmente em missas.

De grande relevância também era o fato de que o nome da Bolsa de Estudos para seminaristas pobres, segundo o estatuto de *fundação perpétua*, ficaria à critério do doador dos Cr\$ 50.000,00 e caso este não se pronunciasse à respeito a bolsa receberia seu nome. Não somente neste ponto do estatuto é estabelecida uma relação entre os seminaristas e futuros padres, com seus patrocinadores, pois de acordo com o artigo 20º os sócios poderiam “lucrar as indulgências e favores espirituais concedidos pelos Sumos Pontífices, de conformidade com o elenco em anexo”, ou seja, quem mais desse dinheiro maior seria seu prestígio dentro de determinadas comunidades católicas, desta forma transformando tais doações em capital político¹⁵¹.

Levando em consideração o que exposto acima é relevante constatar que somente no dia 19 de outubro de 1956 o vereador Geraldo Calado apresentou as seguintes emendas ao orçamento de 1957 para Comissão de Fazenda e Orçamento da CMVG:

a) “40 bolsas Escolares subvencionadas pela Prefeitura na importância de Cr\$ 87.5000,00”, como aqui já foi levantado somente existiam três colégios (todos confessionais sendo dois católicos e um protestante) no município de Garanhuns. Do mesmo modo não se pode deixar de atentar para o fato da inexistência da especificação das instituições as quais seriam destinadas estas bolsas e quantas bolsas cada uma iria receber, caso mais de uma tenha recebido;

b) a Campanha Pro Alfabetização das Crianças Pobres de Garanhuns (organizado pela Diocese de Garanhuns) no valor de “Cr\$ 24.000,00”;

¹⁵⁰ Arquivo do Memorial Dom Expedito Lopes: **ESTATUTOS DA Obra Filial da Pontifícia Obra DAS Vocações Sacerdotais NA DIOCESE DE GARANHUNS** 1955. (grifos do autor).

¹⁵¹ Segundo Bourdieu (2009, p. 187 e 188) “O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem.”

c) ao Centro São Geraldo Calado (também sob jurisdição da Diocese de Garanhuns)
 “a importância de Cr\$ 12.000,00, anuais”¹⁵²

Todos estes valores são aprovados pela Comissão de Fazenda e Orçamento da CMVG e algumas questões com relação a educação são levantadas pelo vereador Uzze Canuto, a primeira delas é referente as mensalidades dos colégios particulares de Garanhuns:

(...) que deixa sobremodo os menos favorecidos na impossibilidade de poder manter a sua educação e a de seus filhos. Adiantou que observava a permanência do povo neste sentido, sem se poder dar uma solução especialmente nesta cidade, dotada de tantos colégios como é: no entanto, com o preço atual do ensino, a classe média se via em grandes dificuldades para educar seus filhos, e a classe pobre nem se falava.

Percebendo estas questões o vereador Uzze Canuto novamente traz à tona os problemas referentes a educação em Garanhuns, na 8ª reunião ordinária da CMVG, realizada em 19 de fevereiro de 1957, quando argumenta que as bolsas fornecidas pelo prefeito Francisco Figueira são uma forma de amenizar estas dificuldades, mas que só se teria uma resolução efetiva quando fosse criado um Ginásio Municipal e:

(...) lembrou que muitas cidades por aí tem o seu ginásio, e esta possibilidade era portanto a maneira mais fácil de poder melhorar esta triste situação, terminou frisando que esta Casa tinha o dever de tudo fazer neste sentido, para ser possível que antes do Sr. Prefeito concluir seu mandato tenha dotado nossa cidade deste importante melhoramento.¹⁵³

O vereador Raimundo de Moraes dá todo o apoio a Uzze Canuto, salientando sobre a imperiosa necessidade de ser instalado um Ginásio Municipal em Garanhuns e cita Caruaru como exemplo ao dizer que há anos já se mantém uma instituição desta, porém não deixa de salientar: “a maneira caridosa que todos eles procuram fazer para atender os menos favorecidos desta cidade, especialmente o Monsenhor Ademar Valença e o Diretor do Colégio 15 de Novembro.”¹⁵⁴ O vereador Fausto Souto Maior também apoia esta iniciativa, mas a fala do vereador Elias de Barros é singular:

(...) que no orçamento vigente tinham sido incluído 40 bolsas escolares que naturalmente era alguma coisa, e que no próximo ano se poderia duplicar esta importância (...).Adiantou que num Município como o nosso que provavelmente se arrecadará no correto ano quantia aproximadamente dos vinte milhões, uma iniciativa que tornasse possível a fundação de um ginásio municipal, não era impossível, tudo era questão de boa vontade e iniciativa.¹⁵⁵

Elias de Barros propõe que sejam duplicadas o número de bolsas ao mesmo tempo que se manifesta favorável à construção de um Ginásio Municipal.

¹⁵² Todos estes valores foram retirados dos Arquivos da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 116, 117, 118. A referida ata é a da 8ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns, realizada em 19 de outubro de 1956.

¹⁵³ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 161, 162.

¹⁵⁴ Idem, ibidem, p. 161, 162.

¹⁵⁵ Idem, ibidem, p. 161, 162.

Na 4ª reunião ordinária da CMVG realizada, no dia 14 de agosto de 1957, o vereador Uzaze Canuto volta à se pronunciar acerca da criação do Ginásio Municipal:

(...) salientando as dificuldades que as classes menos favorecidas tinha de lutar para educar a sua família. (...). Frizou que atualmente, estas tinham de lutar para conseguir, uma bolsa escolar, coisa esta que nem todos conseguiam, e quando conseguiam, muitos tinham de sofrer até humilhações. Citou como exemplo um Educandário desta Cidade, o Colégio 15 de Novembro, que aproveitava esta condição para obrigar o bolsista até a trabalhar de enxada em seus serviços particulares, tendo para isto o orador chamado a atenção de seus pares. Adiantou ainda o orador, sem citar nome que ainda existia outro Educandário nesta cidade, por sinal, dirigidos por estrangeiros, que até se arvoravam de designar qual era os dias feriados que devia respeitar. Ressaltou que diante de tudo isso, era portanto mais um motivo para termos um Ginásio Municipal, conforme já existem em outras cidades deste Estado.¹⁵⁶

Infelizmente não há referência qual seria este outro colégio, porém os únicos colégios existentes em Garanhuns nesta época era o Colégio XV de Novembro (que era administrado por estadunidenses) e aqueles sob os cuidados de instituições católicas. Provavelmente o vereador Uzaze Canuto não tenha dito o nome da outra instituição por ser pastor protestante e professor do Colégio XV de Novembro, assim evitando uma querela religiosa¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Idem, ibidem, p.56, 57.

¹⁵⁷ No ano de 1956 a Igreja Presbiteriana Fundamentalista Brasileira (IPFB), excomungou e depôs de seus respectivos presbitérios: “(...) os Revs. Dr. Israel Furtado Gueiros, Prof. Ageu Vieira, Prof. Uzaze Canuto, Francisco Gueiros e Antônio Carvalho” (SOUZA DE MATOS, Alderi. *TRECHOS DA HISTÓRIA DA IGREJA PRESBITERIANA FUNDAMENTALISTA DO BRASIL IPFB*) Todos os citados trabalharam no Colégio XV de Novembro. O fato de Uzaze Canuto ter sido excomungado e deposto de seu presbitério pode ter sido influenciado pelas críticas que ele tecia ao colégio que trabalhava, outra possibilidade é o inverso: por conta das críticas e denúncias que o referido fez ao colégio ele foi excomungado e deposto de seu presbitério, uma terceira possibilidade que aqui levantada são os posicionamentos de Uzaze Canuto na CMVG. Mas estas são somente possibilidades explicativas, pois para uma maior proximidade com a verossimilhança é necessário uma pesquisa mais aprofundada, sobre este caso. No entanto a obra de Vilela (2015) é de suma importância para compreender os mecanismos da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), principalmente em suas relações com a política durante os anos de 1962 à 1975. Vilela (2015) expõem que (durante o período de suas análises) a IPB se dividiu em duas grandes vertentes antagônicas. “Um daqueles que defendiam uma Igreja voltada apenas para a salvação da alma, a manutenção da ordem e do *status quo* político-econômico e social. O outro, grupo (...) propugnava uma Igreja que deveria estabelecer diálogos com os problemas sociais (...)” (Idem, ibidem, p. 111) Foi, como o autor demonstrou através análises pautadas em vasta documentação, na última vertente – que se preocupava com questões sociais e não somente com as espirituais – onde houveram vários expurgos existentes dentro da IPB, principalmente de pastores que estavam alinhados com a vertente social. Ao longo deste trabalho consta-se posicionamentos variados (em sua maioria aqui considerados como preocupados com o bem estar social da população, com a defesa do regime democrático de direito, como a lisura no trato do que é público e do progresso econômico e social) por parte de Uzaze Canuto enquanto no exercício da função de vereador. Também nos ajuda a compreender o perfil dos posicionamentos deste vereador o historiador Cavalcanti (2012), que analisa as construções do medo do comunismo em Garanhuns entre os anos de 1958 à 1964, nesta obra dois personagens de bastante destaque são os vereadores comunista José Cardoso e Amaro Costa. No dia 11 de agosto de 1960 o vereador Amaro Costa propõe: “(...) uma moção de protesto ao governador Cid Sampaio por este ter aceito o Convênio do Ponto IV – do programa norte-americano Aliança para o Progresso – no qual se estabelecia um intercâmbio policial entre os governos brasileiro e norte-americano. Para aquele vereador, esse convênio iria facilitar o governo dos Estados Unidos pôr em prática sua política imperialista, podendo o Brasil sofrer as mesmas sanções políticas e econômicas que Cuba.” (Idem, ibidem, p. 162) A princípio o vereador Uzaze Canuto se posiciona contrário ao requerimento de Amaro Costa, porém após algumas discussões passa a apoiar tal. Este caso na interpretação de Cavalcanti (2012, p. 163) é que: “Se o posicionamento de Uzaze Canuto não pode ser entendido como um apoio declarado à proposta de Amaro, ao menos eles concordavam na necessidade de se discutir a soberania nacional e as chamadas influências estrangeiras.” Os dados levantados neste trabalho e os apresentados

E neste caso o vereador Raimundo de Moraes apoia Uzze Canuto e diz “(...) que está bem informado da veracidade da denuncia, salientando que aquele educandario usava deste expediente até nos dias feriados e santificados.”¹⁵⁸

E estes problemas continuam à serem debatidos, na 3ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa da CMVG, realizada em 14 de outubro de 1957, sendo levantada a questão de hábitos culturais e tradições religiosas impostos por professores estrangeiros:

(...) uma resenha dos trabalhos desta Casa, lido na Radio Difusora local, ele tinha sido abordado por algumas pessoas ligadas ao Colegio 15 de Novembro desta cidade, inclusive pelo seu Diretor, a respeito de um seu discurso, na sessão passada nesta Camara, no qual defendendo a criação de um Ginasio Municipal, tendo vindo a baila o caso das bolsas escolares, que são concedidas, as quais não resolviam o problema do ensino a pobreza, tinham feito reparos a manira como alguns Colegios obrigavam os bolsistas a trabalharem em seus serviços particulares. Disse que embora estas pessoas que o tinham abordado tivessem procurado justificar os motivos porque assim faziam, ele não se conformava. Motivo pelo qual mantinha o seu ponto de vista externado naquela ocasião nesta Casa naquele sentido. O orador ainda externou-se em suas considerações apreciando diversos aspectos do problema, inclusive aquele em que existiam Colegios nesta cidade dirigidos por estrangeiros que não obedeciam os feriados Municipais, e outros ainda que procuravam imprimir os costumes do país de origem aos alunos. Terminou o vereador Uzze Canuto, requerendo da mesa, que se dirigisse um apêlo ao Snr. Prefeito do Municipio, no sentido deste mandar distribuir às repartições públicas e educandários desta cidade, uma relação dos feriados Municipais.¹⁵⁹

Analizando estes debates levantados na CMVG, os vereadores Uzze Canuto e Raimundo de Moraes defendem a necessidade de criar um Ginásio Municipal ao mesmo tempo em que denunciam o tratamento dado aos alunos bolsistas no “(...) o Colégio 15 de Novembro, que aproveitava esta condição para obrigar o bolsistas até a trabalhar de enxada em seus serviços particulares”¹⁶⁰ Na mesma reunião Raimundo de Moraes afirma que o Colégio XV de Novembro não era o único colégio a exercer este tipo de ação, porém não cita nominalmente qual outro colégio, mas é importante lembrar que neste período em Garanhuns só tinham status de colégio as já referidas instituições católicas e o Colégio XV de Novembro. Isto demonstra o medo de acusar uma instituição católica.

Analizando os acontecimentos acima descritos, não se pode deixar de perceber que em nenhum momento houve sequer uma proposta para que fosse criado um colégio público. É preciso atentar as propostas emanantes: a criação de um ginásio público e o aumento do número de bolsas escolares.

por Cavalcanti (2012) ajudam a reforçar o argumento de que Uzze Canuto estava alinhado na vertente da IPB que Vilela (2015) nomeia de *evangelho social*.

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p. 56, 57.

¹⁵⁹ Idem, ibidem, p. 121, 122.

¹⁶⁰ Idem, ibidem, p. 56, 57.

Importante lembrar, pela legislação vigente na época os ginásios não podiam ministrar os três últimos anos de escolaridade (onde haviam dois cursos distintos: clássico e científico) que precediam e eram necessários para o ingresso no ensino superior, essa competência somente cabia aos colégios. Isso implica que o ingresso no ensino colegial (consequentemente no ensino superior) era compreendido como um dos elementos de distinção de classe de tal forma que nem se fazia necessário discutir o acesso dos hipossuficientes. A não proposta de criação de um colégio público em Garanhuns também poder ser compreendida como uma forma de não criar competição com as instituições particulares existentes no município.

2.3. Ideologia Educacional: Homens para Política e Mulheres para o Lar.

Já o Colégio XV de Novembro, protestante de linha Presbiteriana, também dava grande importância a formação política de seus alunos e alunas. Diferente do Colégio Diocesano que funcionava somente para homens e o Santa Sofia que era só para mulheres no Colégio XV de Novembro o ensino era misto. Grande influência e subsídios o referido colégio tinha dos presbiterianos dos EUA. Ele também funcionava como internato, com dois: um masculino e outro feminino.

Fundada em 1900, a Escola Evangélica XV de Novembro pelo “Rev. Marinho de Oliveira”¹⁶¹, a designação de Colégio XV de Novembro veio depois da morte do referido, quando em 1908:

(...) a Escola recebe forte contribuição do Dr. George E. Henderlite e sua esposa, que acrescida da grande colaboração do Rev. Jerônimo Gueiros, Dona Cecília Rodrigues, do sr. Soriano Furtado e outros (...) se estabeleceu definitivamente como “Colégio XV de Novembro”, cujas aulas tiveram início em abril de 1908.¹⁶²

Em 1934 a instituição solicita reconhecimento federal, que foi deferido, e em 1936 quando fica sob a:

(...) inspeção do órgão superior, sendo o seu primeiro Inspetor o Dr. Morse Sarmiento Pereira de Lyra. (...) conseguiu elevar-se a categoria de Colégio pelo Decreto 18.453 de 24.4.1945 com os ramos Clássico e Científico, além de muitos melhoramentos de ordem material, como a construção de novas instalações para o estudo das Ciências física, química, biológicas, desenho, etc. Para o grande sucesso dessa Diretoria muito contribuíram os missionários Charles Gordon, vice-presidente e miss Carolina Kilgore, diretora do Internato Feminino. Destaca-se grandemente a visão e a inteligência do professor Dr. Ruber van der Linden que lidera o ensino no Colégio dentro desta nova sistemática¹⁶³

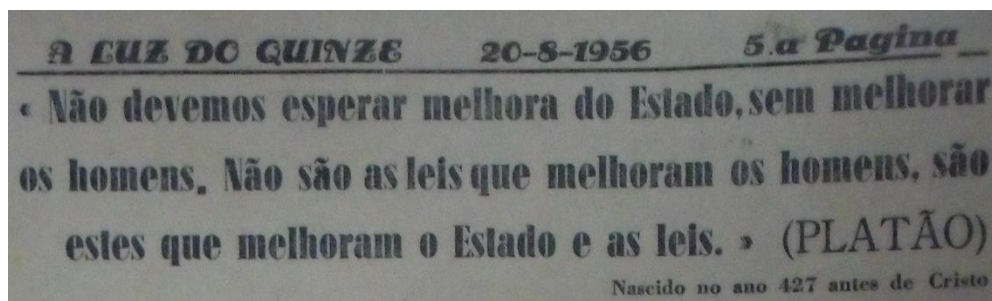
¹⁶¹ **Histórico da Fundação do Colégio 15** in: *A Luz do Quinze*, sem data e paginação.

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

A direção do Colégio XV de Novembro, preocupada com a disseminação de seus conceitos, fundou o jornal *A Luz do Quinze*, leia-se uma de seus destaques na Figura 9.

Figura 21: A Luz do Quinze, Ano I, Número 2



Fonte: APEJE

O texto da Figura 21 é demonstrativo do desejo de incutir no corpo discente do Colégio XV de novembro uma determinada concepção político-filosófica a ser seguida. Platão tinha o modelo democrático de governo como pior de todos, inclusive da plutocracia. O texto da Figura 6 representa parte do pensamento platônico quanto ao modelo ideal de governo, que seria justamente a do filósofo rei. Segundo Foucault (2011, p. 33, 34):

Platão na *República* (no livro VIII, em 557b) evoca essa cidade repleta de liberdade e de fala franca (*eleuthería e parrésia*), a cidade variada e heteroclita, a cidade sem unidade na qual cada um dá sua opinião, segue suas próprias decisões e se governa como quer. Há, nessa cidade, tantos *politéiai* (constituições, governos) quanto são os indivíduos. É assim também que Isócrates, no início do *Discurso sobre a paz* (parágrafo 13), evoca os oradores que os atenienses escutam com complacência. E quais são essas pessoas que se levantam, que tomam a palavra, dão sua opinião e são ouvidas? Pois bem, essas pessoas são os bêbados, são pessoas que não estão de posse de seu espírito (*toûs noûn ouk ékhontas*: os que não são sensatos), são igualmente os que dividem entre si a fortuna pública e o tesouro do Estado. Assim, nessa liberdade parrasiástica, entendida como latitude dada a todos e a cada um de falar (bons e maus oradores, homens interessados ou homens devotados à cidade), discurso verdadeiro e discursos falso, opiniões úteis e opiniões nefastas ou nocivas, tudo isso se justapõe, se entrelaça no jogo da democracia.

Ao discutir a questão da *parrésia* como o falar a verdade de forma franca e corajosa Foucault (2011) discorre como ela é perigosa para democracia, em Platão, pois a partir do momento em que o dizer-a-verdade corajoso seja aplicado numa boa *politéia* (constituição) “(...) eles têm de se basear num discurso verdadeiro, que banirá democratas e demagogos.” (Idem, ibidem, p. 42). O desejo de formar uma classe dirigente que modificaria o Estado e as leis também é abordado em outro artigo do referido jornal:

Conselho aos Moços

- I – Faze da tua crença em Deus e nos destinos sobrenaturais do Homem a luz que te guiará ao meio da confusão das desonestidades e dos costumes.
- II – Toma o Brasil que herdaste dos teus maiores e transmite-o engrandecido e mais belo à geração que te suceder.
- III – Imita os heróis da tua Pátria, cultua as tradições da tua gente, confia nas Imensas possibilidades do teu povo, fala-lhe transmitindo-lhe o fogo do teu ideal, e falando ou escrevendo, estudando ou agindo, crê no futuro do Brasil.

IV – Sustenta a principio de Família e honra a teus pais. A Família, primeiro grupo natural, é o próprio fundamento da Pátria, e o bom filho será forçosamente bom patriota e saberá um dia construir o seu lar com dignidade cristã e sentimento de responsabilidade histórica.

V – Sê honesto em tudo que pensares, disseres ou fizeres. Heflete antes de dar a tua palavra e, se a empenhares, compre-a ainda que isso te custe o maior sacrifício. Evita, pois, promover o impossível e considera desonra prometer e não cumprir.

VI – És estudante e deves estudar, és moço e podes diverti-te: lembra-te, entretanto de que és também brasileiro e deves uma parte do teu tempo aos interesses da tua Pátria.

(...)

IX – Nos exames e concursos, nas emprêças que empreenderes e nas funções que desempenhares. Se não puderes ser o primeiro, procura ao menos um dos primeiros.

X – Jamais coloques as conveniências da tua carreira política, profissional ou social, acima da tua trajetória moral e espiritual, em que o vulgo talvez não te percebe, mas em que te elevarás aos olhos de Deus, engrandecendo-te ainda perante a Posteridade.

(...)

XV – Combata todas as normas ditas dos direitos, originados pela imposição da força: cultua a verdadeira justiça, que se funda na razão e se inspira nos valores espirituais. Contribuirás, assim, pelo predomínio do moral sobre o material, para que reine a verdadeira paz entre as pessoas e as nacionalidades.

XVI – Prefere minoria esclarecida à maioria inconsciente e cega pelas paixões e interêsses transitórios.¹⁶⁴

Como pode ser lido no ponto X, a carreira política é citada antes da profissional e social, embora estas não devam ser postas acima da moral e da espiritualidade. É notório também o reforço do modelo patriarcal, pois os conselhos são direcionados aos moços e não à mocidade ou as moças. O que implica dizer que para quem redigiu o texto, estes moços são os futuros patriarcas da família e do Estado e seu julgo não deve ser submetido ao Estado ou as leis, mas estas serem submetidas ao julgo destes, que na concepção do texto deveriam ser os futuros mandatários.

Este modelo de compreensão de que sociedade doméstica é anterior à sociedade civil está lastreada através de uma concepção do direito como um ordenamento de relações sociais onde “a grande dicotomia público/privado duplica-se primeiramente na distinção de dois tipos de relações sociais: entre iguais e entre desiguais.” (BOBBIO, 1987 p. 15) Esta é uma compreensão pautada nos jusnaturalistas, onde o Estado é uma extensão da esfera privada da família, como explica Bobbio (1987 p. 16):

(...) a família pertence convencionalmente à esfera privada contraposta à esfera pública, ou melhor, é reconduzida à esfera privada lá onde é superada por uma organização mais complexa, que é exatamente a cidade (no sentido aristotélico da palavra) ou o Estado (no sentido dos escritores políticos modernos); mas, com respeito à diferença das duas sociedades, é uma sociedade de desiguais, embora seja possível encontrar a prova da pertinência convencional da família à esfera privada no fato de que o direito público europeu que acompanha a formação do Estado constitucional moderno considerou privatistas as concepções patriarcalistas, paternalistas ou despóticas do poder soberano, que assimilam o Estado a uma família ampliada ou

¹⁶⁴ **Conselho aos Moços** in: *A Luz do Quinze*, Ano I, Número 2, Diretor: Edesio Chequer, Redator: Esmael Feijo, 20-8-1956, p. 02.

atribuem ao soberano os mesmos poderes que pertencem ao patriarca, ao pai ou ao patrão, senhores por vários títulos e com diversa força da sociedade familiar.

Mesmo que o “Conselho aos Moços” estivesse pautados numa concepção de “direito natural” era necessário que estes moços tomassem o Brasil que herdaram dos seus maiores “imitando os heróis da Pátria” para combater as normas “ditas dos direitos, originados pela imposição da força” assim cultuando “a verdadeira justiça, que se funda na razão e se inspira nos valores espirituais.”

Estes conselhos são uma forma de direcionar os estudantes do Colégio XV de Novembro para vida política e que quando estivessem ocupando seus cargos ainda continuassem à colocar em primeiro plano a religião e a moral.

Agora quais eram os “conselhos as moças” existente no jornal *A Luz do Quinze*? Não há um artigo com este título porém existe a PÁGINA FEMININA com o seguinte conteúdo:

Para o Lar

Bolo Magestoso

6 ovos.

14 Colheres de sopa de açúcar.

14 // // // farinha de trigo.

3 colheres de sopa de manteiga.

1 colher de sopa (rasa) de fermento.

Modo de fazer

Batem-se os ovos, mistura-se a farinha com o fermento e o açúcar com a manteiga.

Depois junta-se tudo com o leite e leva ao forno.

Pudim de Laranja

12 ovos.

12 colheres de sopa de açúcar.

1 copo de caldo de laranja.

Casca ralada de uma laranja.

Modo de fazer.

Mistura-se tudo e coa-se umas três vezes.

É feito em banho maria em fôrma untada com açúcar queimado.¹⁶⁵

Ou seja, o lugar das mulheres dentro da concepção do jornal é estar em casa preparando bolos majestosos e pudins de laranja. Isto demonstra que mesmo sendo o Colégio XV de Novembro de educação mista o “lugar” dos homens e das mulheres estavam bem definidos socialmente.

Já com relação as ligações entre o Colégio XV de Novembro e o poder legislativo de Garanhuns, fora as questões das subvenções, um exemplo de tais relações está posto na ata da 5ª reunião ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns, realizada em 16 de outubro de 1957. Quando o vereador Raimundo de Moraes pede a palavra e lembra do aniversário do Colégio XV de Novembro, “apreciando o sacrifício e a abnegação daqueles que trabalham e lutam para fazer o Colegio 15, o que ele é hoje, nomeando

¹⁶⁵ PÁGINA FEMININA in: *A Luz do Quinze*, Ano I, Número 2, Diretor: Edesio Chequer, Redator: Esmael Feijo, 20-8-1956, p. 04.

entre outros seguintes Diretores: Benjamin Marinho, Taylor, Dr. Thompson, Geronimo Gueiros Martins de Oliveira (...).”¹⁶⁶

Após Raimundo de Moraes quem pede à palavra é o ex-aluno do Colégio XV de Novembro, o vereador Petrônio Fernandes da Silva:

(...) que associou-se às homenagens (...) Sendo ex-aluno do mesmo salientou a sua alegria e satisfação que neste instante sentia por esta importante data, que tantas lembranças e saudades dos tempos por ali passara. Fez referencias elogiosas ao seu Diretor de então e aos seus Professores, citando entre outros o Dr. Walter Swietnan, Dr. Rubenr van der Linden, Dr. Uzaze Canuto e outros, que tantos e inestimaveis serviços prestaram aquele Colegio, proporcionando aos seus alunos não somente a formação intelectual, como a moral e religiosa.¹⁶⁷

Um dos professores que o vereador Petrônio Fernandes da Silva se refere era o vereador Uzaze Canuto que conciliava suas atividades de professor e de vereador.

Como pode ser compreendido estes colégios tinham uma forte influência tanto na formação do eleitorado quanto na formação de parte significativa dos políticos do município. E usavam destas influências tanto para perpetrar seus conceitos de moralidade e papeis sociais “determinados” aos homens e mulheres, como para obter lucros pecuniários.

¹⁶⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 125, 126.

¹⁶⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 125, 126.

Capítulo 3: Política

3.1. Conjunturas da Eleição para Governador de Pernambuco em 1954

Em 1951 assume a presidência da república, através de eleições diretas, Getúlio Vargas. O presidente governa por duas vias, a primeira técnica-administrativa pela Assessoria Econômica e a segunda por uma tentativa de se manter acima dos partidos, para conseguir apoio do legislativo, já que no regime democrático, como estava no momento instaurado no Brasil, havia a necessidade de submeter os projetos para aprovação no Congresso Nacional. Assim foi que Getúlio Vargas:

(...) formou um grupo de assessores técnicos para desempenhar simultaneamente as funções de uma secretaria informal de planejamento e de assessoria ao gabinete nas questões do dia-a-dia do presidente. Inicialmente recrutou para a Assessoria Econômica Rômulo de Almeida, que montou o restante da equipe. Em geral, provinham de outras áreas do serviço público, tendo aí entrado através de concurso do Departamento de Administração e Serviço Público (Dasp), e haviam tido experiência prévia de assessoria em organismos como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Conselho Nacional do Petróleo. (CASTRO GOMES, et al., 1994 pp. 165, 166)

As três maiores bancadas eleitas em 1950 na Câmara dos Deputados e no Senado eram do PSD, UDN e PTB como pode ser analisado nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Representação Partidária na Câmara dos Deputados 1950

Partido	Nº de Cadeiras
PSD	112
UDN	81
PTB	51
PR	11
PSP	24
PL	5
PDC	2
PRT	1
PRP	2
PSB	1
PST	9
PTN	5
Total	304

Fonte: TSE

Tabela 2: Representação Partidária no Senado 1950

Partido	Nº de Cadeiras
PSD	6
UDN	4
PTB	5
PR	2
PSP	3
PSB	1
PST	1
Total	22

Fonte: TSE

Nenhum partido tinha maioria absoluta, e até mesmo os projetos que necessitassem de maioria simples estavam praticamente inviáveis sem a composição de alianças partidárias. Ao analisar o número de cadeiras que cada partido tinha no Senado e na Câmara dos Deputados

encontramos uma das razões para Getúlio Vargas adotar uma postura suprapartidária e tentar uma aproximação com a UDN, segunda maior bancada dos legislativos federal, como pode ser lido nas Tabelas 1 e 2. Para realizar esta aproximação com a UDN uma das estratégias de Getúlio Vargas foi nomear João Cleofas, que pertencia à UDN secção Pernambuco, para o Ministério da Agricultura. No entanto a participação do udenista no ministério:

(...) é encarada pela UDN como “de caráter pessoal”, e não como indicação de que o partido apoie de alguma forma o governo. Ao contrário, os esforços de Getúlio para cooptar a UDN são vistos com enormes suspeitas. Já em fevereiro de 1952, Alfonso Arinos de Melo Franco, líder da UDN na Câmara, expressa suas desconfianças em relação às atitudes de Getúlio, pois “se supõe que o dr. Getúlio queria desmoralizar a UDN e enfraquecê-la, afim de manobrar no sentido de reformar a Constituição na parte referente às inelegibilidades, para se reeleger, ou eleger presidente o comandante Amaral Peixoto”. Relato de conversa entre o deputado Gurgel do Amaral e o deputado Alfonso Arinos, a 15.2.52. – Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV, ref. GV52.02.21/1, in *Ipasse...*, 1983, p. 14. (HIPOLITO, 2012 p. 105)

Outra interpretação para nomeação de João Cleófas é dada por D’Araújo (1992 p. 119):

A nomeação de João Cleófas para a pasta da Agricultura pode ser entendida também em função de lealdades e compromissos eleitorais. Cleófas fora candidato ao Governo de Pernambuco, pela UDN, contra Agamenon Magalhães do PSD. Por injunções da política regional e pelo apoio de Agamenon a Cristiano Machado, Vargas decidiu-se por um acordo de apoio eleitoral mútuo com Cleófas. Derrotado nas urnas pelo candidato pessedista, Cleófas é convidado por Vargas para uma pasta ministerial.

Não obstante, a estratégia conciliatória de Getúlio Vargas não gera os efeitos desejados e a UDN à nível nacional mantém forte oposição. Durante seu último governo, Getúlio Vargas passa por diversas crises¹⁶⁸ o que dificultou a governabilidade, inclusive em Pernambuco onde o então governador Etelvino Lins¹⁶⁹ (PSD), embora tenha pertencido aos quadros da ditadura

¹⁶⁸ Para maiores detalhes sobre as crises enfrentadas por Getúlio Vargas em seu último mandato ler: (CASTRO GOMES, et al., 1994), (D’ARAUJO, 1992), (PANDOLFI, 1984), (FARIAS, 1981) e (NETO, 2014).

¹⁶⁹ Etelvino Lins tinha ganho a eleição extraordinária de 23 de outubro de 1952, que foram convocadas porque Agamenon Magalhães morreu antes do término de seu mandato e na legislação estadual vigente não haver o cargo de vice-governador. No meio tempo entre a morte de Agamenon Magalhães e o resultado das eleições de 23 de outubro de 1952 quem exerceu o cargo de governador de Pernambuco de forma interina foi o então presidente da Alepe, o deputado Torres Galvão. Nestas eleições houve a formação de uma frente interpartidária formada inicialmente pelo: PSD, UDN, PDC e PL, posteriormente se unido à tal frente PTB, PST, PTN e PR. Segundo (PANDOLFI, 1984 p. 148) “Tratava-se de um momento bastante singular da política pernambucana: excepcionalmente, pessedistas e udenistas iriam caminhar juntos. Alguns fatores contribuem para esta aliança, que inicialmente significa bem mais um apoio restrito do que uma aproximação efetiva. A UDN, pelo fato de não representar o poder político no Estado, funcionava prioritariamente como um partido eleitoral. O embate, que só deveria ocorrer em outubro de 1954, é antecipado por dois anos (...). Preparar uma eleição num prazo inferior a dois meses tornava-se difícil para um partido desarticulado e à margem do poder.” Mas Etelvino Lins não concorre só, surge a candidatura de Osório Borba pelo PSB que obtém o apoio do PC “(...) com base em um programa mínimo antiimperialista” (SOARES, 1982 p. 38), mesmo na ilegalidade o PC ainda era uma representativa força política em Pernambuco, principalmente no Grande Recife. A Liga Eleitoral Católica (LEC) tece severas críticas à Osório Borba ao afirmar que ele: “sempre recusou, dadas as suas convicções, qualquer compromisso com a LEC, e, não só no exercício de mandatos legislativos como também nas suas atividades jornalísticas, combateu os citados princípios em que a opinião católica exprimia algumas de suas exigências fundamentais quanto à ordem jurídico-administrativa do país.” (Nota oficial da LEC. Folha da Manhã (RE), 2/10/1952 in: PANDOLFI, 1984). Etelvino Lins ganha as eleições extraordinárias com amplo apoio de diversos partidos e da Igreja Católica. Para maiores informações ler: (LAVAREDA, et al., 1986), (PANDOLFI, 1984), (SANTOS, 2009) e (SOARES, 1982).

do Estado Novo, apoia a candidatura, nitidamente antivarguista, do general Cordeiro de Farias. Etelvino Lins assim o faz, pois estava interessado em lançar sua própria candidatura à presidência da república em 1955.

Nesta conjuntura Getúlio Vargas retira João Cleófas do ministério e o convence à concorrer para governador de Pernambuco contra o general Cordeiro de Farias, ao mesmo tempo que com a vacância no Ministério da Agricultura nomeia Apolônio Sales “(...) um dos pessedistas históricos que já se havia definido contra a candidatura Cordeiro de Farias” (PANDOLFI, 1984 p. 158)

Estes acontecimentos afetam profundamente o PSD secção Pernambuco. Um dos principais líderes do PSD em Pernambuco, o coronel Chico Heráclio¹⁷⁰ divulga uma carta aberta para todos os pessedistas de Pernambuco:

Confesso que é com a maior tristeza que vejo o PSD marchando para um resultado melancólico nas próximas eleições de 3 de outubro, e afirmo que ainda é tempo para que o governador do Estado seja mais reconhecido para com o seu partido e os seus correligionários, os quais deram proteção política e os mandatos de senador e governador do Estado. (...) De minha parte me orgulho em haver contribuído decisivamente para três vitórias do meu partido, e, no último pleito, dei 6.062 votos ao candidato Etelvino Lins contra 48 do seu antagonista, incluindo traidores, comunistas e assassinos... O governador com a sua teimosia pode vir a acabar com o Partido... Tenho certeza de possuir a autoridade suficiente para me dirigir aos meus correligionários, e posso falar porque nunca corri de política. Não sou político profissional, nem a política para mim é nenhum ganha-pão. Para fazer política nunca recebi auxílio de quem quer que seja, nem do Partido, nem de nenhuma ‘caixinha’... Tenho contribuído para a vitória do PSD com o sacrifício de minha tranquilidade e do meu patrimônio. No tempo em que a minha atividade se limitava a Limoeiro e aos municípios vizinhos, ajudei a salvar o Partido por três vezes, e hoje, que possuo uma dezena de municípios, é que me sinto na obrigação e com forças bastante para salvá-lo pela quarta vez, sem precisar de enxertos nem de diminuições” (Diário de Pernambuco (RE), 1/5/1954 in: PANDOLFI, 1984, p. 159, 160)

O coronel Chico Heráclio faz questão de expor enfaticamente o número de votos que “deu” para Etelvino Lins, isto nos remete à forma como ele trata o eleitorado; como uma massa sem autonomia que está sob o seu jugo. As exceções, ou seja, aqueles que não estavam sob seu controle direto são associados pejorativamente como: “traidores, comunistas e assassinos”. Para Chico Heráclio os votos que ele “deu” para Etelvino Lins constituem uma dívida que o governador estava deixando de pagar ao apoiar à candidatura de coalizão do general Cordeiro de Farias.

Também é relevante como Chico Heráclio faz questão de deixar claro que não é “político profissional”, querendo se distinguir dos demais políticos ao colocar em seu discurso que não recebia nenhum benefício, pelo contrário, só tinha perturbação e prejuízos pecuniários. Porém este “não ganhar nada” do referido coronel, era uma das engrenagens próprias do sistema

¹⁷⁰ Para maiores informações sobre o fenômeno do coronelismo e Chico Heráclio ler: (VILELA, 2008)

coronelistas. Mais do que dinheiro lhe valia a obediência e isto ele estava cobrando que o governador tivesse com ele e com o PSD.

A carta de Chico Heráclio nos remete ao terceiro ponto do segundo capítulo do livro de Hippolito (2012), nomeado: O “MANUAL DO BOM PESSSEDISTA”. Neste a autora discorre sobre uma das principais necessidades para os membros do PSD, que é a demonstração de força eleitoral, como pode ser lido nas palavras de José Joffily citado por (HIPOLITO, 2012 p. 51):

A força da tribuna e outras demonstrações de atributos parlamentares eram secundárias. O que importava era demonstrar, na hora das combinações, que contava com tantos prefeitos e com tantas votações progressivas. Não se indagava a origem desses votos, se urbana ou rural. Interessava dar demonstração de força eleitoral. O PSD sempre deu prova de fé no voto, nas regras do regime democrático.

Esta “fé no voto” do PSD, exposta por José Joffily, pode ser interpretada, em alguns casos como uma deturpação das regras democráticas, principalmente quando havia um desinteresse pela origem dos votos. Basta analisar que as primeiras grandes vitórias do PSD, em 1945, foram quando estava em funcionamento o alistamento ex-offício¹⁷¹, tendo em Pernambuco chegado à 17% de todo alistamento eleitoral.

O funcionamento deste sistema era o alistamento em bloco, ou seja, ao invés dos eleitores se alistarem e votarem individualmente, o alistamento e o voto eram feitos através de uma lista. O que abria grande margem para fraudes eleitorais. Este dispositivo só foi revogado com o Código Eleitoral de 24 de julho de 1950.

Sobre as provas de “fé no voto” e nas regras do regime democrático, que tinha o PSD, analise-se um caso do próprio coronel Chico Heráclio e os “seus” votos. O referido utilizava da seguinte fraude: manipulando certidões de óbito e títulos eleitorais, como pode ser lido na entrevista de Jurandir Cassimiro de Barros:

É no cartório do registro civil, que a pessoa tira o atestado de óbito. Então o cara diz: “eu só dou o atestado de óbito se você trazer o título de eleitor que tem que ficar aqui”. Ele acumulava aqueles títulos, entendeu?... O cara do cartório era agente do coronel. Aí reunia cinquenta, sessenta pessoas e distribuía em jipes, naquele tempo era jipe pra sair votando... Ele distribuiu mil votos de defunto. (Entrevista de Jurandir Cassimiro de Barros, realizada na cidade de Limoeiro em 03 de maio de 2006, p. 01-06 in: VILELA, 2008, p. 140)

É conclusivo que a indiferença com relação à origem dos votos é uma forma de limitar a democracia em discursos cujo objetivo é manipular a opinião pública enquanto as ações perpetradas se constituem no inverso, embora que ambos o discurso e a prática sirvam ao mesmo propósito.

¹⁷¹ As informações aqui citadas sobre o alistamento ex-officio foram retiradas do livro de (CAMPELO DE SOUZA, 1990), para maiores informações ler a referida obra.

Agora que compreendemos um pouco da conjuntura nacional e estadual que envolviam o estado de Pernambuco em 1954, leiamos o que o próprio Cordeiro de Farias tinha à dizer sobre esta conjuntura, relatada em carta escrita para seu filho e amigos íntimos no que se trata à sua candidatura para governador de Pernambuco em 1954, embora um pouco extensa sua leitura se justifica pelo rico conteúdo da mesma.

CARTA AOS AMIGOS

Vai aqui um caso de consciência e um apelo.

1) Estou em Pernambuco faz quase um ano e, dentro da norma que tracei, afastado inteiramente da agitação partidária local. Tenho relações com gregos e troianos. Não opinei, mesmo porque nunca recebi consultas, sobre cousa alguma da política regional, salvo em tese, no problema da sucessão estadual quando, em conversa com o Ministro Cleofas, apelei para a continuação da política de união do P.S.D. e U.D.N. Mesmo aí não focalizei nomes, silenciando sobre os que foram lembrados. Quanto ao Governador Etelvino, sua conduta corajosa e firme no meio do caos político federal fez com que dele me aproximasse e, embora não me podendo considerar seu íntimo, tenho por ele uma profunda simpatia e admiração. Esta a minha situação no quadro geral da política pernambucana.

2) A sucessão estadual vem agitando o clima de coalizão partidária existente no Estado. Estão unidos, no momento, para uma solução partidária (candidato do P.S.D.) o P.S.D., P.L., e o P.D.C A U.D.N., sob a chefia de Cleofas, com atitudes não muito claras. É a U.D.N., depois do P.S.D. que mantém cerca de 80 prefeitos em pouco mais de 90 municípios, a agremiação de maior contingente eleitoral. Há indícios, não se mantendo o acordo partidário existente, de uma união entre a U.D.N. e o P.T.B. e provavelmente o P.S. Junte-se a esse provável grupo o contingente comunista, muito forte em Pernambuco, principalmente em Recife, onde sempre tem sido vitorioso. As negociações para a escolha de um nome para Governador se vêm arrastando faz quase três meses. O acordo com a U.D.N., que dá mostras de não se conformar com um candidato pessedista, parece improvável. Por seu lado o P.S.D., que se considera, mesmo isolado, altamente majoritário, não quer abrir mão de um nome seu para a chefia do executivo pernambucano, principalmente quando conta com outros partidos aliados. Eis aí, em resumo, um outro dado referente à política partidária do Estado.

3) A questão vinha sendo acompanhada por mim, de longe mas interessado, em vista de seu reflexo no âmbito federal. As conseqüências de um fracasso nos entendimentos partidários em Pernambuco seriam, julgo, de duas ordens: o chamado esquema Etelvino apareceria no âmbito federal sem força maior, dada a derrota de sua aplicação em Pernambuco e haveria a possibilidade de o Estado ter um Governo preparado e manipulado pelo Centro, próprio, portanto, a agir em seu proveito quando sucessão presidencial de 55. O meu interesse no caso não significou nunca, repito, qualquer intromissão direta na questão.

4) O problema sucessório estadual estava nesse impasse quando uns vinte dias atrás o Governador Etelvino, em conversa comigo, me revelou que, em entendimento com o Ministro Cleofas, Monsenhor Arruda Câmara, Senador Novais Filho e Osvaldo Lima (chefes da U.D.N., P.D.C., P.L. e P.S.P.) havia sugerido meu nome como candidato de conciliação geral, frisando que o fazia inteiramente à minha revelia, desconhecedor que eu era dessa sua iniciativa. Segundo o Governador a aceitação foi geral, havendo não muito “calor” da parte do Cleofas. No dia, porém, de nossa conversa, havia chegado do Rio por próprio uma carta do Ministro da Agricultura aplaudindo a iniciativa e dando-lhe integral apoio. A carta me foi mostrada. A situação continua sem alteração, já hoje, porém, no conhecimento público.

5) Até aqui simples visão panorâmica do ambiente político pernambucano, do papel que tenho nele desempenhado e do que pretendem fazer de mim os seus homens públicos. Vejamos agora o que penso a respeito, das minhas possíveis maneiras de agir e suas conseqüências e do drama de consciência a que esse conjunto de fatos e circunstâncias me levou. Para raciocinar imaginemos que o apoio desses partidos se concretize e que eles, na realidade, venham apelar para mim como solução única para

manter o clima de pacificação existente em Pernambuco. Aí começam as minhas interrogações. Meu feito avesso à política regional, principalmente à do NE do Brasil, atrasada de muito, apesar de tudo, da do Sul, o desconhecimento quase integral dos políticos do setor estadual, a miséria do orçamento pernambucano, a minha não familiaridade com os problemas econômicos locais, só íntimos meus na sua entrosagem com o todo nacional, minha inclinação incoercível para o setor militar, onde alimento ambições normais de exercer funções que me permitam, com um Governo capaz, equacionar bases que reputo racionais para um planejamento do Exército, são motivos para a não aceitação do Cargo. Há, porém, do outro lado a conjuntura nacional. Como *todo mundo*, sou pessimista quanto à orientação dos nossos negócios públicos. Tenho medo do amanhã, principalmente quando se avizinha a sucessão presidencial que pode chegar a apresentar aspecto capaz de desequilibrar até a estrutura do regime ou, na melhor das hipóteses, respeitada que seja a fachada do edifício, ser norteadada por um rumo que não nos tire do despenhadeiro em que estamos rolando. Dentro desse ponto de vista Pernambuco é um ponto chave no NE e N brasileiros que deve ser conservado avançando na direção em que seu Governo o colocou. Terei o direito, como brasileiro, de recusar um posto de comando desta ordem, para o qual não tenho a menor atração, mas que me é oferecido com esse exame de situação? Não param, porém, aí as minhas dúvidas. Sou hoje um convencido de que sem uma direção geral eficiente no Brasil, lastreada por um espírito público superior, votada até ao sacrifício, tal será sua luta e conseqüente incompreensão geral, que a amargurará e muito, continuaremos às cegas, propiciando um clima social capaz de nos levar aos maiores desastres. O ambiente generalizado de mal-estar, a indisciplina em todas as classes, o sentimento de revolta de todos os meios, o desequilíbrio econômico das várias regiões do País, e dentro de cada região entre suas diferentes camadas, o sentimento golpista que nos domina, o não cumprimento do dever também com aspecto geral – tudo isso e tudo o mais que sentimos de desorganização, incapacidade e amoralidade existente no País – retratam, desgraçadamente, nossa atual situação. A conclusão única a que podemos chegar é *que teremos uma última oportunidade com as eleições presidenciais que se aproximam. Chegaremos, porém, em calma e em ordem aparentes até lá? Em função daquela conclusão e dessa interrogação é que, penso, devemos agir.* Dentro desse quadro onde deve ser meu lugar exato? No Exército, junto aos companheiros que têm pelo futuro de nossa Terra as mesmas preocupações minhas, formando com eles um possível núcleo de resistência a qualquer coisa, hoje ainda indefinível mas que venha a comprometer o nosso amanhã, ou no desempenho de uma função pública, que me permita falar e agir com mais desenvoltura, com atuação mais direta sobre os acontecimentos públicos? Onde serei mais útil? Não levarei o desânimo aos meus amigos do Exército que poderão interpretar a minha aceitação para uma função eletiva nesta hora e nesta situação com um sentido menos alto, como uma espécie de acomodação pessoal diante da gravidade do momento? De outro lado, como as forças políticas de reação a esse estado de cousas – e aí coloco, numa generalização não muito exata, as correntes centristas de Pernambuco, receberão uma recusa minha a um posto que consideram elas vital, para uma luta que vai, possivelmente, definir o nosso destino? Não poderão elas fazer, no seu sentido, de minha conduta aquele mesmo juízo de meus companheiros de farda, achando que, por comodismo ou omissão, deserto de um lugar chave e que talvez propicie aos adversários de nossa orientação a possibilidade de ocupá-lo amanhã?

6) Se tivesse em consciência uma convicção do melhor caminho a seguir, qualquer juízo sobre minha conduta não me preocupa. O tempo faria com que todos me compreendessem. Mas no caso influem tantos imponderáveis que me encontro realmente numa grande indecisão.

Você que está fora dos acontecimentos locais, com outros dados do problema que talvez eu desconheça, vendo, é possível, a situação sob outros e diferentes ângulos, venha em meu auxílio com seu ponto de vista franco e amigo. É-me ele indispensável.¹⁷²

¹⁷² Cpdoc/FGV: Arquivo Cordeiro de Farias

No primeiro ponto, o general escreve que já estava em Pernambuco à quase um ano e não adotou posicionamento favorável à nenhum partido, mantendo relações com setores antagonistas entre si, em suas próprias palavras: “mantinha relações com gregos e troianos”. Também registra que não interferiu em assuntos políticos locais, com exceção aos referentes à sucessão para governador. Sobre este caso Cordeiro de Farias relata que conversou com João Cleófas e Etelvino Lins, e que tinha pedido ao primeiro à continuidade da política conciliatória entre a UDN com o PSD ao mesmo tempo em que se coloca como não sendo íntimo do segundo, mas que acabou se aproximando e tendo “profunda simpatia e admiração”.

A política de conciliação que o general se refere, ocorre por conta da morte de Agamenon Magalhães no meio do exercício de seu mandato, mas em seu governo Etelvino Lins teve de fazer concessões para ver seu esquema funcionar e segundo Pandolfi (1984 p. 153)

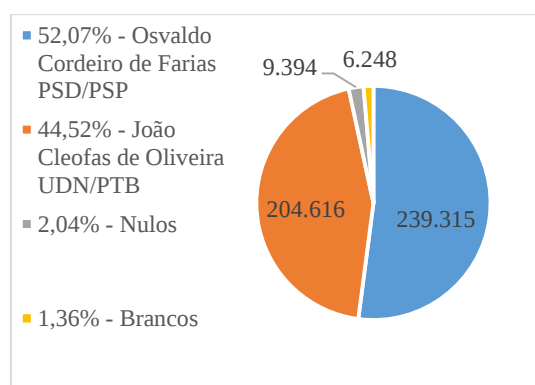
Uma das mais importantes foi exigidas pelos grupos não pessedistas era o controle da força policial nos diversos municípios do interior. (...)o esquema pessedista havia sido todo articulado nos municípios tendo como norma conceder ao chefe político local o direito de ter as autoridades policiais em troca do apoio ao partido. Portanto, quando o novo governo adota a medida de transferir para o seu próprio controle a escolha das polícias locais, o resultado é caótico. Já no começo de 1953, o prefeito de Correntes, em carta a Etelvino Lins, retrata a sua total discordância com a transferência para a Secretária de Segurança Pública do Estado da escolha das autoridades policiais locais, deixando os políticos do interior reduzidos à condição de figura decorativa. Segundo o prefeito de Correntes, os políticos do interior tinham “como compensação singela influir na escolha das autoridades policiais locais”. Lembra ao governador que ele dispõem de 4 mil votos, entretanto “já não me sobra meios de convencer o eleitor, se não lhe posso oferecer em troca do voto ao menos a garantia individual”.

O discurso do prefeito de Correntes é semelhante ao do coronel Chico Heráclio com relação aos votos, ao tratá-los como sua propriedade, mas aqui temos um importante elemento para analisar: a propriedade destes votos era garantida pelo controle das autoridades policiais o que era uma forma de controle coercitivo da população através da violência e do medo, ao invés de uma administração pública eficiente que melhorasse as condições de vida da população.

A carta de João Cleófas é amplamente utilizada na campanha eleitoral de Cordeiro de Farias, fazendo como que o primeiro perca uma quantidade razoável de votos. Em contrapartida o “esquema Etelvino” não dá certo, pelo contrário, parte de membros influentes do PSD apoiam João Cleófas justamente por não concordar com uma união entre o PSD e a UND, por considerarem que o PSD tinha condições de lançar um candidato proveniente do próprio PSD. Assim como o “antietelvinismo dos udenistas pernambucanos era bastante forte” (PANDOLFI, 1984 p. 155), por estes motivos, argumenta a autora, Etelvino Lins inicia à campanha pró Cordeiro de Farias com o seguinte lema: “É melhor um gaúcho escolhido pelos pernambucanos do que um pernambucano escolhido pelos gaúchos” (Idem, ibidem, p. 155)

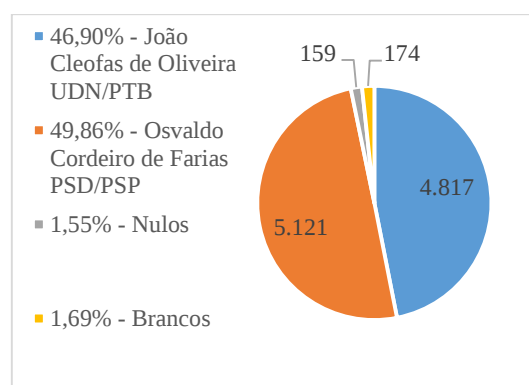
O general Cordeiro de Farias ganha as eleições de 1954 com 52,07% dos votos (levando em consideração à apuração total) do estado de Pernambuco em detrimento dos 44,52% de João Cleófas (como pode ser lido no Gráfico 1). Porém quando analisamos somente à apuração em Recife notamos que João Cleófas ganha com 50,82% enquanto Cordeiro de Farias fica com 44,85% dos votos (como pode ser lido no Gráfico 2). João Cleófas também ganhou no Grande Recife segundo análises feitas por Pandolfi (1984), Lavareda (1980) e Santos (2009), as vitórias de João Cleófas em Recife e no Grande Recife se deram pela forte influência do partido comunista nestas regiões. Já em Garanhuns Cordeiro de Farias ganha com 49,86% dos votos enquanto João Cleófas fica com 46,90% (como pode ser lido no Gráfico 3), ou seja, mesmo Cordeiro de Farias tendo ganho em Garanhuns, sua vitória foi apertada.

Gráfico 1: Eleições para Governador de Pernambuco 1954 - Total



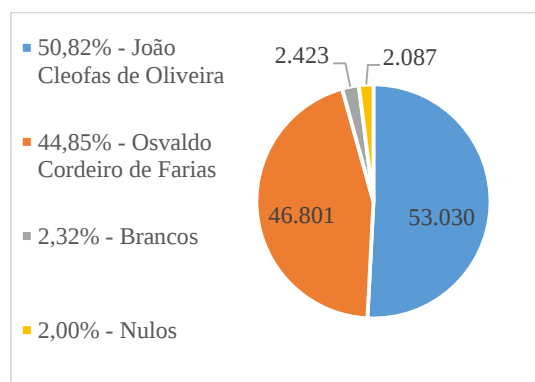
Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: resumo final eleições de 03-10-54 e eleições suplementares 16-01-55

Gráfico 3: Eleições para Governador 1954 - Garanhuns



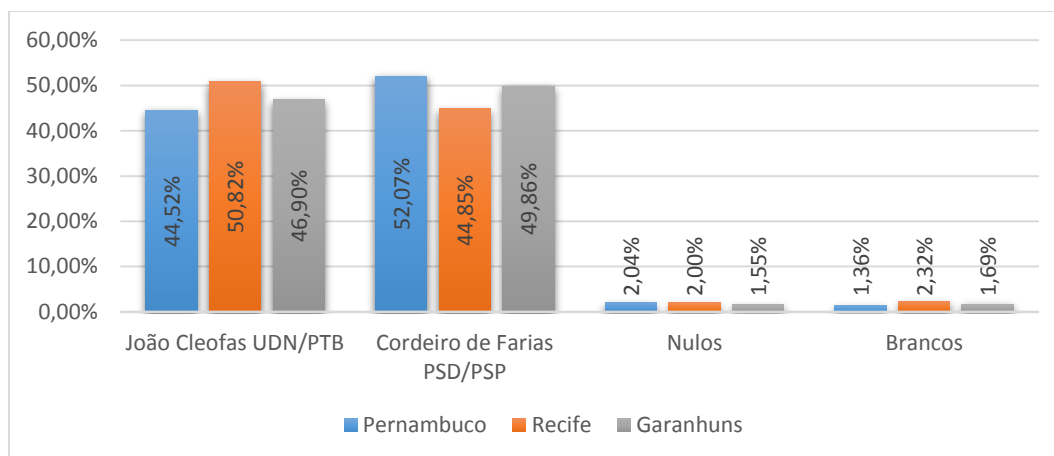
Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: resumo final eleições de 03-10-54 e eleições suplementares 16-01-55

Gráfico 2: Eleições para Governador de Pernambuco 1954 - Recife



Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: resumo final eleições de 03-10-54 e eleições suplementares 16-01-55

Gráfico 4: Resultados para Governador de Pernambuco 1954: Pernambuco, Recife e Garanhuns



Fonte 1: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: resumo final eleições de 03-10-54 e eleições suplementares 16-01-55

Ao analisar o Gráfico 4 vemos que estas eleições foram apertadas tanto no estado como um todo, como na capital e em Garanhuns. Estes dados reforçam o argumento de que o “esquema Etelvino” não deu certo visto que o estado ficou dividido entre Cordeiro de Farias e João Cleófas.

O general Cordeiro de Farias logo em seu primeiro ano como governador de Pernambuco, tinha pela frente eleições para vereadores, prefeitos e vice prefeitos em quase todos os municípios do estado de Pernambuco, assim como, eleições para presidente e vice-presidente da república. Como pode ser lido na carta que o general escreveu para seu filho e amigos, acima citada, um dos principais motivos para Cordeiro de Farias aceitar concorrer às eleições para o governo do estado de Pernambuco foi por se preocupar com a expansão do comunismo neste estado e também em preocupação com as eleições presidenciais de 1955, onde o referido general desejava obstruir ao máximo uma continuidade da política de Getúlio Vargas, porém o mesmo não contava com o suicídio e com a carta testamento que acabou por frustrar (ao menos momentaneamente) “o sentimento golpista” que dominava ele e seus amigos¹⁷³.

É importante destacar as análises feitas por Santos (2009), no que se refere a redemocratização que foi iniciada com a constituição de 1946, pois como coloca a autora foi um processo gradativo, basta compreender que:

A Constituição Federal estabelecia o sufrágio direto como meio legalmente reconhecido para a conquista dos cargos de presidente da república e de governadores de estado. Contudo, vedava aos eleitores de capitais de estado ou território, bem como de cidades consideradas de interesse estratégico, o direito de eleger seus prefeitos através do voto direto. Dessa forma, a conquista da autonomia eleitoral de cada uma

¹⁷³ Ler a supracitada carta de Cordeiro de Farias.

dessas cidades pode ser percebida como uma mudança bastante significativa dos mecanismos legais e políticos então vigentes. (Idem, ibidem, p. 66)

Este era o caso de Recife, que tem sua autonomia política decretada pelo presidente Café Filho. Os setores mais conservadores temiam as eleições para prefeitura da capital em decorrência da “grande penetração eleitoral conquistada pelo PCB, PSB e PSP, no Recife e cidades vizinhas” (Idem, ibidem, p. 68). Isto porque antes da autonomia os setores mais conservadores do estado tinham eleito os prefeitos de Recife através dos votos das cidades que estavam longe do Grande Recife, pois nesta região os candidatos mais votados para prefeitura do Recife, eram os de esquerda. O PCB:

(...) abandona a tática insurrecional, adotada em 1950, em razão da guerra-fria e da cassação de seu registro eleitoral. Redefine assim o comitê central as prioridades de sua atuação política, voltando a privilegiar a participação no processo eleitoral como principal meio de criar uma frente única de luta pelo desenvolvimento nacional e contra o imperialismo. (SOARES, 1982 p. 40)

Assim é que é lançada à candidatura de Pelópidas Silveira, numa aliança entre o PSB, PTB e PCB, tendo-se assim a primeira formação da Frente do Recife. É importante salientar que não se trata de uma Frente do Recife, mas de várias, ao decorrer dos anos. Quem mergulha nestas questões e efetua deslocamentos nas versões totalizadoras referentes as diferentes formações da Frente do Recife é Santos (2009), ao demonstrar como se modificaram as composições da Frente do Recife e quais os interesses de cada partido em determinada conjuntura, um exemplo claro que a autora dá é quando das eleições de 1958, onde a Frente do Recife também é nomeada de Oposições Unidas, quando ocorre uma coligação com a UDN. Embora que a autora destaque que somente o PCB e o PTB se apresentam constantemente nas diferentes formações das Frentes do Recife.

Ao mesmo tempo em que a primeira composição da Frente do Recife se coligava em torno do nome do engenheiro Pelópidas Silveira para prefeitura do Recife; à nível nacional são iniciadas as discussões para saber quem seria o candidato que o PSD iria indicar para presidência da república, segundo Pandolfi (1984, p. 164):

Com a vitória de Cordeiro de Farias em Pernambuco, o esquema Etelvino Lins se fortalece a nível nacional. Este intensifica o seu trabalho junto às lideranças partidárias visando a presidência da República. Alegava para tal o sucesso que esta fórmula, no seu entender, obtivera em Pernambuco.

O sucesso proclamado por Etelvino Lins era bastante frágil, como podemos analisar no Gráfico 4, pois mesmo ganhando, o general Cordeiro de Farias teve uma vitória apertada, ficando na apuração geral do estado com 52,07%; em Recife com 44,85%; e em Garanhuns com 49,86%, em detrimento de João Cleófas que na apuração geral do estado ficou com 44,52%; em Recife com 50,82%; e em Garanhuns com 46,90%. Fora outros municípios onde o PSD sempre tinha ganho, graças à influência do coronelismo como “(...) é o caso de Limoeiro

(reduto do coronel Chico Heráclio), de Serrita (Chico Romão) e de Salgueiro (Veremundo Soares)” (Idem, *ibidem*, p. 161), o que demonstra a insatisfação de parcela do PSD secção Pernambuco com à estratégia conciliatória do ex-governador Etelvino Lins.

Além dos dados contidos nos Gráficos 3 e 4 outro exemplo do insucesso do “esquema Etelvino” no município de Garanhuns se encontra registrado na ata da 3ª reunião legislativa da 2ª sessão ordinária, realizada em 11 de maio de 1955. Nesta o vereador Luiz Pereira Júnior apresenta um requerimento solicitando que a Câmara “(...) enviasse um telegrama ao Gal. Osvaldo Cordeiro de Farias governador do Estado de Pernambuco se congratulando pela candidatura do Eminentíssimo brasileiro Dr. Etelvino Lins a Presidência da República.”¹⁷⁴ Este requerimento é “amplamente debatido pela maioria dos vereadores presentes”¹⁷⁵, mas infelizmente não temos acesso ao conteúdo das falas dos vereadores, pois as atas da CMVG, em sua maior parte é escrita em terceira pessoa. E em discussões importantes como esta as falas dos vereadores são convenientemente resumidas em “amplamente debatido”. Para tanto é significativo que os vereadores Raimundo de Moraes, Uzze Canuto, João de Assis Moreno, Alvaro Brasileiro Vila Nova e Pedro de Souza Lima se retiraram para não votar nem contra ou a favor. Neste caso é notório que o não posicionamento é uma forma de se posicionar e o que se conclui desta saída destes vereadores é que Etelvino Lins não tinha todo o apoio que imaginava ou dizia ter. No entanto o vereador Antonio de Andrade Melo fez questão de expor sua opinião, solicitando que ficasse registrado em ata o seu voto contra o citado requerimento “(...) porque jamais votarei no Sr. Etelvino Lins para qualquer posto que ele deseje ocupar através do voto.”¹⁷⁶

Contudo o intuito da UDN em indicar Etelvino Lins à presidência da república era, segundo Pandolfi (1984, p. 165):

(...) conseguir o apoio de importantes setores descontentes do PSD com a candidatura Kubitschek. Entretanto, apenas os três diretórios estaduais dissidentes do pessedismo marcharam com a candidatura Etelvino Lins: Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Fortalecida cada vez mais a aliança PSD-PTB em torno do político mineiro Juscelino Kubitschek, o esquema Etelvino Lins de “união nacional” começa a cair no vazio. A cúpula udenista percebe as dificuldades desse esquema de união, e dentro da própria UDN muitos são colocados. A seção pernambucana, por exemplo, tendo em João Cleofas a sua figura central, não aceita em hipótese nenhuma dar apoio ao seu principal opositor a nível estadual.

Já com relação aos candidatos à prefeitura de Garanhuns foram formadas duas chapas de coligação, uma em torno do então vice-prefeito Francisco Figueira pelo PSD-PRT e outra em torno do líder do PSD na Alepe, o deputado Elpídio Branco, que teve sua candidatura

¹⁷⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 38.

¹⁷⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 38.

¹⁷⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 38.

lançada pela UDN-PSP. Este é outro exemplo da fragmentação que estava ocorrendo dentro do PSD secção Pernambuco, pois além de seu líder na Alepe lançar candidatura em uma chapa de coligação com a UDN, seu opositor sai por outra coligada ao PSD.

Não menos relevante é que Francisco Figueira era o presidente do diretório municipal da UDN secção Garanhuns, como consta no jornal *A Resistência* nº 5, Ano I, Garanhuns, 21 de abril de 1955, p. 5¹⁷⁷.

O jornal supracitado é um importante documento para entendermos parte da conjuntura política de Garanhuns. É analisando um artigo deste jornal que é possível encontrar uma compreensão acerca do porquê do presidente da UDN secção Garanhuns se candidatar pela chapa UDN-PSP e o deputado estadual líder do PSD na Alepe se candidatar pela chapa PSD-PRT. Para entender leia-se o artigo assinado por Antonio Leite:

POLÍTICA MUNICIPAL

(...) Não resta duvida que é muito estranho o fato de um cidadão desejar trocar o comodo cargo de deputado estadual, onde recebe as gordas propinas de vinte mil cruzeiros mensais e goza do enorme prestígio que êsse mesmo cargo lhe oferece, pelo espinhoso e ingrato lugar de prefeito com os minguados vencimentos de sete mil cruzeiros mensais, preterindo assim o direito de seus correligionários, muitos dos quais aqui lutam e se sacrificam anos inteiros pelo partido.

Das duas uma: ou o cidadão tem muito amôr à terrinha, dela não querendo mais se afastar, ou observou que o seu partido não tem um candidato à altura de ser prefeito, exigindo-lhe tamanho sacrifício.

Esta é que é a verdade, só ela não enxergando, os que não querem vêr ou estão acostumados a obedecerem calados as decisões ainda que absurdas dos chefões políticos.

De camarote observam os acontecimentos, a União Democratica Nacional, a dissidência do Partido Social Democrático e os demais partidos que formam a Aliança Democrática de Garanhuns, sem precipitadas afirmativas, sem estardalhaços fóra de tempo, com calma e serenidade, confiante na vitoria do seu candidato Coronel Francisco Figueira que, sem nenhuma duvida, entrará para a luta com todas as possibilidades de levar a melhor, tendo-se em vista o seu enorme prestígio eleitoral, conhecedor profundo dos problemas municipais, homem de prestígio não sómente no cenário estadual como no federal, enfim, sob todos os aspectos é o candidato que Garanhuns precisa para que não sofra solução de continuidade a obra moralizadora que o Dr. Celso Galvão dei inicio há quasi quatro anos, depois de por abaixo as pretensões descabidas de muitos que, apoiados na fôrça, pensavam poder concretizar a vitória.

Fêz-se porém sentir mais uma vez a vontade soberana do povo, mostrando que si ninguem é eterno, muito menos eterno ou permanente é o poder nas mãos dos homens. Decerto voltará a repetir-se a lição, pois o povo não esquece áqueles que usaram do poder e não souberam se portar com dignidade e com respeito frente aos seus governados, oferecendo-lhes uma administração sadia e de compreensão mútua.¹⁷⁸

Como pode ser lido acima, este jornal era um veículo de divulgação política da UDN secção Garanhuns, sendo significativa a frase de seu cabeçalho “Um jornal do povo para servir

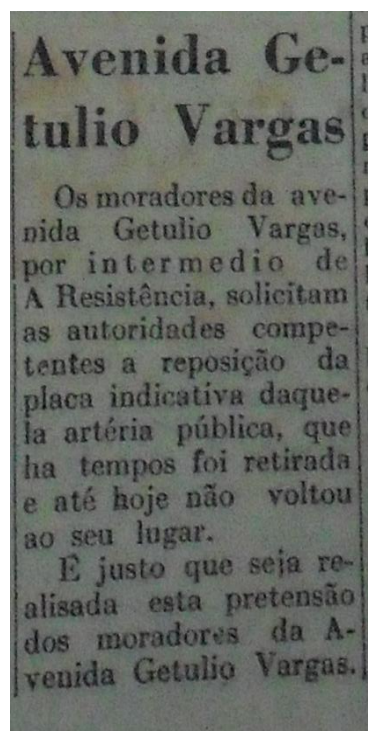
¹⁷⁷ APEJE.

¹⁷⁸ POLITICA MUNICIPAL in: *A Resistência*, Ano I, Nº 6, Garanhuns, 14 de maio de 1955, p. 6.

ao povo” assim como, o seu diretor-gerente, José Cardoso da Silva, que era candidato à vereador nas eleições de 1955 em Garanhuns.

Para tanto é relevante constatar que a UDN secção Garanhuns seguia uma linha contrária à UDN nacional, pois a secção Garanhuns exaltava Getúlio Vargas diferente da UDN nacional, como pode ser lido na Figura 1.

Figura 22: A Resistência, Ano I, N° 6



Fonte: APEJE

A nomeação de ruas e avenidas é um ato simbólico construtor de memórias e lembranças¹⁷⁹, e exerce uma influência política na medida em que grava personagens e/ou acontecimentos no cotidiano das pessoas. Levando isto em consideração é relevante que os moradores da referida avenida tenha procurado o jornal *A Resistência* para que a placa fosse reposta, isto reforça o vínculo que a população da referida avenida atribuía aos candidatos da UDN como representantes de um continuísmo do que Getúlio Vargas representava ou pelo menos como pessoas capazes de reestabelecer uma placa que foi retirada como um ato político que influía pejorativamente no cotidiano destes cidadãos, na medida em que passavam a ter seu ponto de localização dificultado.

¹⁷⁹ (RICOEUR, 2007), elabora uma ampla discussão acerca dos fenômenos da memória e suas relações com a historiografia. Aqui está sendo levado em consideração à diferenciação que o referido autor faz entre memória (enquanto lembrança) e a imaginação, pois somente na primeira é que há sensação de tempo transcorrido enquanto na segunda pode ser criada uma temporalidade exclusiva da narração contada. Embora a memória e a imaginação tenham uma proximidade, pois ambas se tratam de representações da presença de algum ausente. Porém a lembrança imediata ou secundária só existe numa determinada duração temporal.

Outra questão a ser levantada é o porquê destes cidadãos não terem procurado o jornal *O Monitor*, que pertencia à diocese de Garanhuns, para resolver este problema. O que nos remete ao posicionamento político deste outro periódico de Garanhuns.

Para responder as questões acima levantadas vejamos um crítica realizada no jornal *A Resistência* direcionado ao *O Monitor*:

Tire a Máscara!

Em suas ultimas edições, O MONITOR, órgão de imprensa católica desta cidade, quebrando a sua invejável linha de conduta, tão habilmente traçada desde a sua fundação, vem se esquecendo de sua orientação religiosa, para se intrometer no campo político-partidário.

E, com essa revelação, está entrando na seara do facciosismo, relegando a plano inferior, a divina, pois, se arvorando de crítico em matéria administrativa, está fazendo o jogo político de certa facção e ao que parece, de outra coisa não cuida.

Mas, vamos por parte, refutar certas e descabidas assertivas que naquele órgão foram dadas a estampa, sobre CALÇAMENTO, que é seu tema predileto, para afirmar que tudo está errado.

No tempo ditatorial, quando o então prefeito daquela época, que por sinal ainda é o mesmo de hoje, pretendeu pavimentar a praça da Bandeira, que tanto beneficiou o Ginásio de Garanhuns, educandário católico que honra as tradições de cultura, solicitou ao dr. PELOPIDAS SILVEIRA, então Diretor do Departamento de Obras Públicas do Estado, que ordenasse a vinda de um técnico daquela repartição, para fazer o devido levantamento topográfico e consequente planta, daquele local. Sendo atendido no seu pedido, por aquela autoridade, chegou aqui um técnico urbanista carioca, que se encontrava à disposição daquele Departamento, o qual, depois de acurado estado, entregou a Prefeitura a competente planta, a qual foi rigorosamente executada em todos os seus detalhes.

Ora, quem está errado O Prefeito que executou à risca um traçado técnico ou O MONITOR que se intromete num campo, onde a sua ignorância é simples alvar?

E ainda tem o calçamento que ora está se fazendo na Avenida Pau Pombo, que vai beneficiar as oficinas de O MONITOR. E' corriqueiro que as ruas desta cidade, desde tempos remotos, são sinuosas e irregulares. Veja-se a Avenida Santo Antonio, a Rua Dom José, a Rua Dr. José Mariano e muitas outras. A precitada Avenida Pau Pombo, começa com a largura mais ou menos de 12 metros e vai estreitando até cerca de 8 metros, no seu final. E' certo que pode-se fazer a pavimentação com a largura inicial e seguir com a mesma até a sua extremidade. Mas, para tanto, existem fatores que o O MONITOR, como sempre ou desconhece ou faz vista grossa, pois, torna-se necessário desapropriar muita coisa por ali abaixo. Com esta largura, o imponente edifício do SESC ficará sem calçada e ter-se-á de cobrir uma galeria existente, que vive caindo em diversas partes e que vive em consêto perene.

Que deve o administrador fazer diante dessas consequências? Fazer nova galeria e por falta de ver abandonar o calçamento? Fazer o calçamento com a faixa de 12 metros, unicamente para satisfazer O MONITOR e desapropriar terrenos que existe no traçado daquela artéria? Já

Continua na 4ª pag.

Continuação da 1ª pag.

que aquele órgão se arvora de mentor administrativo, devia indicar as verbas necessárias e todas as possibilidades para ser tudo resolvido a seu bel prazer.

Trouxe algum prejuízo para os proprietários ali localizados o calçamento com a faixa de 8 metros? Pelo contrário, pagarão menos taxa de calçamento e ficarão com suas calçadas com o leito mais amplo.

-

Entretanto, assim não entende a direção de O MONITOR. Avançando o sinal, metendo-se a urbanista, vendo êrro em toda parte, se esquece do mais deprimente, do mais lamentável em matéria urbanística. Si O MONITOR, hoje se mostra tão zeloso pelo alinhamento desta cidade, porque voou como ave de rapina, no terreno onde se

acha localizado sua oficina, quando este seu prédio corta uma avenida que vem do Morro do Triunfo e devia se prolongar até a propriedade dos herdeiros de Manoel Clemente? Ora isso é ascender uma vela a Deus e outra ao capíroto... Já dizia Apetea: - “não suba o sapateiro acima de suas chinelas...”¹⁸⁰

Lendo o texto acima não é irrelevante quando o nome de Pelópidas Silveira é escrito em letras garrafais, pois o antigo Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de Pernambuco estava concorrendo as eleições municipais de Recife, pela Frente do Recife, através da coligação PSB-PTB e com o apoio do PCB (que estava na ilegalidade desde 1947). Mais atrás pode ser lido, na carta do general Cordeiro de Farias, que Monsenhor Arruda Câmara, líder do PDC estava alinhado com a “estratégia conciliatória” de Etelvino Lins desde as eleições para governador em 1954, e neste momento a Liga Eleitoral Católica faz oposição a candidatura de Pelópidas Silveira e apoia Jarbas Maranhão, que lançou sua candidatura pelo PSD. Inclusive o advogado Wandenkolk tenta impugnar a candidatura de Pelópidas Silveira acusando-o de ser comunista, para isso relata Cavalcanti (1978):

Como “prova”, juntou Wandenkolk um bilhete subscrito pelo candidato e dirigido ao Deputado Clodomir Moraes, apontado também por Wandenkolk como comunista. O bilhete, que continha realmente a assinatura de Pelópidas Silveira, apurou-se depois que teria sido fraudulentamente aproveitado de algum ofício da época em que o candidato exercera o cargo de prefeito, com espaço em branco entre o teor do documento e assinatura de Pelópidas. Seus dizeres, datilografados, eram lacônicos. “Clodomir. Continuo firme no ponto de vista ideológico. Conveniente incriminar Ivan. Pelópidas Silveira”.

A farsa não enganava ninguém servindo apenas para dar corpo, embora ridicularmente, a outras provocações das velhas camarilhas políticas de Pernambuco, ante o crescimento da “Frente do Recife”. Ninguém subscrevia um bilhete tão curto e redigido em termos tão íntimos e pessoais, apondo em seguida seu nome completo. A expressão “continuo firme no ponto de vista ideológico” nada queria dizer, por sua vagueza. Sobre ser grosseira, a chantagem não tinha valor jurídico, como prova de filiação a nenhum partido, muito menos ao Partido Comunista. Ademais, o tal Ivan não existia. (...).

De qualquer modo, o tribunal teria de apreciar o recurso. A imprensa fizera escândalo em todo da impugnação, crescendo as expectativas. No dia do julgamento, a cidade ficou com os ouvidos pregados nos rádios, que transmitiam a sessão do tribunal, lance por lance. Grande multidão se postava diante do Palácio da justiça, aguardando o resultado.

Pelópidas e eu encontrávamos-no em casa de seus pais, atentos à aguardada decisão do Tribunal Eleitoral, acompanhando a marcha da votação pelo rádio. Ao telefone, Pelágio, irmão de Pelópidas, punha-nos a par do julgamento, detalhe por detalhe. Quando o rádio e o telefone anunciaram: “Negado o recurso, por unanimidade!” – saímos de automóvel para o centro da cidade, já aí o povo nas ruas cumprimentando Pelópidas.

Embora o relato acima seja de um partidário e amigo de Pelópidas Silveira, que acompanha de perto os acontecimentos, importante é notar que tentam obstruir a candidatura de Pelópidas Silveira através da impugnação sua candidatura através de um documento forjado para acusá-lo de comunista.

¹⁸⁰ **Tire a Máscara** in: *A Resistência*, Ano I, Nº 6, Garanhuns, 21 de abril de 1955, p. 1 e 4.

Melhor entendendo a conjuntura da candidatura de Pelópidas Silveira continuemos analisando o artigo “**Tire a Mascarál**” que se constituía em um ataque direto à linha política adotada pelo jornal *O Monitor*, órgão da Ação Católica e da Diocese de Garanhuns, que nesta época já estava sob o comando do 5º bispo de Garanhuns, Dom Francisco Expedito Lopes clérigo marcadamente alinhado com o processo de romanização¹⁸¹.

No referido artigo publicado em *A Resistência* além das críticas aos posicionamentos políticos contidos no jornal *O Monitor*, há também outra relacionada a doação de terreno que é feita para o referido jornal, além de trazer à tona os benefícios que o então prefeito, Celso Galvão, no “tempo ditatorial”, período que também era prefeito, fez para Igreja Católica, quando pavimentou a praça da bandeira, em frente ao “Ginásio de Garanhuns, educandário católico que honra as tradições de cultura”. O artigo é carregado de um discurso que se emaranha entre o elogio ao educandário católico e entre à linha editorial do jornal *O Monitor* que acende “uma vela a Deus e outra ao capíroto”¹⁸². Ao mesmo tempo em que faz questão de citar que a pavimentação que passa entre a praça da bandeira e o referido educandário foi realizada durante a ditadura, quando Celso Galvão era prefeito, como se o período ditatorial não houvesse terminado em Garanhuns quando cita esta relação entre as ações do prefeito beneficiando a Igreja Católica, pois Celso Galvão na época em que o artigo foi publicado estava exercendo o cargo de prefeito, mas desta vez posto no poder através de eleições diretas. Um caso que pode parecer contraditório era o fato de Francisco Figueira, candidato apoiado pelo Jornal *A Resistência*, ser o então vice-prefeito da cidade, mas é importante lembrar que as eleições para prefeito e vice-prefeito eram em chapas separadas.

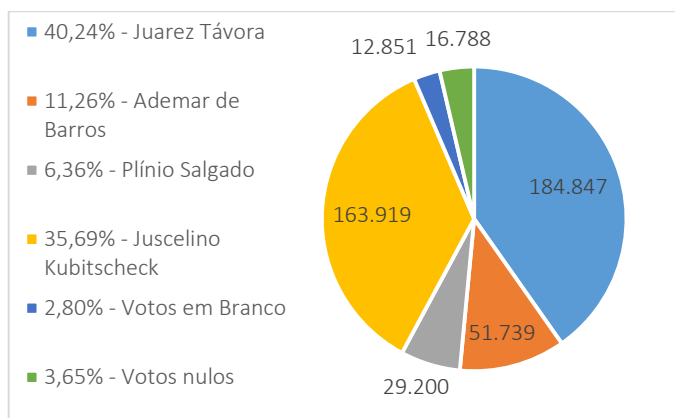
3.2. O Resultado das Eleições para Presidente da República de 1955.

Juscelino Kubistchek¹⁸³ e João Goulart ganham as eleições para presidente e vice-presidente, respectivamente. Vamos analisar como foi a apuração total em Pernambuco, Recife e Garanhuns através dos Gráficos 5, 6, 7 e 8.

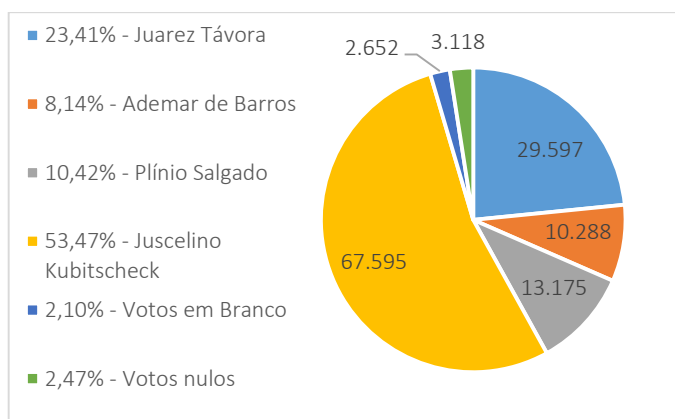
¹⁸¹ Segundo (SILVA, 2003 p. 96) “O processo de Romanização (...) ocorre simultaneamente ao pontificado do papa Pio IX, que condenou o mundo moderno, tanto na encíclica *Quanta Cura* quanto no *Syllabus*, seu complemento. As Congregações, as novas Ordens aqui chegaram, ou as antigas Ordens que estava sendo restauradas, passaram a atuar no espírito que a Sé Romana emanava naquele período, um espírito conservador, reacionário ao mundo moderno, acesso às inovações. A Romanização trouxe consigo o espírito reacionário, ou conservador, que experimentava a Igreja Católica na Europa.”

¹⁸² **Tire a Máscara** in: *A Resistência*, Ano I, Nº 6, Garanhuns, 21 de abril de 1955, p. 1 e 4.

¹⁸³ Bastante significativa é uma reunião a qual Juscelino Kubistchek diz ter sido convidado, pelo então senador do PSD Nereu Ramos, na casa do mesmo, com o então governador de Pernambuco Etelvino Lins. Segundo o ex-presidente: “Eu vim de Belo Horizonte para essa reunião. Nereu presidia a reunião, e não disse uma palavra,

Gráfico 5: Eleições para Presidente 1955 - Pernambuco

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

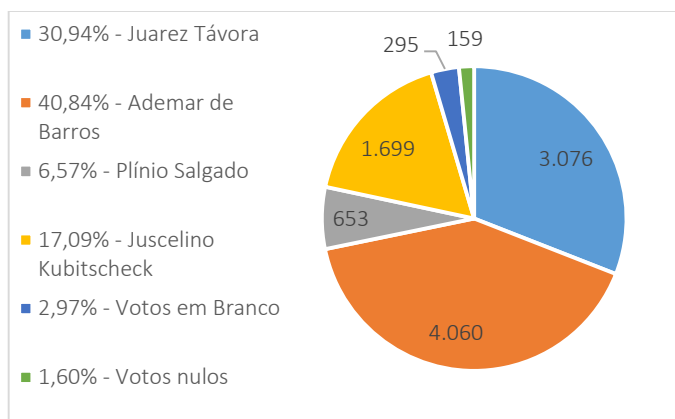
Gráfico 6: Eleições para Presidente 1955 – Recife*

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

deixou Etelvino falar o tempo todo. Etelvino fez uma série de considerações, para chegar à proposta de que deveríamos adiar as eleições de 3 de outubro. Isso foi nos primeiros dias de setembro. Dizia Etelvino que não havia possibilidade para as eleições, por causa da agitação que havia no país, dos traumas por que o país tinha passado. Ele disse que já havia conversado com elementos da UDN – todos estavam de acordo – e queria fazer-me um apelo. Aí eu disse: “Olhe, governador (...) lamento profundamente, mas não posso transigir com isso. E lutarei com todas as armas que tenho e que, felizmente, são fortes. Lamento, mas não posso transigir. O adiamento das eleições significará um retrocesso no Brasil, que foi interrompido com a eleição de Getúlio, e que poderá novamente destruir a democracia e o regime constitucional”.” (OLIVEIRA, depoimento, 1974 pp. 7, 8)

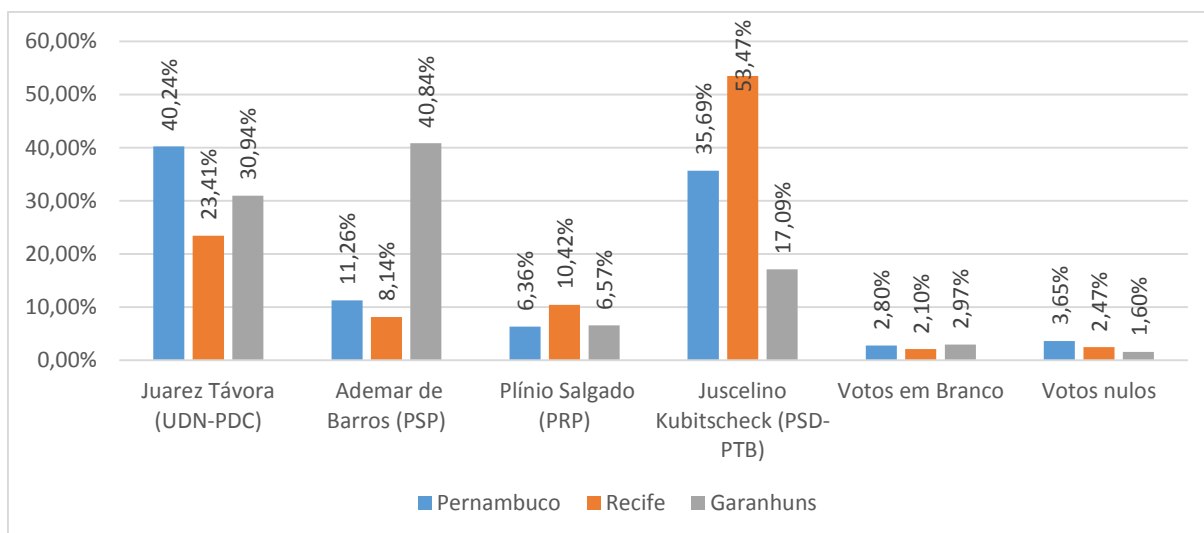
* É importante ressaltar que constatei três erros na contagem dos votos em Recife, pois a somatória da 8ª e 9ª zonas eleitorais (nesta época Recife era dividido em 9 zonas eleitorais) que constam no documento são 10.502 e 12.711, respectivamente e um na somatória total de votos das 9 zonas eleitorais do Recife que no documento é 128.407. Na elaboração dos cálculos constatei que a somatória da 8ª zona eleitoral era 8.502, enquanto a 9ª era 12.729, enquanto a somatória total das 9 zonas eleitorais do Recife dá 126.425. O que implica uma diferença de 2.000 votos na 8ª zona eleitoral, 18 na 9ª zona eleitoral e 1.982 no total das nove zonas eleitorais do Recife. Assim como nos Gráficos anteriores usei a somatória individual de cada candidato para elaborá-los. Em todos os Gráficos e Tabelas que elaborei somente constei estes erros de contagem nas atas do TER-PE. Estes erros de contagem são significantes, pois influem diretamente na somatória da contagem de todo o estado, mas não consegui identificar quem foi o candidato que se beneficiou com estes votos, visto que analisei somente os dados de Recife, Garanhuns e o resultado de todo o estado no qual é feito a somatória de todas as zonas eleitorais de cada município. É necessária uma análise mais metódica destas eleições, verificando-se a somatória de cada zona eleitoral para

Gráfico 7: Gráfico 6: Eleições para Presidente 1955 - Garanhuns



Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

Gráfico 8: Comparativo de votos em para Presidente 1955: Pernambuco, Recife e Garanhuns.



Fonte: Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

Como pode ser lido nos Gráficos 5 e 8 o candidato mais votado em todo o estado de Pernambuco foi o general Juarez Távora¹⁸⁴ com 40,24% dos votos ficando pouco à frente de Juscelino Kubitschek que obteve 36,96%. Uma possível explicação para a ampla votação que

conferir se mais erros como estes ocorreram e tentar descobrir qual candidato acabou por se beneficiar destes votos a mais.

¹⁸⁴ Juarez Távora nasceu em 14 de janeiro de 1898 na Fazenda Embargo no estado do Ceará e entrou como aspirante na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro em 1919. Participou da segunda revolta tenentista em 1924 contra o então presidente Arthur Bernardes e em 1926 participa da Coluna Prestes juntamente com Cordeiro de Farias e outros, nesta ocasião Arthur Bernardes é preso em combate sendo libertado durante o governo de Washington Luís. No Nordeste comandou as forças que apoiavam Getúlio Vargas em 1930 e acabou por receber o apelido de “Vice-Rei do Norte”, participou da repressão a Revolta Constitucionalista de 1932. Foi Ministro da Agricultura e dos Transportes antes da ditadura do Estado Novo e durante esta foi adido militar no Chile. Também foi o segundo, depois de Cordeiro de Farias, a assumir o comando da Escola Superior de Guerra entre 11 de dezembro de 1952 e 20 de agosto de 1954. Estas informações foram retidas de Farias (1981), Cezar (2015) e ESG (2014).

Juarez Távora obteve no estado de Pernambuco é o apoio que o general Cordeiro de Farias, então governador do estado, lhe forneceu.

É importante compreender que em fevereiro de 1954, 84 coronéis e tenentes-coronéis assinam um manifesto que ficou conhecido como Memorial dos Coronéis que segundo o jornal *A Tribuna da Imprensa*¹⁸⁵ era dividido em seis pontos:

- 1 – Reaparelhamento do Exército
- 2 – Hospitais e quartéis.
- 3 – A elevação do salário mínimo proposta pelo ministro Goulart e a injustiça que isto representa para com os sargentos, cabos e soldados, que ganham soldos inferiores.
- 4 – O projeto atribuindo letra “O” aos funcionários universitários.
- 5 – A onda de corrupção que cada vez mais se alastra mais sem que haja providência por parte do Governo.
- 6 – A expansão comunista considerada, pelo manifesto, cada vez mais grave sobre a qual também nenhuma providência toma o Governo.¹⁸⁶

Como podemos ler, este setor do exército estava revoltado com o aumento de 100% no salário mínimo que o então ministro do trabalho, João Goulart, tinha dado. Inclusive João Goulart é afastado do ministério em decorrência disto, mas Getúlio Vargas mantém o aumento. Outra questão presente era o anticomunismo.

Quando o presidente se suicida e assume o vice presidente Café Filho¹⁸⁷, este forma um “ministério conservador e antigetulista formado por membros da UDN, entre eles o General Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes (...)” (CUNHA, 2007 p. 88) onde Juarez Távora ocupou o Ministério da Casa Civil.

Em decorrência da morte de Getúlio Vargas, em janeiro de 1955:

(...) a cúpula militar do governo Café Filho encaminhou ao presidente um documento sigiloso afirmando que a candidatura de qualquer líder militar à sua sucessão não encontraria respaldo nas forças armadas, ressaltando ainda a conveniência de um candidato único e civil, desde que merecesse a aprovação das lideranças militares. Assinaram o memorial os três ministros militares, os generais Juarez Távora (chefe da Casa Militar), Canrobert Pereira da Costa (chefe do EMFA e presidente do Clube Militar) e Álvaro José Henrique de Castro (chefe do Estado-Maior do Exército), o marechal Mascarenhas de Moraes, o almirante Saladino Coelho (chefe do Estado-Maior da Armada) e o brigadeiro Gervásio Duncan (chefe do Estado-Maior da Aeronáutica) (FARIAS, 1981 p. 446)

¹⁸⁵ Este jornal cujo proprietário e diretor era Carlos Lacerda, um dos principais críticos de Getúlio Vargas e sua política, era extremamente agressivo com relação ao então presidente Getúlio Vargas. Inclusive uma questão que gerou grande instabilidade no último governo de Getúlio Vargas foi quando Carlos Lacerda supostamente levou um tiro no pé e morreu o major Rubens Vaz. Para maiores informações ler: Neto (2014), Castro Gomes et al. (1994) e Skidmore (1982).

¹⁸⁶ **O Memorial dos Coronéis** in: *Tribuna da Imprensa*, Ano VI, N. 1.261, terça feira, 16 de fevereiro de 1954, p. 1.

¹⁸⁷ Em entrevista o ex-presidente Juscelino Kubistchek diz que o vice presidente, Café Filho, já tinha rompido com Getúlio Vargas e que em “(...) 1954, vimos que o suicídio de Getúlio conseguiu manter a Constituição, porque ele já estava praticamente deposto – à frente de seu governo já estava um vice-presidente inteiramente solidário com a UDN; tinha-se transformado num udenista. Mas, com o suicídio, o trauma, o choque, que a nação levou foi tão forte, que a Constituição sobrepujou e o regime constitucional continuou.” (OLIVEIRA, depoimento, 1974, p. 3)

Por estes motivos é que o general Juarez Távora se exonera da Casa Milita para concorrer às eleições de 1955. Quando o referido estava em Pernambuco e o avião que a Aeronáutica tinha emprestado não pode decolar, Cordeiro de Farias diz para Juarez Távora: “Vim oferecer-lhe um avião, mas fique tranqüilo porque não se trata de propriedade do estado. Pertence a uma pessoa amiga, um usineiro residente em Recife, que colocou o avião à minha disposição a fim de que eu oferecesse a você” (FARIAS, 1981 p. 448) O general e então governador de Pernambuco também relata que: “Duas semanas antes das eleições, chamei todos os chefes políticos do interior, conversei com eles e pedi que votassem em Juarez. Ele saiu vitorioso em Pernambuco, graças também à Etelvino, que deu inteira liberdade a seus amigos para decidir em quem votar.” (Idem, Ibidem, p. 449). Estes acontecimentos e alianças ajudam a tecer uma compreensão acerca da vitória de Juarez Távora em Pernambuco.

Já em Recife, Juscelino Kubitschek ganha com ampla vantagem perante os outros candidatos com 53,47% dos votos, por exemplo, o segundo colocado Juarez Távora ficou apenas com 30,94% dos votos. Segundo Soares (1982), Pandolfi (1984) e Santos (2009) a vitória de Juscelino Kubitschek em Recife se deveu em grande parte ao apoio que os comunistas lhe deram.

Para compreender a grande votação que Ademar de Barros teve em Garanhuns, ficando com 40,84% dos votos em detrimento de Juarez Távora que ficou em segundo com 30,94%, vamos a 2ª reunião legislativa da 3ª sessão ordinária da CMVG, realizada em 11 de agosto de 1955.

Neste dia o vereador Uzaze Canuto se refere a um discurso proferido por um deputado de Caruaru, que em comício defendia a candidatura de Ademar de Barros a presidência da República, neste sentido relata o vereador:

(...) eram inflamáveis revestidas de ataques aos seus adversários, não se enquadrando com a época, pois já foram-se os comícios de retalhamento pessoal. Assim faz um apelo no sentido de que a campanha que se aproxima, em Garanhuns, seja feita com discursos enaltecendo as qualidades boas dos seus candidatos, sem tocar nos adversários.¹⁸⁸

Neste momento Uzaze Canuto é bastante aparteado pelos vereadores Raimundo de Moraes, Fausto Souto Maior e Luiz Pereira Júnior, até quando Raimundo de Moraes pede o uso da palavra e se referindo ao pronunciamento do Uzaze Canuto diz:

(...) que estava em Caruaru por ocasião do citado comício do Sr. Ademar de Barros. Apesar das palavras do deputado a quem o vereador Uzaze Canuto se referiu, serem violentas, foram, as que, mais arrancaram aplausos da massa aglomerada diante da tribuna dos oradores.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 81.

¹⁸⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 81.

Depois destes acontecimentos não houve mais referências as eleições presidenciais de 1955, nas atas da CMVG, até o dia 16 de agosto de 1955 quando na 5ª reunião legislativa da 3ª sessão ordinária da CMVG, o vereador Raimundo de Moraes se referindo a sessão de maio¹⁹⁰, onde ocorreram as discussões acerca da candidatura de Etelvino Lins, diz que:

(...) foi lido nesta Casa um documento em que seis vereadores não tomavam deliberações políticas, enquanto não estivessem resolvidos os entendimentos. Mas, agora que já chegaram a uma conclusão. Faz uma declaração perante a Casa de solidariedade à Candidatura do Senhor Ademar de Barros a Presidência da Republica. Pelo exposto, no que se refere a presidência da Republica não há mais motivos de estar o meu nome figurando no referido documento.¹⁹¹

Ao ler a citação supracitada, não resta dúvidas com relação a quem Raimundo de Moraes, um dos vereadores mais influentes em Garanhuns decidiu apoiar para as eleições presidenciais de 1955. Resta analisar qual posicionamento dos demais vereadores de Garanhuns, para isso serão analisados mais dois artigos publicados no jornal *A Resistência*, leia-se o primeiro:

Se o Lider populista, atender aos apelos feitos, por seus correligionários, e constar com os descontentes das contras candidaturas, vai ser Deus nos acuda, que se preparem os adversários de Ademar de Barros, pois a parada é difícil e Ademar vem com grande eleitorado ao seio das urnas.¹⁹²

Ao analisar que as candidaturas (para vereador dos candidatos Uzzae Canuto e José Cardoso e para prefeito e vice prefeito de Francisco Figueira e Luiz Branco, respectivamente), são divulgadas neste mesmo periódico, conclui-se que estes políticos influenciaram o eleitorado de Garanhuns a votar em Ademar de Barros.

Já o segundo texto é referente a candidatura do general Juarez Távora:

Neste pais onde tudo falta (...) As ultimas informações dão como certa a candidatura de Juarez Tavora, com apoio do P.D.C. Ninguém entende o partido de Monsenhor Câmara. (...) Hoje volta-se contra os aliados de ontem (...) Sendo assim o lema do Monsenhor é o seguinte: um dia com Deus e outro com o diabo.¹⁹³

Como já exposto mais acima, monsenhor Arruda Câmara, líder do PDC, tanto apoia a candidatura do general Cordeiro de Farias para governador de Pernambuco em 1954, como também busca fazer funcionar o “esquema Etelvino”, ao tentar manter Etelvino Lins como um candidato suprapartidário a presidência da República. Porém quando Etelvino Lins desiste de sua candidatura, monsenhor Arruda Câmara e o PDC seção Pernambuco passam à apoiar o general Juarez Távora.

¹⁹⁰ Embora nesta sessão não esteja especificado qual dia de maio ou qual sessão de maio o vereador Raimundo de Moraes estava se referindo, concluo que o citado vereador estava falando da 3ª reunião legislativa da 2ª sessão ordinária da CMVG, realizada em 11 de maio de 1955, pois esta é a única no mês de maio de 1955 em que há discussões referentes a sucessão presidencial de 1955.

¹⁹¹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 89.

¹⁹² **Ademar vêm ai...** in: *A Resistência*, Ano I, Nº 6, Garanhuns, 14 de maio de 1955, p. 1

¹⁹³ **Política Mais um candidato** in: *A Resistência*, Ano I, Nº 6, Garanhuns, 14 de maio de 1955, p. 1

Não menos relevante é a forma como o discurso do jornal *A Resistência*, é construído, ao escrever que o lema de monsenhor Arruda Câmara é passar “um dia com Deus e outro com o diabo”¹⁹⁴ assim como vincular as críticas políticas do jornal católico *O Monitor* como um acordo com Deus e o Diabo, ao escrever que “(...) isso é ascender uma vela a Deus e outra ao capíroto.”¹⁹⁵ Estes discursos não são apenas uma forma de criticar os membros do clero que participam de questões vinculadas a política partidária, é também uma forma de vincular o clero à representação¹⁹⁶ do Diabo.

Esta construção representativa que busca consolidar um elo entre o clero e o Diabo, existente nos artigos do jornal *A Resistência*, me remeteu a um conto de Gibran Khalil Gibran intitulado: Satanás. Onde o referido autor constrói uma narrativa em que o personagem Simão, que no conto é tido como “um guia no campo das questões espirituais e teológicas, porque êle era uma autoridade e uma fonte de informações profundas em pecados veniais e mortais, muito versado nos segredos de Paraíso, Inferno e Purgatório.” (GIBRAN p. 37), encontra Satanás deitado no chão “correntes de sangue fluindo de feridas profundas abertas na cabeça e no peito.” (Idem, p. 37), implorando para ser salvo.

Simão ainda sem saber da identidade do enfermo, supôs que aquele à agonizar era algum ladrão, assassino ou malfeitor e decide por prosseguir quando o moribundo grita “Não me deixes! Estou morrendo!” (Idem, p. 37), após isto Simão retorna e é iniciado um diálogo direcionado para a descoberta da identidade do enfermo.

Ao descobrir de quem se tratava, Simão começa a condenar Satanás e a exaltar o arcanjo Miguel, que era quem tinha deixado Satanás naquele estado, só não o matando porque ele tinha se fingido de morto.

É neste momento em que Satanás começa a criticar Simão, pela razão de o amaldiçoar numa hora de derrota, e argumenta para o mesmo:

(...) embora eu sempre tivesse sido, e ainda continuo sendo, a fonte da tua tranqüilidade e felicidade... Negas-me a tua bênção e não me proteges com a tua bondade, mas vives e prosperas à sombra do meu ser... Fizeste da minha existência

¹⁹⁴ **Política Mais um candidato** in: *A Resistência*, Ano I, Nº 6, Garanhuns, 14 de maio de 1955, p. 1

¹⁹⁵ **Tire a Máscara** in: *A Resistência*, Ano I, Nº 6, Garanhuns, 21 de abril de 1955, p. 1 e 4.

¹⁹⁶ O conceito de representação aqui usado é o de Chartier (2002), segundo o referido autor: “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (Idem, ibidem, p. 17)

uma escusa e uma arma para a tua carreira, e empregas meu nome para a justificação dos meus atos. Não foi o meu passado que te tornou uma necessidade o meu presente e o meu futuro? Já atingiste o teu objetivo de juntar o ouro ambicionado? Já achastes impossível extrair mais ouro e prata de teus seguidores, usando o meu reino como uma ameaça? “Não sabes que morrerás de fome se eu morrer? O que farás amanhã se permitires que eu morra hoje? Por décadas percorreste estas aldeias, advertindo o povo do perigo que havia em cair em minhas mãos. Eles compraram os seus conselhos com os seus pobres dinares e com os produtos de suas terras. O que eles comprarão de ti, amanhã, se descobrirem que o teu perverso inimigo não existe mais? Tua ocupação morrerá comigo, pois que o povo estará livre de perigo. Como padre, não imaginas que a existência de Satanás, sòzinho, criou o seu inimigo, a Igreja? Aquêlê conflito antigo é a mão secreta que transporta o ouro e a prata da bolsa dos fiéis para a bolsa do pregador e do missionário. Como pode permitir que eu morra aqui, quando sabes, seguramente, que com isto perderás o teu prestígio, tua Igreja, teu lar, teu ganha-pão?” (Idem, p. 39, 40)

Deste ponto em diante, praticamente todo o conto é desenvolvido com Satanás contando a história da fé; que segundo os relatos dele foi construído através da ignorância de muitos e do conhecimento de poucos que manipulavam a maioria incutindo-lhes o medo e com este auferindo vastos lucros.

Depois de ouvir atentamente, Simão sacrifica seu ódio por Satanás em detrimento de seu amor a humanidade argumentando que:

Agora eu sei o que eu não sabia até bem uma hora antes. Perdoa a minha ignorância. Sei que a tua existência neste mundo cria a tentação, e a tentação é a medida pela qual Deus avalia o valor das almas humanas. É uma escala que Deus Todo-Poderoso usa para pesar os espíritos. Estou certo de que se morres, a tentação morrerá, e com esta morte destruir-se-á a força ideal que eleva e alerta o homem. Deves viver, porque se morreres e o povo viver a saber disso o seu medo do inferno desaparecerá e ele deixará os cultos, porque nada mais será pecado. Deves viver porque reside em tua vida a salvação da Humanidade do vício e do pecado. (Idem, p. 46)

E o conto termina com Simão carregando Satanás nas costas e sua batina toda ensanguentada, rezando fervorosamente pela salvação da vida do moribundo Satanás.

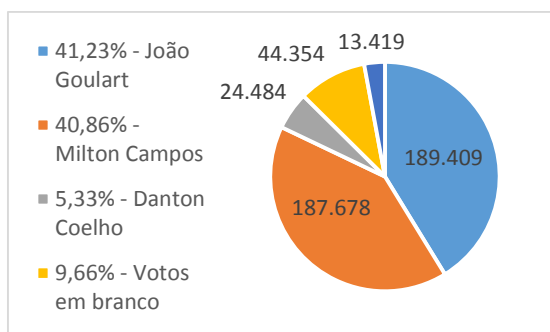
Enquanto no conto de Gibran Khalil Gibran a figura do Satanás é apresentada como a representação mais forte do sentimento medo, usada pela Igreja para controlar seus fiéis e alcançar seus objetivos particulares e materialistas. Assim sendo, no conto, a Igreja e o clero são aliados inseparáveis do Diabo. Já nos dois artigos do jornal *A Resistência* também é construída esta narrativa em que o clero e a Igreja são aliados do Diabo; aliança esta que forneceu um terreno para as gráficas do jornal católico *O Monitor*, o apoio a Celso Galvão prefeito no período ditatorial que em troca pavimenta a rua pertencente a um educandário católico e seguindo a mesma lógica as diferentes relações entre monsenhor Arruda Câmara, líder do PDC, e os políticos a serem eleitos. Porém é importante notar que o Satanás ao qual Gibran Khalil Gibran escreve pode ser entendido não como uma entidade metafísica, mas sim como a representação do medo gerada pela ignorância, que serve de ferramenta para conseguir

ganhos materiais, assim também podemos interpretar o Diabo e o capíroto apresentados no jornal *A Resistência*.

3.3. O Resultado das Eleições para Vice Presidente da República de 1955.

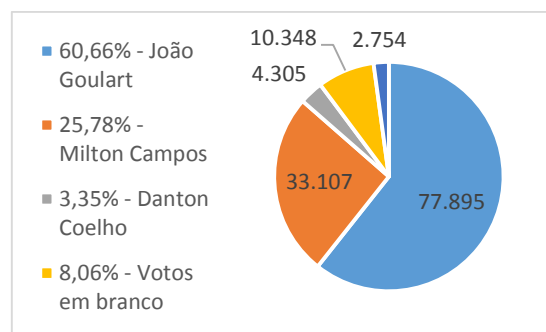
No tópico anterior foi discutido à apuração de votos para presidente da república em todo o estado de Pernambuco, Recife e Garanhuns; agora vamos analisar à apuração para vice presidente da república. Leia-se os Gráficos 9, 10, 11 e 12

Gráfico 9: Eleições para Vice Presidente 1955 - Pernambuco



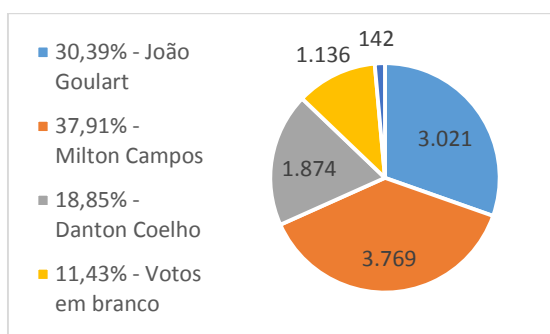
Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

Gráfico 10: Eleições para Vice Presidente 1955 - Recife

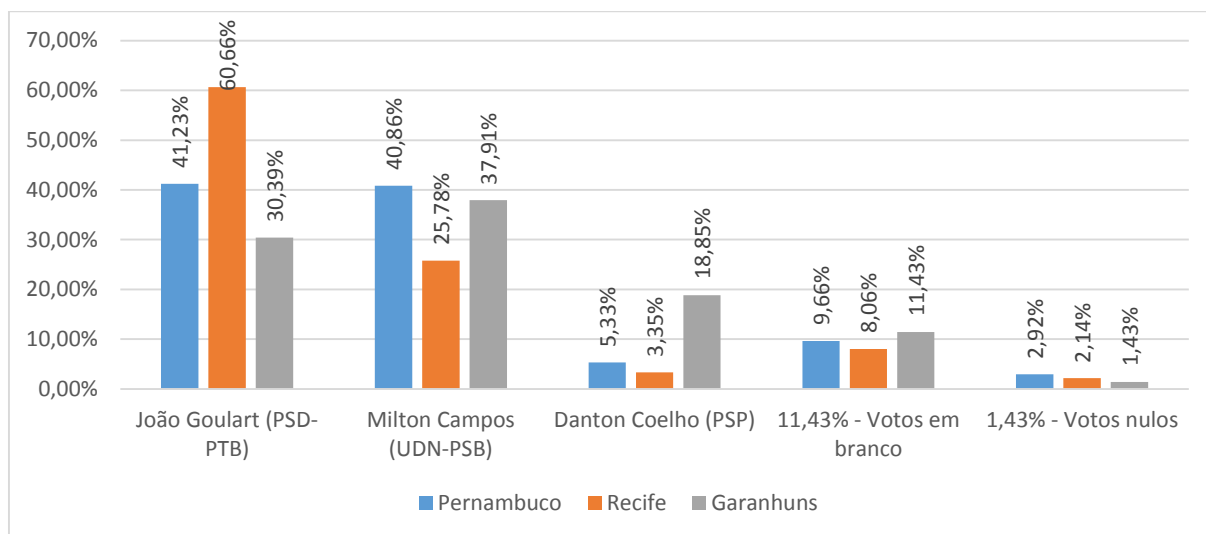


Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

Gráfico 11: Eleições para Vice Presidente 1955 - Garanhuns



Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

Gráfico 12: Comparativo de votos para Presidente 1955: Pernambuco, Recife e Garanhuns

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: Resultado final eleições p/pres. da .repúbl.. e vice dias 03-10-1955 e 03-10-1960. Referendum dia 06-06-1965 vaga câmara deputados.

Nesta época, como já comentado, a votação para presidente e vice presidente era feita em chapas separadas e nem sempre as composições partidárias eram as mesmas, como pode ser observado nos Gráficos 12 e 8 os únicos partidos que se coligaram buscando eleger o presidente e o vice presidente foi o PSD-PTB. A UDN se coliga com o PDC para eleger Juarez Távora presidente e com o PSB para eleger Milton Campos, já os remanescentes do movimento integralista que estavam no PRP tentaram eleger seu líder Plínio Salgado, mas não apoiam nenhum candidato a vice presidente. Algo parecido ocorre com o PSP que apresenta Danton Coelho como candidato a vice presidente e nenhum a presidente. Além do mais esta é uma visão generalizada que leva em consideração apenas as composições a nível nacional, pois levando em consideração o que discutido no tópico anterior é conclusivo que não existia uma lógica estrutural na qual os partidos e seus membros se enquadravam. Isto porque o apoio que um determinado candidato poderia receber a nível nacional poderia não ter nas bases destes partidos.

Estas análises acerca das divergências entre os diretórios nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos faz surgir uma questão: no período analisado existia democracia interna nos partidos políticos ou as deliberações eram tomadas de forma que não de cima para baixo? Isto ocorria no PSD, que segundo Hippolito (2012, p. 49)

(...) não era um partido fortemente centralizado, a articulação entre seus três níveis – nacional, regional e local – era bastante sólida. (...) Tal tendência, não se impedia o aparecimento de dissidências, permitia maior flexibilidade à estrutura do partido, com reflexo na própria dinâmica das decisões tomadas por ele, o que deu origem à crença mais ou menos generalizada de que “o diretório nacional do PSD só se reunia quando estava tudo resolvido.”

Já com relação a UDN são necessários trabalhos mais detalhados, analisando como eram as composições e acordos internos no referido partido. Porém é significativo que os vereadores da UDN secção Garanhuns tenham dado apoio à Ademar de Barros (PSP) para presidente da república e à apuração neste mesmo município referente a vice presidente tenha sido praticamente um empate entre João Goulart (PSD-PTB) com 30,39% dos votos e Milton Campos (UDN-PSB) com 37,91%

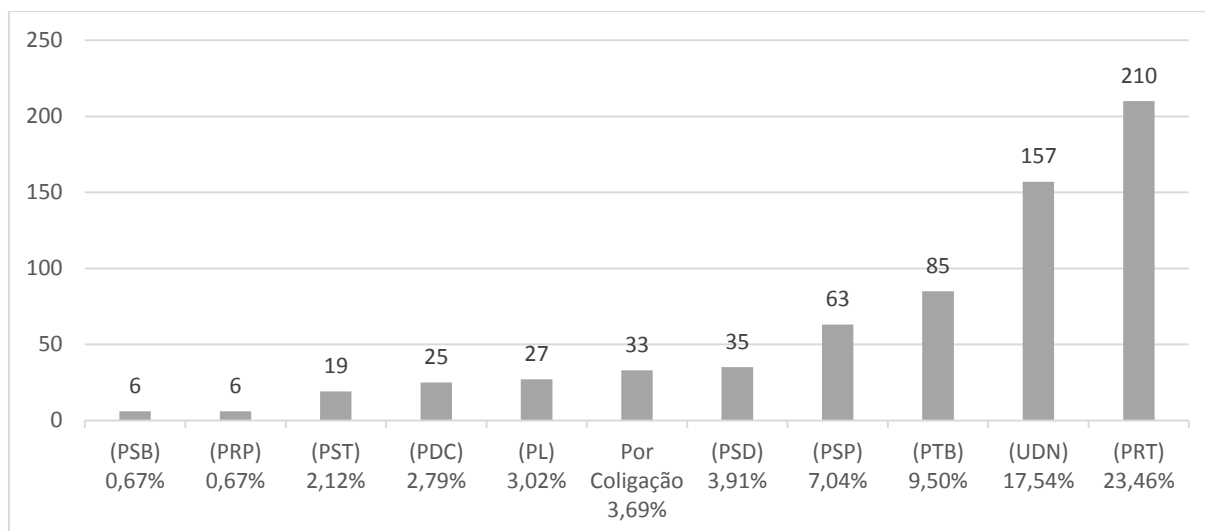
Na apuração geral do estado de Pernambuco a diferença entre Milton Campos (UDN-PSB) e João Goulart (PSD-PTB) é mais apertada, ficando cada candidato com 40,68% e 41,23% dos votos, respectivamente. Vale lembrar que na apuração para presidente, embora também apertada, quem ganha é Juarez Távora (UDN-PDC) com 40,24% e Juscelino Kubistchek (PSD-PTB) com 35,69%

Uma questão importante que não pode deixar de ser analisada são as bases eleitorais que cada partido dispunha, para isto serão analisadas as eleições municipais que também ocorreram em outubro de 1955.

3.4. O Resultado das Eleições Municipais de Pernambuco em 1955.

As eleições para vereadores, prefeitos e vice prefeitos ajudam a compreender a força eleitoral que cada partido tinha no estado como um todo, assim como nos municípios em específico, porém aqui serão abordados os dados gerais do estado de Pernambuco e especificamente em Garanhuns. Para iniciar leia-se o Gráfico 13 e Tabelas 3 e 4 que se referem a quantidade de vereadores que cada partido e cada coligação conseguiram eleger em Pernambuco.

Gráfico 13: Vereadores Eleitos por Partido - Pernambuco



Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 E 14-04-1957

Tabela 3: Vereadores Eleitos 1955 por Coligação - Pernambuco

Coligações	Em n.º	Em %
PSD-PR-PRT	9	27,27%
PSD-UDN-PTB-PRT	9	27,27%
PSD-PSP-UDN	5	15,15%
PSP-UDN	5	15,15%
PSD-PTB-PST-PSP	3	9,09%
PDC-PL	2	6,06%

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 E 14-04-1957

Tabela 4: Coligações Partidárias em 1955 - Pernambuco

Quantidade de Coligações por Partido	Em n.º	Em %
PSD	4	23,53%
PSP	3	17,65%
UDN	3	17,65%
PTB	2	11,76%
PR	1	5,88%
PRT	1	5,88%
PST	1	5,88%
PDC	1	5,88%
PL	1	5,88%

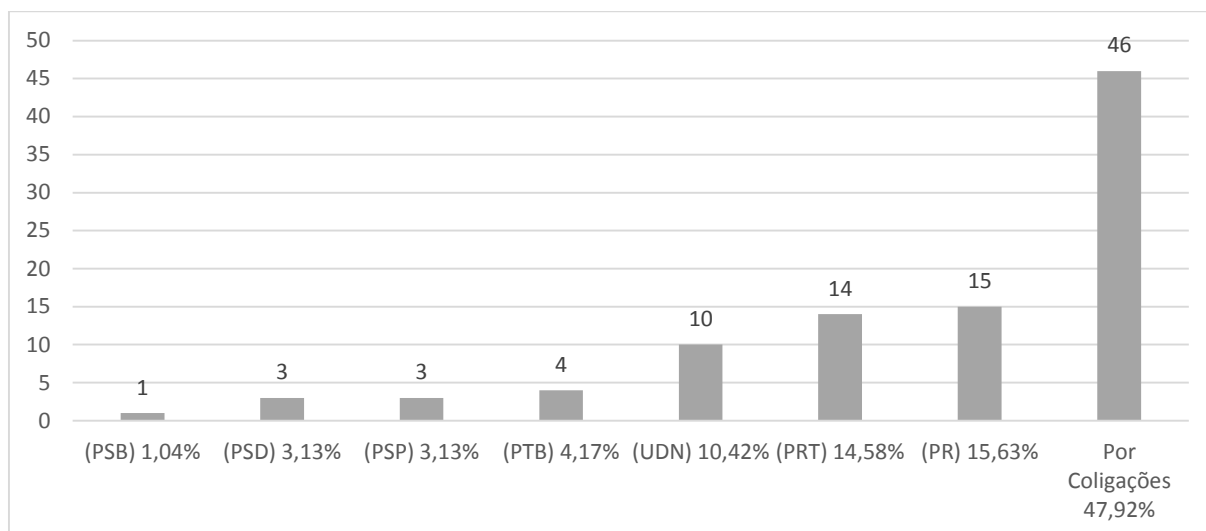
Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 E 14-04-1957

Comparando os dados do Gráfico 13 e da Tabela 3 é possível observar que as coligações para eleger vereadores no estado de Pernambuco como um todo, não foi de grande ajuda para os partidos coligados, pois o total de vereadores eleitos por coligação foi de 33 o que corresponde a somente 3,69% do total de vereadores eleitos em todo o estado, um número comparável com os partidos que menos vereadores conseguiram eleger, vide o Gráfico 13. Como pode ser lido na Tabela 4 o PSD foi o partido que mais realizou coligações para eleger vereadores.

Também é importante notar que o PSD perdeu bastante sua força eleitoral no estado. Se em 1954 Cordeiro de Farias, analisando as bases eleitorais em Pernambuco, escrevia em carta que a UDN tinha a maior base eleitoral: “(...) depois do P.S.D. que mantém cerca de 80 prefeitos em pouco mais de 90 municípios, a agremiação de maior contingente eleitoral.”¹⁹⁷ Esta realidade é modificada com as eleições de 1955.

Analise-se agora a quantidade de prefeitos que cada partido conseguiu eleger e o total de eleitos por coligações no Gráfico 14.

¹⁹⁷ Cpdoc/FGV: Arquivo Cordeiro de Farias.

Gráfico 14: Prefeitos Eleitos Pernambuco em 1955

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 E 14-04-1957

O PSD perde muito de sua base eleitoral no estado de Pernambuco em 1955 tanto nas Câmaras Municipais quanto nas Prefeituras Municipais. Porém podemos entender que os membros do PSD estavam cientes desta perda da força eleitoral que tinham nos municípios ao analisar a quantidade de coligações que o referido partido fez; para isso analise-se quais foram as coligações que conseguiram eleger prefeitos em Pernambuco no ano de 1955 através da Tabela 5.

Tabela 5: Prefeitos Eleitos por Coligação 1955 – Pernambuco

Coligação	Nº de Eleitos	Coligação	Nº de Eleitos	Coligação	Nº de Eleitos
PSD-PR	8	PSD-PRP-PR	1	UDN-PRT-PL	1
PSD-PRT-PR	5	PSD-PTB-PR	1	UDN-PTB-PL-PR	1
PSD-PRT	4	PSD-PRT-PST-PL	1	UDN-PRT-PSP-PTB	1
UDN-PRT	3	PSD-PSP-PTB-PST-PTN	1	UDN-PTB-PSP-PRT-PST-PDC	1
UDN-PR	2	PSD-PRT-UDN-PTB-PR	1	PSP-PL	1
PSP-PRT	2	UDN-PL	1	PSP-PRT-PR	1
PSD-PSP-PR	1	UDN-PSP	1	PSP-PRT-PTB	1
PSD-PRT-UDN	1	UDN-PSP-PR	1	PTB-PSP	1
PSD-PRT-PL	1	UDN-PTB-PR	1		
PSD-PRT-PTB	1	UDN-PTB-PSP	1		

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 E 14-04-1957

Os partidos que mais fizeram coligações foram respectivamente: o PTN, a UDN, o PSP e o PSD, como pode ser lido na Tabela 6.

Tabela 6: Nº de Coligações para eleição de Prefeitos - Pernambuco 1955

Partido	Coligações em Nº	Coligações em %
PRP	1	1,18%

PDC	1	1,18%
PTN	1	1,18%
PST	3	3,53%
PL	6	7,06%
PR	11	12,94%
PTB	11	12,94%
PSD	12	14,12%
PSP	12	14,12%
UDN	13	15,29%
PRT	14	16,47%
Total	85	100,00%

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 E 14-04-1957

Estes dados possibilitam afirmar que nas diferentes eleições; para presidente, vice presidente, vereadores e prefeitos, não obedeciam a mesma lógica. Como já exposto, Juscelino Kubistchek fica em segundo lugar (para presidente da República) com 35,69% dos votos em todo estado de Pernambuco através da coligação PSD-PTB, ficando em primeiro lugar João Goulart (para vice-presidente da República) pela mesma coligação com 41,23%. Mas estas quantidades de votos não se refletem nas eleições para vereadores e prefeitos, pois sem realizar coligações o PSD consegue eleger apenas 35 vereadores o que corresponde a 3,91% do total do estado e 3 prefeitos que corresponde a 3,13% do total do estado. Já o PTB elege apenas 4 prefeitos que corresponde a 4,17% do total de eleitos, e mesmo sendo o terceiro partido que mais elegeu vereadores com 85 eleitos que corresponde a 9,50% de todo o estado de Pernambuco, ele ficou longe dos números obtidos pelo PRT e pela UDN que respectivamente elegeram 210 vereadores que corresponde a 23,46% e 157 que corresponde a 17,54%.

Estas análises ajudam a reforçar o argumento de que a grande votação que Juscelino Kubistchek e João Goulart obtiveram em Pernambuco, principalmente em Recife, decorrem do apoio dos comunistas, pois sozinhos o PTB e o PSD em Pernambuco não conseguiram formar uma base eleitoral forte.

No próximo tópico será analisado as eleições municipais de Garanhuns assim como o transcurso do governo eleito.

3.3. Antecedentes das Eleições Municipais de Garanhuns em 1955.

Muitas vezes nos deparamos com análises políticas que falam da força de uma coligação partidária, de um partido ou mesmo de um político em específico. Porém uma questão importante que deve ser respondida é: como se constituem estes poderes? Aqui é compartilhada

a concepção exposta por Foucault de que não existe um poder *em si*, isolado, todo poder é relação. Mas isso não basta para responder o questionamento levantado. É necessário compreender na prática as lutas pelo poder.

Como exposto no tópico anterior, o ano de 1955 foi marcante para a história política de Pernambuco. Neste ano estavam atuando os recém eleitos deputados estaduais e senadores¹⁹⁸ e ocorreram eleições para presidente e vice-presidente da república, senadores, deputados federais e para o poder legislativo e executivo municipal em diversos municípios.

Em 1955 Recife ganha sua autonomia política, podendo o eleitorado de Recife votar para seu próprio prefeito. Antes, as eleições para prefeito do Recife ocorriam com os votos do eleitorado da capital e dos demais municípios do estado de Pernambuco. Neste mesmo ano é formada a Frente do Recife e fundada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), que foi rotulada de Ligas Camponesas no intuito de vincular sua imagem à de comunistas e subversivos, segundo Porfírio (2013, p. 36, 37)

Tal denominação para a SAPPP foi dada pelo jornal *Diário de Pernambuco* e adotada pelos trabalhadores. A imprensa buscava criar uma relação de continuidade entre essa organização camponesa de meados da década de 1950 com as Ligas Camponesas fundadas pelo Partido Comunista a partir de 1945, as quais fracassaram muito em decorrência da repressão sofrida pelo partido e seus integrantes ao ser posto na ilegalidade, em 1947. Afirma-se que esta foi uma estratégia para transferir esta condição de clandestinidade do partido para àquela sociedade. Mas talvez, este discurso pode ter sido produzido tomando por base a aproximação de Julião a setores do PCB e a participação de integrantes comunistas na fundação da SAPPP, viabilizando assim a ideia de uma recriação das Ligas Camponesas da década de 1940.

Antes de iniciar as análises referentes as conjunturas políticas e sociais inerentes a 1955 é necessário compreender alguns contextos do “fim” do Estado Novo, pois como bem coloca Souza (1990) e Pandolfi (1984) a destituição de Getúlio Vargas do poder executivo federal não constituiu uma ruptura brusca na qual: as práticas de repressão e do fisiologismo desapareceram. Este foi um processo marcado por rupturas e continuidades, pois:

A questão da democracia também se apresentava numa complexidade imprevista. Que democracia era aquela? O Estado Novo reaparecia apenas retocado na nova Constituição. Suas instituições básicas: o governo todo-poderoso, as estruturas corporativas, controladas pelo Estado, o campo intocado pela reforma agrária, a política repressiva, a alergia à participação política das massas permaneciam quase

¹⁹⁸ Em 1954 houveram eleições para preencher as duas vagas que Pernambuco tinha direito no Senado, concorreram Jarbas Cardoso de Albuquerque Maranhão pelo PST ficando com 208.077 votos (22,80%), Antonio de Novais Filho pelo PSD-PL com 204.091 votos (22,36%), João Inácio Ribeiro Roma pelo PSD com 199.584 votos (21,87%) e Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho pela UDN com 196.042 (21,48%), os votos em branco somaram 93.805 (10,28%) enquanto os nulos 10.948 (1,20%). Estas eleições tiveram um resultado bastante apertado e a questão da contagem de votos novamente volta a tona, pois realizando os cálculos individuais a somatória total de votos nas: 3ª, 4ª e 9ª zonas eleitorais de Recife não estão corretas, pois nas atas os números são respectivamente 21.280; 17.216 e 20.756. Porém fazendo a somatória destas três zonas eleitorais constei que na realidade os resultados são 21.285; 20.771 e 25.756 o que implica uma diferença de 5; 3.555 e 5.000 votos. Ao conferir a apuração em Garanhuns não constei nenhum erro, mas como dito no caso das eleições para governador aqui também se faz necessário uma análise mais meticulosa dos cálculos eleitorais.

incólumes. (...). De que adiantara derrubar o ditador se o que viera depois era o vargismo sem Vargas, e piorado, porque o nacionalismo fora subtraído da herança? (REIS, 2014, p. 239)

Em 1945 Getúlio Vargas é deposto e José Linhares assume a presidência da república interinamente. O mesmo substitui Etelvino Lins e nomeia interventor federal de Pernambuco o desembargador José Neves, que era Presidente do Tribunal de Apelação do Estado. Segundo Pandolfi (1984), José Neves era um famoso juiz de Recife e que adotou um discurso de neutralidade com relação as querelas políticas.

No entanto as pessoas que participaram do governo durante o Estado Novo ficaram insatisfeitas com o então chefe do executivo do estado de Pernambuco, pois José Neves “respaldado no decreto-lei no. 8188, substitui por juizes de direito os prefeitos” (Idem, ibidem, p. 115) dos municípios de Olinda, Paulista, Caruaru, Amaraji, Araripina, Barreiros, Bonito, Buíque, Cabo, Carpina, Camaragibe, Goiana, Jaboatão, Panelas, Bom Jardim, Jurema, Timbaúba, Paudalho, Petrolina, Petrolândia, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Lourenço e Triunfo.

Todas estas substituições, independente das ações de José Neves serem dotadas ou não de isonomia, foram um duro golpe no PSD secção Pernambuco, porque no agitado ano de 1945 ainda iriam ocorrer eleições para presidente da república, deputados constituintes e senadores.

Com relação a eleição presidencial o fenômeno do *queremismo*¹⁹⁹, expressão pela qual ficou conhecido o slogan “Queremos Getúlio!”, foi bastante repercutido em Pernambuco. O principal jornal a dar apoio ao movimento *queremista* foi a *Folha da Manhã* cujo proprietário era Agamenon Magalhães. Não obstante, forte foi a oposição no *Jornal Pequeno* e nos Diários Associados²⁰⁰. Na terça feira de 10 de julho de 1945 o *Jornal Pequeno* em sua manchete **“Comédia, Vergonha E Humilhação! Aqui está a prova de como se ilude a bôa fé do povo”** discorre sobre o *queremismo*, classificando de ingênuas as pessoas que “(...) desapercebem de que a ditadura anda conspirando na sombra contra os direitos do povo.”²⁰¹ A conspiração relatada na manchete era a de que Getúlio Vargas pretendia se candidatar para presidente:

Jura que não é candidato mas não tem feito outra coisa além de viajar em “tournee” de autopropaganda pelos Estados do sul.

Suas referencias ao candidato Eurico Dutra são sempre feitas entre dentes, e quase com rancor. Os jornalistas brasileiros que traduzem o desejo popular de redemocratização são “gazeteiros” (...).

O general Góis Monteiro assegura de publico que não há “queremismo”. Não é possível que se deixe ludibriar mais uma vez, como em 1937 se deixou enganar (...)

¹⁹⁹ Para uma leitura mais aprofundada sobre o fenômeno *queremista* ver: Gominho (2011) e Macedo (2008).

²⁰⁰ O

²⁰¹ JORNAL PEQUENO, Recife, terça-feira, 10 de julho de 1945, Ano XLVI, Nº 150, p. 01.

Dessa maneira está sendo traído o povo e está sendo traído o Exército, os dos penhores que o general Góis Monteiro apresenta á nação como garantia de que haverá eleições honestas. (...).²⁰²

Na mesma consta que mais de vinte e cinco mil fichas de apoio a candidatura de Getúlio Vargas foram impressas e distribuídas no Recife.

Figura 23: Ficha de Apoio à Candidatura de Getúlio Vargas

COMITE PRÓ CANDIDATURA
GETULIO VARGAS

Nome: _____

Filiação: _____

Data do nascimento: ____/____/____

Estado civil: _____

Profissão: _____

Residência: _____ N.º: _____

ADERINDO AO GRANDE MOVIMENTO POLITICO QUE TEM POR FIM LEVAR AS URNAS O
NOME DO PRESIDENTE VARGAS, AQUI DEIXO FIRMADO O MEU INTEIRO APOIO.

Recife, ____ de ____ de 194____

ASSINATURA _____

Fonte: JORNAL PEQUENO, Recife, terça-feira, 10 de julho de 1945, Ano XLVI, Nº 150, p. 01

Porém tais ações não culminaram em uma desestruturação da força do queremismo e do PSD em Pernambuco, tal argumentação sustentar-se-á na medida em que forem analisados determinados acontecimentos que agora serão expostos.

Deposto do cargo, Getúlio Vargas não foi exilado do país, ele rumou para sua cidade natal São Borja. E assim como não foi degredado ele também não deixou de exercer influências dentro da política, exemplo disso é a carta aberta que aqui é transcrita:

Trabalhadores do Brasil: Deste rincão lingüístico da Patria, dirijo minha saudação a todos vós, desejando que ela seja ouvida em todos os quadrantes do Brasil. Condensai as vossas energias e moldai a vossa consciencia coletiva ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro.

A hora não é de preocupações pessoais. E de idéias e de programas, e o programa do Partido Trabalhista Brasileiro, de acordo com os ideais da atualidade, é aquele que melhor nos convém, por garantir perfeita aplicação das Leis Sociais existentes e porque encerra todos os nossos ideais de melhoria e progresso: que tem vida própria capaz de triunfar no periodo agitado que atravessamos, de vencer as dificuldades e firmar-se no futuro.

O Partido Trabalhista Brasileiro é o herdeiro e continuador dos postulados da revolução de 1930 que não pode ser interrompida nem pelo arbítrio nem pela violencia: não pode estagnar-se no presente, diante dos interesses criados, nem recuar para o passado, o que seria um retrocesso.

Essa revolução que continua nas consciencias tem que ser prosseguida pelo P.T.B., que constitue o ideal da continuidade de nossa ação no tempo e na historia, sem partir o elo de sua tradição.

Trabalhadores do Brasil! Eu deposito em vós a minha fé e a minha confiança e espero que a vossa organização nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro vos assegurará, num sistema democrático, a representação a que tendes direito e possais dirigir os

²⁰² JORNAL PEQUENO, Recife, terça-feira, 10 de julho de 1945, Ano XLVI, Nº 150, p. 01 e 03.

destinos do Brasil para um futuro de prosperidade e de glória, de fraternidade e de justiça. – Getúlio Vargas. (CORREIO DA MANHA, quinta-feira, 15 de novembro de 1945, Ano XLV, Nº 15.657, p. 20)

Também publicaram a mesma carta aberta em suas edições da quinta-feira de 15 de novembro de 1945 os jornais: Diário de Notícias e Diário Carioca. Apesar destes jornais terem publicado tal carta todos eles apresentavam críticas com relação a mesma; exemplo disso é: “O traidor da revolução de 20 fala na sua continuidade” escrito em letras garrafais e em negrito no Diário de Notícias.

Não somente a carta é um demonstrativo da influência de Getúlio Vargas, pois na situação de ditador deposto ele ainda tinha espaço na imprensa para divulgar suas ideias e posicionamentos, mesmo que em muitos jornais tal carta seja interpretada de forma pejorativa. Outro argumento que sustenta a influência de Getúlio Vargas é o fato dele ter sido eleito deputado constituinte e senador por diversos estados.

É relevante que nas eleições presidenciais de 1945, aquele que ganha a eleição é o general Eurico Gaspar Dutra pelo PSD (apoiado por Getúlio Vargas), em detrimento do Brigadeiro Eduardo Gomes que concorria pela chapa da UDN, que era o principal partido de oposição a Getúlio Vargas.

Vale salientar que, com a abertura política o PCB e seus membros saem da clandestinidade. E o principal líder deste partido, Luiz Carlos Prestes, decide se candidatar ao Senado, pois segundo Reis (2014, p. 233) “(...) dada a sua enorme popularidade, tinha a eleição assegurada. Se pretendesse a Presidência, provavelmente seria derrotado. Um sacrifício que ele considerou inútil.” Para tanto, argumenta Reis (2014) que se o PCB não lançasse um candidato à Presidência da República, o partido ficaria enfraquecido depois das eleições. Por estes motivos: “(...) com apenas quinze dias de antecedência, em 17 de novembro, limite máximo para a inscrição de candidatos, por indicação de Agildo Barata o Partido Comunista lançou o nome do engenheiro Iedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, um homem do Estado Novo, ilustrado desconhecido em âmbito nacional mas próximo de Getúlio Vargas e do PTB.” (Idem, ibidem, p. 233)

Iedo Fiúza durante o Estado Novo foi diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e era de “conhecimento público, velho amigo de Getúlio Vargas.” (NETO, 2014, p. 42).

Não obstante, é importante ter atenção que mesmo Getúlio Vargas tendo tido dado apoio a Eurico Gaspar Dutra, as relações entre os dois não eram as melhores. Afinal de contas o general Dutra foi um dos que participaram ativamente da deposição de Vargas em 1945 como relata o general Cordeiro de Farias sobre a reunião entre os militares que depuseram Vargas:

(...) a célebre reunião das 19h, aberta pelo Góis com a declaração de que estava demissionário. Feito o anúncio, eu lancei a bomba: “General Góis, considero natural que o senhor se demita. Creio que não tinha outra conduta a seguir. Mas tenho um proposta: a partir de agora, o senhor não é mais ministro de Getúlio, mas continua nosso ministro, apoiado pela Aeronáutica e pela Marinha, através de seus representantes nessa reunião.” Góis aceitou. Eduardo tinha conhecimento prévio de que eu iria fazer aquela proposta, e creio que também o general Dutra, pois conversei

sobre o assunto com generais ligados a ele, como Alcio Souto. Aliás, Eduardo e Dutra participaram da reunião, chegando praticamente juntos, pouco depois do início das discussões. Feita a proposta, que produziu um enorme impacto, ficou aquele problema, uma revolução branca. (FARIAS, 1981, p. 396)

E assim que assumiu a presidência da república, o general Dutra preocupado em não tardar para intervir no estado de Pernambuco por conta do poder e influência de Agamenon Magalhães, um dos homens mais próximos de Getúlio Vargas, assim como um dos principais ideólogos e defensor do Estado Novo. Por isso ainda em fevereiro é nomeado Interventor Federal de Pernambuco José Domingues da Silva que:

No seu discurso de posse, o Interventor assume publicamente um compromisso com todos aqueles que queiram colaborar com a administração, independente de seus posicionamentos partidários ou ideológicos. Coerente com este discurso, o interventor escolhe um secretariado amplo, sem conotações nitidamente pessedistas, não submetendo esta escolha ao crivo partidário. Dentre os seus auxiliares diretos, dois pelo menos eram acusados de tendências socialistas, e, portanto, opositores ferrenhos da ditadura estadonovista: Pelópidas Silveira, na Prefeitura do Recife, e Murilo Coutinho, na Secretaria de Viação. (PANDOLFI, 1984, p. 119)

Ainda segundo Pandolfi (1984) o então presidente Eurico Gaspar Dutra que nacionalmente vinha fortalecendo a UDN, em Pernambuco, sabendo da influência de Agamenon Magalhães busca consolidar dissidências dentro do PSD seção Pernambuco, dando apoio os membros que mais destoassem de Agamenon. Por outro lado o PSD vinha tentando articular-se com o PTB nacional. Porém a composição dos quadros da interventoria de José Domingues:

(...) com os elementos considerados socialistas ou esquerdistas não satisfazia em nada o presidente Dutra, anticomunista radical. Este tenta, em vão, fazer com que o interventor destitua Pelópidas Silveira da Prefeitura e Murilo Coutinho da Secretaria de Viação. (Idem, Ibidem)

Mesmo com a insatisfação do presidente Dutra o PSD é vitorioso nas eleições para deputados constituintes e para o senado em Pernambuco, que tinha ocorrido em 1945. São eleitos senadores Novais Filho e Etelvino Lins, ambos pela legenda do PSD. Quanto das 19 cadeiras reservadas a Pernambuco para os deputados constituintes 10 (dez) ficam reservadas ao PSD, pois este consegue eleger 7 (sete) e de acordo com o sistema de sobra, as três cadeiras restantes eram distribuídas de acordo com a quantidade de votos obtidos. A UDN fica em segundo lugar com 4 (quatro), o PCB com 3 (três) e o PSD e o PR ambos ficam com uma. O PSD a nível nacional também obteve maioria no Senado e para Câmara Federal. Das 42 (quarenta e duas) cadeiras do senado o PSD ficou com 26 (vinte e seis) seguido pela UDN com 10 (dez), o PTB com 2 (dois), o PCB e o PPS cada um com 1 (um) e em chapa coligada entre a UDN e o PR 2 (dois); já com relação a representação da Câmara dos Deputados Federal das 286 cadeiras o PSD ficou com 151 (cento e cinquenta e um), a UDN com 77 (setenta e sete), o PTB

com 22 (vinte e dois), PCB 14 (catorze), PR 7 (sete), PSP 2 (dois), PPS 4 (quatro), PL 1 (um), PDC 2 (dois) e a coligação UDN e PR 6 (seis).

Para mensurarmos a vitória e os desdobramentos ocorridos pela vitória do PSD nas eleições de 1945 primeiro tem de se entender que para o senado cada estado da federação tem duas cadeiras, enquanto que para a Câmara dos Deputados Federal o número de cadeiras que cada estado teria seria proporcional ao número de sua população Souza (1990).

A constituição promulgada em 1946 beneficiou o PSD, pois estabelecia em suas disposições preliminares, no que concerne ao poder legislativo, em seu Art. 40 parágrafo único, que: “Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva câmara.” (BRASIL, 1946) Tal dispositivo beneficiava o PSD, pois a maior banca em ambas as câmaras lhe pertencia. Isso significa uma maior possibilidade de controle das comissões que segundo Hippolito (2012) constitui uma grande poder por parte de um partido, poder este que vai além dos discursos que configuram o ponto mais superficial das decisões políticas, pois:

Controlar as comissões significa, por conseguinte, possuir elemento de essencial importância na dinâmica da competição partidária, já que é por elas que se inicia – e muitas vezes se encerra – a discussão de uma matéria. Uma comissão tem enorme influência sobre os projetos ali apreciados. Retardar ou acelerar a tramitação de um projeto constitui uma manobra política das mais sutis. (HIPPOLITO, 2012, p. 76)

E pelas questões já apresentadas o PSD fica com as duas comissões mais importantes da Câmara dos Deputados que eram: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Orçamento.

Segundo Hippolito (2012) de acordo com a Constituição Federal de 1946 a Comissão de Constituição e Justiça tinha em suas atribuições examinar preliminarmente a totalidade dos projetos propostos pela presidência da república apresentados a Câmara dos Deputados, assim definindo a constitucionalidade destes, somente depois disso é que as matérias poderiam ser distribuídas pelas demais comissões para receberem seus respectivos pareceres e somente depois de todo este processo, serem postas em votação.

Além disso matérias de suma importância competiam somente a Comissão de Constituição e Justiça, eram matérias referentes à assuntos ligados ao “Poder Judiciário e o Ministério Público, matérias de direito civil, penal, eleitoral; imigração e emigração; naturalização, extradição e expulsão de estrangeiros; perda de mandato parlamentar; licença para processar deputados.” (Idem, ibidem) Agamenon Magalhães não estava no senado nem concorreria a governador nas eleições de 1947, porém a presidência desta comissão, de tamanha relevância política, estava em suas mãos. Inclusive a presidência de todas as comissões

parlamentares da Câmara dos Deputados Federal em 1947 estavam nas mãos do PSD como pode ser visto na Tabela 7.

Tabela 7: Composição das Comissões Parlamentares de 1947

Comissão	Presidente	Partido
Agricultura	José Joffily	PSD
Constituição e Justiça	Agamenon Magalhães	PSD
Diplomacia e Tratados	João Henrique	PSD
Educação e Cultura	Altamirando Requião	PSD
Finanças e Orçamento	Souza Costa	PSD
Indústria e Comércio	Milton Prates	PSD
Legislação Social	Castelo Branco	PSD
Obras Públicas	Gercino de Pontes	PSD
Redação	Manuel Duarte	PSD
Saúde Pública	Novelli Júnior	PSD
Tomada de Contas	Getúlio Moura	PSD
Transportes e Comunicações	Rogério Vieira	PSD

Fonte: Adaptado de (HIPPLITO, 2012, p. 311)

A Comissão de Orçamento era a segunda mais importante, pela razão de que era nesta que se

“(...) apreciava as emendas ao orçamento da União, determinando, em última instância, a alocação de recursos para realização de obras dos municípios, entre outras despesas. Era a comissão que tratava do poder *no varejo*, a “comissão fisiológica por excelência”, no entender de Ulysses Guimarães. (Idem, ibidem, p. 77, 78)

Agora que compreendido um pouco das dinâmicas, acima explicadas, e das atribuições de poder inerentes ao Legislativo, analisar-se-á o pleito de 1947 em Pernambuco.

Em 1947 ocorrem eleições tanto para governador quanto para as prefeituras e câmara municipais. Além de ser um ano eleitoral segundo Pandolfi (1984), as eleições para os governos estaduais serviriam para mensurar as forças políticas, com relação a eleição presidencial que estava marcada para 1950. Em decorrência da eleição para governador, o PSD sofre sua primeira fissura e isso decorria da “(...) disputa entre Vargas e Dutra (...). Em certo sentido, o enfraquecimento de Agamenon Magalhães em Pernambuco abalaria o prestígio político de Vargas.” (PANDOLFI, 1984, p. 120) De forma mais objetiva, foram as disputas entre Novaes Filho e Etelvino Lins dentro do PSD que enfraqueceram o partido. Novaes Filho que segundo Pandolfi (1984) pretendia se candidatar a governador de Pernambuco encontra resistência por parte de Etelvino Lins, e no final o PSD decide colocar Barbosa Lima Sobrinho, ex-presidente do IAA (Instituto do Alcool e Açúcar) durante o Estado Novo, pois “(...) não tão identificado com o pessedismo estadual, teria mais chances de unificar o partido e neutralizar, principalmente na capital, todo o clima anti-Estado Novo.” (Idem, ibidem, p. 121) Novaes Filho não fica passivo e lança sua candidatura com isso os:

“(...) jornais situacionistas, principalmente a *Folha da Manhã* – de propriedade de Agamenon Magalhães –, não poupam o antigo prefeito do Recife de severas críticas. Apelidado pelas forças situacionistas de “Calabar”, Novaes Filho rapidamente recebe as adesões de figuras expressivas, dentre estas Manuel Neto Campelo, Ministro da Agricultura, e Costa Porto, presidente do Departamento de Assistências às Cooperativas durante o Estado Novo. (Idem, *ibidem*, p. 122)

Para tanto por entender a influência de Agamenon Magalhães em Pernambuco os dissidentes pessedistas convencem os membros da UDN a não lançar candidato próprio e como Neto Campelo Júnior, tinha maior aceitação perante o presidente Dutra e assim surge a Coligação Pernambucana que inicialmente era composta pela dissidência do PSD, UDN e PDC. Mas em novembro de 1946 em convenção estadual do PSD, Novaes Filho e Neto Campelo são expulsos do partido; com isso eles se filiam ao PL (Partido Libertador) juntamente com os demais dissidentes do PSD. Assim a Coligação Pernambucana se consolida através da aliança entre PL, UDN e PSD.

Nesta situação o Interventor Federal de Pernambuco, Demerval Peixoto “estimulado por Dutra (...) faz uso da máquina oficial para hostilizar o PSD” (Idem, *ibidem*, p. 124) Por estes motivos:

Agamenon publica um dos seus célebres artigos: “Não se governa um Estado de botas e esporas, general!” A acusação maior era devido às substituições efetuadas em diversas prefeituras e a não “neutralidade” do interventor que, segundo os pessedistas, favorecia dia a dia o esquema udenista.” (Idem, *ibidem*, p. 124)

Nesta conjuntura o interventor municipal de Garanhuns, Celso Galvão, que estava no cargo desde 20 de dezembro de 1937 deixou o cargo em 31 de março de 1945 e durante o período que deixa o executivo municipal até as eleições de 1947 irão assumir a prefeitura respectivamente José Henrique Vanderlei, Antônio Cesário da Silva Brasileiro Filho e Maurício Marques Amorim²⁰³, praticamente um prefeito por ano.

Para tanto o *Jornal Pequeno* alinhado com a ideologia integralista assim como com o surgimento da UDN passou a veicular diversas matérias em seu apoio. No dia 07 de outubro de 1947 o referido periódico veicula uma entrevista com o estudante Osvaldo Kury Zaidan, inclusive publicando foto do referido em entrevista como pode ser visto na Figura 24 o que demonstra o *capital simbólico* conferido pelo jornal ao então entrevistado.

²⁰³ Sobre a duração destes governos as únicas referências encontradas foram no livro de Alfredo Leite Cavalcante e em matéria publicada pelo mesmo no *Jornal Pequeno* onde José Henrique Vanderlei assume em 31 de março de 1945 e permanece por pouco mais de um ano; Antônio Cesário da Silva Brasileiro Filho tem-se apenas que administrou o município durante 1946 e Maurício Marques Amorim assume em 1947 até que o prefeito eleito assumia. Nos arquivos da Câmara Municipal de Garanhuns e na Prefeitura de Garanhuns não foram encontradas referências devido à um incêndio que houve e queimou parte da documentação lá existente, na época do incêndio os documentos da prefeitura e da câmara municipal eram arquivados no mesmo local.

Figura 24: Osvaldo K. Zaidan em Entrevista



Fonte: JORNAL PEQUENO ANO XLVIII Recife, Sexta-feira, 17 de Outubro de 1947 Nº 238, p. 5

Osvaldo K. Zaidan era o então presidente do Comitê Estudantil Democrático de Pernambuco da Faculdade de Direito do Recife. Na entrevista realizou comentários elogiosos com relação ao bacharel José Inojosa, então candidato a deputado estadual pela UDN, classificando-o como um “representante da resistência libertária”. Osvaldo K. Zaidan continua²⁰⁴ “Nós estudantes, afeitos à luta política, desde os anos anteriores de 1945, conhecemos bem a sua fibra e a sua vida de líder incansável(...)” pois “Não temendo as ameaças nem as arbitrariedades do ditador Vargas(...), colocou-se ao lado do povo e, particularmente, dos estudantes, contra aquele estado de coisas que pretendeu escravizar-nos.”

Na mesma entrevista Osvaldo K. Zaidan defende a candidatura de Eugênio Coimbra Júnior para vereador em Recife, também pela UDN. Depois o entrevistado começa a relatar sobre a situação política de Garanhuns, que segundo quem escreveu a matéria²⁰⁵ Osvaldo K. Zaidan “demorou-se em palestra com a reportagem sobre a política em Garanhuns” de onde havia chegado há pouco tempo²⁰⁶ e passa a relatar que:

(...) apensar da forte coação ao eleitorado que vem sendo levada a efeito, pelo govêrno, naquele municipio tudo faz crer que o candidato da UDN á prefeitura, cel. Francisco Figueira, apoiado por outros cinco partidos, vencerá longe o nome apontado pela mancomunação “queremo-comunista”. (JORNAL PEQUENO ANO XLVIII Recife, Sexta-feira, 17 de Outubro de 1947 Nº 238, p. 6)

²⁰⁴ José Inojosa de Andrade assim como Manuel Correia de Andrade, Odilon Ribeiro Coutinho, Paulo Rangel Moreira, Salviano Machado Filho, entre outros, eram estudantes universitários da capital pernambucana que ficaram conhecidos como membros da geração de 1945 devido à sua atuação contra a ditadura do Estado Novo. “Nas décadas de 50 e 60, a presença dos estudantes fazia parte do cotidiano da cidade, com seus trotes e manifestações políticas, pois o “campus universitário” localizava-se no bairro da Boa Vista (por exemplo, a Escola de Engenharia situava-se na Rua do Hospício, próxima da Faculdade de Direito, ainda hoje em frente ao Treze de Maio; a Faculdade de Filosofia ficava na Soledade, em frente à antiga fábrica de guaraná Fratelli Vita, muito consumido na época). Com a instalação da cidade universitária, na Várzea, houve uma efetiva mudança no poder de impacto da ação dos estudantes.” (Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/fccr/historia/cap9/textos.html>)

²⁰⁵ A matéria não é assinada assim como não há referências sobre quem foi o/a entrevistador/a.

²⁰⁶ A entrevista foi realizada em Recife.

Mais acima, quando foi discutido as eleições presidenciais de 1945 foi elencado a aliança entre Luiz Carlos Prestes e Getúlio Vargas, nesta citação fica compreendido que a aliança entre queremistas e comunistas também se estendeu ao âmbito do município de Garanhuns.

Decorridas as eleições municipais, ganha Francisco Figueira (prefeito) e Abdias Branco (vice-prefeito), pela chapa da Coligação Democrática (UDN, PDC e PL).

É importante notar que a coligação realizada em âmbito estadual denominada Coligação Pernambucana (UDN, PDC e PL) tinha a mesma composição partidária que a coligação realizada no município de Garanhuns.

Dessa forma a UDN em Garanhuns nas eleições de 1947 ganha não somente o executivo municipal, também consegue maioria em seu legislativo, teoricamente, possibilitando que os eleitos governassem de forma tranquila. Dentre os vereadores eleitos pela chapa da Coligação Democrática estavam: Otoniel Furtado Gueiros, Pedro de Souza Lima, Deusdedit da Silva Maia, João Bezerra Sobrinho, Raimundo de Oliveira Cavalcanti, Jonas Dantas de Barros, Ernesto da Costa Dourado, Francisco Epaminondas de Barros, Alfredo Leite Cavalcanti e José Vaz da Costa; enquanto que as demais cadeiras coube ao PSD que elegeu: Luiz Pereira Júnior, Fausto Souto Maior, João de Assis Moreno e Alfredo Américo Leite, (LEITE 1983).

Mesmo com o término das eleições municipais de 1947 as querelas entre PSD e UDN não cessam em Garanhuns. Tais vestígios podem ser rastreados, novamente a partir do *Jornal Pequeno* que em matéria de capa reproduz a foto do prefeito (a esquerda) e vice-prefeito (a direita) eleitos, como pode ser visto na Figura 25.

Figura 25: Posse do Prefeito Francisco Figueira e do Vice-Prefeito Abdias Branco



Fonte: JORNAL PEQUENO, Recife, Sexta-feira, 14 de Novembro de 1947, Nº 260, p. 01

O texto busca ressaltar a ilegitimidade do Estado Novo, ao ressaltar a situação de “prefeito constitucional eleito” desta forma gerando um *efeito discursivo*. Ao deslegitimar o regime anterior colocando-o a margem da constituição e consequentemente da lei, também vincula a UDN e seus membros como os “legítimos” representantes da população e de seus interesses, dentro de um regime democrático:

O novo chefe da edilidade garanhunense foi apresentado ao eleitorado na chapa da Coligação Democrática, vencendo o adversário comuno-pessedista, apesar das violências e fraudes que se fizeram, no pleito, por ordem do sr. Otávio Correia e principalmente por intermédio do sr. Elpidio Branco.²⁰⁷

Deixemos os personagens citados por um momento em suspenso e prestemos atenção novamente à alcunha, agora atribuída aos pessedistas, de comunistas. Neste aspecto é possível entender comunistas como um *enunciado* e entenda-se *enunciado* na concepção de Foucault que nas palavras de Deleuze (2013, p. 69) “os enunciados e as visibilidades, são elementos puros, condições *a priori* sob as quais todas as idéias se formulam num momento e os comportamentos se manifestam.”²⁰⁸ Desta forma compreendemos que comunismo era um

²⁰⁷ JORNAL PEQUENO, Recife, Sexta-feira, 14 de Novembro de 1947, Nº 260, p. 01

²⁰⁸ Com relação ao *apriorismo* dos *enunciados* assim como em Foucault alguns podem confundir ou mesmo equiparar erroneamente com os *juízos* kantianos, pois para Kant os *juízos* se constituem em: “funções de unidade em nossas representações, visto que para o conhecimento do objeto, em lugar de uma representação

elemento predicativo ajustado a um *corpus* pejorativo ao qual era atribuído ao dos sujeitos que constituíam-se como adversários e/ou inimigos.

Em 18 de novembro o Jornal Pequeno continua com sua ampla cobertura das eleições, que já estavam consumadas em Garanhuns, mas desta vez cedendo 3 de suas 6 páginas, inclusive ganhando grande destaque em capa a posse dos eleitos do pleito municipal de 1947 em Garanhuns, como pode ser visto na Figura 26.

Figura 26: Garanhuns Libertada



Fonte: *Jornal Pequeno*, Recife, terça-feira, 18 de novembro de 1947 (capa)

Nos artigos da edição de 18 de novembro de 1947 do *Jornal Pequeno*, o foco se dá nas críticas feitas ao ex-interventor municipal Celso Galvão, que ficou a frente do executivo municipal praticamente todo o período do Estado Novo. Não obstante, Celso Galvão em nenhum momento é chamado de interventor municipal ao invés de prefeito, mas a forma como o mesmo é referido não deixa dúvidas com relação ao *efeito discursivo* que Alfredo Leite Cavalcanti²⁰⁹ e os responsáveis pelo jornal procuram construir para o mesmo. Porém há de se ter atenção, pois as críticas tecidas ao seu sucessor no executivo municipal José Henrique Vanderlei demonstravam que mesmo com a saída de Celso Galvão as práticas administrativas

imediata, usa-se uma representação mais elevada que compreende em si aquela e várias outras, de sorte que muitos conhecimentos possíveis sejam reunidos em um só” (KANT in PASCAL, 2008, p. 65) porém *juízo analítico* kantiano difere dos enunciados foucaultianos, pois diferente de Kant Foucault não corrobora com a universalidade transcendental kantiana, pois mesmo que determinados predicados não acrescentem nada ao sujeito (isso válido tanto nos *juízos analíticos* kantiano como nos *enunciados* foucaultianos) tais relações predicativas terão sua historicidade assim como não serão universalmente válidos espaço-temporalmente. Reforçando esta compreensão da diferenciação entre Kant e Foucault disserta Deleuze (2013, p. 69): “as condições são as da experiência real, e não as de toda experiência possível (os enunciados, por exemplo, supõem um *corpus* determinado); elas estão do lado do “objeto”, do lado da formação histórica, e não de um sujeito universal (o próprio *a priori* é histórico); ambas são formas de exterioridade.”

²⁰⁹ A maioria dos artigos foram escritos por Alfredo Leite Cavalcanti.

de repressão aqueles que não se alinhavam com o Estado Novo, que se perpetuava através da influência do PSD continuaram. Isso é exemplificado através do então presidente do Diretório Municipal da UDN em Garanhuns Raimundo Cavalcanti que compreende como necessário solicitar a interferência direta do Interventor Federal de Pernambuco intercedendo a favor da professora Hermenegilda Sales que trabalhava no distrito de Paratama há 14 anos, mas que estava para ser transferida para o distrito de Itacatu por ter declarado ter votado no brigadeiro Eduardo Gomes.

Este telegrama mostra não só a perseguição que os membros da UDN de Garanhuns estavam sofrendo, mas que também os próprios membros da UND estavam buscando apoio frente ao Interventor Federal do estado de Pernambuco José Domingues da Silva, que tinha sido indicado por Eurico Gaspar Dutra²¹⁰ pouco tempo depois de ter assumido a presidência da república quando já tinha ganhado as eleições contra o brigadeiro Eduardo Gomes²¹¹ no mesmo mês do referido telegrama (fevereiro) para resolver este caso de arbitrariedade contra a UDN, que também foi constado no município de Altinho em outro telegrama abordando o mesmo tipo de perseguição política. Porém tais telegramas que foram destinados a secretaria da UND não foram enviados somente para tal, elas também foram publicadas no jornal *Diário de Pernambuco* no intuito de dar publicidade ao caso:

Rogo a V. Excia. A fineza de determinar providencias junto ao Exelentissimo Interventor Federal neste Estado, em nome do Comité da U.D.N., aqui, afim de por termo ás mesquinhas perseguições promovidas pelo prefeito de Garanhuns, contra nossos correligionarios. O prefeito vai remover a professora publica municipal do distrito de Paratama, Hermenegilda Sales, há 14 anos em exercicio ali, para Itacatu, pelo simples fato de ter declarado que votou no brigadeiro. Verdadeiramente aflitiva é a situação de varios udenistas aqui. (...) (DIARIO DE PERNAMBUCO, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1946)

A instabilidade política em Garanhuns era tal que desde a posse de José Henrique Vanderlei – como já discutido mais acima – houve praticamente um prefeito por ano até 1955.

Para tanto as modificações não se restringiram somente ao cargo máximo do executivo municipal de Garanhuns, pois amplas foram as modificações ocorridas no ano de 1946 nas forças policiais executadas pelo Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco em Garanhuns através do ofício n. 371 de agosto de 1946 que reformulou amplamente o quadro da segurança pública de Garanhuns que foram os seguintes:

(...) tendo em vista o oficio n. 371, de 16 de agosto do corrente, do Delegado Regional da 9ª zona policial, com sede no municipio de Garanhuns, resolve, por necessidade do serviço, fazer as seguintes nomeações:
I – nomear o 3º sargento Luiz Menezes dos Santos para exercer o cargo de comissário de policia do 1º distrito, sede, e exonerar o atual, José Rodrigues da Silva;

²¹⁰ Eurico Gaspar Dutra estava tentando combater as influências de Vargas e do Estado Novo

²¹¹ Foi o candidato apoiado por Vargas nas eleições presidenciais

II – nomear Alfredo Leite Cavalcanti para exercer o cargo de suplente de comissário de polícia da localidade “Boa Vista” e exonerar o atual, Davi Rodrigues;
 III – nomear José Monteiro de Siqueira para exercer o cargo de suplente de comissário de polícia do 2º distrito, Brejão, e exonerar o atual, cabo Ariston Pires Belfort;
 IV – nomear Inácio Bezerra de Assunção e Antonio Xavier Sobrinho para exercerem os cargos de comissários de polícia e suplente da mesma autoridade do 7º distrito, Paratama, e exonerar o atual Gedeão Machado de Melo;
 V – nomear o cabo Valdemar Souto de Carvalho para exercer o cargo de comissário de polícia do 6º distrito, Miracica, e exonerar o atual, Vicente Pereira Conde;
 VI – nomear João Pereira Nepomuceno para exercer o cargo de suplente de comissário de polícia do 3º distrito, São João, e exonerar o atual, João de Assis Moreno;
 VII – nomear o cabo Pedro Cordeiro para exercer o cargo de comissário de polícia do 5º distrito, Itacatu, e exonerar o atual, Francisco Tenório de Albuquerque;
 VII – nomear o cabo Euri de Souza Leite para exercer o cargo de comissário de polícia do 2º distrito, Brejão, respectivamente, tudo daquele município
(ATOS DO GOVERNO ESTADUAL in: DIARIO DE PERNAMBUCO, quarta-feira, 18 de dezembro de 1946, p. 10)

Garanhuns nesta época era composta de oito distritos sendo eles: Garanuns, Brejão, Cartés, Iratama, Itacatu, Miracica, Paratama e São João²¹² isso implica dizer que dentre os oito distritos do município de Garanuns apenas dois não tiveram modificação nas forças policiais. Neste aspecto é possível compreender que a UDN estava buscando desarticular o poder de voto do PSD assim como também procurava consolidar o seu próprio, pois a partir da repressão e/ou coerção policial era possível arregimentar votos. Não obstante, é importante ressaltar que Garanuns não foi o único município onde ocorreram exonerações e admissões com relação aos cargos já citados, embora tenha sido onde houveram as maiores quantidades de exonerações e de admissões. Tais reformulações também ocorreram nos municípios de: Bezerros, Timbaúba, Parnamirim, Pedra, Floresta, Canhotinho, Petrolândia, João Alfredo, São Caetano, Oricurí, Arapiraca, Altinho, Bodocó e Serra Talhada²¹³.

Controlada a parte legal, do *monopólio da força* que deve ser exercida pelo Estado²¹⁴ (muitas vezes tal *monopólio da força* é operacionalizado de forma espúria) a violência e coerção foi utilizada como prática de conseguir votos. O fisiologismo exercido auxiliou a estratégia adotada pelos partidos políticos. Neste período é exemplar o caso de Francisco Heráclio do Rego, mais conhecido como coronel Chico Heráclio²¹⁵, de Limoeiro (município de

²¹² IBGE: acessado em 16 de janeiro de 2015, disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/garanhuns.pdf>

²¹³ Para saber de forma detalhada quais foram as exonerações e admissões nestes municípios ler: **ATOS DO GOVERNO ESTADUAL in: DIARIO DE PERNAMBUCO**, quarta-feira, 18 de dezembro de 1946, p. 10

²¹⁴ Excluídas as teorias que pregam o fim do Estado – sem a passagem de um modelo de Estado provisório – este sempre (independente do modelo adotado) deterá legalmente o “(...) monopólio da força e, assim, como a potência que, única num determinado território, tem os meios para constriir os réprobos e os recalcitrantes, mesmo que recorrendo em última instância à coação. Portanto, fim do Estado quer dizer nascimento de uma sociedade que pode sobreviver e prosperar sem necessidade de um aparato de coerção.” (BOBBIO, 1998 p. 131).

²¹⁵ Para maiores informações sobre Chico Heráclio ver Vilela (2008).

Pernambuco) que em entrevista à revista Manchete em 1950 relata sobre as práticas adotadas no pleito eleitoral do referido ano:

Na última gastei perto de 500 contos. Venci em toda linha e foi um dos poucos municípios do Brasil onde Cristiano Machado teve quase unanimidade dos votos. O processo é muito simples. Eu e mais alguns amigos damos transporte aos eleitores. Mando um boi para cada seção eleitoral e às vezes mando cachaça para depois das eleições. Não admito fiscal de nenhum partido. Eleição em Limoeiro tem que ser feita por mim. Sempre fiz e nunca me dei mal (*Chico heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém!* Revista Manchete, nº 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953. p. 52, 53 in: VILELA, 2008. p. 131)

Não obstante, a questão não é colocar em cheque a hegemonia do PSD, mas melhor compreender como ela se desenvolveu e foi consolidada em Garanhuns, assim como, compreender se a UDN também se valeu dos mesmos métodos ou de análogos, para isso vamos retornar a edição de 18 de novembro de 1947 do Jornal Pequeno:

Era natural e justificável o entusiasmo do povo e dos dirigentes de Garanhuns. A cidade, depois de tantos anos de tortura política, imposta pelo agamenonismo, voltava, naquele dia, às rédeas de seu destino, “numa alvorada de liberdade” (...) Depois, era o coroamento de uma luta enorme que congregava todas as classes de Garanhuns, numa arrancada que foi das maiores de que se tem notícia na história local. Combatia-se contra a influência do govêrno, contra a prefeitura facciosa – e criminosa mesmo! – contra a policia e contra a violência... Não era uma vitória numérica somente. Era uma reação estupenda da consciência democrática sôbre a tirania que ameaçava se perpetuar, através do voto. (Jornal Pequeno, Recife, terça-feira, 18 de novembro de 1947, Nº 262, p. 01)

É preciso ter atenção ao *espaço* que provém estes vestígios, pois através de um discurso inflamado e que busca naturalizar os acontecimentos como se o que ocorreu já estivesse predeterminado – aqui não estamos falando do passado do presente, mas do presente do passado. Tal relação que busca construir um claro evidente sobre as causas e consequências e ainda por cima com uma dose de unanimidade como se tem quando é escrito que é “natural e justificável o entusiasmo do povo e dos dirigentes de Garanhuns”, pois é como se todo o povo e todos os dirigentes estivessem de acordo com a mudança do *status quo* assim como que por consequência deste “unânime” desejo de modificação a consequência, clara, natural, evidente e justificável seria a concretização do que estava acontecendo naquele presente; neste aspecto o conteúdo da matéria mais se assemelha à uma profecia aos avessos que ao invés de predizer o futuro vaticina o passado, (DOSSE 2013).

Mário Lira, em 1947 ocupa o cargo de deputado estadual, eleito pela Coligação Democrática, comenta da seguinte maneira sobre a política de Garanhuns:

“Depois de tantos anos em que o nosso municipio viveu sob a tutela de mandatarios estranhos á vontade do nosso povo, temos finalmente um autentico e legitimo delegado do nosso poder soberano, dirigindo os destinos administrativos de nossa terra. Bom ou mau que êle seja, não traz a mácula de um ditador, porque surgiu de um pleito democratico, em que todos os cidadão se manifestaram livremente, dando-lhe a vitória sobre o seu honrado e ilustre competidor. E só nisto estão demonstrados os méritos da democracia, que devemos defender a todo transe.

Com a posse que hoje fazemos de Francisco Figueira, exaltemos, amigos e conterrâneos de Garanhuns, o triunfo de democracia em nossa pátria, mas sempre honrá-la, como o único regime político compatível com a dignidade do homem e do cidadão.” (JORNAL PEQUENO, Recife, terça-feira, 18 de novembro de 1947, p. 03)

Ao analisar os discursos e as práticas da UND com relação ao PSD vemos que os membros da UDN mesmo quando criticando de forma veemente determinados procedimentos do PSD como coerções eleitorais por parte dos ex-prefeitos através da crítica a transferência da professora municipal que trabalhava há catorze anos no distrito de Paranatama e que por declarar ter votado no candidato do PSD a presidência da república está se viu ameaçada de ser transferida para o distrito de Itacatu. Para tanto à UDN ao obter maior poder em nível nacional e estadual também passa a interferir também no nível municipal, inclusive agindo de forma mais agressiva (no caso de Garanhuns) do que o PSD, pois ao invés de transferir funcionários partiu para a exoneração daqueles ligados ao PSD substituindo-os por seus correligionários.

Sem elucubrar, isso fica claro no caso da exoneração de João de Assis Moreno do cargo de suplente de comissário de política do distrito de São João, que era membro do PSD e candidato pelo mesmo partido a vereador no município de Garanhuns, assim como a nomeação a suplente de comissário de polícia no distrito-sede Garanhuns de Alfredo Leite Cavalcanti que era candidato a vereador pela UDN em Garanhuns. Então é possível fazer a ligação entre as diversas exonerações e admissões ocorridas em 1946 e as eleições de 1947; tanto é que neste pleito, como já escrito mais acima, a Coligação Democrática elegerá nove vereadores enquanto o PSD elegerá somente quatro.

3.4. Eleições Municipais de Garanhuns 1955: Marcas da Violência.

Aqui iniciar-se-ão as análises referentes as denúncias de violências eleitorais vivenciadas em Garanhuns.

Em reportagem ao *Diário de Pernambuco*²¹⁶ o candidato Francisco Figueira diz que as eleições em Garanhuns sempre foram marcadas pela presença policial, e que esta era uma forma de manipular os resultados eleitorais. De forma geral havia uma grande inconformidade em Garanhuns desde a gestão do ex-prefeito Luiz Guerra, aliado político de Elpídio Branco, que tinha ganho as eleições em 1947, através de uma briga judicial onde o mesmo conseguiu que duas urnas fossem impugnadas. Mas isto somente não constituía a inconformidade da

²¹⁶ *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, quarta-feira, 05 de outubro de 1955, p. 03.

população perante este ex-prefeito, pois o mesmo foi afastado da prefeitura por conta de irregularidades na sua gestão²¹⁷.

Em 1955 quem concorria as eleições para prefeito de Garanhuns era Elpidio Branco que tinha sido o deputado estadual de Pernambuco mais votado em Garanhuns, nas eleições de 03 de outubro de 1954, obtendo 31,15% dos votos do eleitorado de Garanhuns, como pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8: Votação em Garanhuns - Assembleia Legislativa de Pernambuco 03 de outubro de 1954

Candidatos	Votos em N°	Votos em %
Elpidio de Noronha Branco PSD	3.022	31,15%
Godofredo Agripino do R. Barros PSD	827	8,52%
Mário Sarmiento Pereira de Lyra UDN	706	7,28%
Otoniel Furtado Gueiros AD*	637	6,56%
Alfredo Américo Leite PTB	585	6,03%
Raimundo Atanásio de Moraes PTB	353	3,64%
Luiz Souto Dourado UDN	342	3,52%
José Bezerra Sobrinho PTN	276	2,84%
Paulo Cavalcanti Valennte AD	246	2,54%
José Rodrigues da Silva PRP	243	2,50%
Candidatos que não alcançaram de 2,00% de votos	2.466	25,41%
Total	9.703	100,00%

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: resumo final eleições de 02-10-54 e eleições suplementares 16-01-55

Caso não fosse o quociente partidário do PSD, vide Tabela 9, ele não teria sido eleito, pois o PSD obteve 21 cadeiras a serem preenchidas através do quociente eleitoral. Entre os candidatos que seriam contemplados pelo quociente eleitoral Elpidio Branco ficou em sexto lugar com o total de 4.140 votos.

²¹⁷ No *Diário de Pernambuco* há uma série de reportagens sobre problemas na gestão de Luiz Guerra, como: **Violências do prefeito de Garanhuns** (19 de dezembro de 1948, p. 3); **Presos em Garanhuns por pertencer ao Diretório da UDN** (28 de dezembro de 1948, p. 5); **GRAVES IRREGULARIDADES NA PREFEITURA DE GARANHUNS** (4 de abril de 1949, p. 9); **O fim de uma campanha infame** (10 de julho de 1949, p. 9); **Como se interpreta o ato do governo, que colocou em disponibilidade o promotor de Garanhuns** (29 de julho de 1949, p. 3). Também no periódico *Pequeno Jornal* há uma diversidade de artigos publicados sobre este caso como: **RENUNCIE, DR. LUIZ GUERRA** (5 de fevereiro de 1949); **MAIS UMA DO PREFEITO DE GARANHUNS** (28 de maio de 1949, p. 1); **DENUNCIADO PELO MINISTERIO PÚBLICO O PREFEITO DE GARANHUNS** (27 de junho de 1949, p. 1); **Vai responder perante a Justiça o prefeito de Garanhuns** (28 de junho de 1949, p. 1) dentre outros artigos. Nas Atas da CMVG entre os anos de 1955 e 1956, também existem referências à deposição de Luiz Guerra, assim como afirma Leite Cavalcanti (1983, p. 309) “Emposados os eleitos, o prefeito Francisco Figueira logo organizou o serviço interno da prefeitura (...) quando destituído do cargo, pelo Poder Judiciário, dois meses depois de ter assumido. É que a sua vitória sobre o candidato opositor, Dr. Luiz da Silva Guerra foi obtida pela nulidade de uma das urnas do Distrito de Itacatú, assim considerada e julgada pelo Juízo Eleitoral do Município. (...) Luiz da Silva Guerra (...) Renunciou o cargo seis meses antes de terminar o mandato, assumindo-o o vice-prefeito Abdias de Noronha Branco (...)” Para tanto o referido autor não se aprofunda nos motivos da deposição de Luiz Guerra. Este é um caso a ser estudado mais detalhadamente em pesquisas futuras.

* Aliança Democrática (AD) foi uma coligação formada pelo PSP-PL.

Tabela 9: Quociente Partidário das Eleições para Assembleia Legislativa de Pernambuco 1954

Partido	Nº de Cadeiras
Partido Social Democrático	21
União Democrática Nacional	10
Partido Trabalhista Brasileiro	9
AD	7
Partido Democrata Cristão	5
Partido Social Trabalhista	4
Partido Republicano	1
Partido Socialista Brasileiro	1

Fonte: PERNAMBUCO. T.R.E. RELATÓRIO: resumo final eleições de 02-10-54 e eleições suplementares 16-01-55

O então Prefeito de Garanhuns, Celso Galvão, também tinha se candidatado para Assembleia Legislativa de Pernambuco nas eleições de 1954, através do PDC. Mas só obteve em Garanhuns 158 votos, ou seja, 1,63%. Podemos pensar que estas eleições foram uma resposta ao período ditatorial do Estado Novo, pois Celso Galvão foi nomeado para assumir o executivo municipal de Garanhuns em 1937, pelo então interventor federal de Pernambuco, Agamenon Magalhães, e permaneceu no cargo até 1945. Embora tenha sido eleito em 1952 através do PDT, com o apoio de Agamenon Magalhães, derrotando Elpídio Branco que tinha se candidatado pelo PSD, mas que não tinha tido o apoio de Agamenon Magalhães.

Porém, nas eleições para prefeito municipal de Garanhuns, ocorrida em 1947 Luiz Guerra ganhou de seu opositor Francisco Figueira, graças ao amplo apoio que o primeiro teve de Elpídio Branco.

Entendida estas conjunturas vamos ao caso das eleições para prefeito de Garanhuns ocorrida em 1955. Segundo Francisco Figueira, os problemas vivenciados no referido município, fez com que seu irmão, Antonio Figueira que era presidente do Diretório Regional da UDN fosse procurar o governador Cordeiro de Farias e que telegrafasse a direção nacional da UDN “(...) sôbre o clima dominante no Município.”²¹⁸

Diante destes acontecimentos o governador enviou um delegado especial para o município, o capitão Alvino Nogueira. Porém afirma Francisco Figueira que: “O novo delegado de Policia, entretanto(...) não fugiu à rotina, e igualmente ficou ao lado seu colega de farda, a serviço da outra candidatura”²¹⁹. No caso em questão a outra candidatura era à do deputado estadual Elpídio Branco. Porém à tranquilidade foi mantida somente na cidade de Garanhuns

²¹⁸ POLITICA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS in: *Diário de Pernambuco*, quarta-feira, 5 de outubro de 1955, p. 3.

²¹⁹ Idem, *ibidem*.

“onde existia tropa federal, isto é, na sede. Em alguns distritos registraram-se, como em Itacatu, contra o candidato a vice-prefeito na minha chapa, o sr. Abdias Branco. Também os distritos de São João e Paranatama houve incidentes.”²²⁰

O que se tem aqui é um retrato de um município marcado pela violência política, onde até mesmo tentam assassinar o candidato a vice prefeito Abdias Branco. Porém essa violência política-policial não para com a tentativa de assassinato do candidato a vice prefeito e com tiroteio em distritos do município de Garanhuns. Ainda segundo Francisco Figueira: “A Polícia disse que vai tomar vingança, caso venha a evidenciar-se a minha eleição. Não me quero responsabilizar por uma hecatombe que possa surgir, ocasionada pelo clima de insegurança existente”²²¹

A candidatura de Francisco Figueira contava com o apoio do PTB através do deputado Alfredo Leite Cavalcanti, com o PDC, e pelos dissidentes do PSD que discordavam da política do deputado Elpídio Branco, dissidência esta liderada pelo vereador Godofredo de Barros. Porém em Garanhuns ocorreu uma segunda dissidência no PSD e nesta saíram os vereadores Raimundo de Moraes, Antonio de Andrade Melo e João de Assis Moreno, deixando de apoiar a candidatura do deputado Elpídio Branco para apoiar o fazendeiro Francisco Figueira²²².

Segundo matéria escrita pelo jornalista Ulisses Peixoto, publicada no *Jornal Pequeno*, todo este apoio a Francisco Figueira se dava em grande parte à inconformidade existente contra o “(...) prefeito Luiz Guerra, que saiu da Prefeitura por determinação da justiça comum pelos abusos e erros cometidos, em face da Constituição Municipal, da Lei Orgânica Municipal e do Orçamento do nosso município”²²³

Dentro do PSD seção Pernambuco Elpídio Branco foi um dos deputados que deu apoio à candidatura de Etelvino Lins a presidência da República e tenta aplicar o esquema de conciliação entre todos os partidos, para lançar somente um único candidato em Garanhuns, mas não dá certo pois Elpídio Branco só aceitava um candidato “politicamente neutro”. O que a UDN e dissidência do PSD em Garanhuns não aceitaram²²⁴.

Findas as eleições para o poder executivo e legislativo em Garanhuns no ano de 1955, os resultados para prefeito e vice prefeito podem ser lidos nas Tabelas 10 e 11. Enquanto o

²²⁰ Idem, ibidem.

²²¹ Idem, ibidem.

²²² **Política em Garanhuns e as démarches da sucessão municipal** in: *Jornal Pequeno*, 5 de janeiro de 1955, p. 3.

²²³ Idem, ibidem.

²²⁴ Idem, ibidem.

número de cadeiras que cada partido conseguiu na Câmara Municipal dos Vereadores de Garanhuns pode ser lido na Tabela 12.

Tabela 10: Eleição Municipal de Garanhuns 1955

Candidatos	Votos em nº	Votos em %
UDN-PSP - Francisco Simão dos Santos Figueira	4.869	48,97%
PRT-PSD - Elpídio de Noronha Branco	4.766	47,94%
Votos em branco	214	2,15%
Votos nulos	93	0,94%
Total	9.942	100,00%

Fonte: PERNAMBUCO T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 e 14-04-1957.

Tabela 11: Eleições para Vice-Prefeito de Garanhuns 1955

Candidatos	Votos em nº	Votos em %
UDN-PSP - Abidias de Noronha Branco	4.990	50,19%
PRT-PSD - João de Assis Moreno	4.514	45,40%
Votos em branco	340	3,42%
Votos nulos	98	0,99%
Total	9.942	100,00%

Fonte: PERNAMBUCO T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 e 14-04-1957

Tabela 12: Vereadores Eleitos em Garanhuns 1955

Partidos	Votação em nº	Votação em %	Vereadores Eleitos
União Democrática Nacional (UDN)	2891	30,70%	4
Partido Social Progressista (PSP)	894	9,49%	1
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	4489	47,67%	7
Partido Democrata Cristão (PDC)	1143	12,14%	1

Fonte: PERNAMUBCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 e 14-04-1957.

Como podemos analisar a coligação UDN-PSP ganhou tanto para o cargo de prefeito quanto de vice-prefeito derrotando assim a coligação do PRT-PSD, no entanto a UDN e o PSP não conseguiram maioria na câmara municipal ficando apenas com 5 cadeiras juntos, em detrimento das 7 que o PRT sozinho conseguiu. Antes de mais nada é necessário compreender que os vereadores dissidentes do PSD que resolveram apoiar Francisco Figueira em detrimento de Elpídio Branco, lançaram candidatura pela UDN e PSP enquanto que os membros do PSD que apoiavam Elpídio Branco lançaram suas candidaturas pelo PRT.

Os vereadores eleitos segundo a ata do TER-PE são, pelo PRT: Petrônio Fernandes da Silva, Amilcar da Mota Valença, Elias da Silva Barros, João Bezerra Sobrinho, Antonio Sarmento de Pontes, Luiz Pereira Júnior e José Augusto Pinto; pela UDN: José Cardoso da Silva, Aloísio Souto Pinto, Uzaze Canuto, Pedro de Souza Lima; pelo PDC: Geraldo de Freitas Calado; e pelo PSP: Raimundo Atanázio de Moraes. Porém segundo os dados retirados desta

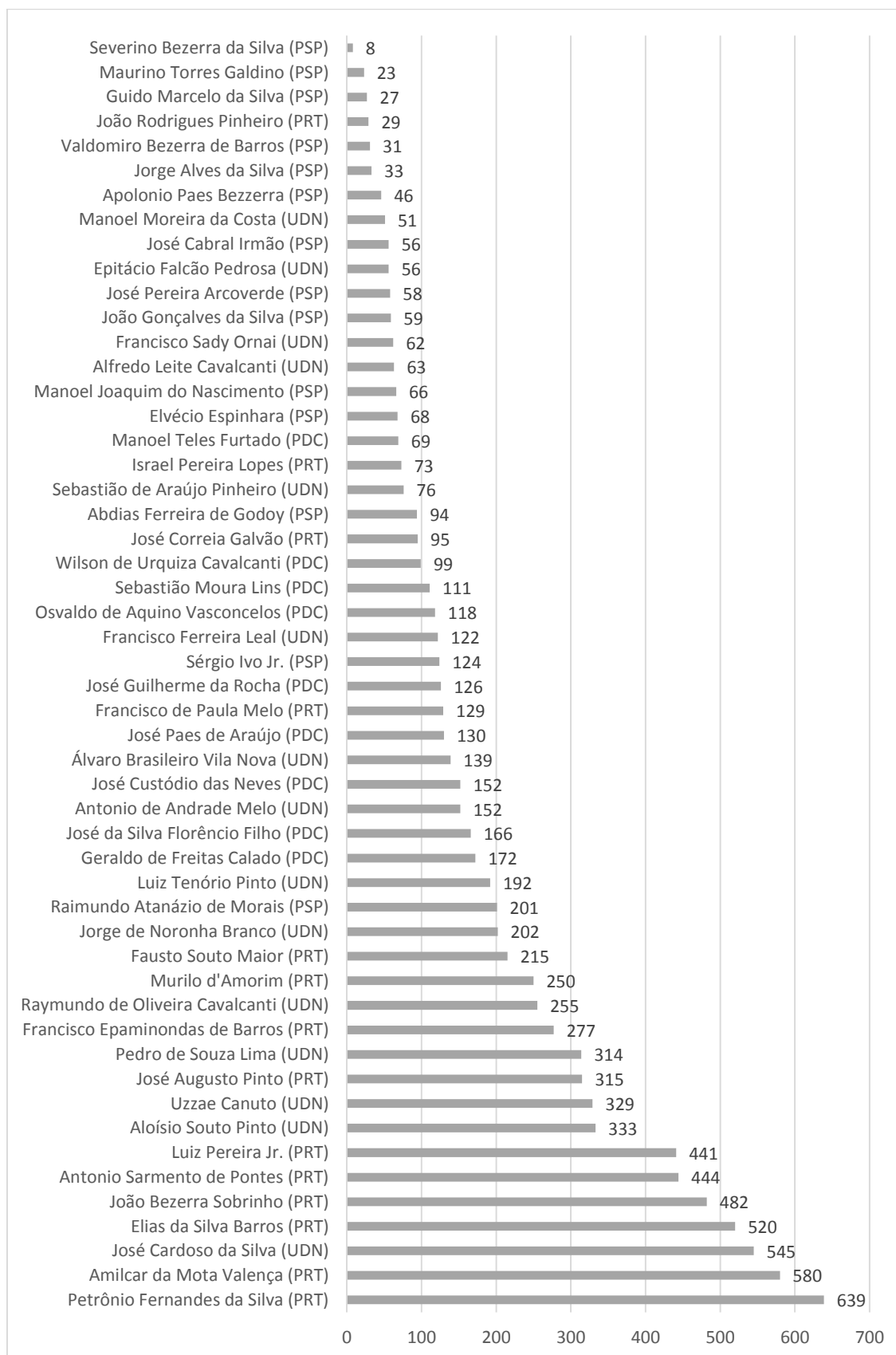
mesma Ata os 13 vereadores mais votados não foram os eleitos como pode ser lido na Tabela 13:

Tabela 13: Vereadores Mais Votados em Garanhuns 1955

Vereadores e seus Respectivos Partidos	Votos em nº	Votos em %
Petrônio Fernandes da Silva (PRT)	639	6,79%
Amilcar da Mota Valença (PRT)	580	6,16%
José Cardoso da Silva (UDN)	545	5,79%
Elias da Silva Barros (PRT)	520	5,52%
João Bezerra Sobrinho (PRT)	482	5,12%
Antonio Sarmiento de Pontes (PRT)	444	4,71%
Luiz Pereira Jr. (PRT)	441	4,68%
Aloísio Souto Pinto (UDN)	333	3,54%
Uzzae Canuto (UDN)	329	3,49%
José Augusto Pinto (PRT)	315	3,35%
Pedro de Souza Lima (UDN)	314	3,33%
Francisco Epaminondas de Barros (PRT)	277	2,94%
Raymundo de Oliveira Cavalcanti (UDN)	255	2,71%

Fonte: PERNAMUBCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 e 14-04-1957.

Para tanto leia-se o Gráfico 15.

Gráfico 15: Candidatos a Vereador Garanhuns 1955

Fonte: PERNAMUBCO. T.R.E. ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 03-10-1955 e 14-04-1957.

Como pode ser lido acima, Raimundo Atanásio de Moraes (PSP) foi o décimo sétimo vereador mais votado, assim como obteve menos votos do que Fausto Souto Maior (PRT), que ficou como décimo quinto vereador mais votado em Garanhuns. Não obstante, na mesma ata Fausto Souto Maior (PRT), aparece como terceiro suplente de seu partido, ficando atrás de Francisco Epaminondas de Barros (décimo segundo mais votado) e Murilo d'Amorim (décimo quarto mais votado).

Mas analisando não somente os dados contidos nas atas do TER-PE mais também os das atas da Câmara Municipal de Garanhuns, os vereadores que assumiram foram aqueles que foram apresentados como vereadores eleitos nas atas do TER-PE, ou seja, Raimundo de Moraes estava entre eles e não estava Fausto Souto Maior.

Nas próprias atas do TER-PE os vereadores que são apresentados como eleitos (porém nesta lista não consta o número de votos que cada um obteve, mas em outra parte das mesmas atas, onde estão a votação de cada candidato e seu respectivo partido, há o número de votos) são; PRT: Petrônio Fernandes da Silva, Amilcar da Mota Valença, Elias da Silva Barros, João Bezerra Sobrinho, Antonio Sarmento de Pontes, Luiz Pereira Júnior, José Augusto Pinto; UDN: José Cardoso da Silva, Aloísio Souto Pinto, Uzzae Canuto, Pedro de Souza Lima; PDC: Geraldo de Freitas Calado; PSD: Raimundo Atanásio de Moraes.

Analise-se o Gráfico 15, especificamente do 13º ao 17º candidatos mais votados, que são respectivamente: Raimundo de Oliveira Cavalcanti (UDN), 255 votos; Murilo d'Amorim (PRT), 250 votos; Fausto Souto Maior (PRT), 215 votos; Jorge de Noronha Branco (UDN), 202 votos; Raimundo Atanásio de Moraes (PSP), 201 votos. É importante constar que Fausto Souto Maior fica como terceiro suplente do PRT.

Findam as eleições, porém não os conflitos e denúncias, como consta nas atas da CMVG, pois na ata da 4ª reunião legislativa da 4ª sessão ordinária da referida câmara, realizada em 13 de outubro de 1955, quando o vereador Raimundo de Moraes lança um protesto “contra o rapto levado a efeito na cidade de Bezerros na pessoa do Prefeito eleito nas eleições de 3 de Outubro, responsabilizando as autoridades constituídas, inclusive o governador Cordeiro de Farias.”²²⁵ Compreende-se que o clima de violências e arbitrariedades ocorridas nas eleições de 1955 não foi somente em Garanhuns. Segundo noticiado no *Diário de Pernambuco* a prisão do prefeito eleito do município de Bezerros (Alcides de Andrade Lima) ocorreu graças a interferência do “coronel Braulio Guimarães, para prisão daquele político”²²⁶ que tinha sido

²²⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 122.

²²⁶ Nenhuma Interferência do Secretário Da Fazenda, Clelio Lemos, Na Prisão Do Prefeito De Bezerros in: *Diário de Pernambuco*, Recife, sexta-feira, 14 de outubro de 1955, p. 16.

acionado graças a grande quantidade de selos falsos constado pelo Secretário da Fazenda, porém o mesmo em entrevista ao *Diário de Pernambuco* declara que não sugeriu que prendessem o prefeito recém eleito, que convenientemente foi “preso” logo após o resultados das eleições.

Já no *Jornal Pequeno* temos os mesmos acontecimentos registrados, mas com uma escrita menos “neutra” quanto à apresentada no *Diário de Pernambuco*. O autor da matéria, Luiz Cisneiros, escreve:

DIZ uma nota da Secretaria de Segurança, que as autoridades, há mais de um mês, investigavam certa denúncia de selos, de consumo, falsos, que estariam sendo vendidos, em Pernambuco e no Nordeste. Daí a diligência que redundou na prisão (ou detenção) por mais de 24 horas, do prefeito de Bezerros.

A VÍTIMA, no entanto, afirma que foi sequestrada, de sua casa residencial, tendo sido varejada sua casa de negócios. Segundo suas próprias declarações, andou de comissariado em comissariado, numa Via-Sacra que somente o meu amigo – o delegado Rabelo – poderá explicar.

VEJAMOS, agora, as hipóteses viáveis à ocorrência. Perguntemos, inicialmente: era culpado o prefeito? No caso afirmativo, ninguém tinha autoridade para soltá-lo, vez que o crime de falsificação de selos, de um réu confesso e flagrado com a <<mercadoria>> falsificada, constitui crime inafiançável; na hipótese outra, de nenhuma prova existir contra o acusado a coação é passível de maiores providências. **MEIO** termo da questão: se a Polícia por mais de um mês, investigou a denúncia e se dispôs a prender o prefeito e outros mais é porque obteve provas suficientes para tanto. Assim sendo, indagamos, mais uma vez: o interesse político tem predominância sobre as Leis Penais do país? Tudo leva a crer que sim!...

O FATO é que o prefeito de Bezerros foi posto em liberdade. Permitam-me, os leitores, mais uma perguntinha indiscreta: quem autorizou a prisão da vítima? E a sua soltura? Que há crime nisso tudo, isso há: crime de sequestro, sem justificativa, ou crime de responsabilidade em soltar-se um falsário, sem medida judicial.²²⁷

Como resume os acontecimentos o jornalista Luiz Cisneiros, apresenta duas possibilidades explicativas: o prefeito recém eleito tinha sido realmente sequestrado por questões políticas ou o mesmo era um falsário que foi ilegalmente solto, estas questões necessitam de uma pesquisa mais aprofundada. Porém os indícios de que o general Cordeiro de Farias, então governador de Pernambuco, estava mandando militares para interferir nas eleições municipais são fortes, basta lembrar o caso do capitão Alvino Nogueira que foi enviado pelo governador para Garanhuns no intuito de que não houvessem fraudes nas eleições, porém, segundo Francisco Figueira: “(...) não fugiu à rotina, e igualmente ficou ao lado seu colega de farda, a serviço da outra candidatura”.

Outro indicativo das forças de articulações que eram construídas entre os diferentes municípios do estado de Pernambuco e a importância de analisar tais, já foi abordado por Santos (2009), Cavalcanti (2012) e Cavalcanti (2015), ao analisar a importância das correspondências existentes entre diferentes Câmaras Municipais, principalmente quando desejavam ver algum

²²⁷ **SÊLOS FALSOS** in: *Pequeno Jornal*, 15-10-1955, p. 3.

projeto aprovado ou mesmo quando era eleita a composição de nova Mesa em cada Câmara Municipal. Vários ofícios circulares eram enviados para várias Câmaras Municipais, estes mesmos dados também foram encontrados na presente pesquisa durante os anos de 1955 à 1958 na CMVG.

Voltando a análise das eleições de 1955 que estavam ocorrendo na CMVG em 13 de outubro de 1955, é relevante o discurso do vereador Antonio Sarmiento de Pontes no ponto em que falava que o deputado Elpidio Branco: “(...) pedia em proclamação lida na “A Antena” aos seus correligionários e amigos, pedindo calma e prudência (...)”. Com isto o vereador Raimundo de Moraes: “(...) tece diversas considerações sobre a eleição passada, fazendo recriminações do delegado de policia que procurou coagir alguns eleitores (...)”. Nesta mesma sessão é aprovado por unanimidade, um requerimento do vereador Antonio Sarmiento de Pontes, que solicitava o registro em ata da proclamação do candidato Elpidio Branco, transmitido e lido na rádio *A Antena*.

(...) o conselho que queremos transmitir aos nossos amigos e correligionarios é no sentido de saber receber a derrota com resignação e estoicismo, ao mesmo tempo que respeitemos o justo regosijados que forem vitoriosos. Saber perder é ainda uma lição a mais, nos entreveros da vida e um bom nome no conceito de todos. Tenhamos calma e saibamos respeitar a alegria dos adversários. Este é o conselho que damos a todos aqueles que ainda nos quiserem ouvir.²²⁸

No referido pronunciamento encontra-se outro indício do clima de violência existente no município, pois o próprio candidato derrotado é compelido a pedir que seus amigos e correligionários tenham calma e saibam agir com “resignação e estoicismo”.

Já em 20 de outubro de 1955, o vereador Raimundo de Moraes solicita que seja lida e registrada em ata a proclamação do prefeito eleito Francisco Figueira, que tinha sido lida na rádio, publicado no *Jornal do Comercio* e principais jornais do estado de Pernambuco. Contudo, diferente do ocorrido com a proclamação do candidato Elpidio Branco que foi aprovada sua leitura e transcrição nas atas da CMVG, na integra, por unanimidade pelos vereadores de Garanhuns a proclamação de Francisco Figueira encontrou dificuldades, primeiro por parte do vereador João de Assis Moreno que a considerava “politica e ofensiva ao governador Cordeiro de Farias”²²⁹ Neste momento se pronuncia o vereador Fausto Souto Maior que concorda com a transcrição, mas “fazendo restrições apenas na parte politica (...)”²³⁰ os vereadores Amilcar da Mota Valença, Luiz Pereira Junior, Antonio Sarmiento de Pontes e Francisco Epaminondas de Barros acompanham a sugestão do vereador Fausto Souto Maior, sendo assim aprovada por

²²⁸ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 127.

²²⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 128.

²³⁰ Idem, ibidem.

maioria a transcrição da proclamação do prefeito eleito, com as referidas restrições. Toda via ao comparar a transcrição que foi realizada nesta ata, aqui em discussão, com matéria publicada no *Diário de Pernambuco* não existem diferenças, assim como em ambas constam críticas ao governador Cordeiro de Farias, como pode ser lido:

É com satisfação imensa que falo neste instante a Garanhuns como Prefeito eleito desse importante e prospero Municipio do Estado de Pernambuco. Não vou me referir à minha vitória. Porque o triunfo magnifico, resultado de uma camapnha eleitoral que empolgou todo o povo da nossa terra, fôa a vitória de Garanhuns. Conquistamos o direito de não voltar a uma era de inércia na adminstração daquela terra querida. E conquistamos pela bravura cívica de um povo, que sabe escolher o caminho a trilhar, sem admitir interferencias estranhas, descabidas. O que deveria ter sido uma simples campanha eleitoral, foi transformado numa batalha entre grupos inimigos, havendo até a lamentar que tivesse corrido sangue no dia das eleições. Tudo porque, infelizmente, a determinação do Exmo. Sr. Governador do Estado, solenemente anunciada por intermedio de um seu requerimento em reunião publica, na cidade de Garanhuns, de que as autoridades policiais se mantivessem em posição de imparcialidade em face da campanha politica, foi totalmente desrespeitada por discutiáveis amigos de Sua Exelencia. Do fato lamentável sob todos os pontos de vista, fica a lição de que o povo esta adquirindo a sua maturidade politica e de que outros devem ser os processos empregados por aqueles que pretendam angariar o voto popular. Povo de Garanhuns! Quando os mais pesados insultos eram atirados à minha pessoa, na companhia eleitoral, sempre afirmei que não daria resposta aos meus acusadores. Sempre asseverei que os garanhunenses, de nasciento ou de coração, dariam, nas urnas, a merecida resposta. Tenho agora a ventura de poder afirmar que o julgamento do povo de Garanhuns não me foi desfavoravel. Deram-se a honra excelsa da escolha do meu nome para Prefeito de Garanhuns. Isto é, para mim, motivo de orgulho e de preocupação. Orgulho, porque entusiasmo ser o dirigente de um povo assim altivo, brioso, masculino, que sabe votar sem indagar das preferencias de autoridades facciosas. Preocupação; porque a prova de confianaça recebida de elementos de todas as classes sociais de Garanhuns traz-me à lembrança a enorme responsabilidade de que fui investido. Não tenho o direito de decepcionar os que em mim confiaram. E com a colaboração de um povo, de tal modo consciente, a nossa causa, que é a causa da grandeza de Garanhuns, não pode fracassar. Soube da explosão, de entusiasmo de que houve em Garanhuns, quando as urnas gritaram a nossa vitória. Infelizmente não me foi possível estar presente. Acompanhei, porém, espiritualmente a festa de Garanhuns. Nesta hora com a noção perfeita das minhas responsabilidades quero agradecer a todos quantos batalharam para o nosso triunfo, a todos, sem exceção, dos mais humildes aos mais abastados. Não me é possível esquecer uma palavra de agradecimento, de elogio a atuação daqueles bravos trabalhadores, que se cotizavam para embandeirar as ruas de casas humildes, afastados do centro da cidade, para que os nossos comícios fossem a expressão da vontade popular em toda a sua espontaneidade. A eles vai o meu pensamento, com emoção e respeito, sobretudo quando considero que, assim agindo muitos se sujeitavam a perseguições que longe de os intimidar, mais os incentivavam ao trabalho pela vitória da nossa causa. Passada a campanha política com um triunfo esplendido, desde já a todos conclamo para o trabalho ingente pelo progresso de Garanhuns. Tendo de viajar amanhã ao Rio de Janeiro, por necessidade indeclinavel, dentro de uns dez dias espero estar novamente noo convívio amigo do grande povo que me proporcionou uma alegria imensa, ao verificar que ainda vale apenas ser digno. Então direi pessoalmente a todos o meu profundo reconhecimento. Muito obrigado! E viva Garanhuns!²³¹

Como pode ser lido acima o recém eleito prefeito de Garanhuns faz questão de registrar em seu primeiro pronunciamento que “(...) uma simples campanha eleitoral, foi transformado

²³¹ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1955, p. 128, 129.

numa batalha entre grupos inimigos, havendo até a lamentar que tivesse corrido sangue no dia das eleições.” E atribui à culpa de tal derramamento de sangue ao descumprimento da posição de imparcialidade que a polícia local deveria ter, por ordens do governador Cordeiro de Farias. Porém ao mesmo tempo em que ressalta as ordens do governador, também deixa claro que as pessoas que desobedeceram tais ordens foram supostos amigos do mesmo. Analisando as ordens do governador com o descumprimento das mesmas, por parte de seus “supostos amigos”, mais a revolta e tentativa de censura relacionada a proclamação do prefeito eleito, temos elementos o suficiente que indicam que Francisco Figueira nesta proclamação estava atribuindo a culpa da violência nas eleições ao governador Cordeiro de Farias. Outro ponto que chama bastante atenção é que o prefeito eleito, Francisco Figueira, não estava no município de Garanhuns no fim da apuração, assim como só iria voltar depois de uma viagem inadiável ao Rio de Janeiro, que duraria cerca “de uns dez dias”.

3.5. Ganhar as Eleições não Basta.

Como discutido no tópico anterior, ocorreu uma dissidência no PSD secção Garanhuns. Estes dissidentes lançaram suas candidaturas pela UDN e PSP, enquanto que os aliados do deputado Elpídio Branco saem pelo PRT e estes conseguem eleger a maioria na CMVG. E mesmo que todos os demais partidos resolvessem se unir para derrotar alguma proposta que necessitasse de maioria simples na CMVG, não daria para vencer, caso o PRT votasse em bloco, como o fez na maioria das vezes, pois todos os partidos juntos, fora o PRT, ainda não conseguiam derrotar o mesmo porque juntos obtiveram 6 das 13 cadeiras do legislativo municipal de Garanhuns.

Quando o PRT estava prestes a perder sua maioria, em decorrência do vereador João Bezerra Sobrinho pedir licença para tratar de sua saúde (em 13 de fevereiro de 1957), é convocado o primeiro suplente: Francisco Epaminondas de Barros, mas, este alega que não poderia também devidos problemas de saúde. Porém o mesmo não ocupando a função, é empossado o terceiro suplente do PRT, o vereador Fausto Souto Maior, quando o correto era que fosse convocado o segundo suplente, Murilo d’Amorim, porém o então presidente da CMVG, Luiz Pereira Júnior que também pertencia ao PRT, alega que sendo o paradeiro deste desconhecido convocava o terceiro suplente sem ao menos informar ao segundo, constituindo-se um golpe.

Análise-se o transcurso deste caso através da ata da 4ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa da CMVG, realizada no dia 13 de fevereiro de 1957. Onde o:

(...) Presidente anunciou á Casa, que estando presente o Sr. Fausto Souto Maior suplente do Vereador convocado, portanto, ia proceder a sua posse na forma regimental. Pediu a palavra o Vereador Aloisio Souto Pinto, que levantando uma questão de ordem fez ver ao Sr. Presidente a observancia do que rezava, o artigo 38 da Lei 445, Organização Municipal, e o artigo 97, do Regimento Interno, os quais, manda que se convoque o suplente imediato, e o Sr. Murilo Amorim não tinha sido convocado, sendo ele o 2º Suplente. O Sr. Presidente esclareceu ao orador que pelo Ato nº 1/57, desta data, da Comissão Executiva, tinha sido observado o caso em apreço, e imediatamente empossou o Sr. Fausto Souto Maior, tendo o mesmo feito o juramento de praxe na forma regimental e tomado assento em sua bancada nesta Casa. Pediu a palavra o Vereador Uzaze Canuto, que apreciando a declaração do Sr. Francisco Epaminondas de Barros, em não poder assumir as funções de vereador, extranhou a mesma não estar acompanhada de justificação que se fazia necessaria. Fez criticas a maneira como a presidencia tinha dado posse ao 3º Suplente do Partido Republicano Trabalhista, sem antes ter convocado o 2º, alegou que nada tinha contra a pessoa do Sr. Fausto Souto Maior, reconhecia no mesmo as suas qualidades que o capacitava a desempenhar as funções de Vereador nesta Câmara, no entanto, apenas divergia, de maneira como se tinha feito para o mesmo ser convocado, que ele considerava ilegal. Adiantou que o Sr. Fausto Souto Maior, naturalmente como conhecedor de Leis e com a pratica parlamentar de que é possuidor, não poderia ignorar o que acima ficou externado. Terminou o Sr. Vereador solicitando da presidencia mais cuidados e mais comedimentos, nas decisões que tivesse que tomar nesta Casa, para observar a lei etc. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Raimundo de Moraes, tendo dito estar satisfeito com a presença nesta Câmara do Sr. Fausto Souto Maior, reconhecia as suas qualidades, que já tendo sido Vereador por várias Legislaturas, naturalmente, muito podia fazer e produzir, no entanto não se conformava era com a maneira como o mesmo foi convocado, que considerava ilegal, por isso manifestava sua extranheza e apresentava seu protesto e queria que o mesmo constasse em ata. Adiantou, que o Sr. Murilo d'Amorim, era quem devia ter sido convocado, entretanto, o Ato da Comissão Executiva, dizia que o mesmo tinha destino ignorado, quando ele sabia que o mesmo estava residindo da cidade de Teofilo Otoni, no Estado das Minas Gerais. Em sua oração o Vereador Raimundo de Moraes, recebeu insistentes apartes do Vereador Antonio Sarmento de Pontes, em desacôrdo com o mesmo. Em seguida fez uso da palavra o Vereador Petronio Fernandes da Silva, que em um improviso, disse ter solicitado a palavra para dirigir uma saudação ao Vereador Fausto Souto Maior, salientou as qualidades que o caracterizava para bem desempenhar as suas funções nesta Casa, o qual já tinha sido Vereador por mais de uma Legislatura e tinha se revelado um dos expoentes máximos que por aqui tinha passado, em aparte o Vereador Pedro Lima, discorda do orador, neste sentido. Continuando o Vereador Petronio Fernandes, adiantou, que as suas afirmações a respeito do Vereador Fausto Souto Maior, era tão verdade que já se começava a sentir o efeito, como exemplo, citou a agressividade e o desagrado manifestado por seus adversários nesta Casa. Terminou o orador frizando que em seu nome próprio e de sua bancada apresentava solidariedade ao Vereador Fausto Souto Maior. A seguir, pediu a palavra o Vereador Pedro de Souza Lima, que em um improviso, disse, tambem ser daqueles que considerava ilegal a maneira como foi feita a convocação e da posse do Sr. Fausto Souto Maior, fez severas críticas a Mesa desta Casa, dizendo que esta Câmara estava desmoralizada, o Sr. Presidente, tendo feito suar a campanha, advertiu o orador da linguagem anti-parlamentar que estava usando. Tendo o Vereador Pedro Lima continuando afirmando o que já tinha dito, adiantou que a vinda do Sr. Fausto Souto Maior para esta Casa tinha obedecido a um conchavo politico da opposição para atrapalhar o Sr. Prefeito em sua administração, no entanto, eles de nada temiam e aqui estavam apra enfrentarem a situação. Terminou o Sr. Vereador fazendo um veemente protesto pela maneira como a Mesa desta Câmara tinha agido, neste sentido.²³²

²³² Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 149, 150 e 151.

Como pode ser lido na citação acima a posse do terceiro suplente se deu de forma ilegal, visto que o paradeiro do segundo suplente era conhecido, mas como ele se encontrava na cidade de Teófilo Otoni, no Estado das Minas Gerais demoraria para receber e responder ao chamado para assumir a cadeira de vereador, fazendo com que o PRT perdesse a maioria na CMVG ao menos por um determinado período de tempo. Outra questão relevante é que a presidência da câmara assim como sua maioria estavam sob o julgo do PRT.

Isto fez com que o prefeito Francisco Figueira encontrasse sérios problemas para governar, pois inúmeros projetos de interesse do poder executivo eram barrados no legislativo. A bancada do PRT tentou de diversas formas acabar com a Guarda Municipal, o que o prefeito e demais vereadores eram contrários. O vereador que mais se pronunciou e pressionou foi o então líder do PRT, o vereador Fausto Souto Maior. Este vereador queria que o prefeito acabasse com a Guarda Municipal e outra fosse formada, mas com a nova formação não seria paga somente pelo município, sugeria o vereador Fausto Souto Maior que metade dos honorários destes guardas fossem pagos pela prefeitura e a outra metade fosse paga pelos comerciantes. Esta era uma forma de dar poder policialesco aos membros do comércio, onde havia grande penetração do “sindicato dos jogos”, como já foi analisado no capítulo 1.

Não menos relevante é notar que os membros do PRT não se referem a si mesmos como bancada do PRT, mas sim como do PSD. Para compreender quão tensas foram as discussões deste caso em específico vamos a 13ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa da CMVG, realizada em 26 de fevereiro de 1957, onde:

Adiantou o Vereador Pedro Lima, que os vereadores do P.S.D., combatiam a criação de uma guarda municipal, no entanto, eles mesmos tinham apresentado um projeto que foi aprovado por esta casa, aumentando os subsídios de 3.500,00 para 6.000,00. Em sua oração, o sr. Vereador foi aparteado pelos seguintes Vereadores: Raimundo de Moraes, e Aloisio Pinto, concordando, e Aloisio Pinto, Antonio Sarmento de Pontes e Amilcar Valença, discordando. Pediu a palavra o vereador Fausto Souto Maior, que defendeu enfaticamente o seu projeto, especialmente na parte que o mesmo foi combatido como inconstitucional, até lançando um repto ao Vereador Raimundo de Moraes, no sentido de que se o mesmo conseguisse provar que o projeto em tela era inconstitucional, ele renunciaria a 3ª suplência.²³³

O prefeito não acabou com a guarda municipal, porém posteriormente ele deseja criar mais dez cargos para guarda municipal, porém como a criação destes cargos tinham que passar pela câmara, com isto na 4ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa da CMVG, realizada em 15 de maio de 1957, se pronunciou o vereador Pedro de Lima que:

(...) defendeu o seu ponto de vista favorável a guarda municipal e a maneira como o Sr. Prefeito do Município vinha agindo neste sentido, salientou os inestimáveis prestados pela mesma, neste Município, notadamente na Vila de S. João; Criticou a maioria nesta Casa que em seu dizer queriam calar a minoria. Finalizou afirmando

²³³ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 173.

que da tribuna desta Câmara, estaria sempre para defender o Sr. Prefeito e o interesse do povo. O orador ainda recebeu insistentes apartes por parte dos vereadores, Luiz Pereira Junior, Fausto Souto Maior, Antonio Sarmiento de Pontes, Uzaze Canuto e Aloisio Pinto. Em seguida o Vereador Aloisio Pinto, fazendo uso da palavra, requereu que, a votação do parecer em discussão fosse precedido por votação nominal, no que foi atendido. Em votação foi aprovado o parecer com o seguinte resultado: Votaram favoráveis os seguintes Vereadores: Geraldo Calado, Luiz Pereira Junior, Petronio Fernandes, Antonio Sarmiento de Pontes, José Augusto Pinto, Amilcar da Mota Valença e Fausto Souto Maior. Votaram contra o parecer os seguintes: Uzaze Canuto, Pedro de Souza Lima, Aloisio Souto Pinto, Raimundo de Morias e Jose Cardoso da Silva. Ficou portanto, rejeitada a mensagem nº 182 do Sr. Prefeito do Município, em única discussão.²³⁴

Este é um exemplo de que não bastava ganhar as eleições mais também se fazia necessário conseguir que a oposição, pelo menos, não conseguisse a maioria parlamentar para que assim fosse possível realizar negociações com os demais partidos no intuito de aprovar uma determinada matéria de interesse do executivo.

Estas não eram as únicas forças que estava a pressionar os poderes públicos em Garanhuns, a classe estudantil também exercia pressão na política municipal. Um exemplo é que em 1957 as eleições da União Estudantil de Garanhuns (UEG) ocorreram no prédio da prefeitura de Garanhuns, acontecendo nestas, intervenção policial. Este caso é denunciado pelo vereador Geraldo Calado que neste período era o presidente da União Estudantil de Garanhuns (UEG).

Não foi possível descobrir a idade do vereador Geraldo Calado (na época), mas se tem uma foto do vereador José Cardoso que também era ligado à UEG quando concorreram as eleições de 1955.

²³⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 192, 193.

Figura 27: Candidato José Cardoso da Silva



Fonte: 3A Resistência, Ano 1, Garanhuns, 12 de fevereiro de 1955, nº3, p. 1

Como pode ser visto na Figura 27 o vereador José Cardoso foi eleito bastante jovem, isso se constitui numa demonstração de força da classe estudantil de Garanhuns, na medida em que é eleito um vereador tão novo. Mas voltando ao caso das eleições da UEG que ocorreram no dia 11 de agosto de 1956, foi posto em discussão no dia 13 de maio de 1957, na 2ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa da CMVG. Nesta reunião o vereador Raimundo de Moraes estava parabenizando uma das escolas rurais do município de Garanhuns ao qual ele foi visitar no dia das mães, porém o vereador Pedro Lima em aparte atacou a classe estudantil de Garanhuns, foi quando o vereador Geraldo de Freitas Calado rebateu da seguinte maneira:

(...) que o Vereador Pedro Lima em seu contra-aparte fez acusações desairosas a grande classe estudantil, pois a mesma sempre tinha liderado os grandes movimentos civicos neste Brasil, desde os movimentos de amancipação política, que nos induziu ao riacho do Ipiranga; abolição da escravatura, com Castro Alves e José Mariano e tantos outros movimentos até a recente queda da Ditadura, portanto seria uma infamia do nobre vereador, em afirmar que esta mesma classe se prestassem a rasgar e profanar a Bandeira Nacional. Terminou o orador afirmando que em virtude de não ter sido hasteada a Banderia Nacional na Prefeitura, foi então hasteada pelos esteudantes a Bandeira da União Estudantil, tendo então o Tenente reformado Miguel Freitas indebitamente interrompido a boa marcha das eleições estudantis que se realizavam. Finalizou o orador apresentando a mesa um requerimento ao Comandante da 7ª Região Militar, protestando e solicitando providencias, pela atitude insólita do Tenente Miguel Freitas, que durante a Elição da União dos Estudantes de Garanhuns, quando do hasteamento da Bandeira daquela classe, em estado de embriaguez, tinha provocado desordenio, tentando agredir estudantes (...).

O vereador Geraldo de Freitas Calado antes de rebater as acusações do vereador Pedro de Lima, fala das manifestações políticas que os estudantes brasileiros fizeram ao logo da história, assim buscando mostrar a força desta classe. Não menos importante é compreender o ato simbólico de não hastear a bandeira nacional e ao invés disto hastear a da UEG, assim como, as acusações de que o tenente Miguel Freitas estava embriagado, tentando atrapalhar as eleições da referida entidade e querendo agredir os estudantes.

Quando o requerimento foi posto em discussão o vereador Pedro de Lima:

que se manifestou contrário ao requerimento; taxando o de brusco e imbecil, rebateu as acusações feitas pelo vereador Geraldo Calado em sua oração e afirmou o que tinha dito em seu aparte anterior a respeito das desordens e inconveniências praticadas pelos estudantes no prédio da Prefeitura e em outra ocasião quando da eleição do Vereador Geraldo Calado para a presidência da associação estudantil, até cadeiras tinha sido quebradas aqui no recinto desta Câmara, onde se processou a mesma. Em aparte o Vereador Aloisio Souto Pinto, confirmou o que tinha dito o orador, alegando que sendo ele Presidente da Câmara, naquela ocasião, tinha providenciado os concertos dos estragos que tinham se verificado nas cadeiras desta Casa. Aparteando o vereador Geraldo de Freitas Calado, disse se outra infamia e mostrou aos Snrs. Vereadores, as tribunas com as respectivas cadeiras finalmente todo o aspecto da Casa que estavam conservadas como havia sido inugurados. Afirmando que as eleições na sua época eram presididas e sobre a responsabilidade de um dos professores da cidade.²³⁵

O vereador Pedro Lima acusa o autor do requerimento de ter comprado uma arma com o dinheiro da UEG. As discussões continuam até o momento em que os vereadores Fausto Souto Maior e Raimundo de Moraes pedem para que o autor retirasse o requerimento, pois embora apoiassem o vereador Geraldo Calado o mesmo não apresentou a devida documentação, assim como, o mesmo geraria sérios problemas, mas Geraldo Calado insistiu em não o retirar.

Já na reunião realizada no dia 15 de maio de 1957 o vereador Antonio Sarmento de Pontes apresenta outro requerimento

(...) no sentido de se lançar um veemente protesto, pelo fato da tentativa de agressão feita pelo tenente reformado Miguel Freitas, ao nosso colega Geraldo de Freitas Calado, quando se processava a eleição da União dos estudantes de Garanhuns, no dia 1º do mês andante, dando-se conhecimento ao General Comandante da 7ª Região Militar, com sede na cidade de Recife.²³⁶

Sendo este requerimento aprovado. Poucos meses após estas discussões a casa do vereador Francisco Epaminondas de Barros foi alvejada pela guarnição Federal de Caruaru. Com isso o vereador Aloisio Souto Pinto apresenta um requerimento para que fosse inserido em ata:

(...) um veemente protesto, contra o ato e a maneira como alguns militares pertencentes a guarnição Federal de Caruaru, em dias da semana passada, varejavam a residência de um membro desta Câmara, na pessoa do vereador Francisco Epaminondas de

²³⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 187.

²³⁶ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1956, p. 191.

Barros, em busca de armas, como se aquele nosso colega fosse algum malfeitor, ou estivesse tramando contra o regimen.²³⁷

Pôde ser compreendida a força política e organizacional da classe estudantil de Garanhuns, agora é possível entender melhor o caso em que os estudantes depredaram a casa do vereador Fausto Souto Maior, líder da bancada majoritária.

Como já analisado, todos os projetos que o prefeito tinha enviado à CMVG tinham sido vetados, isto aproximadamente entre o início de 1956 até perto do fim de 1957. Devido os vetos, o prefeito esteve impossibilitado de pagar aos funcionários municipais, visto que tinham sido aprovados aumentos salariais, abonos de natal e abonos familiares; além de diversas subvenções aprovadas para várias instituições. Sem aprovação de verbas suplementares, que a bancada majoritária vinha vetando, o prefeito decide paralisar todos os serviços públicos da cidade.

Na edição da quinta-feira, 5 de setembro de 1957 do *Diário de Pernambuco*, onde é publicado um extenso artigo, escrito pelo correspondente Edival Monteiro, acompanhado de duas fotos de Mauro Lima, que ocupam o centro da página nove.

Resolvida a crise política de Garanhuns

(...) Foi resolvido o impasse entre a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores de Garanhuns, graças á intervenção do governador Cordeiro de Farias, através do secretario do Governo, sr. Antonio Geraldo Guedes. As bases do acórdo estabelecem que a Câmara fará uma suplementação de 500 mil cruzeiros, para dar andamento a obras públicas e que tinham sido paralisadas em faze da intransigência dos vereadores, negando a suplementação. Hoje, á noite, mesmo começou a ser feita a limpeza do cidade.

(...)

A reportagem do DIARIO conseguiu apurar alguns detalhes da mediação entre o secretario do Governo e o prefeito Francisco Figueira, no seu gabinete de Trabalho, na Prefeitura. Durante a palestra o secretario Geraldo Guedes afirmou, a certa altura, que a idéia do governador Cordeiro de Farias era no sentido de procurar um meio de solucionar, pacificamente e pôr fim A crise. Acrescentou que, dessa forma, Garanhuns poderia encontrar o seu caminho de tranquilidade e progresso. Pelo menos era esse o pensamento do Chefê do Executivo pernambucano. “Quero salientar isso para que depois não se diga ou não se pense que o governador teve o proposito de interferir, por qualquer meio, na administração municipal” – disse o mediador.

Prosseguindo, declarou que o governador tem somente o proposito de que todos nós sabemos que é louvável e dependia muitíssimo menos dele e de sua pessoa, dos seus atos, de suas palavras, da sua posição de mediador, do que propriamente da boa vontade e do desejo de todos os garanhunense e principalmente dos vereadores e prefeito. Solicitou ainda ao prefeito que fizesse chegar aos vereadores essa sua observação, tendo o prefeito designado como intermediario o vereador Aluisio Pinto.

(...)

A seguir, disse o sr. Francisco Figueira que a “intromissão do deputado Elpidio Branco na Camara Municipal de Garanhuns deu motivo a tudo isso, porque o vereador Fausto Souto Maior disse alto e bom som, para quem quisesse ouvir, não só aos vereadores mas para todos que comparecem habitualmente á Câmara para ouvir o que os vereadores discutem e fazem, que daquela data em diante tinha ordem da bancada, que está unanime contra o prefeito, de só fazer política, embora soubesse que era uma Casa apenas para administrar”.

²³⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957, p. 24.

Ontem, á noite, cerca de trezentos estudantes atearam fogo em varios montes de lixo, pela avenida Santo Antonio, travessa da Intendencia e praça Jardim. Depois se dirigiram a residencia do lider da maioria na Camara, sr. Fausto Souto Maior, colocando à porta de entrada da casa montões de lixo, espalhando-os depois pela calçada.

O que antes parecia uma brincadeira de mau gosto dos estudantes, que haviam saído naquela hora das suas aulas noturnas, agravou-se depois, chegando os manifestantes a quebrar a vidraça da residencia do vereador.

Grande algazarra se fazia já pelas 23 horas, quando desceu um grupo de soldados da Policia armados de fuzil, com ordem de atirar em qualquer um que tentasse invadir a casa do vereador ou pelo menos ir até a porta.

Com esta atitude da policia, os estudantes dispersaram-se aos poucos.

Quando realizadas as fotografias, os estudantes vaiaram os fotografos, atentando contra eles.²³⁸

Na narrativa construída pelo *Diário de Pernambuco*, o problema foi solucionado pela intervenção do governador, mesmo que o direcionamento do discurso seja para uma atitude de não intervenção do mesmo. Na medida em que seu representante salienta que “a idéia do governador Cordeiro de Farias era no sentido de procurar um meio de solucionar, pacificamente e pôr fim A crise (...)”, as falas tornam-se contraditórias, muito embora seja necessário salientar que tal contradição contida no discurso é intencional e cumpre o objetivo de construir a imagem do governador como uma pessoa calma, ponderada e que não dita o que deve ser feito ou não. Não obstante, o acordo entre a bancada da maioria e o prefeito é realizada pelo enviado do governador, que deixa bastante claro a intervenção direta de Cordeiro de Farias neste caso.

Mas não podemos deixar de considerar a própria força e organização dos estudantes, que foram realmente os que pressionaram a consolidação deste acordo. Como bem vimos a classe estudantil de Garanhuns estava imersa na vida política da cidade. Não foi ao acaso que escolheram espalhar lixo e atirar pedras na casa do vereador Fausto Souto Maior, líder da maioria na câmara. Caso os estudantes não estivessem inteirados, não somente sobre quem eram os vereadores, mais também sobre quem era o líder da maioria na câmara, e que esta maioria estava obstruindo a administração pública, seria muito improvável que lá houvesse uma concentração de cerca de trezentos estudantes a espalharem lixo e jogar pedras na casa de um desconhecido. Esta foi uma ação organizada.

Consolidando essa interpretação tem-se o ofício nº 112/57 que foi enviado ao Ministro do Trabalho (Parsifal Barroso) no dia 12 de setembro de 1957, ofício elaborado mediante um requerimento de autoria dos vereadores Antonio Sarmento de Pontes e Amilcar da Mota Valença. Neste ofício conta o caso dos estudantes, porém atribuindo as ações destes à influência

²³⁸ **Resolvida a crise politica de Garanhuns Exito na mediação do enviado especial do governador Cordeiro – Prefeitura e Câmara dos Vereadores chegam a um acôrdo – Bases – Vai ser feita a limpeza da cidade – a policia teve de guardar a residencia do vereador** in: *Diário de Pernambuco*, quinta-feira, 5 de setembro de 1957, p. 9.

dos líderes sindicais da cidade que segundo os vereadores que aprovaram este requerimento, influenciaram os estudantes. Além do mais citam um boletim que tinha sido distribuído na cidade pelos sindicatos de Garanhuns que criticava a CMVG. Ao ler as atas da câmara entende-se que este boletim era uma crítica à forma como a bancada da maioria estava obstruindo a gestão municipal ao vetar todos os requerimentos provenientes da prefeitura.

Segundo consta nas atas da câmara um destes boletins foi encaminhado para a referida instituição²³⁹. Infelizmente também foi rejeitado o pedido do vereador Raimundo de Moraes de registrar nas atas o conteúdo do mesmo, muito embora na redação do ofício em discussão conste como anexo “1 Boletim”. Para tanto ficou registrado as discussões acerca deste boletim. Para isso vamos à ata da 9ª reunião extraordinária da CMVG, realizada no dia 5 setembro de 1957.

O vereador Petronio Fernandes realizou:

(...) a leitura de um boletim distribuído nesta cidade, firmado por diversos presidentes de sindicatos operários desta cidade, em que atacam duramente esta Câmara Municipal em benefício do Sr. Prefeito do Município. Salientou que sabia muito bem de onde tinha partido a redação daqueles papéis, sabia perfeitamente que aqueles elementos semi-analfabetos não tinham capacidade para fazerem aquelas alegações, e sendo assim eles se constituíam preza fácil dos elementos desclassificados exploradores da ignorância alheia. Terminou, afirmando, que quanto a parte do aumento de subsídios que os mesmos se referiam, este não tinha sido os motivos da atitude da maioria desta Casa, ele tinha votado e votava em aumento que aparecesse por aqui, não porque disso precisasse para viver, mas por amor a causa que defendia. Em aparte o vereador Amílcar Valença, disse que os proventos que recebia desta Casa lhe servia para auxiliar os seus eleitores, por isso era favorável ao mesmo. O vereador Petronio Fernandes comentando a parte do referido boletim, que chamava de péssimos representantes do povo aqueles que compõem a maioria desta Casa; assim seriam eles os péssimos eleitores que não tinham capacidade nem para manifestarem a sua própria opinião recorrendo a elementos desclassificados etc.²⁴⁰

Como pode ser lido, além das críticas à bancada da maioria, que estava obstruindo a gestão municipal, também há uma crítica ao aumento de Cr\$ 2.500,00 que foi aprovado pelos vereadores para benefício dos mesmos.

José Cardoso, o vereador mais votado nas eleições de 1955 em Garanhuns, também era tido como o representante dos sindicatos, sendo assim as palavras do vereador Petronio Fernandes, além de agressivas, preconceituosas e desrespeitosas com relação aos membros dos sindicatos também eram uma forma indireta de acusar o vereador José Cardoso. Tanto é que logo após Petronio Fernandes terminar seu pronunciamento, usa da tribuna José Cardoso:

(...) que comentando as afirmativas do vereador Petronio Fernandes, disse que antes de vir para aqui sabia de antemão que este assunto seria abordado nesta Casa.

²³⁹ Durante o levantamento documental, por pouco mais de seis meses procurei este boletim nos arquivos da câmara e não o encontrei.

²⁴⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957. Como cada página dos Livros de Ata contém duas laudas cada, e estes debates permeiam da página 99 até à 101, dando um total de cinco laudas, aqui somente será indicado este ponto de referência, mas para ajudar à localização: tais se iniciam na lauda direita da página 99, nas 100 e 101 as discussões encontram-se nas laudas esquerdas e direitas.

Salientou que era contrário as afirmativas contidas no referido panfleto firmado pelos presidentes de diversas classes, no entanto achava que os mesmos tinha o dever de manifestar as suas opiniões livremente. Referindo-se aos fatos que culminaram com o atentado a residência do vereador Souto Maior, ressaltou que, lamentava o acontecido e estava solidário com o mesmo em seu protesto, no entanto achava que não tinha partido de alguém premeditado, tanto que tinha sido por um grupo de jovens estudantes, embora que no fim como sempre quem pagava o pato era os humildes, tanto assim que um tinha sido preso injustamente.²⁴¹

O vereador José Cardoso já presumindo que iriam lhe imputar culpa, ao mesmo tempo em que se defende, diz não concordar com o ocorrido e presta solidariedades a Fausto Souto Maior. José Cardoso também defende o direito dos trabalhadores de se manifestarem livremente e fala de uma prisão injusta ocorrida na ocasião em que os estudantes depredaram a casa do vereador Fausto Souto Maior. No entanto o vereador Antonio Sarmiento de Pontes salientou que:

(...) não se podia negar que estudantes tinham tomado parte naqueles acontecimentos, tanto assim naquela ocasião houve também um incidente com o proprietário do Cine Jardim, quase havendo tiroteio, embora houvesse a hipótese que alguém tivesse incitado os rapazes a fazerem aquilo.²⁴²

Quanto a reação do vereador Fausto Souto Maior, foi prometer vingar-se, e assim o fez. Na 4ª reunião em prorrogação da 4ª sessão legislativa da CMVG, realizada em 18 de novembro de 1957. Esta reunião foi prorrogada devido aos problemas existentes entre a bancada da maioria e os projetos do prefeito, os vereadores da maioria adotaram as seguintes estratégias para postergar os projetos do prefeito Francisco Figueira: faltar toda bancada assim não tendo quórum e consequentemente tendo que ser suspensas as reuniões; um vereador da bancada pedia vistas nos principais projetos por 24 ou 48 horas, quando tais voltavam outro vereador também pedia vistas por 24 ou 48 horas; depois de amplamente discutido determinado projeto alguns membro da bancada da maioria apresentava uma emenda e assim por diante, esta estratégia também deu certo, pois na presidência da CMVG estava o vereador Luiz Pereira Júnior eleito pelo PRT (partido este que estava representando os interesses do deputado Elpídio Branco do PSD), assim como as duas principais comissões: a de Legislação e Justiça e a de Fazenda e Orçamento, estavam também sob o controle dos vereadores eleitos pela legenda do PRT e obedientes a Elpídio Branco.

A primeira ação tomada foi o próprio ofício nº 112/57, enviado ao Ministro do Trabalho (Parsifal Barroso), como pode ser lido:

(...) Com o presente tenho a subida honja de levar ao vosso conhecimento que esta Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 6 do corrente mês, aprovou por maioria de seus membros, um requerimento de autoria dos snrs. Vereadores Antonio Sarmiento de Pontes e Amílcar da Mota Valença, no sentido de solicitar de V. Excia. data vênha,

²⁴¹ Idem, *ibidem*.

²⁴² Idem, *ibidem*.

providências para o caso que linhas abaixo passo a expôr: Em virtude de uma ligeira crise verificada entre este Poder Legislativo e o Poder Executivo Municipal, em face de um pedido de informação da Comissão a quem fôra distribuída u'a Mensagem do Snr. Prefeito do Município, solicitando suplementação de verbas orçamentárias, gerou-se uma incompreensão dando lugar que fossem paralizados todos os serviços públicos externos em andamento. Isso, porém, não chegou a ir além de três dias, tudo se normalizando satisfatoriamente. Esses acontecimentos, sempre tem sido aproveitados por elementos agitadores, e foi sem dúvida o que aconteceu nesta cidade. Estudantes, certamente influenciados, aproveitando os montões de lixo existentes na avenida principal, não só fizeram fogueiras, como apedrejaram, ocasionando, danos materiais, á casa de residência de um dos Vereadores. A paralização dos serviços públicos municipais, em nada afetou economicamente aos trabalhadores, que tiveram os dias apontados pelo Snr. Prefeito do Município, atendendo que a nenhum deles cabia a responsabilidade dos acontecimentos. A bem da verdade, devo dizer que por determinação do Exmo. Snr. Governador, aqui esteve o Exmo. Snr. Secretario do Interior e Justiça, procurando entendimentos entre as partes, o que fez sem a mais leve interferência oficial nos destinos do Município, por isso chegou-se imediatamente a uma solução, voltando tudo a se normalizar. O que esta Câmara Municipal lamenta, e, com todo o respeito, solicita de V. Excia., Snr. Ministro do Trabalho, providências, e para o comportamento dos snrs. Presidentes dos Sindicatos locais, interferindo e até agredindo publicamente á esta Câmara dos Vereadores, conforme se verifica pelos documentos anexo a respeito de tudo que tem feito em beneficio dos trabalhadores sindicalizados. Esse comportamento, sem dúvida, contraria abertamente o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho, se não vejamos: Diz a letra A do art. 514: "colaborar com os Poderes Públicos". Igualmente preceitua a letra A – do art. 521: "proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses de Nação: "Ainda diz, claramente, o art. 525, da referida Lei: E vedada a pessoa física ou jurídica, extranhos ao Sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços. E não resta dúvida, que V. Excia., mesma sentiu esse estado de coisas, através de pronunciamentos verificados na Sédo dos Sindicatos locais quando da vossa honrosa visita à esta cidade. Assim é que um dos Vereadores, o Snr. Raimundo de Moraes, apreciando o requerimento pediu que se fizesse constar da ata, a seguinte declaração de voto: "Considerando que o requerimento, ora em discussão, tem por fim protestar contra os têrmos de um Boletim, de responsabilidade dos presidentes dos Sindicatos locais, bem como contra a publicidade do Jornal do Comercio, por considerá-los ofensivos à dignidade de Câma Municipal e atendendo que os atuais presidentes não dispõem de conhecimentos que os autorizem a redigir um documento em linguagem que excede a sua capacidade intelectual, entendo que outros sôa, sem duvida, os autores dos citados documentos e para que se esclareça essa situação, evitando que elementos extranhos aos trabalhadores estejam criando sérios conflitos entre os Podres Públicos, voto a favor do requerimento." Esta Casa jamais negou qualquer apoio ás pretensões dos trabalhadores exatamente por que todos os que aquí militam em função da representação popular, embora não sindicalizados, são também trabalhadores. O que porém não é possível continuar, é uma situação, que dela resulta somente incompreensões gerando climas, onde a desconfiança no Poder Público atinja a um ponto propicio aos agitadores. Certo de que V. Excia. tomará em consideração, aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de alto conceito. Atenciosamente.²⁴³

Aqui novamente temos os estudantes tratados como uma massa manipulada, influenciada, assim como, os sindicatos e os líderes sindicais tratados como ignorantes e semianalfabetos. Neste aspecto o que os vereadores queriam com este ofício endereçado ao Ministro do Trabalho era o fechamento destes sindicatos.

²⁴³ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Ofício nº 112/57 enviado ao Ministro do Trabalho (Parsifal Barroso) no dia 12 de setembro de 1957

Já a segunda ação se deu quando estava sendo discutido uma subvenção de Cr\$ 84.000,00 a Casa do Trabalhador de Garanhuns, onde o parecer da Comissão de Fazenda e Orçamento foi contrário. O vereador Aloísio Souto Pinto que era o único membro desta Comissão que não pertencia ao PRT, votou contra referido parecer. É importante constar que poucos dias antes da Comissão de Fazenda e Orçamento dar seu parecer o presidente da referida comissão pede para se afastar da mesma e assume o vereador Fausto Souto Maior à presidência da mesma. E como presidente Fausto Souto Maior justifica seu ponto de vista, salientando:

(...) a maneira como os falsos líderes e representantes das classes trabalhadores, exploravam a ignorância dos mesmos, colocando-os em situações difíceis, conforme sucedera com os boletins distribuídos nesta cidade em dias passados, atacando a honrabilidade da maioria desta Casa (...)²⁴⁴

Não obstante, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelo executivo municipal, pelas bancadas minoritárias, estudantes e trabalhadores de Garanhuns, este município ganhou o título de cidade mais progressista do Brasil no ano de 1957.

Este mesmo tipo de dificuldades que Francisco Figueira enfrentou por não ter maioria no poder legislativo, Santos (2009) analisa que Pelópidas Silvera também enfrentou problemas análogos, embora as formas de lidar com eles tenham sido diferentes. Segundo a referida autora o principal problema enfrentado pelo prefeito do Recife estava relacionado ao modelo de gestão democrática que ele implantou. Gestão esta, em que os vereadores sentiram uma forte perda de seu poder de representação, de falar pelo povo; pois na medida em que eram formadas associações de bairro e através do diálogo existente de forma direta com a população, com o prefeito e sua equipe, eram decididas o que de mais importante era para ser feito. Os vereadores viam nisso sua autoridade sendo fragmentada.

Embora em Garanhuns no período pesquisado não tenha ocorrido tal diálogo direto entre o executivo municipal e a população, foram as ações dos estudantes juntamente com os trabalhadores que conseguiram desmontar a estratégia dos membros da bancada majoritária da CMVG.

²⁴⁴ Arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns: Livro de Atas 1957 à 1959. Estas discussões estão entre as páginas 19 à 23, iniciando na lauda direita da página 19 e terminando na lauda esquerda da página 23.

Considerações Finais

Ao término deste trabalho o mais relevante não se constitui em desfechos, pelo contrário, aberturas e possibilidades de futuras pesquisas se demonstram necessárias. Não somente pela pequena quantidade de obras historiográficas que versem sobre o município de Garanhuns, onde contando-se com este trabalho somente são contemplados, a grosso modo, o período de 1935 até 1964.

Embora as dinâmicas políticas e sociais analisadas no município de Garanhuns muitas vezes estejam integradas a movimentos maiores em nível estadual e federal, outras obedecem uma lógica própria. Além do mais uma ampla rede de comunicação entre diferentes câmaras municipais existe no conjunto da documentação analisada, e estas em alguns momentos não couberam neste trabalho pela razão de fugirem aos temas aqui analisados, porém tratam-se de questões de grande relevância.

São necessários mais trabalhos não somente sobre Garanhuns mais também de municípios circunvizinhos, para que assim possa ser melhor compreendido as dinâmicas que foram executadas em cada localidade, desta forma corrigindo versões totalizadoras que na maioria dos casos demonstram-se errôneas.

Como Garanhuns foi, e ainda é, sede de uma Diocese, a influência da Igreja Católica se fez bastante marcante na política municipal de Garanhuns através dos posicionamentos defendidos pelo seu quinto bispo Dom Francisco Expedito Lopes que devido a sua rigidez perante a moralidade e costumes defendidos pela Igreja Católica, juntamente com a insubordinação de parcela do clero (sob seu comando), gerou diversos conflitos dentro e fora da Diocese de Garanhuns. Tais querelas entre o bispo e seus subordinados chegou a tal ponto que um dos padres da Diocese de Garanhuns (Hosana de Siqueira) acabou por assassinar Dom Francisco Expedito Lopes com três tiros a queima roupa. Este caso mundialmente conhecido repercute ainda hoje dentro da Igreja Católica, pois o bispo assassinado hoje está em processo de beatificação, onde os responsáveis querem tornar-lhe um mártir assim facilitando sua santificação.

Poucos meses após sua morte, um dos principais projetos do referido bispo, que era o combate as jogatinas em Garanhuns, deu-se prosseguimento com grande repressão por parte da polícia, onde tal questão só foi amenizada quando o governador Cordeiro de Farias interfere para resolver o problema. Esta é uma questão complexa que também merece estudos mais aprofundados, pois os indícios apontam que essas práticas de jogos (ilegais na época) estavam diretamente vinculados a encomendas de assassinatos e financiamento de campanhas eleitorais.

No que se relaciona as relações de poder existentes entre os três únicos colégios confessionais e particulares que existiam em Garanhuns juntamente com o legislativo e executivo municipal, destaca-se o grande número de políticos provenientes destas instituições de ensino, assim como os benefícios pecuniários que os corpos discentes destas instituições recebiam para realizarem excursões “culturais” e bolsas de estudos. Neste ponto política, religião e instituições de ensino particulares imbricam-se. Exemplo disto é quando Francisco Figueira é eleito prefeito de Garanhuns, porém a oposição consegue eleger a maioria do legislativo municipal, quando isto acontece o prefeito enfrenta sérios problemas de governabilidade que somente são amenizados quando os sindicatos dos operários de Garanhuns lançam uma nota de repúdio público à CMVG e estudantes que numa atitude de revolta rasgaram os lixos das principais artérias da cidade e depredaram a casa do vereador Fausto Souto Maior (líder da bancada majoritária do legislativo municipal de Garanhuns), assim como jogam e ateiam fogo em lixo defronte à casa do referido vereador. Onde os estudantes somente dispersam quando a polícia chegou com metralhadoras em punho.

O conjunto deste acontecimentos demonstram diferentes interesses conflitantes, que por vezes chegaram à situações limites, mas ao mesmo tempo mostram uma não passividade dos personagens envolvidos nestes casos.

Bibliografia

- ALENCAR, José de. 2010.** *Senhora*. São Paulo : FTD, 2010.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. 1984.** *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
- BEZERRA, Gregório Lourenço. 1979.** *Memórias (primeira parte)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.
- **1980.** *Memórias (segunda parte: 1946-1969)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.
- BOBBIO, Norberto. 1987.** *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- DOSSE, François.** *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Unespe, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. 2009.** *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- **1998.** *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998
- BRITO, Taíza. 1998.** *A Confissão do Padre Hosana*. Recife : Edições Bagaço, 1998.
- BRITO, Tasso Araújo de. 2015.** *A Toga e a Espada: Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969)*. Recife : Dissertação (mestrado) UFPE Programa de Pós-Graduação em História., 2015.
- CAMPELO DE SOUZA, Maria do Carmo C. 1990.** *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª. São Paulo : Alfa-Omega, 1990.
- CASTRO GOMES, Angela, et al. 1994.** *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
- CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. 2009.** *Construções do medo: a ameaça comunista em Garanhuns-PE (1958-1964)*. Recife : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.
- **2015.** *O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960 - 1968)*. Recife : Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
- **2012.** *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns - 1958/1964]*. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- **2012.** *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco [Garanhuns - 1958-1964]*. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CAVALCANTI, Paulo. 1978. *O caso eu conto, como o caso foi (DA COLUNA PRESTES À QUEDA DE ARRAES)*. São Paulo : Alfa-Omega, 1978.

CÉSAR, Ana Maria. 2007. *A bala e a mitra: novos tempos e verdades antigas*. Recife : Bagaço, 2007.

CEZAR, Luiz Felipe Cezar. 2015. Juarez Távora e a organização do estado Brasileiro: racionalismo administrativo, sindicalismo-cooperativista e cristianismo social no pensamento militar pré-golpe de 1964. *ANTÍTESES*. jul./dez. de 2015, Vol. 8, 16, pp. 327-352.

CHERINO, Antonio Siqueira. 1996. *Gregório Bezerra: toda a história*. Recife : CEPE, 1996.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. 2010. *A Enciclopédia do integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. Rio de Janeiro : Tese (doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

CORREIA ARAÚJO, Irmã Cândida, CORREIA ARAÚJO, Irmã Terezinha e CORREIA ARAÚJO, Irmã Maria Mirtes. 2011. *DOM FRANCISCO EXPEDITO LOPES Bispo Mártir de Garanhuns e Fundador do Instituto das Missionárias de Nossa Senhora de Fátima do Brasil*. Garanhuns - Pernambuco : Gama Design, 2011.

CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. 2007. *Estado de exceção, Igreja Católica e repressão: o assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto*. Recife : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco CFCH, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. 1992. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. São Paulo : Ática, 1992.

ESG. 2014. ESG Escola Superior de Guerra. [Online] 2014. [Citado em: 21 de março de 2016.] <http://www.esg.br/index.php/es/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. 1981. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1981.

FERREIRA, Jorge e CASTRO GOMES, Angela de. 2014. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. 2011. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2011.

FURTADO, Celso. 1989. *A fantasia desfeita*. São Paulo : Paz e Terra, 1989.

GIBRAN, Gibran Khalil. SATANÁS. [trad.] Jamil Almansur HADDAD e José Paulo PAES. São Paulo : Editôra Cultrix. pp. 37-47. Vols. MARAVILHAS DO CONTO

UNIVERSAL - MARAVILHAS DO CONTO ÁRABE, Seleção, introdução e notas de Jamil Almansur Haddad.

GINZBURG, Carlo. 2006. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.* São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

HIPPOLITO, Lucia. 2012. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64).* 2ª. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2012.

HOBBSAWM, Eric. 1995. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.* [trad.] Marcos Santana. 2ª. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. 2006. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* PUC-Rio. Rio de Janeiro : Contraponto, 2006.

KULESZA, Wojciech Andrzej. *O processo de equiparação ao Ginásio Nacional na Primeira República: o caso do Colégio Diocesano da Paraíba.* Campinas – SP: Rev. bras. hist. educ. Volume 11. Edição 2º, 2011.

LAVAREDA, Antônio e SÁ, Constaça. 1986. *Poder e voto: luta política em Pernambuco.* Recife : Massangana, 1986.

LAVAREDA, José Antônio. 1980. *Montagem partidária no início da quadra democrática (1945-1947).* Recife : PIMES/CMS, Dissertação de Mestrado, 1980.

LEITE, Alfredo. *História de Garanhuns.* Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1983

MAINWARING, Scott. 2004. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).* [trad.] Heloisa Braz de Oliveira Prieto. 1ª. São Paulo : Brasiliense, 2004.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. 2011. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988).* Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. 2008. AS LIGAS CAMPONESAS E OS CONFLITOS NO CAMPO. *SAECULUM - Revista de História.* jan/jun. de 2008, Vol. 18.

—. 2010. *História, metodologia, memória.* 1. São Paulo : Contexto, 2010.

MORAES, Márcio André Martins de. 2012. *Garanhuns sob o símbolo do sigma: o cotidiano dos integralistas entre comunistas e o Estado Novo (1935 - 1942_.* Recife : Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - UFRPE, 2012.

MOREIRA, Igor Alves. 2008. *Do bispo morto ao padre matador (Dom Expedito e padre Hosana nas construções da memória - 1957/2004).* Fortaleza : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. 2002. *Em guarda contra o "perigo vermelho". O anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo : Perspectiva, 2002.

NETO, Lira. 2014. *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954).* 1ª. São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. 1979. *Juscelino Kubitschek I.* Rio de Janeiro : CPDOC, 1979.

—, **depoimento, 1974.** *Juscelino Kubitschek I.* Rio de Janeiro : CPDOC, depoimento, 1974. p. 15.

PAGE, Joseph A. 1972. *A revolução que nunca houve.* [trad.] Ariano SUASSUNA. Rio de Janeiro : Editora Record, 1972.

PALMA FILHO, J. C. (organizador). 2010. *A educação brasileira no Período de 1930 a 1960: a era Vargas in: Caderno de formação: formação de professores educação cultura e desenvolvimento.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. 1984. *Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política.* Recife : Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangana, 1984.

PAULO II, PAPA JOÃO. 1983. *CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO.* BRAGA : EDITORIAL APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1983.

PERÉA, Romeu. 1959. *A Morte de Dom Expedito (Considerções em torno de um cadáver glorioso).* Recife : Flos Carmeli, 1959.

—, **1957.** *D. Expedito bispo e mártir (considerações em torno de um cadáver glorioso).* Convento do Carmo - Recife : Editora "FLOS CARMELI", 1957.

PEREIRA, Anthony W. 2010. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasi, no Chile e na Argentina.* [trad.] Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo : Paz e Terra, 2010.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. 2009. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964).* Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009.

—, **2013.** *De pétalas e pedras: a trajetória de Francisco Julião.* – Rio de Janeiro: Tese (doutorado) UFRJ/ Instituto de História/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2013.

REIS, Daniel Aarão. 2014. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos.* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RICOEUR, Paul. 2007. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. 2002. *MEMÓRIAS E AVALIAÇÕES: NORTE-AMERICANOS, CATÓLICOS E A RECEPÇÃO DO ANTICOMUNISMO BRASILEIRO ENTRE 1945 E 1964.* Porto Alegre : Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em História, 2002.

—. **2003.** *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964).* Passo Fundo : UPF, 2003.

SANTIAGO, Vandek. 2001. *Francisco Julião Luta, paixão e morte de um agitador.* Recife : Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

SANTOS, Taciana Mendonça. 2009. *Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964).* Recife : Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, 2009.

SILVA, Giselda Brito. 2002. *A lógica da suspeição contra a força do sigma: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco.* Recife : Tese (doutorado) UFPE, 2002.

SILVA, Severino Vicente da. 2003. *ENTRE O TIBRE E O CAPIBARIBE: OS LIMITES DO PROGRESSISMO CATÓLICA NA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE.* Recife : Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco CFCH, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. 1982. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964.* 7ª. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

SOARES, José Arlindo. 1982. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964.* Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Manoel Neto. 2000. *O Diocesano de Garanhuns e Monsenhor Ademar (de corpo e alma).* Segunda Edição, ampliada. Recife : Polys Editora e Produções Jornalísticas Ltda, 2000.

—. **2016.** *Garanhuns: álbum do novo milênio: (1811-2016): história, poderes, urbanismo, instituições, cultura.* Recife: Ed. Do Autor, 2016.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. 2008. *A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945 a 1955.* Recife : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, 2008.